



DIREITOS HUMANOS E LUTAS POR RECONHECIMENTO

**LORE FORTES
LADY DAYANA SILVA DE OLIVEIRA**
(Organizadoras)



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Moraes de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano Nascimento Silva (UEPB) | José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB) | Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) | Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) | Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) | Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Diego Duquelsky (UBA) | Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) | Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) | Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Germano Ramalho (UEPB) | Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB) | Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopsas de Mello Bandeira (IPCA/PT) | Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB) | Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

LORE FORTES
LADY DAYANA SILVA DE OLIVEIRA
(Organizadoras)

Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento



Campina Grande-PB
2020



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*

Ana Lúcia Costa Feliciano | *Vice-governadora*

Nonato Bandeira | *Secretário da Comunicação Institucional*

Aléssio Trindade de Barros | *Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia*

Damião Ramos Cavalcanti | *Secretário da Cultura*

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez | *Diretora Presidente*

William Campos | *Diretora de Mídia Impressa*

Alexandre Macedo | *Gerente da Editora A União*

Maria Eduarda Santos | *Diretora de Rádio e TV*



BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

D598 Direitos humanos e lutas por reconhecimento [Recurso eletrônico]/
Lore Fortes,

Lady Dayana Silva de Oliveira (Organizadoras).—Campina Grande:
EDUEPB, 2020.

376 p.: il.

ISBN 978-65-87171-06-7

1. Ciências sociais. 2. Direitos Humanos. 3.Feminismo – Brasil. 4.Racismo – Brasil.
I.Fortes, Lore (Organizadora). II.Oliveira, Lady Dayana Silva de (Organizadora).

21. ed.CDD 300

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15º/368

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

Apresentação.....10

**Convivência, para além da Tolerância ou do Reconhecimento:
Questões Conceituais com Importantes Consequências Políticas**.....22

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

ARTIGOS DAS MESAS REDONDAS

**A Violência de Gênero no Âmbito do Direito Penal:
Embates Sociojurídicos**.....40

Anna Christina Freire Barbosa

**El Potencial de la Comunicación “Reversa” para Repensar la
Relación entre Derechos Humanos y Diálogo Intercultural**.....58

Patricia Lora León

**Derechos Humanos en el Conflicto Armado Colombiano:
Las Intersecciones de Raza y Género**.....76

Patricia Tovar Rojas, Ph.D.

ARTIGOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO 1
*TEORIAS FEMINISTAS:
DIFERENTES PERSPECTIVAS E DEBATES*

**A Advocacia de Causa Feminista no Brasil: Novas Sensibilidades
Morais a Partir da Perspectiva Interseccional98**

Andressa Lídicy Morais Lima

**Mitos e Mitologias da Contemporaneidade: O Lugar da Mulher nas
Narrativas Cinematográficas de Distopias Antropotecnológicas115**

Carlos E. Freitas

**Discursos Feministas no Cinema Brasileiro Contemporâneo:
Olhares sobre a Obra das Cineastas Laís Bodanzky e Lúcia Murat...134**

Lady Dayana Silva de Oliveira
Maria Helena Braga e Vaz da Costa

**Arte Urbana: A Construção de Narrativas sobre a Imagem da
Mulher nas Ruas de Fortaleza148**

Dahiana dos Santos Araújo
Michael Manfred Hanke

**Mulheres Invisíveis no Campo da Ciência & Tecnologia: O Resgate
de uma Pioneira.....162**

Lore Fortes
Lady Dayana de Oliveira

Divisão Sexual do Trabalho: Buscando Chaves de Sentido.....177

Heloisa Helena de S. F. Oliveira

Mãe Trabalhadora: Os Efeitos das Tarefas Domésticas na Vida Profissional.....194

Alyane Almeida de Araújo

Think Olga: Feminismo Interseccional em Rede no Combate ao Assédio Sexual.....214

Mariana Lemos de Morais Bezerra

Idosas e Assentamentos Rurais: Vivências de um Grupo Terapêutico.230

Alessandra Dantas

Edilane Bezerra

GRUPO DE TRABALHO 2

MÍDIA E DIREITOS HUMANOS

Afros e Afins: Feminismo Interseccional e Identidade Negra.....246

Géssica de Castro Silva Viana

Ecos, Vácuos e Vozes: Uma Análise sobre o Insulto Racial260

Diego Leonardo P. Barreto

Patrícia R. Gomes da Silva

GRUPO DE TRABALHO 3

QUESTÕES RACIAIS E DIREITOS HUMANOS

Educação em Direitos Humanos e o Ensino de História Antirracista no Brasil.....278

Jefferson Pereira da Silva

Entre a Casa Grande e o Lar: Ensaio sobre Economia Micropolítica e a Tentativa de Regulamentação do Trabalho Doméstico na Corte.....291

Maria Clara de Carvalho Lima

Matheus Pinheiro da Silva Ramos

Nara Juscelly Minervino de Carvalho Marcelino

O Conservadorismo, A Guerra às Drogas e o Genocídio da População Negra: uma Relação Necessária.....307

Samya Katiane Martins Pinheiro

O Mercado Afetivo de um Marombeiro Pardo na Cidade de Mossoró - RN.....319

Paulo Santos Dantas

GRUPO DE TRABALHO 4

LUTAS LGBTQIA+ E DIREITOS HUMANOS

Gênero e Sexualidade: Concepções e Práticas no Espaço Escolar....341

Karla Danielle da Silva Souza

Mario Remi Marques Moreira

Reconhecimento Sexual: Movimento LGBTQIA+ e Ativismo *Queer*....357

Erika Oliveira Maia Batalha
Marlla Suéllen de Melo Dantas
Rayane Dayse da Silva Oliveira

MINICURRÍCULOS DOS AUTORES.....369

Apresentação

Lore Fortes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN

Lady Dayana Silva de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN

No contexto social contemporâneo, os direitos humanos e as lutas por seu reconhecimento traduzem um debate relacionado às novas descobertas científicas e às suas aplicações tecnológicas. Muitas vezes questionado por homens e mulheres preocupados(as) com o novo desafio de rever conceitos naturalizados, romper com preconceitos e discriminações, aplicando princípios éticos e com a preocupação da universalização de direitos morais, o debate tem se encaminhado na tentativa de construir e reconstruir uma nova categoria de direitos humanos em que seja possível levar em conta os avanços da biologia e da genética, de modo a integrar com os avanços da sociologia e da antropologia.

No evento realizado em novembro de 2017, a nossa perspectiva de debate sobre essa temática esteve pautada em um diálogo amplo e livre de modo a contribuir para a formação desta nova categoria de direitos humanos, e essa também foi a orientação dada à organização do presente e-book. Desta forma, os direitos humanos são, sem sombra de dúvidas, uma constante criação em processo, que se desenvolve com base

em reivindicações morais e se manifesta por um espaço simbólico de ações sociais, de lutas por direitos, de resistência e de reconhecimento, dentro de uma perspectiva de emancipação humana.

Dentre as diversas temáticas envolvidas na evolução dos direitos humanos, destacam-se: gênero, sexualidade e raça, relacionadas à luta pela igualdade entre homens e mulheres, pelo reconhecimento de direitos da diversidade racial e do movimento LGBTQIA¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Asssexuais e outras identidades de gênero). Também presente nesse debate está a importância que tem adquirido a mídia na divulgação, tanto no desenvolvimento social traduzido por leis, normas ou mudanças de comportamentos, como pela divulgação científica digital. O lançamento desta publicação em 2020 soma-se à dinâmica de resistência que vivenciamos no período atual, gerada pelo aumento dos movimentos de direita radical, com o cerceamento de liberdades e colocando em risco o movimento democrático em diversos países. É importante destacar o fato de que o Seminário ocorreu em um período anterior à atual gestão do governo federal, em que se podia debater livre e democraticamente sobre os avanços nas lutas de mulheres, lutas pelo reconhecimento relacionado à raça e à LGBTQIA+. Esses temas eram amplamente divulgados pela mídia e por isso mesmo, nesse evento foi possível trazer essa divulgação para a discussão. Passamos no ano de 2019 um ano de recuo nessas lutas, de repressão e de censura e através deste e-book podemos lembrar as temáticas definidas como importantes por pesquisadores sobre as lutas de mulheres, direitos humanos de negros(as) e de LGBTQIA+, assim como a comunicação social desses movimentos.

Atualmente, estamos vivenciando uma pandemia do novo coronavírus, um acontecimento mundial que está mobilizando e paralisando não só o Brasil, mas o planeta todo e nos fazendo refletir sobre a importância da saúde e o significado da vida. Esse acontecimento inesperado que

1 Utilizamos nesta introdução a sigla LGBTQIA+ atualmente utilizada pelo movimento, porém em outras partes deste e-book aparecem também os termos utilizados anteriormente como LGBT ou LGBTI pelo fato de terem sido escritos anteriormente quando eram utilizados dessas formas.

não poupou os ricos, está nos levando a rever nossos princípios de vida, as nossas sociedades desiguais e os objetivos que movem o sistema capitalista. E surge uma importante questão: é esta a sociedade que queremos conservar ou agora pretendemos rever e renová-la para o futuro? Acreditamos que a parada do planeta e o isolamento das pessoas está provocando distúrbios, depressões e conflitos, porém está obrigando a todos nós uma resiliência para superar esse desafio.

Esperamos que esse processo possa conduzir à uma regeneração individual e social que seja criativa, no sentido de descobirmos novos caminhos para a sociedade. Nesse sentido, não podemos esquecer que vivemos um processo histórico que não pode perder as conexões com um passado recente, negado politicamente, porém sempre presente a todos(as) que estavam fazendo resistência à censura, às discriminações, aos boicotes ou às perseguições ocorridos em 2019. Desta forma, entendemos que esta obra pode trazer contribuições desse passado recente e que terão que ser consideradas na revisão e renovação de uma nova proposta de sociedade.

Este e-book, intitulado Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento, está cumprindo o compromisso assumido com a realização do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento (I Seminário Internacional DHLR), no período de oito a dez de novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e financiado pela CAPES. Na oportunidade, formamos uma equipe muito eficiente e ativa que se empenhou na realização do evento com sucesso. A divulgação do I Seminário Internacional DHLR foi assumida pela jornalista Lady Dayana Silva de Oliveira, que atuou também na coordenação do evento, por isso é natural estarmos juntas na organização deste e-book. Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para que este e-book fosse finalizado, em especial ao jornalista e fotógrafo Filipe Cordeiro Cabral, que coordenou a Mostra de Fotos por ocasião do evento e que disponibilizou sua foto, que foi escolhida como capa, por se adequar simbolicamente a todos os temas abordados no e-book. Mãos unidas, sem discriminação de gênero e raça, representam o objetivo a ser alcançado futuramente por todos os movimentos pelos Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento. Também merece um agradecimen-

to especial à jornalista Marcelha Pereira da Silva que nos ajudou de forma séria e muito competente em diversas revisões do livro (ortográfica e de ABNT), procurando organizar o e-book de modo a facilitar o trabalho do editor.

O professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), participa nesta publicação com um texto de abertura que nos brindou com uma reflexão muito especial sobre conceitos de tolerância, reconhecimento, respeito e convivência, mostrando os limites colocados para existir o respeito humano. Esse artigo, apesar de ter sido escrito antes de imaginarmos a ocorrência de uma pandemia do novo coronavírus, se apresenta muito atual pela reflexão aprofundada que traz sobre esses conceitos de tolerância e reconhecimento na convivência humana e, portanto, traz uma importante contribuição às pessoas e famílias em situação de isolamento obrigatório ou recomendado, cuja convivencialidade exige necessariamente o respeito ao próximo.

A composição dos artigos reunidos neste e-book refletem o I Seminário Internacional DHLR que surgiu com a parceria entre três departamentos da UFRN: Ciências Sociais, Comunicação Social e Serviço Social, seis professores desses três departamentos, dois doutorandos e de três mestres (PPGCS-UFRN). Importante é ressaltar que a participação conjunta desses profissionais que ocorreu na organização geral do evento, desde a elaboração do projeto inicial até a realização final nas Mesas Redondas e na coordenação dos Grupos de Trabalho (GTs). Mais nove instituições parceiras contribuíram para garantir a realização e o êxito do evento: University John Jay College of Criminal Justice - CUNY/NY – EUA, Universidad los Libertadores – Bogotá – Colômbia, Universidade de Brasília – UnB, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade de São Francisco – EUA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade de São Paulo – USP e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP.

O objetivo geral do Seminário foi criar espaços de intercâmbio de experiências e diálogo entre ativistas e pesquisadores e pesquisadoras. Desde o início definiu-se que o evento deveria ser mais qualitativo que

quantitativo. Dentro dessa perspectiva a dinâmica do evento teve como objetivo acadêmico a discussão e o aprofundamento de trabalhos de pós-graduação em construção e de trabalhos científicos de professores e professoras. Esse contexto ofereceu a oportunidade de participação de estudantes de graduação que poderiam participar como coautores ou ouvintes de debates em nível mais aprofundado. Nessa dinâmica, o que se pretendeu foi aprovar inicialmente resumos expandidos que foram apresentados por ocasião do evento e no período de inscrição assumiu-se o compromisso de serem publicados em forma de Anais do I Seminário Internacional DHLR.

No evento foram realizadas 65 apresentações de resumos expandidos aprovados pelos quatro Grupos de Trabalho (GTs): *GT 1: Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates*, *GT 2: Mídia e Direitos Humanos*, *GT 3: Questões Raciais e Direitos Humanos*, e *GT 4: Lutas LGBTI e Direitos Humanos*. Todos os resumos expandidos apresentados no evento foram publicados em 2018 no repositório da UFRN (<https://repositorio.ufrn.br>).

No presente e-book foram selecionados e reunidos os trabalhos completos seguindo os critérios de seleção dos artigos mais relevantes dentro da temática abordada nos GTs, selecionados pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho do Seminário. Além disso, convidamos a todos os integrantes a participar da obra e foi possível reunir três textos de Mesas Redondas e 17 artigos dos GTs. O conteúdo dos trabalhos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Os nossos agradecimentos à grande contribuição de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, com seu artigo intitulado *Convivência, para além da tolerância ou do reconhecimento: questões conceituais com importantes consequências políticas*. Ele aborda conceitos morais e sociais, de como a tolerância e o reconhecimento na convivência entre as pessoas na nossa sociedade podem gerar efeitos políticos. Ao refletir sobre esses conceitos aplicado às práticas sociais, Albuquerque Júnior afirma que “tolerância e reconhecimento andam juntos e não são tão opostos assim como parecem.” Se a luta pelo reconhecimento representa a conquista do respeito, da dignidade, isso só pode ocorrer com a aceitação da diversidade, o que corresponde, para Albuquerque Júnior, o funda-

mento de qualquer sociedade democrática. Nessa análise reflexiva destaca o respeito ao outro, como essencial para reconhecer os limites da convivencialidade.

Algumas apresentações realizadas nas Mesas Redondas estão representadas por alguns artigos. Da Mesa Redonda intitulada **Movimentos de Mulheres e Lutas por Reconhecimento: trajetórias e processos sociais**, o artigo de Anna Christina Freire Barbosa (UNEB-BA): *A violência de gênero no âmbito do Direito Penal: Embates sociojurídicos*, trata do feminismo e suas controvérsias após modificações jurídicas de 2015, demonstrando como representações sociais de operadores da justiça e seus discursos se manifestam na questão do feminicídio. Freire Barbosa analisa como se constituem saber e poder nas práticas oferecidas pelo Ministério Público e como seus argumentos exprimem o conflito interpessoal relacionado à ordem social. A segunda Mesa Redonda: **Direitos humanos, lutas por reconhecimento e representações na mídia** está representada pelo artigo de Patrícia Lora León – Universidade Central de Bogotá (UCB) – Colômbia, intitulado *El potencial de la comunicación “reversa” para repensar la relación entre derechos humanos y diálogo intercultural* nos oferece uma importante reflexão demonstrando a comunicação “reversa” como um exercício metodológico que Nora León considera útil para pensar o diálogo intercultural e a prática dos direitos humanos. Destaca a comunicação entre culturas no caso de povos indígenas da Serra Nevada de Santa Marta (Colômbia), região original da conquista espanhola na América Latina, considerando as mudanças culturais com a comunicação digital. Nora León contribui para uma reflexão sobre as possibilidades futuras a partir de um diálogo epistêmico intercultural.

Na terceira Mesa Redonda: **Questões raciais em Direitos Humanos**, destaca-se Patrícia Tovar, com a contribuição do John Jay College of Criminal Justice - CUNY/NY/EUA. O artigo, intitulado *Derechos Humanos en el Conflicto Armado Colombiano: Las Intersecciones de Raza y Género*, trata de um conflito que perdurou por muitos anos na Colômbia e que no ano de 2016 finalmente firmou os Acordos de Paz de Cartagena entre a guerrilha da FARC e o governo do presidente Juan Manuel Santos. Apesar da oposição de muitos setores, dirigidos pelo ex-presidente Álvaro

Uribe e de um plebiscito e de muitas notícias falsas dirigidas à população em geral. Também aborda a comunicação “reversa” e as dificuldades da comunicação intercultural, na qual alguns setores da população encontram-se excluídos, indicando as sequelas do conflito dentro de uma perspectiva étnica. Este contexto é apresentado historicamente e inclui a relação com a questão de gênero, com o problema das mulheres e LGBTQIA+. A análise de Tovar aponta para as instituições que atuam em um ambiente de hostilidade e de polarização em que vive a Colômbia.

Os artigos selecionados para a participação do e-book estão divididos em quatro Grupos de Trabalho (GTs): *GT 1 - Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates*; *GT 2 - Mídia e Direitos Humanos*; *GT 3 - Questões Raciais e Direitos Humanos*; e *GT - 4: Lutas LGBTI e Direitos Humanos*, sobre os quais detalhamos abaixo.

Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates

Nesse capítulo, que reúne ao todo nove artigos completos, procuramos reunir os textos por temáticas mais ou menos comuns. Inicialmente, abordamos um artigo na temática jurídica relacionado à atuação de ativistas e de discursos feministas no campo da arte e do cinema. Trata-se do artigo intitulado *A Advocacia de Causa Feminista No Brasil: Novas sensibilidades morais a partir da perspectiva interseccional*, de Andressa Lídicy Morais Lima (UNB), que aborda advocacia da causa feminista no Brasil pela perspectiva interseccional, tema pouco analisado no campo jurídico, e que busca identificar novas sensibilidades morais.

Em seguida, surgem dois artigos cuja área temática se une: *Mitos e Mitologias da Contemporaneidade o lugar da mulher nas narrativas cinematográficas de distopias antropotecnológicas*; e *Discursos Feministas no Cinema Brasileiro Contemporâneo: Olhares sobre a obra das cineastas Laís Bodanzky e Lúcia Murat*, o primeiro de Carlos Eduardo Freitas (UFPB) e o segundo de Lady Dayana Silva de Oliveira e Maria Helena Braga e Vaz da Costa (UFRN). Freitas analisa, dentro de uma perspectiva da

sociologia da cultura, o “lugar” da mulher e do feminismo em narrativas cinematográficas de distopias antropotecnológicas contemporâneas, identificando novos mitos da modernidade. Já Oliveira e Costa abordam o discurso feminista do cinema a partir da visão de duas cineastas brasileiras.

Mais dois artigos do subcapítulo do GT1 tratam da imagem da mulher na sociedade. O primeiro, de Dahiana dos Santos Araújo (UFRN) e Michael Manfred Hanke (UFRN) - *Arte urbana: a construção de narrativas sobre a imagem da mulher nas ruas de Fortaleza* aborda os discursos das mulheres nas ruas de Fortaleza e o outro artigo, intitulado *Mulheres invisíveis no campo da Ciência & Tecnologia: o resgate de uma pioneira*, de Lore Fortes e Lady Dayana Silva de Oliveira (UFRN) apresenta a luta pelo reconhecimento de uma pioneira no campo profissional da engenharia elétrica do Paraná.

Dois artigos no Grupo de Trabalho 1 tratam da mulher na divisão sexual do trabalho; feminismo interseccional e assédio sexual e idosas e assentamentos rurais. Detalhando, os dois primeiros, *Divisão Sexual do Trabalho: buscando chaves de sentido*; e *Mãe Trabalhadora: Os Efeitos das Tarefas Domésticas na Vida Profissional*; respectivamente das seguintes autoras: Heloisa Helena de S. F. Oliveira (UFRN); Alyane Almeida de Araújo (UFRN). Ambos tratam das perspectivas teóricas da divisão sexual do trabalho, avaliando as dificuldades de reconhecimento.

O penúltimo artigo do GT1, *Think Olga: Feminismo Interseccional em Rede no Combate ao Assédio Sexual*, de Mariana Lemos de Moraes Bezerra, analisa os conteúdos presentes na *fanpage* do Facebook do Think Olga sobre a temática do assédio sexual, com abordagem interseccional e viés construcionista, permitindo um olhar sobre desigualdades sob uma perspectiva de relações de gênero, classe e raça.

Por sua vez, o último trabalho do GT1, *Idosas e Assentamentos Rurais: Vivências de um Grupo Terapêutico*; de Alessandra Dantas e Edilane Bezerra (UFPB-PB), apresenta os resultados de análise de um grupo terapêutico com mulheres idosas em assentamentos rurais, utiliza o recurso de técnicas de teatro, tendo em vista verificar aspectos de sua qualidade de vida.

Mídia e Direitos Humanos

Nesse capítulo estão reunidos dois artigos selecionados: *Afros e Afins: Feminismo Interseccional*, de Gêssica de Castro Silva Viana (UFRN); e *Identidade Negra e Ecos, Vácuos e Vozes: Uma Análise sobre o Insulto Racial*, de Diego Leonardo P. Barreto (UFRN) e de Patrícia R. Gomes da Silva (UFRN).

A autora do primeiro artigo, propõe-se apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre o feminismo negro tendo como foco a discussão sobre a aceitação da identidade negra e como objeto de estudo o canal Afros e afins da *youtuber* Nátaly Neri. Viana conclui que o feminismo negro está fortalecendo uma rede de mulheres negras.

O segundo artigo resulta de uma pesquisa sobre a inquietude diante das questões concernentes às dinâmicas sobre a construção da autoimagem, sobre preconceito e discriminação, estigma, corporalidades e sobre as lutas por reconhecimento em prol de uma sociedade que acolhe e respeita as diferenças. A maior preocupação está com o *insulto racial*, procurando compreender seus agentes e afetados, avaliando casos de violência racial no ciberespaço.

Questões Raciais e Direitos Humanos

Nesse capítulo estão reunidos quatro trabalhos completos: *Educação em Direitos Humanos e o Ensino de História Antirracista no Brasil*; *Entre a casa grande e o lar: ensaio sobre economia micropolítica e a tentativa de regulamentação do trabalho doméstico na Corte*; *O Conservadorismo, a Guerra às Drogas e o Genocídio da População Negra: uma relação necessária*; e *O mercado afetivo de um marombeiro pardo na cidade de Mossoró – RN*.

O primeiro artigo deste capítulo, de Jefferson Pereira da Silva (UFRN), intitulado *Educação em Direitos Humanos e o Ensino de História Antirracista no Brasil*, aplica-se à educação em direitos humanos e o ensino antirracista. É um trabalho documental inspirado no ensino de História e corresponde a uma análise das políticas públicas do Brasil, relacionadas

à educação em direitos humanos e conteúdos étnico-raciais, buscando a efetivação de uma educação antirracista.

O segundo artigo, *Entre a casa grande e o lar: ensaio sobre economia micropolítica e a tentativa de regulamentação do trabalho doméstico na Corte*, tem uma preocupação de debate sobre a análise histórica do trabalho doméstico e as questões raciais e socioeconômicas, possui três autores: Maria Clara de Carvalho Lima, Matheus Pinheiro da Silva Ramos e Nara Jusceley Minervino de Carvalho Marcelino. Trata-se de uma análise documental sobre a regulamentação do trabalho doméstico na Corte em 1888 e comparando com a PEC das empregadas domésticas uma economia micropolítica da sociedade atual em relação ao trabalho doméstico. O trabalho associa o trabalho doméstico e as questões raciais e socioeconômicas como sobrevivências do sistema escravista, identificando aí uma naturalização das relações de poder pautadas na dominação e exploração de sujeitos, notadamente negros e pobres.

No terceiro artigo, *O Conservadorismo, a Guerra às Drogas e o Genocídio da População Negra: uma relação necessária*, de Samya Katiane Martins Pinheiro (UFRN) está preocupada em analisar as políticas públicas sobre drogas no Brasil, trazendo a crítica à perspectiva proibicionista como expressão do conservadorismo, verificando que atinge, principalmente, a população negra e pobre das periferias brasileiras.

O quarto e último artigo selecionado para este capítulo é de Paulo Santos Dantas (UERN), intitulado *O mercado afetivo de um marombeiro pardo na cidade de Mossoró – RN*, e corresponde a uma análise etnográfica de um praticante de uma academia de musculação da cidade de Mossoró -RN, que em situação de separação conjugal sente-se cortejado, porém está com a responsabilidade da educação de um filho menor.

Lutas LGBTQIA+ e Direitos Humanos

Neste capítulo foram selecionados dois artigos: *Gênero e Sexualidade: concepções no espaço escolar* e *Reconhecimento Sexual: Movimento LGBT e ativismo queer*. O primeiro artigo, de Karla Danielle da Silva Souza e Mario Remi Marques Moreira tem como foco a temática de gênero e

sexualidade em uma escola de ensino médio do RN, procurando refletir sobre questões de homofobia e conflitos na perspectiva curricular, procurando adequar à realidade da escola e pensar alternativas para estabelecer uma pedagogia que possa oferecer espaço e reconhecimento à diversidade.

O segundo artigo, de Erika Oliveira Maia Batalha e Marlla Suéllen de Melo Dantas e Rayane Dayse da Silva Oliveira trata da atuação do movimento social LGBTQIA+ no contexto das lutas de reconhecimento e de sua afirmação identitária do sujeito. Questiona ainda o ativismo *queer* e dos estudos críticos de sexualidade, o debate das lutas por reconhecimento no âmbito da identidade essencializada, e a possível tensão que a temática provoca.

Finalizando esta apresentação, reafirmamos o nosso objetivo principal com a publicação deste e-book: Retomarmos o protagonismo dos movimentos de mulheres, negro e LGBTQIA+ e a possibilidade histórica que se tinha no período de 2017/2018 para revermos criticamente e refletirmos sobre as novas estratégias necessárias em uma sociedade em transformação a partir da pandemia do novo coronavírus em 2020/2021. Tudo vai mudar. Esta tem sido a conclusão das análises de muitos filósofos, biólogos e cientistas em geral. Como vai mudar? Ainda não sabemos, porém, todos esses movimentos sociais terão que rever seus caminhos, suas estratégias de luta, dentro de uma perspectiva de adaptação às transformações sociais que vamos necessariamente vivenciar. Teremos que nos adaptar e/ou recriar no sentido de reafirmar alguns objetivos que vão permanecer, porém novos caminhos serão traçados para realizar o desenvolvimento desses movimentos.

Com a experiência da pandemia do novo coronavírus todos adquirimos a compreensão de que estamos todos(as) interligados(as). Por isso mesmo permanece mais do nunca a certeza da proposta de igualdade de gênero, de raça, e de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual. Estamos na mesma situação de risco na pandemia, o que significa que precisamos aprender que somos todos iguais e vulneráveis perante a sobrevivência, a vida. Essa pandemia nos igualou e essa

experiência terá que ser aprendida e interiorizada por todos(as) para que possamos reconstruir a nossa humanidade em bases igualitárias.

Convivência, para além da Tolerância ou do Reconhecimento: *Questões Conceituais com Importantes Consequências Políticas*

Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Universidade Estadual da Paraíba - PB

A palavra tolerar costuma ser definida como sendo o ato de suportar algo (ou a) alguém; de ser indulgente em relação a alguma coisa ou a alguma pessoa; de permitir tacitamente que algo se produza, que alguma coisa seja de uma determinada forma; consentir que algo seja de uma determinada maneira ou que alguém se comporte de um dado jeito. Ou seja, algo ou alguém que é apenas tolerável, é algo ou alguém que é sofrível, que apresenta defeitos, mas que podem ser suportados, que podem ser relevados, algo ou alguém que pode ser admitido, apesar das reservas que contra ele se possa ter. Ser tolerante é ser indulgente em relação aos defeitos das coisas e das pessoas, é suportar dadas situações com as quais não se está de acordo, é admitir ou respeitar opiniões e/ou comportamentos contrários aos seus, é ser alguém que perdoa certas coisas, certas culpas e certos erros. O tolerante se coloca, portanto, no lugar de alguém que faz ou pensa a coisa certa, que está do lado certo, e daí olha para o outro, aquele que estaria no lugar do erro, com condescendência (HOLANDA, 1975, p.1385; CUNHA, 2010, p.638).

Há, portanto, uma hierarquia clara entre aquele que tolera e aquele que é apenas tolerado. Há uma hierarquia moral, a pretensão de uma superioridade moral, entre aquele que ocupa o lugar do tolerante e aquele que ocupa o lugar do tolerado. O tolerante, do alto de sua posição de correção e certeza, de seu lugar de normalidade e de conformidade com o majoritário, olha com condescendência para aquele que ocupa a posição inferior de incorreção, de erro, de anormalidade e de desconformidade. O ato de tolerar reforçaria ainda mais a superioridade moral do tolerante frente ao tolerado que, por seu turno, se quedaria com maior déficit, ainda, de prestígio e legitimidade social. Saber-se tolerado é saber-se desconforme com o que deveria ser a regra, com o que deveria ser a forma esperada pela maioria. É saber-se diferente e ter essa diferença avaliada negativamente. É ser objeto de ações e sentimentos que alocam esse sujeito em um lugar de subalternidade, de minoridade, de liminaridade. Um ser que se define e se afirma na tolerância é um ser precário, é um ser colocado em uma situação de incerteza, de insegurança e de ameaça constante de não ser. Ser tolerado é ser a meio, é estar em situação de fragilidade, de indecisão e de inscrição precária. Quem é tolerado hoje pode deixar de ser amanhã. Ser na tolerância é um ser quase que de favor. É um ser que depende da condescendência do outro, da permissão do outro para existir. É um ser dependente da decisão do outro, que pode resolver, a qualquer momento, não mais tolerá-lo.

Se constituir como sujeito na tolerância significa assumir, de saída, uma posição de subalternidade. Uma ação política que se faz em nome da tolerância em relação a um outro é uma ação política que reconhece haver uma hierarquia entre aquele sujeito que tolera e aquele que é tolerado (VOLTAIRE, 2008; LOCKE, 2007). É, portanto, uma ação política que reconhece e reafirma, quando não reforça, hierarquias entre sujeitos. Agir politicamente para reivindicar ou exigir que alguém tolere a um outro, é realizar uma ação política que convoca uma atitude de indulgência de um sujeito pretensamente instalado no lugar da correção, no lugar do verdadeiro, no lugar do conforme, no lugar da norma, para com aquele que ocupa o lugar do que seria o erro, a inverdade, o desconforme, a anormalidade. A política da tolerância reafirma hierarquias e faz das diferenças desigualdades (DROIT, 2017). Se for reivindicado que

alguém seja tolerado, essa reivindicação parte do pressuposto que esse sujeito traz em si algo que o candidata a não ser tolerado, que ele, sem as benesses da política da tolerância poderia ser, *in extremis*, eliminado. Estar em situação de tolerado é estar em situação de ameaça, e a política da tolerância reconhece essa ameaça e tenta apenas contê-la (SANTOS, 2010). O tolerado sofrerá, sempre, de um déficit de inclusão e de aceitação social. Ele se saberá, sempre, uma exceção, uma ovelha negra, que apenas não é atacada e expulsa do rebanho, mas que nunca conseguirá com ele se misturar e se confundir. O patinho feio não receberá bicadas e não será de todo abandonado, mas terá que nadar sempre na periferia da ninhada e reconhecer-se como um ser diferente, menor, subjetivando, internalizando a sua própria inferioridade. Uma política da tolerância convoca que os sujeitos tolerados reafirmem seus lugares e, com eles, internalizem sua diferença como inferioridade (CHELIKANI, s/d; ESPÍNDOLA, 2018; ZARKA, 2012).

Portanto, as ações políticas e os enunciados ligados ao conceito de tolerância participam da produção de subjetividades, da produção de sujeitos, o que implica a ocorrência de processos de conhecimento e reconhecimento. A produção de subjetividades, a produção de sujeitos implica que alguém se conheça e se reconheça de dadas maneiras, a partir das experiências e das vivências que realiza no interior de uma dada ordem social e de uma dada cultura. A produção de sujeitos, a produção de subjetividades é imediatamente um processo político porque ela envolve a subjetivação dos códigos sociais, das regras, leis e normas que instituem uma dada ordem social. Um sujeito é aquilo que ele conhece sobre si mesmo e o que ele reconhece ser. Portanto, tolerância e reconhecimento andam juntos e não são tão opostos assim como parecem. Apenas, a política da tolerância em relação a um outro diferente, minoritário no interior de uma dada sociedade, leva a esse sujeito a reconhecer-se em déficit com o que seria a normalidade ou a conformidade social. A política da tolerância leva ao sujeito que pertence aos grupos majoritários e hegemônicos, que se comportam de acordo com as normas prevaletentes naquela sociedade, a se reconhecerem como superiores, como estando em posição, inclusive, de serem indulgentes em relação aqueles que discrepam da maioria. A indulgência e a tolerância,

implicam o estabelecimento de relações sociais e de poder assimétricas, o reconhecimento por parte dos participantes dessas relações que eles ocupam lugares de sujeito valorados e legitimados de formas distintas, naquela sociedade e cultura em que vivem. O discurso da tolerância interpela aqueles que estão em posição de superioridade e de hegemonia a serem generosos e indulgentes com aqueles que estariam em lugares de inferioridade e marginalidade, sem que leve ao questionamento dessas hierarquias. Ele embasa um dispositivo de reconhecimento por parte dos sujeitos de seus lugares como assimétricos, como qualitativamente diversos e distantes (AMOROSO, 2016; MEDRADO, 2019).

O que mudaria, todavia, se uma política deixasse de ser embasada na noção de tolerância para ser nucleada pela noção de reconhecimento? O sentido óbvio da palavra reconhecer é o de se conhecer novamente, é o de se conhecer pela segunda vez algo já conhecido. Mas reconhecer também possui o sentido de verificar, de se ir lá ver, de certificar-se de que algo ou alguém está em uma dada situação. Fazer o reconhecimento de algum lugar, ao contrário de significar conhecer novamente aquele sítio, significa ir vê-lo pela primeira vez, explorá-lo minuciosamente quando do primeiro encontro, avaliá-lo nos mínimos detalhes. Mas reconhecer também possui o sentido de dar os méritos por algo a alguém, significa agradecer a alguém por algo realizado, significa premiar alguém por aquilo que realizou. Reconhecer também pode ser confessar algo que ainda não havia admitido, significa assumir que algo se fez ou algo se disse. No entanto, o sentido que está implicado no que vínhamos discutindo é aquele que remete reconhecer ao ato de conhecer a sua própria imagem, de se autoconhecer, de conhecer o seu pretensão “si mesmo”, ao ato de conhecer o que seria o seu ser próprio. Nesse sentido, reconhecer também poderia ser associado ao ato de confessar, de confessar-se, de dizer o que seria essa verdade mesma de si, de externar um “si mesmo” interno e envelado no interior do ser (HOLANDA, 1975, p.1198; CUNHA, p.550).

O reconhecimento, portanto, implica o ato ou o efeito do conhecer novamente, de se encontrar com algo ou alguém com que ou com quem já se havia travado conhecimento. Reconhecimento seria reencontro, seria ver novamente algo já visto, seria constatar a semelhança entre algo

ou alguém já visto e que agora se vê de novo. O reconhecimento implica a declaração de que se encontrou algo ou alguém que já se conhecia, que se está novamente a conhecer algo conhecido. O reconhecimento implica, pois, a reafirmação de um saber prévio, a reafirmação de um encontro anterior com algo ou alguém. Há também o reconhecimento como gratidão, como a afirmação da dívida por ter recebido alguma coisa ou por um gesto de alguém. Mas, muitas vezes se esquece, que reconhecimento também possui o sentido de inspeção, de verificação de algo *in loco*, de busca por algo específico em dado lugar. *A priori* o reconhecimento não estabelece nenhuma hierarquia entre o reconhecedor e o reconhecido. O reconhecedor apenas encontra e conhece novamente ao reconhecido, não implicando, necessariamente, que entre eles haja qualquer hierarquia. Ora, mas esse sentido se altera se o reconhecimento implica a aceitação de um outro que poderia não ter sido aceito e se esse reconhecimento implica gratidão por parte daquele que é reconhecido. Novamente se estabelece uma hierarquia moral entre aquele que é o sujeito e aquele que é o objeto do gesto de reconhecimento. Aquele que reconhece se coloca numa posição de poder reconhecer ou não, o que lhe confere um lugar de superioridade na relação. Aquele que é reconhecido e que, por isso, fica agradecido, assume uma posição de subalternidade, de humildade, de dessemelhança em relação a aquele que reconhece. Se sou grato por um reconhecimento é porque internalizei que poderia não ser reconhecido, que poderia ser ignorado, que poderia ser recusado, que poderia ter a existência negada (HONNETH, 2003).

O reconhecido não apenas deve ser agradecido pelo seu reconhecimento, pela ação do outro em relação a si, como está obrigado a essa postura de reverência diante do gesto que lhe foi endereçado. Ser reconhecido significa ter sido enxergado, ter sido levado em conta, ter tido a existência afirmada, o que não significa necessariamente aceita, vista com bons olhos. Estar no lugar de reconhecido é estar no lugar do devedor, de alguém que reconhece que alguém poderia tê-lo desconhecido, mas, no entanto, num gesto magnânimo o reconheceu. Portanto, estar nesse lugar de sujeito, no lugar do reconhecido é admitir que se passou por uma inspeção, por uma verificação, que poderia tê-lo identificado de maneira negativa, mas, no entanto, por um gesto de generosidade

foi admitido entre aqueles que seriam os melhores, os certos, os normais, os bons. Ficar reconhecido é agradecer a valoração positiva de que foi objeto. O reconhecido poderia ter sido um ser recusado, um ser não visualizado, um ser inexistente, um ser abjeto e marginalizado. Com o reconhecimento se dá a inclusão e legitimação social do reconhecido, sem que se abule a desigualdade trazida pela diferença. Quando alguém precisa ser reconhecido em sua diferença é porque ela é fonte de avaliação desigual, ela é fundamento de hierarquias e discriminações (HONNETH, 2019).

Uma política do reconhecimento não deixa de trazer implicações tão ambivalentes quanto são ambíguos os sentidos da palavra reconhecer (MELO, 2013). Uma política que luta para que se enxergue como existentes e como tendo direito à existência outros seres invisíveis socialmente, não deixa de admitir a existência e a possibilidade do desconhecimento e da invisibilização desses sujeitos. Reconhecer pode ser ver o outro em pé de igualdade, de frente, frontalmente, no mesmo nível, medir-se como iguais, como pode ser generosamente dar conta da existência de alguém que poderia ou deveria passar despercebido, de alguém que, numa posição inferior, requer, reivindica que se olhe para ele. Uma política do reconhecimento pode ser a luta para que se encare como igual esse outro que é diferente, para que se reconheça seu direito à existência na sua diferença mesmo, como pode ser a bondosa ação de se deixar o outro ser diferente, mesmo se pressupondo que em sua diferença há inferioridade, déficit de valores, de humanidade mesmo (HONNETH, 2019). Uma política do reconhecimento pode induzir a aqueles sujeitos que são o objeto de sua ação a se tornarem sujeito gratos e devedores dessa atuação política. Ela pode levar a que esses sujeitos diferentes e distintos subjetivem o dever de agradecerem por receberem o reconhecimento que, no fundo, julgariam não merecer. Ela pode levar a aceitação de que os diferentes devam ter as vidas e ações submetidas a inspeção, a verificação constante, desde que essa inspeção resulte em sua aceitação como ser distinto e distante dos demais (RICOUER, 2006).

Creio que para uma ação política voltada para a defesa do direito à existência, do direito à diferença, do direito à singularidade, de grupos minoritários do ponto de vista político, no interior das sociedades, como

as mulheres, os homossexuais, os indígenas, os negros, o conceito mais adequado para ser colocado no centro dos discursos e das ações seria a noção de convivência, mais do que os conceitos de tolerância ou de reconhecimento. Conviver tem o sentido óbvio do viver juntos, do viver com outrem, de estar lado a lado com alguém, de frequentar, com certa regularidade, a vida de alguém, de estar presente, com frequência, na vida de um outro. O conviver pode significar manter distintos graus de intimidade em relação a alguém, mas exige certa proximidade e certa constância no que diz respeito aos laços que unem duas ou mais pessoas. O conviver não traz em si mesmo nenhuma exigência da observância ou da instituição de hierarquias entre os conviventes. A princípio a convivência convoca o estabelecimento de uma horizontalidade entre as pessoas e das relações que as unem. O conviver traz a ideia significativa do estar lado a lado, do estar ombreado com alguém, do estar em pé de igualdade em relação ao outro. O conviver traz implícita a proximidade entre pelo menos duas vidas, vidas que se encontram, que são vividas em conjunto e não separadamente ou em paralelo. O conviver fala de encontro, de aproximação, de convergência, de um viver amistoso e mais íntimo em relação a um outro, com um outro. O conviver convoca ao partilhar da vida, ao dividir o viver de forma a que este seja mais bem vivido, a viver com alguém que venha potencializar o próprio existir (HOLLANDA, 379; CUNHA, 178).

A convivência é inerente à vida social. Como um ser social, como um ser que depende do outro, do estabelecimento de laços com outros até para sobreviver, os humanos são chamados, desde a mais tenra infância, a aprender a conviver, a aceitar e desfrutar da presença do outro. Se a tolerância e o reconhecimento remetem, de saída, as relações de poder, de hierarquia, que são imanentes ao estabelecimento de laços sociais entre os humanos, a convivência chama atenção para as dimensões afetivas, emocionais e sensíveis de toda e qualquer relação social (PONS, 2010). A convivência passa pelo estabelecimento de certa familiaridade, de certa proximidade, de relações mais ou menos íntimas, onde estão presentes os afetos e os sentimentos. A convivência, dada a aproximação que exige e que efetua, provoca necessariamente a presença de afetos, de afecções entre os sujeitos que convivem. A presença de um outro afeta, traz

afecções, provoca reações sensíveis, afetivas, emotivas, seja no sentido do estabelecimento e reforço do laço de convivência, seja no sentido de sua dissolução ou evitamento. Mas esse outro da convivência, a princípio, possui os mesmos direitos à existência que aquele que com ele se relaciona (IACOCCA e IACOCCA, 2010). Entre os dois ou mais sujeitos da convivência não é necessário existir nenhuma generosidade, nenhuma indulgência, nenhuma tolerância, eles existem em pé de igualdade e todos afirmam seu direito à existência em sua singularidade e diferença. Não há na convivência nenhuma exigência de semelhança, similaridade ou identidade entre os conviventes. Não adjetivamos a convivência em boa ou má, pois defendemos o ponto de vista que a chamada má convivência não é convivência, mas seu fracasso. Toda convivência é boa convivência e adjetivá-la assim, portanto, seria recair em tautologia.

O convivente é aquele que divide a vida com outro, que vive com alguém, que vive junto a outrem. Supõe-se que o convivente é aquele que partilha a mesma ordem social, que divide o mesmo espaço de atuação e de vivência, é aquele que está submetido e reconhece os mesmos códigos que estruturam e regulam a vida do outro com quem convive. Viver juntos significa partilhar não só dado espaço e dado tempo, mas dadas regras e práticas de sociabilidade, dadas ações e rituais que constituem a vida cotidiana (JARES, 2008). O convivente, no entanto, é uma outra vida, tem o direito preservado de ser diferente, de ser singular, de ser distinto e, só assim, poderá ser um convivente e não um conivente. Para se conviver é preciso levar em conta e aceitar essa diferença irreduzível do outro, o fato de que o outro é outro, nunca poderá se identificar completamente com aquele outro com o qual convive, senão não seria outro. A convivência implica aceitar que o outro tem direito a uma existência própria, que o outro tem os mesmos direitos que qualquer um, não precisando ser tolerado ou reconhecido em sua diferença. O convivente pode ter a face alegre do conviva, daquela pessoa que encontramos e com a qual dividimos festas, banquetes, atividades de lazer. A convivência pode chegar à camaradagem, à amizade, à convivialidade.

A convivência exige, antes de mais nada, o respeito pela existência do outro em seus próprios termos. Uma política da convivência é uma política que se faz na reivindicação do respeito ao outro na sua diferença,

do respeito ao direito do outro existir de modos e maneiras diferentes, do outro ser outro. Uma política da convivência é uma política que está fundada na militância em torno do respeito à diferença, do direito de divergir, de ser distinto, de viver de modo diferente, de ter uma outra modalidade de vida (MARTINS, 2001). A política da convivência enfatiza a necessidade de que vidas distintas e diferentes se encontrem, de que sejam capazes de se afirmarem, lado a lado, sem que seja preciso se anular as discordâncias e os desacordos, os conflitos (MARIAS, 2003). A política da convivência é uma militância no sentido de romper com o estabelecimento de qualquer hierarquia entre as formas de vida, de questionar a valoração negativa das formas de vida que não sejam as majoritárias e hegemônicas, desde que elas não estejam atentando, de alguma forma, contra a vida do outro ou estejam sendo vividas em prejuízo dos demais. A baliza ética de uma política da convivência é a própria vida, é a valorização e afirmação da vida, apoiando-a em toda sua diversidade de formas e sancionando toda aquela forma de vida que prejudica a convivência, pois significa uma ameaça a vida de outrem, em seus vários aspectos. Militar em torno da convivência é buscar não a harmonização do social, mas o reconhecimento e o respeito ao seu caráter agônico, ao mesmo tempo em que se busca que os conflitos não descambem para a violência, maior inimiga da vida e, portanto, da convivência. A luta pelo respeito ao direito dos outros existirem em sua diversidade é o fundamento de qualquer sociedade que se queira democrática e republicana. Não há democracia e república sem a convivência entre diferentes, sem a convivência de modos distintos de pensar e de levar a vida (TORRES, 2015).

Como disse, uma política da convivência está fundada no respeito, mais do que no reconhecimento ou na tolerância. O respeitar, ao contrário do reconhecer ou do tolerar, não é uma ação que está centrada num sujeito que mantém em relação a um outro, que tolera e reconhece, numa posição privilegiada de poder e moralmente superior (HOLANDA, p.1224; CUNHA, p.560). O respeitar faz referência sempre à relação que mantenho com esse outro, é uma ação voltada para ele, ele é o centro da relação, é o outro e não eu que convoca o respeito. Enquanto sou eu que tolero ou reconheço, o respeito depende do outro se fazer respeitar,

merecer o respeito. Enquanto o ato de tolerar ou de reconhecer estava centrado em quem o realizava, o ato de respeitar vai na direção de quem é o respeitado (CARRARO, 2016). O respeitado é o foco da ação e não o respeitador. É o respeitado que provoca e convoca a ação, quase involuntária, de respeitar por parte do respeitador. O tratar alguém com respeito não é uma decisão centrada em quem a promove, como é o ato de tolerar ou de reconhecer, mas é um ato provocado, motivado por quem é o objeto do respeito, por quem se faz respeitar. Essa é uma das dimensões eminentemente políticas do respeito, ou seja, aquele que é respeitado agiu para isso, fez por merecer isso, exigiu que assim fosse. Toda figura minoritária politicamente, numa dada ordem social, deve exigir e militar por respeito, não por tolerância ou reconhecimento, deve se fazer respeitar, deve se fazer digno de respeito, se colocando como agente do próprio respeito e não esperando que alguém o tolere ou reconheça (BOFF, 2006). Respeitar é acatar o outro em seus próprios termos, é aceitar o outro em sua diferença.

Há sentidos da palavra respeitar que devem ser claramente recusados quando da definição de uma política voltada para a convivência respeitosa entre diferentes. O respeitar como honrar, como rezear, como suportar. Não se pode querer honrarias, isso seria reivindicar mais do que o direito ao respeito por sua forma particular de viver, seria querer encômios, homenagens, por uma maneira de viver que deve ser afirmada e não, necessariamente, incensada. Não se pode fundar a convivência pacífica e respeitosa no receio, na desconfiança. Uma política que milite pela convivência entre diferentes, deve, acima de tudo, tentar suplantar os receios e desconfianças que possa haver entre esses conviventes, elas são um passo para o preconceito e até para a violência. A convivência não pode se basear na capacidade dos outros apenas se suportarem, pois estaríamos fundando relações precárias e frágeis, assim como são as relações fundadas na tolerância, podendo ser rompidas a qualquer momento, por qualquer motivo. O conviver com respeito deve ser mais do que simplesmente se suportar (CORTELLA, 2014).

Respeitar também tem o sentido de observar, de atender, notadamente alguma lei, algum código de regras. A convivência respeitosa entre pessoas diferentes implica, sem dúvida, que elas observem e aten-

dam às regras, aos códigos de conduta, aos costumes, aos ditames que permitem uma boa convivência (YÚDICE, 2013). A convivência requer o respeito, não apenas pelo outro, mas também aos códigos sociais que permitem que esse outro possa existir do modo distinto como existe. E esse é, sem dúvida, um ponto de ataque principal de uma política visando a convivência entre pessoas diferentes, ou seja, a luta pela criação de regras, de leis, de regulamentos, de codificações, que reconheçam oficialmente, no âmbito do Estado, o direito do diferente existir, do direito de ser diferente, de ser respeitado em sua diferença, sem que isso acarrete desigualdades e hierarquias, discriminações, preconceitos e atos de violência física ou simbólica (JARES, 2008). É preciso que a ideia de respeito e convivência se materialize em regramentos e códigos legais que garantam o seu exercício, que levem a sua observância e que sancionem a quem age com desrespeito e a quem impede a convivência. Respeitar é, ainda, pertencer a algo ou alguém, dizer respeito a. Nesse sentido uma relação de respeito é aquela em que ambos os polos da relação estão nela implicados, não há respeito se ele não for mútuo. O respeito envolve e responsabiliza os dois agentes da relação em sua manutenção, os compromete em sua perpetuação.

Enquanto a tolerância e o reconhecimento implicam o estabelecimento de uma relação verticalizada entre seus agentes, o convívio baseado no respeito instaura uma relação horizontalizada, mas, ao mesmo tempo, uma relação na qual um certo distanciamento e um certo espaçamento devem prevalecer entre seus agentes, uma distância e um espaçamento que permitam ao outro ter o seu próprio espaço, o seu próprio território existencial. Se respeitar é estar voltado para alguém, se respeitar pode chegar a ser estar devotado a alguém, se respeitar é se inclinar na direção de alguém até num gesto de reverência e veneração, é, ao mesmo tempo, o reconhecimento da necessidade de se manter uma dada distância, de se manter em seu próprio lugar para que a situação de respeito se efetive e se instaure. Quem respeita não se sobrepõe ao outro, não invade o espaço do outro, não se põe na condição de superioridade em relação ao outro (IACOCCA e IACOCCA, 2019). Se o respeito nasce de uma relação, podemos dizer que ele é como se fosse a causa de si mesmo, pois é na relação, no momento relacional que alguém se

faz respeitar, que alguém impõe respeito, com a sua simples presença, com o simples fato de ser esse outro que deve significar o limite do espaço do outro, que deve significar a fronteira que o poder e o domínio do outro não pode ultrapassar. Há no respeito sempre uma dose de temor, de medo das consequências que possa advir da invasão do espaço de vida do outro, do desrespeito à sua maneira de viver. A convivência se faz respeitosa e respeitadora quando ela mede a distância, quando ela mede o espaçamento de segurança que deve ser mantido em relação a intimidade e a privacidade do outro. Há respeito quando se dá importância à vida do outro. A convivência é, portanto, o paradigma contra toda forma de violência, de agressão, de invasão ao espaço de vida do outro, de alguém. O fascismo, o autoritarismo, a prepotência, a arrogância costumam não respeitar o distanciamento necessário para que haja convivência. Normalmente, essas modalidades de sujeitos e esses tipos de subjetividades aspiram ao apagamento da diferença em relação ao outro, buscam a constituição de um estado psicológico de fusão entre as pessoas, com o apagamento de suas diferenças de personalidade e modos de ser e agir. Os grupos fascistas são extremamente perigosos porque são grupos em fusão, quase sempre agindo a reboque de uma dada personalidade, de um dado sujeito que se sobrepõe e se impõe aos demais, invadindo e desmanchando o espaço de existência própria que cada vida deve ter (SILVA, 2010).

A grande dificuldade para uma criança e, notadamente, o sofrimento dos adolescentes, sua revolta e sua rebeldia, tem a ver com esse processo de criação de um espaço, de um território próprio de existência, de se desvencilhar da subsunção de sua vida e de sua individualidade na comunidade familiar, na subjetividade de grupo e de fusão estabelecida no interior das famílias, sob o poder dos pais ou dos adultos (FERRARI, 2016; KORCZAK e DALLARI, 1986). O respeito implica a contenção do poder de invadir, de dominar, de se apossar da vida de outrem. Não há convivência sem a observância de limites e de fronteiras pactuadas nas próprias relações, nos costumes ou mesmo através da legislação. A luta política em torno da convivência e do respeito ao diferente passa pela reivindicação e conquista da imposição de limites a instâncias e agentes de poder que se veem no direito de invadir e se apossar, de ditar como

deve ser a vida do outro. A luta política dos homossexuais, por exemplo, deve ser, antes de tudo, por respeito às suas existências, a começar pelo respeito que devem merecer de seus pais e familiares, que não podem se arvorar a donos das vidas e dos destinos alheios, só porque são seus parentes. Os homossexuais devem fazer da luta por respeito e, portanto, por convivência, a sua principal reivindicação. O respeito e aceitação de sua diferença e da distância de suas formas de vida em relação às aquelas que são hegemônicas numa sociedade heteronormativa.

O respeito tem a ver com justiça, com o fazer justiça a alguém, ou seja, em reconhecer no outro um sujeito de direitos (FACHINETTO, 2009). Esta tem sido a luta dos homossexuais, das mulheres, dos transexuais, das travestis, ou seja, a luta por serem reconhecidos como sujeitos de direito, como fazendo jus a direitos por serem quem são, por levarem a vida que levam. A convivência implica que o meu direito acaba quando o do outro se inicia, que o meu direito não pode se sobrepor ao do outro, mas com ele conviver (MESQUITA, 2018). A convivência aproxima sujeitos de direito, enquanto tal, mas os diferencia naquilo em que possuem direitos específicos, que garantem a sua própria existência. É autoritária e fascista todo direito que visa impedir o outro de ser o que é, desde que sua forma de ser não implique desrespeito e ameaça a vida do outro (RAZ, 2004). Toda pretensão de impedir uma dada maneira de se levar a vida, que não prejudica aos demais, é uma ameaça a convivência e é um desrespeito ao direito do outro à diferença. O respeito é sempre referido a um outro, tem o outro como referência e, ao mesmo tempo, como limite. Quando eu respeito outrem, o levo em conta, o tenho em causa e por isso me contenho por causa de sua existência. O respeitar exige a contenção, o se conter perante o outro, em relação a quem mantenho dada distância, do qual evito uma proximidade que implique a anulação de sua diferença e de sua existência própria. Se o respeito pode implicar, inclusive, a saudação, o cumprimento ao outro, é porque esses gestos afirmam a sua existência, com esses gestos eu demonstro não tolerância ou reconhecimento por sua existência, mas respeito por ela. Se eu saúdo ou cumprimento alguém é porque manifesto que tenho por ele respeito, esses gestos indicam que o aceito na sua forma mesma de ser

e de viver, ao mesmo tempo que enceno, que expresso a distância que nos separa, o espaçamento que nos torna seres distintos que convivem.

As lutas políticas, os movimentos sociais de minorias políticas, como as mulheres, os homossexuais, os transexuais, os indígenas, os negros, devem se articular em torno da reivindicação de respeito por sua singularidade, por sua condição social específica, pela convivência com os demais, sem que ela signifique o abrir mão de sua especificidade, e de sua maneira singular de viver, de sua condição distinta do ponto de vista social. Mais do que reivindicar tolerância ou reconhecimento, que é um apelo para que um outro supostamente superior socialmente garanta as suas existências, que elas sejam visibilizadas e admitidas. Com certa indulgência, trata-se de afirmar-se como sujeitos de direito, como sujeitos que, como humanos, antes de mais nada, têm o direito ao respeito a sua forma particular de vivenciar e definir o que seja a humanidade. O paradigma da convivência implica a ruptura com qualquer modelo do que seja o humano, do que seja a vida humana, para se admitir uma diversidade de formas de declinar essa condição, desde que elas se fundem no respeito a vida do outro e a sua dignidade. A convivência pressupõe a existência de formas de vida diferenciadas que se afirmam, lado a lado, em pé de igualdade, em direitos e legitimidade social. Conviver e ser respeitado em sua forma singular de viver é mais do que ser tolerado, é mais do que ser meramente reconhecido, é se afirmar sujeito de cidadania plena, sujeito com direitos e deveres iguais no interior da cidade, que faz e vê em sua diversidade de formas de vida a sua riqueza e não a sua fragilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Caia. **Violência x tolerância. Como semear a paz no mundo.** São Paulo: Moderna, 2017.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível II: convivência, respeito e tolerância.** São Paulo: Vozes Nobilis, 2006.

CARRARO, Fernando. **Respeito sim! Violência não!** São Paulo: FTD, 2017.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível II: convivência, respeito e tolerância.** São Paulo: Vozes Nobilis, 2006.

CHELIKANI, Rao V. B. J. **Reflexões sobre a tolerância.** São Paulo: Kindle, s/d.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, convivência e ética:** audácia e esperança! São Paulo: Cortez, 2018.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DROIT, Roger-Pol. **Tolerância.** São Paulo: Contexto, 2017.

ESPÍNOLA, Hugo. **Tolerância:** conceitos, trajetórias e relações com os Direitos Humanos. Curitiba: Appris, 2018.

FACHINETTO, Nedemar José. **O direito a convivência familiar e comunitária:** contextualizando com as políticas públicas (i)nexistentes. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

FERRARI, Fabiana Christina. **Convivência familiar:** o reflexo social de um direito. Curitiba: Appris, 2016.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário Aurélio.** 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. **Reificação:** um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Unesp, 2019.

IACOCCA, Lilian e IACOCCA, Michele. **O que fazer? falando de convivência.** São Paulo: Ática, 2019.

IACOCCA, Lilian e IACOCCA, Michele. **O meu, o seu, o nosso**: refletindo sobre atitudes e espaços de convivência. São Paulo: Ática, 2019.

JARES, Xesus R. **Pedagogia da convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

KORCZAK, Janusz e DALLARI, Dalmo de Abreu. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986.

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância**. São Paulo: Hedra, 2007.

MARIAS, Julian. **Tratado sobre a convivência**: concórdia sem acordo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Eu e os outros**: as regras da convivência. São Paulo: Moderna, 2001.

MEDRADO, Vítor Amaral. **A liberdade de expressão e a Justiça brasileira**: tolerância, discurso de ódio e democracia. 2 ed. s/l. Edição do Autor, 2019.

MELO, Rúrion. **A teoria crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2013.

MESQUITA, Fátima. **Tem lugar aí para mim? Um livro sobre Direitos Humanos e respeito à diversidade**. São Paulo: Panda Books, 2018.

PONS, Esteve Pujol i. **Valores para a convivência**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

RAZ, Joseph. **Valor, respeito e apego**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOUER, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2007.

SANTOS, Antônio Carlos dos. **O outro como problema**: o surgimento da tolerância na Modernidade. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Mônica. **Pessoas controladoras e o mal-estar da convivência**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019.

TORRES, Abigail Silvestre. **Convívio, convivência e proteção social**. São Paulo: Veras, 2016.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. Porto Alegre: L & PM, 2008.

YÚDICE, George. **A convivência da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ZARKA, Yves Charles. **Difícil tolerância. A coexistência de culturas em regimes democráticos**. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

ARTIGOS DAS MESAS REDONDAS

As Mesas Redondas reúnem três artigos: a MR1 – “Movimentos de Mulheres e Lutas por Reconhecimento: trajetórias e processos sociais” está representada pela professora e socióloga Anna Christina Freire Barbosa, da Universidade Estadual da Bahia, com o texto intitulado *A Violência de Gênero no Âmbito do Direito Penal: Embates Sociojurídicos*.

A comunicadora social e jornalista colombiana, Patricia Lora León, convidada estrangeira da Universidad Uniminuto da Colômbia, apresenta o seu artigo *El Potencial de la Comunicación “Reversa”: para repensar la relación entre derechos humanos y diálogo intercultural*, que reflete a temática relacionada à comunicação de sua participação na MR2 - “Direitos humanos, lutas por reconhecimento e representações na mídia” do I Seminário Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento.

Na MR3: “Questões raciais em Direitos Humanos”, a antropóloga colombiana e professora titular do Anthropology Department John Jay College of Criminal Justice y Graduate Center – NY- EUA, Patricia Tovar Rojas, convidada estrangeira especialmente para participar do I Seminário Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento, está representada pelo artigo *Derechos Humanos en el Conflicto Armado Colombiano: las intersecciones de raza y género*.

A Violência de Gênero no Âmbito do Direito Penal: Embates Sociojurídicos²

Anna Christina Freire Barbosa³

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro - BA

RESUMO

Os embates políticos trazidos pelos feminismos, com relação às mulheres em situação de violência, resultaram no campo jurídico em modificações no Código Penal por meio da Lei nº 13.104/2015. O presente trabalho traz à baila a forma como se expressam as representações sociais de operadores do sistema de justiça, sua atuação na construção da esfera discursiva do direito penal na tipificação do feminicídio. Discute o modo de estruturação da relação entre saber e poder na produção da prestação jurisdicional oferecida pelo Ministério Público, ao focar o modo como se exprimem os argumentos apresentados nas peças processuais de denúncia, uma vez que consistem na tradução técnica do conflito interpessoal frente ao sentido de ordem social.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio; Prestação Jurisdicional; Ministério Público; Direito Penal; Representações Sociais.

2 Trabalho apresentado na MRI – Movimentos de Mulheres e Lutas por Reconhecimento: trajetórias e processos sociais do *I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

3 Professora do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia, *Campus* III, DTCS, e-mail: acbarbosa@uneb.br

Introdução

Dez anos após o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em agosto de 2007, o movimento feminista tem continuamente interpelado o campo jurídico no sentido de retirar das suas práticas a indolência que lhe é característica (SANTOS, 2011). A luta política gira em torno da materialização de direitos fundamentais, com a igualdade como foco crucial dentre os desafios sociais.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um montante de 896 mil processos relativos a casos de violência doméstica contra a mulher tramitou até setembro de 2017 na Justiça brasileira. Todavia, entre prever o amparo legal e oferecer prestação jurisdicional, de modo a atender de forma satisfatória as demandas da sociedade, existem lacunas a serem superadas, ao se considerar a densa trama de fatores políticos e institucionais envolvidos, ainda carentes de uma solução mais alentadora na perspectiva operacional.

Desse ponto de vista, a Lei Maria da Penha é exemplar, um recurso jurídico fundamental, no sentido de dar às mulheres um tratamento específico, diante do quadro de violências a que estão submetidas de forma estrutural na sociedade brasileira. Ao se observar a trajetória da legislação no país, é possível verificar que ela é a primeira experiência normativa que tratou de desnaturalizar os padrões de sociabilidades violentas no âmbito doméstico e familiar, tanto no sentido físico como no psíquico. Alinhada ao debate político internacional, sua formulação possibilitou a ressignificação das relações de gênero (SCOTT, 1995), e da forma como o Estado deve encarar a proteção às mulheres em situação de violência (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/SESC, 2010; SENADO FEDERAL, 2013).

Entretanto, persistem posturas misóginas que se materializam em atos violentos, incluindo-se aí o feminicídio, quando ser mulher se constitui na principal causa para a deflagração do crime de morte, além do universo amplo de fatores que confluem para que a violência se manifeste, tais como as diferenciações de classe e raça (BANDEIRA, 2013). Situação de há muito detectada mas que se coloca como tema presente ao se observar os dados contidos no *Mapa da Violência 2015: Homicídio*

de Mulheres no Brasil (WASELFISZ, 2015), pois ao se comparar o Brasil com o cenário internacional o país apresentava em 2013 uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, na Bahia a taxa é ainda maior de 5,8 e em Pernambuco 5,5. Isso significa que das 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários.

Segundo o citado relatório, é possível verificar que no panorama nacional um dos entraves significativos é que os municípios com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte. Dos 5.570 espalhados ao longo do território nacional, 68,3% possui até 20 mil habitantes, os quais em geral não contam com cobertura adequada da rede de assistência a mulheres em situação de violência. Por outro lado, 310 (5,6%) tem mais de 100 mil habitantes e 42 mais de 500 mil, são esses os que contam, com maior expressividade, com rede de atendimento, delegacias e varas especializadas.

Tal situação coloca as expectativas de materialização de direitos quase que exclusivamente nas mãos dos agentes do campo jurídico, dentre os quais concorre de modo fundamental o Ministério Público, a ‘fala estatal’ para a preservação do sentido de pertencimento a uma ordem social e jurídica, com a obrigação institucional de oferecer a denúncia, assinalar o crime e a extensão do delito.

Sobre os fundamentos de uma ordem social e jurídica

Ao refletir acerca do significado do direito, devemos pensar sobre o papel da dogmática. Da mesma maneira, incluir a consideração das crenças que animam os agentes sociais no campo jurídico, sua formulação da lógica de justificação adotada para requerer a adequação de comportamentos de conformidade dos indivíduos, relativamente à dominação do estado. Isto é, as formas pelas quais as representações sociais que dão legitimidade à submissão ao sentido de ordem coletiva se manifestam.

Segundo aponta Alain Supiot (2012), três dimensões são cruciais para compreender a forma de estruturação social de uma ontologia jurídica e seu processo de instituição. A primeira se refere aos significados do ho-

mem quanto a sua natureza metafísica, a constituição simbólica que ancora a sua subjetividade. Tal mecanismo se refere ao compartilhamento de significações de si e do mundo, são os sentidos de pertencimento que trazem o senso de racionalidade para a solidariedade social e que produzem o enlace social.

A segunda afeta a natureza das leis, o caráter imperativo que carregam por sua característica impositiva, a forma como o direito é positivado e ordenado, bem como os modos de hierarquização adotados. E ainda, sob esse aspecto, a relação com o *jus naturale*, com uma sensibilidade para um senso de justiça capaz de vincular os membros da coletividade como um todo.

Já a terceira se refere à servidão da palavra declarada, o sentido de ligação estabelecida, no sentido etimológico a obrigação, *ob-ligare* (ligar a), traduzida pela expressão '*Pacta sunt servanda*' (o respeito à palavra dada). Desse modo, a aspiração ao 'justo lugar' é, antes de tudo, um ato de nomeação do sentido de justiça do eu para a vinculação e submissão aos demais no ambiente social.

As palavras atuam como fundamento dos laços identitários e se materializam em leis e contratos. Portanto, o direito é fruto da relação entre universo mental e experiência física, numa lógica racional em que o eu se converte em *homo juridicus*, a manifestação da personalidade jurídica, a representação do ser que postula a identidade entre corpo e mente que vai de manifestar na sujeição à tutela estatal.

No mundo social, a adoção do sentido de ordem se manifesta nas formas de regulação de condutas e pode se apresentar tanto como costumes, valores morais ou como direito positivado. Por meio delas, o cotidiano é produzido e reproduzido de acordo com parâmetros prescritivos que balizam comportamentos, individuais e coletivos, os quais estão submetidos à validação da sociedade. Assim, se dá a legitimação do sentido dos comportamentos, na repetição prosaica do cotidiano.

Em decorrência desse processo, o funcionamento institucional guarda forte dependência em relação aos valores e interesses dos grupos sociais consolidados em representações sociais (FURTADO; REY, 2002;

JODELET, 2002), especialmente para direcionar ações voltadas à percepção da necessidade de conformidade.

Tanto o comportamento dos indivíduos quanto o comportamento das coletividades estão vinculados a mecanismos de regulação das ações sociais (WEBER, 1997). Esse movimento requer identificar as práticas sociais, no “duplo sentido de posições na estrutura de distribuição do capital (econômico, informacional ou social) e dos poderes correspondentes, mas também de realizações práticas a esse espaço ou de representações desse espaço” (BOURDIEU, 2001, p. 223) que o definem.

Nesse sentido, a sobrevivência de um sistema capaz de criar e manter a ordem, como é o caso do direito, está vinculada à criação de confiança em sistemas peritos, de uma *expertise* social que permita imprimir sentido às relações concretas. Dessa forma, dar o suporte de significação a sistemas de excelência, técnica ou competência profissional, capazes de criar confiabilidade institucional (GIDDENS, 1991, 2002; GIDDENS; BECK; LASH, 1997). Sua dinâmica de funcionamento está estruturada pela confiança frente ao perigo e ao risco cotidianos, o que deve lhe permitir gerar a solidariedade necessária à manutenção dos laços no mundo social.

Sobre isso, Habermas (1997; 2002) coloca a necessidade de legitimação das estruturas da ordem e do domínio social do Estado por arcabouços jurídicos adequados à tarefa de lhes dar unidade. Entretanto, a manutenção estrutural de persistentes desigualdades de poder e prestígio de ordem material e simbólica relativas às mulheres termina por diminuir a possibilidade de representação nas estruturas política e jurídica.

Assim, a dinâmica instalada exclui largas parcelas de ‘cidadãs’ e põe em xeque a viabilidade do projeto democrático no plano do direito constitucional, haja vista que a assimetria imposta pelo *status quo* vigente não tem se mostrado passível de modificações significativas (GENTILI, 2000; ONU MUJERES, 2013; OSÓRIO, 2004).

Na busca aos tribunais para dar vazão aos conflitos sociais, há uma transferência de expectativas quanto à distribuição de riqueza e luta por reconhecimento social (HONNETH, 2009; SORJ, 2002, 2004). Dessa maneira, estabelece-se de modo pertinente a questão dos direitos hu-

manos (CULLETON; BRAGATO; FARJADO, 2009; PIOVESAN, 2008) e, por extensão, o direito voltado à proteção das mulheres na esfera do sistema de justiça no âmbito processual penal.

O direito penal, por ser parte do campo jurídico enquanto sistema perito, atua como referente na estrutura social, de modo que dele dependem muitos dos nexos de sentido contemporâneos, ao demarcar os limites de atuação aceitável dos indivíduos, o que torna a tarefa daqueles que o vivenciam suscetível às singularidades construídas no cotidiano de suas práticas.

Dentre os elementos de produção da materialidade da tutela no estado de direito na sociedade moderna estão o exercício dos direitos fundamentais, são os direitos básicos individuais, sociais, políticos e jurídicos que são previstos na Constituição Federal. Eles são baseados nos princípios dos direitos humanos, garantindo a liberdade, a vida, a igualdade, a educação, a segurança. Assim o direito à vida é uma das certezas necessárias quando se fala de estabilidade de ordens estruturais.

Ao se observar a situação de desigualdade que atinge as mulheres, em especial no que concerne à proteção quando expostas a situação de violência, verifica-se a debilidade do Estado brasileiro neste quesito. Desafortunadamente pululam nos noticiários casos de violência envolvendo agressões que desembocam em feminicídio, a denunciar a necessidade de ajustes na atuação do campo jurídico para coibir o crime de homicídio contra mulheres, numa direta afronta ao inviolável, intemporal e universal direito à vida.

De modo substancial, é perceber como as práticas dos agentes que se entrecruzam no campo jurídico no âmbito das instituições, de modo a possibilitar a apreensão da lógica do espaço social, da construção das práticas sociais e suas implicações na realidade instituída (BOURDIEU, 1996; 2004) na sociedade.

A tipificação do feminicídio como conquista social e jurídica

De acordo com a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades. Bem como preconiza que constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens. Ela é um instrumento para suprimir a identidade e promover o domínio numa relação de poder desequilibrada (ARENDETT, 2001).

A título de exemplo, relativamente ao período 2003/2103, ao se observar os homicídios de mulheres no Nordeste, a Bahia obteve um incremento de 159,3%, Pernambuco apresentou um decréscimo de 15,6%. Neste contexto, Bahia e Pernambuco apresentaram taxas que os posicionaram no quarto e quinto lugares de estados com maiores taxas de homicídios. No submédio do vale do São Francisco, o cenário em relação às mulheres também repete o que ocorre no restante do país: Petrolina/PE é a sexta cidade mais violenta em relação às demais do estado de Pernambuco. Veja-se a seguir a notícia veiculada pela imprensa de um caso recente ocorrido em Juazeiro/BA.

Feminicídio é registrado no bairro Piranga em Juazeiro⁴
Mais um feminicídio em Juazeiro. Segundo informações que acabam de chegar ao Blog o ex-marido teria assassinado na noite desta quarta-feira (11), em Piranga, a Senhora Maria Nely do Egito Neto. Populares informaram que o homem se desentendeu com a vítima e desferiu vários golpes de faca e fugiu a pé em direção ao bairro João XXIII.

4 Publicado em 11 de janeiro / 2017 às 21:26. Disponível em: https://www.geraldojose.com.br/index.php?sessao=noticia&cod_noticia=84133

Para enfrentar de modo propositivo casos como esse, entre os aspectos tomados como instrumento de luta contra a violência que atinge as mulheres, situa-se de modo destacado a institucionalização de garantias por meio do direito constitucional e penal, em que as lutas políticas se materializam em práticas reguladas pelos cânones da ciência do direito (CAMPOS; CARVALHO 2006; DEBERT; GREGORI,2008) como forma de empoderamento coletivo (ALLEN, 2013; BATLIWALA, 1994).

A despeito do papel positivo da Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher, o movimento feminista se empenhou a apresentar um novo instrumento legal com o intuito de prosseguir na luta contra a discriminação das mulheres na sociedade. A estratégia postulada ganhou corpo na aprovação e publicação da mencionada Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), que altera o art. 121 do Dec.-lei nº 2.048, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal em vigor. Assim, o Brasil se tornou o 16º país da América Latina a prever a figura do feminicídio em seu arcabouço jurídico.

Observe-se que a Lei nº 13.104/2015 alterou também a Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos, em função do acréscimo do inciso VI no art. 121 do Código Penal ainda em vigência. As três significativas inovações para o direito penal são as seguintes:

- a) Alterou o art. 121 do Código Penal para incluir como circunstância qualificadora do homicídio o feminicídio, descrevendo seus requisitos típicos;
- b) Criou uma causa de aumento de pena (um terço até a metade) para os casos em que o feminicídio tenha sido praticado: durante a gestação; nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de quatorze anos; contra pessoa maior de sessenta anos; contra pessoa deficiente; na presença de descendente da vítima; na presença de ascendente da vítima.
- c) Incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos trazidos pela Lei 8.072/90.

Na qualificadora do feminicídio, o sujeito passivo é a mulher. Aqui não se admite analogia contra o réu. Mulher se traduz num dado ob-

jetivo da natureza. Sua comprovação é empírica e sensorial. De acordo com o art. 5º, par. único, a Lei 11.340/2006 deve ser aplicado, independentemente de orientação sexual. Na relação entre mulheres hetero ou transexual (sexo biológico não correspondente à identidade de gênero; sexo masculino e identidade de gênero feminina), caso haja violência baseada no gênero, pode caracterizar o feminicídio.

Ao serem analisadas as peças de denúncia na Comarca de Petrolina/PE, a Lei do Feminicídio entrou no repertório do Ministério Público de Pernambuco na argumentação oferecida na denúncia em todos os casos identificados, com referência aos elementos de qualificação do ponto de vista objetivo. Isso tanto na alusão à legislação, quanto no desdobramento dos relatos, para caracterização de agravamento de conduta pelo fato de serem as vítimas mulheres.

Veja-se a argumentação contida no processo de número 31-21.2016.8.17.1130 quanto da fundamentação da denúncia pela Polícia Civil corroborada pelo Ministério Público: “Ademais trata-se, pois, de crime repugnante motivado e praticado apenas devido ao fim do relacionamento, pois a vítima não suportava mais a dupla vida conjugal de seu companheiro”. (Grifo na fonte).

Sobre o tema, o promotor da Vara do Tribunal do Júri de Juazeiro/BA, Raimundo Nonato Moinhos (47 anos, 20 anos de prática forense), apontou que na comarca foram seis casos com enquadramento de feminicídio, cujas experiências foram positivas no sentido de lograr a condenação dos acusados, tendo em vista os avanços na legislação. Conforme declarou, o que se busca no momento do júri

é dar a responsabilidade na medida do que a pessoa tem; mas uma qualificadora a mais, além de trazer uma possibilidade na hora da votação da quesitação de você esclarecer o júri, é sempre um avanço. Porque tem aquelas discussões acerca do motivo, aí o jurado não entende; tem a discussão doutrinária e jurisprudencial se vingança é fútil ou se é torpe. Nessas discussões a gente tem uma fragilidade nos debates porque o corpo de jurados não é um corpo técnico-jurídico, nem deve ser pois o julgamento ocorre entre os pares. Já quando você coloca em razão

do gênero mulher, da desproporção física (e isso a gente usa muito em plenário), de força, de dominação, de submissão existe uma propensão maior à condenação.

...

Quando você traz essa modificação de qualificar o homicídio, em que pese isso tenha causado um certo desconforto por parte dos grupos que atuam na defesa da mulher, houve avanço considerável com certeza. Eu sinto até que isso ocorre mesmo com a prática da advocacia na defesa, em que se tenta santificar o acusado e demonizar as vítimas; dessas argumentações que afirmam que a mulher fez por merecer. Então é uma batalha severa dos dois lados de atuação.

Desse modo, percebe-se que o processo de empoderamento (SARDENBERG, 2009), marcado pela absorção e veiculação dos argumentos do feminismo, tem adquirido espaço no desempenho das sociabilidades do campo jurídico. Isso em função da apropriação, pelos seus agentes, da legalidade cosmopolita preconizada nas convenções internacionais sobre os direitos das mulheres. Um efeito de multiplicação dos debates promovidos em âmbito internacional, o que indica o caráter de potencialização da prática política feminista como uma forma de conhecimento e como relação estratégica com o mundo social.

Entretanto, na visão da promotora Cintia Micaella Granja (36 anos, 10 anos de prática forense), que possui experiência de atuação nas comarcas de Afrânio, Dormentes e Petrolina/PE⁵ a realidade pode se apresentar de forma ainda muito diversa do esperado no curso do julgamento, a depender da localidade. Segundo seu relato, nos municípios maiores tem-se uma condição mais favorável ao sucesso da argumentação pela condenação, mas nos menores, embora o rito processual seja obedecido, o alcance da punição aos agressores se esbarra em fatores culturais, os quais dificultam a aplicação da lei. Em tais localidades as concepções

5 Todos são municípios do sertão do São Francisco, com perfis bastante diversos em termos de estruturas institucionais e densidade populacional. Para tais municípios, a estimativa de população divulgada pelo IBGE em 2016 foi de 19.225 em Afrânio, 18.510 em Dormentes e 337.683 em Petrolina.

culturais conservadoras quanto ao papel da mulher são mais fortemente sentidas pela comunidade.

As condições inerentes à quesitação sigilosa do corpo de jurados, procedimento regular no curso do julgamento pelo Tribunal do Júri, na sua percepção tendem a favorecer a lógica social de tergiversação da legislação⁶. Nas palavras da promotora Granja:

Na verdade, a gente passou por toda essa movimentação histórica, mas que as pessoas parecem desconsiderar no momento da votação sigilosa do Tribunal do Júri. A gente sai e faz aquele estudo, aquele traçado histórico de quando começou desde a legislação portuguesa. Tudo que foi construído em torno de matar em legítima defesa da honra, tudo isso é retórica em tribunal do júri. Mas nunca existiu um traço na lei, não existe na lei o crime passional, apenas a justificação nos tribunais que vão aceitando essas teses de injusta provocação. Até que chegou o momento de o movimento feminista conseguir definir o feminicídio, que coloca esse discurso como ultrapassado. Mas quando a gente começa a falar no Tribunal do Júri sobre o crime em que o marido mata a mulher as pessoas já são indulgentes, já perguntam assim: ‘O que foi que ela fez?’

Tal aspecto é corroborado pelo promotor Raimundo Nonato Moinhos. Veja-se o que tem vivenciado sobre o comportamento emotivo dos jurados.

Aquela coisa de porque você foi traído, você vai matar a mulher e mata o cara; muita absolvição ocorreu ao longo dos anos, principalmente em cidades do interior e mais especificamente a depender da composição social. O sertanejo, ele tem maiores valores nesse sentido, já quem mora à beira mar no Recôncavo Baiano tem um outro posicionamento; isso vai mudando de acordo com o tecido social.

⁶ Observe-se que a possibilidade de absolvição do réu está no quesito de número 3 e a qualificadora do feminicídio é o oitavo item.

Por essa razão, não basta que os pressupostos da igualdade estejam juridicamente definidos, é necessário assegurá-los enquanto exercício na esfera cotidiana⁷ pelas práticas dos agentes institucionais. Isso implica que obter uma proteção jurídica efetiva para as mulheres não está apenas no cumprimento de procedimentos estritos destinados à garantia de direitos materiais pelos seus titulares (ALEXY, 1997). Mas também na interlocução com as instituições do Poder Executivo e do sistema de justiça criminal, para que possa obter respostas adequadas relativamente aos procedimentos de efetivação da legislação. Observe-se o que ocorre quando se fala da consistência argumentativa para a sustentação da qualificadora nos crimes.

Mas o que tem se adotado hoje é o tratamento do feminicídio como uma qualificadora objetiva observando-se o que coloca a Lei Maria da Penha. Mas já há uma alternativa adotada pelos advogados de defesa para se criar uma conjuntura de dizer: '-Não, não é só isso. Tem que se perceber alguma afronta específica a essa condição de mulher!'. São argumentos levados ao Tribunal do Júri que são questionados e vão sendo levados em sede de decisão de tribunal. Já temos duas doutrinas formadas para amenizar a situação do réu. Uma dizendo que é subjetiva e outra que é subjetiva/objetiva. O que ensejaria um debate maior e deixaria de ser um feminicídio... Aquela ideia de que o direito é lógica argumentativa sempre vai ter. (Promotora Cíntia Micaella Granja).

Diante de tais elementos, vale destacar que obter a igualdade de gênero vai decorrer de como as relações de poder (ALLEN, 2013; SCOTT, 1995), que organizam de forma difusa as identidades pessoais e coletivas, vão expressar-se no campo jurídico. Portanto, de como o poder ideológico acerca do gênero ultrapassa o mundo interior da subjetivi-

⁷ Segundo Agnes Heller (1992, p. 17), “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana, com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos. Todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”.

dade e manifesta-se nos embates tanto da política quanto nas vivências institucionais.

Torna-se, assim, possível verificar a ligação entre os elementos que põem em contato o universo da prática dos agentes institucionais – regulamentada pela dogmática doutrinária à qual tende o direito positivo – com as dinâmicas sociais que produzem direitos no desenvolvimento histórico de determinada sociedade (FREITAS; COSTA, 2013), a exemplo das tradições, costumes e mobilizações sociais (LOPES, 1997), isto é, as inter-relações entre o plano formal e o material (ROHRER, 1968; TREVES, 2004), dado o caráter dinâmico e processual das relações sociais e sua interpenetração com o modo de estabelecer-se o direito.

Esse processo, refere-se ao procedimento, pois “a legitimidade, a validade de qualquer sistema de normas e regras depende de os membros de determinada sociedade praticarem essa virtude e até que ponto” (HELLER, 1998, p. 28). Nessa perspectiva, estabelecer pontes entre o que se espera como justiça social, o senso de justiça que, de um lado, abarca a expectativa de materialização da norma jurídica e, de outro, obtém a sua realização em termos das práticas dos agentes sociais à exemplo do que ocorre no Tribunal do Júri.

Um caminho bastante promissor tomado pelo movimento feminista quanto ao feminicídio é sua capacidade de projetar o tema para organismos tais como ONU e a OEA, com o que é possível transcender o debate entre o privado e o público (PATEMAN, 2013). Estratégia que eleva a discussão a uma esfera privilegiada de interlocução com os governos, bem como a produção de direcionamentos no plano das políticas públicas, como é o caso do projeto de Implementação do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil, que resultou na publicação das Diretrizes Nacionais Feminicídio.⁸

⁸ Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf. Acesso em 23 jun. 2017.

Conclusão

A discussão sobre o feminicídio se situa no plano do direito penal em suas materializações cotidianas na vida das mulheres, com efeitos extensivos à coletividade da sociedade, pois atinge a confiança na capacidade do Estado de garantir segurança aos indivíduos.

Ao se observar o alcance institucional do discurso voltado à igualdade e, de forma mais direta, ao direito à vida das mulheres na construção das práticas do campo simbólico do direito penal brasileiro, podemos observar os ganhos obtidos por parte dos feminismos ao estabelecer parâmetros para o enfrentamento da violência contra as mulheres através da Lei nº 13.104/2015.

Entretanto, as evidências empíricas no vale do São Francisco também dão conta de que o embate ideológico permanece de forma significativa, em especial o modo de concertação das bases de interesse que orientam as ações cotidianas dos operadores do sistema de justiça na esfera institucional do direito processual penal. É um campo não linear das relações sociais, em que se apresentam por um lado discursos politicamente engajados pela igualdade e de outro, argumentações que tratam de construir linhas paralelas e conflitivas com essa visão.

Ter a legislação à disposição da atuação do Ministério Público para formulação das denúncias é instrumental fundamental no plano normativo, mas sua materialização em condenações de agressores requer a vigilância e expansão das discussões qualificadas, que ponham em foco os fatores que devem consolidar o feminicídio em norma cogente. Dessa maneira a ação educativa dos movimentos sociais permanece urgente e necessária, em especial ao se considerar a dimensão territorial e diferenças culturais que estão presentes na nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALLEN, Amy. **Feminist Perspectives on Power**. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2013. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>>. Acesso em: 29 set. 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero no espaço público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

BATLIWALA, S. “The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”. In: GERMANIN, G. Sen, A.; CHEN, L. C. (Ed.). **Population policies reconsidered**: health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, set. 2006.

CULLETON, Alfredo; BRAGATO, Fernanda Frizzo; FAJARDO, Sinara Porto. **Curso de Direitos Humanos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, M. F. Violência e gênero. Novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, v. 23, n. 66, fev. 2008.

FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de; COSTA, Elizardo Scarpati. O direito moderno sob a ótica dos clássicos da sociologia: análises e questionamentos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 639-653, set./dez. 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/SESC. **Mulheres brasileiras e gênero**. Pesquisa de opinião pública, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

FURTADO, O.; REY, F. G. **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito e transformação social**: ensaio interdisciplinar das mudanças no direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

ONU MUJERES. **Informe anual 2012-2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2013/6/annual-report-2012-2013>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

OSÓRIO, R. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. IPEA, TD 1033, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 8 ago. 2005.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROHRER, Ekkehard. La Sociologie de Theodor Geiger. **L'Année sociologique (1940/1948)**, Troisième série, Paris, v. 19, 1968, p. 101-131.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política. São Paulo: Cortez, 2011.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Liberal vs Liberating Empowerment**: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Relatório Final**. Brasília, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**: ensaio sobre la función antropológica del derecho. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

TREVES, Renato. **Sociologia do direito**: origens, pesquisas e problemas. Barueri, SP: Manole, 2004.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**: homicídios de mulheres no Brasil. Centro de Estudos Latino-Americanos/Flacso Brasil. 2015. Disponível em: <www.flacsobrasil.org.br>. Acesso em: 09 jun.2017.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 1997.

El Potencial de la Comunicación “Reversa” para Repensar la Relación entre Derechos Humanos y Diálogo Intercultural⁹

Patricia Lora León¹⁰

Docente Investigadora - Uniminuto - Bogotá/Colombia

RESUMEN

La presente reflexión pretende evidenciar la comunicación “reversa” como un ejercicio metodológico útil para pensar el diálogo intercultural y la práctica de los derechos humanos. Al afirmar que la comunicación “reversa” se constituye en un escenario ontológico, epistémico y político de visibilización y configuración de lugares de enunciación propios capaz de transformar los términos y el contenido de la conversación entre culturas, así como de existencia y re-existencia de los mundos inmersos y participantes en la relación comunicativa, buscamos evidenciar el papel de una comunicación “otra” en la construcción de mundos posibles. Destacamos para ello el caso de los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta (Colombia), así como el papel de la comunicación para el cambio social y de la comunicación digital como escenarios po-

9 Texto presentado en la Mesa Redonda 2 - “Direitos humanos, lutas por reconhecimento e representações na mídia” en el I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento.

10 Comunicadora Social – Periodista. Doctora en Ciencias Sociales (Unicamp). Correo: patoloraleon@gmail.com

tenciales de reconfiguración del diálogo epistémico entre culturas y del diseño de futuros posibles.

PALABRAS-CLAVES: Comunicación “reversa”; Diálogo Intercultural; Derechos Humanos; Comunicación Indígena; Comunicación para el cambio social.

Introducción

Reconocer las diversas comunicaciones y los mundos conceptuales y de sentido que las diferentes culturas expresan y visibilizan a través de lugares de enunciación propios, sugiere como un campo de discusión en el ámbito de las ciencias de la comunicación las posibilidades efectivas de diálogo entre culturas distintas, así como el potencial de transformación cultural (es decir de mutua afectación y transformación) de ese diálogo entre mundos diversos.

Muchas son las preguntas sobre el rol de la comunicación en este contexto: ¿Cuál es su papel en el diálogo intercultural? ¿Acaso el de la constitución de las condiciones que garanticen ese diálogo? Si entendemos la comunicación desde el ámbito de la multiplicidad de las culturas como ejercicios permanentes de conexión, traducción, diálogo, tensión y negociación de universos conceptuales y referentes simbólicos esenciales para las formas de ser y de habitar el mundo intrínsecas a la existencia de los individuos y los grupos, evidenciaremos que el papel de esa comunicación no se limita a un acto convencional que promueve la “conversación” entre culturas y a través de ella su reconocimiento, sino a ahondar en las condiciones, los términos y las implicaciones epistémicas, políticas y ontológicas en juego en esa comunicación.

Pensar, por lo tanto, en las condiciones de no-diálogo por las cuáles determinados grupos, sectores de la sociedad y/o visiones de mundo han sido invisibilizadas en procesos marcados por la colonialidad, la discriminación y/o la violencia que se expresan en diversos ámbitos de la vida social, política y cotidiana (situación que inclusive se refuerza por su ausencia y/o estigmatización, inferiorización y exotización en los contenidos de los medios masivos de comunicación), se convierte entonces

en un aspecto fundamental para comprender tanto el papel de la comunicación en la construcción de ese diálogo, como su potencial para enriquecer (o no) el ejercicio de los derechos humanos desde las diversas apuestas que resignifican su sentido y su praxis desde la experiencia y la acción cotidianas.

Anclada en la experiencia de mi investigación doctoral (LORA, 2014) que aborda – con base en los artefactos comunicativos producidos por las organizaciones indígenas en las últimas cuatro décadas -el potencial epistémico, ético y político del pensamiento de los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta (Colombia)¹¹, destaco la categoría de comunicación “reversa” como una categoría útil para pensar el diálogo simétrico entre culturas, esto a partir del reconocimiento del potencial que otros mundos, otros pensamientos, otros conocimientos tienen de afectar y transformar nuestras categorías universales y dominantes sobre la comprensión de la realidad.

Entiendo y propongo la comunicación “reversa” como una categoría capaz de ampliar, resignificar y potencializar la noción de antropología “en reverso” de Roy Wagner (2010), según la cual la antropología sería comprendida como un ejercicio epistémico capaz de romper las asimetrías entre sujetos y objetos del conocimiento y de apostar éticamente por la mutua creatividad y transformación de las culturas.

En su obra maestra *The Invention of Culture* (1981), Roy Wagner defiende la tesis de que la cultura no es fundamentalmente convención, lo colectivamente aceptado y referido, sino invención, generación de nuevas relaciones y realidades. La cultura no emerge hasta no estar confrontada a su propia consideración, consideración que provoca inevitablemente su transformación. El encuentro etnográfico, y con él la antropología, serían necesariamente contextos de invención cultural, por medio de los cuales no sería posible desvelar significados, como si estos permanecieran fijos y siempre latentes, sino participar

11 En la Sierra Nevada de Santa Marta hacen presencia 4 pueblos indígenas: los pueblos Kogui, Wiwa, Arhuaco y Kankuamo

de la creación implícita a toda simbolización (GONZÁLEZ
-ABRISKETA, CARRO-RIPALDA, 2016, p.111)

De esta manera, sí la antropología “en reverso” buscaría pensar la propia cultura (reinventarse) a través del encuentro con la alteridad y de pensar las otras culturas (reinventarlas) a través de los propios referenciales del mundo, la comunicación “reversa” ancla ese potencial de reinención en la posibilidad que los sujetos y grupos tienen de vehicular significados propios y de otros, y por lo tanto, parte del reconocimiento de las múltiples y diversas formas a través de las cuales esos sujetos comunican y expresan sus significados, configurando lugares de enunciación que hablan desde y sobre la relación entre mundos distintos, lugares de experiencia que hacen referencia a modos “otros” de conocimiento, pensamiento y transformación de la realidad (LORA, 2014).

Al igual que en el caso del “giro ontológico” propuesto por Wagner para la antropología (GONZÁLEZ-ABRISKETA, CARRO-RIPALDA, 2016), la comunicación “reversa” también busca colocar la cuestión de la alteridad en el centro del proceso comunicativo. En esta medida, la comunicación “reversa” busca trascender el mero acto de producir y transmitir mensajes, imágenes, sonidos, textos y narrativas a través de productos comunicativos construidos en diferentes formatos y plataformas sobre los “otros”, para pensar – metodológicamente – como la comunicación se construye en la relación con mundos diversos y desde allí adquiere su potencial inherente de inventarse a sí misma y de potenciar la construcción de mundos posibles.

Se trata entonces de una comunicación comprendida desde su dimensión ontológica, donde del mero acto de informar pasamos a un escenario donde se visibilizan y constituyen “lugares de existencia y re-existencia” (siempre en permanente resignificación y transformación) y donde todos los actores de la comunicación son efectivamente transformados en el proceso comunicativo.

Esto implica una “descolonización de la comunicación”, así como el reconocimiento de otros modos de pensar (pensamientos “otros”) y otras comunicaciones, que no solo van más allá de la apropiación de las técnicas y los formatos, sino que proponen narrativas que buscan

traducir y expresar otros modos de significación desde un lugar de enunciación propio.

En este punto la interculturalidad crítica propuesta por Walsh (2006) nos aporta en el proceso de descolonización que implica la apuesta de una comunicación “reversa”, en la medida en que esta lectura crítica de la interculturalidad busca evidenciar la importancia de *pensar desde* la condición ontológica-existencial-racializada de los grupos marginados, desde sus pensamientos y filosofías propias y desde el lugar político que modela el potencial de lo propio; pero a su vez entiende la importancia de *pensar con* otras perspectivas del mundo, no sólo con el propósito de romper las relaciones asimétricas entre culturas sino de “asumir con responsabilidad y compromiso un accionar político encaminado a la creación de una civilización alternativa que apunta a la re-existencia, a la vida misma y a la convivencia en dirección a una sociedad “otra”” (WALSH, 2008, p. 10)

Retomando lo propuesto por Walsh, la comunicación “reversa” recupera elementos importantes de la interculturalidad crítica y propone pensar la dimensión ontológica de la comunicación tanto para la existencia y re-existencia de los sujetos, las comunidades, los grupos y los colectivos –principalmente (pero no exclusivamente) para aquellos que fueron marginalizados e invisibilizados por la guerra, los procesos de colonización, la colonialidad y la violencia -, como desde su potencial de *pensar con* otras posibilidades de transformación, cambio social y de diseño de futuros *en y desde* la comunicación misma. El caso de los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta y de la comunicación para el cambio social que desarrollaremos a continuación, nos brindarán algunas pistas en este sentido.

Comunicación “reversa” como lugar de re-existencia: diálogos “otros” sobre los derechos humanos en la Sierra Nevada de Santa Marta

¿Establecer puentes o delimitar fronteras entre diversas perspectivas del mundo? Para el caso de los pueblos Kogui, Wiwa, Arhuaco y Kankuamo

de la Sierra Nevada de Santa Marta (Colombia) la comunicación adquiere matices propios a partir de los principios y prácticas de lo que ellos mismos denominan como *cultura propia*. De un lado, la comunicación –implícita en la noción de *pensamiento*¹² - hace referencia a la interconexión esencial de los seres humanos con todas las formas de existencia del mundo, es decir, a la comunicación espiritual o “en *aluna*” con la cual los indígenas “establecen acuerdos” o vínculos con el orden natural.

La comunicación se convierte también a partir de su trayectoria como pueblos, trayectoria determinada por diversos procesos de colonización y de ocupación del territorio ancestral, en un asunto político de primer orden, generando dinámicas internas de reflexión y organización tanto sobre los dispositivos de “frontera” necesarios para proteger los principios culturales y el territorio de la ocupación violenta por parte de misioneros, actores armados, campesinos y colonizadores, como sobre la importancia de establecer y reformular los puentes de comunicación y las formas de diálogo asimétricas con los representantes de la sociedad mayoritaria.

La comunicación emerge, entonces, como un ejercicio político de transformación de las condiciones de diálogo con los no-indígenas, denunciando las asimetrías y evidenciando de manera fundamental la existencia de una forma particular de ser y habitar el mundo, es decir, buscando visibilizar los universos de sentido, principios filosóficos, conocimientos y prácticas que determinan el sentido de ser indígena de la Sierra Nevada de Santa Marta. Se constituye en este proceso un lugar de enunciación propio, concepto que a partir del análisis de Mignolo (2011) puede ser comprendido no sólo como un lugar epistémico localizado históricamente en la geopolítica de la colonialidad del poder, sino al mismo tiempo como un lugar de contestación y de experiencia en la cual los sujetos enuncian y transmiten por sí mismos universos de significación, perspectivas ontológicas y formas de conocimiento propias,

12 *Aluna* en Koggian (lengua Kogui), *Ruama* en damana (Lengua Wiwa), *arunamu* en ikun (Lengua Arhuaca).

transformando de esta manera los términos y el contenido de la conversación entre culturas (MIGNOLO, 2003).

La apuesta política de esa comunicación es la visibilizar las causas de “no diálogo” entre culturas diversas que marginaron la participación de otros pensamientos y conocimientos a través de la deshumanización, el racismo y la destrucción de sistemas de referencia. En el caso de los pueblos serranos y de otros grupos marginalizados, discriminados, invisibilizados, excluidos o silenciados en los procesos de colonización y de la colonialidad (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007; ESCOBAR, 2003; MIGNOLO, 2003; RESTREPO, ROJAS, 2010), surgen, entonces, “posicionamientos críticos existenciales” (WALSH, 2008) referidos precisamente a la comunicación de los aspectos cosmológicos marginalizados, discriminados y excluidos en la relación entre culturas.

A través de artefactos comunicativos propios, los “posicionamientos críticos existenciales”¹³ de los pueblos Kogui, Wiwa, Arhuaco y Kankuamo ganan expresión movilizandolos categorías, universos conceptuales y de significación, modos de pensar, conocer y habitar el mundo que no se restringen a la mera transmisión y difusión de informaciones: esas formas comunicativas, en su conjunto, conforman un lugar de enunciación político, epistémico y ético vinculado al sentido de ser de los sujetos indígenas que comunican a través de éstos.

Posicionarse críticamente, en este sentido, significa que “interculturalizan críticamente” desde el pensamiento propio, desde la diferencia epistémica, filosófica y ética, un lugar político que modela el potencial de lo propio. Posicionamiento que no sólo busca hacer efectivas las políticas de inclusión y las garantías reconocidas en diversos instrumentos

13 Me refiero a posicionamientos críticos existenciales, categoría analítica propuesta por Catherine Walsh, como la comunicación de los aspectos cosmológicos constitutivos de las concepciones de vida de los grupos marginalizados, discriminados y excluidos en la relación entre culturas, como un ejercicio político de visibilización de las causas de “no diálogo” entre culturas diversas y que marginaron la participación de otros pensamientos y conocimientos a través de la deshumanización, el racismo y la destrucción de sus sistemas de referencia.

de derechos humanos: pretende transformar los términos asimétricos de esa relación y colocar como parte de la conversación los aspectos cosmológicos y existenciales que en esos procesos históricos de exclusión y universalización de las diferencias (cristianización, ocupación territorial, inserción en el proyecto de construcción del Estado Nacional, el conflicto armado y la violencia, entre otros) fueron catalogados como inexistentes, o en el mejor de los casos, como inferiores, exóticos, primitivos, atrasados, salvajes o tradicionales.

En este sentido, resulta interesante ver como la concepción de derechos humanos pauta desde ese lugar de enunciación por las comunidades y organizaciones indígenas de la Sierra Nevada no se constituye en una reproducción mecánica de las categorías de los blancos, sino en una construcción simbólica de las mismas a partir de la experiencia indígena.

De esta manera, sus “derechos” están en la *Ley de Origen* y escritos en el territorio que la representa. La “garantía primordial” para que esos derechos sean protegidos estaría precisamente en el ejercicio de sus prácticas culturales y en la reproducción de sus prácticas espirituales y de los conocimientos “escritos” en ese territorio, prácticas que contribuirían para que la integralidad de esas relaciones entre todas las formas de existencia hagan posible la reproducción de la vida, quintaesencia de cualquier derecho desde la perspectiva indígena, tal y como lo expresa Pedro Loperena, líder del pueblo Wiwa¹⁴:

Mientras que en la cultura occidental el derecho fundamental allá es la vida, acá la cultura de los pueblos de la Sierra Nevada el derecho fundamental es cumplirle a la naturaleza, es cumplir con la Ley de Origen. Allá en la cultura occidental también tienen un poco dividido lo que son los derechos humanos, todo gira alrededor de lo que es la persona, derecho a la salud de la persona, derecho a la educación de la persona, derecho a la vivienda de la

14 Comunicación personal para el documental: “Escritos en el territorio: los derechos humanos de los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta”. Vicepresidencia de la República de Colombia. Dirección y producción: Patricia Lora (2007).

persona, o sea allá el centro es la persona. Para nosotros no, nuestros derechos humanos es el cosmos, es lo que vivimos, es la madre tierra, es cumplir con la naturaleza, es pagar, pagar a donde hay que pagar, es realizar los diferentes trabajos, es estar en paz con la naturaleza, porque es allí donde vemos que nuestra vida depende de la naturaleza, nuestro sustento no lo da la madre tierra, si no es por ella no vivimos, en muchas ocasiones pues decimos que la tierra nos pertenece; no, nosotros pertenecemos a la tierra, la tierra no es de nadie, la tierra es de ella misma, y nosotros somos de ella.

“Garantías ancestrales” que establecen un puente con el reconocimiento de derechos humanos que el Estado les otorga en la medida en que resulta fundamental para ellos el respeto y la protección de las prácticas culturales que los constituyen como diferencia étnica y cultural, pero que al mismo interculturalizan críticamente ese presupuesto haciendo explícito que sus derechos no emanan exclusivamente de la “nominación jurídica” que los configura como sujetos de derechos, es decir, como tributarios de derechos y deberes, sino también de las “garantías ancestrales” y del papel que ellos como guardianes de los códigos “escritos” en el territorio desempeñan a través de la celebración y cumplimiento de sus prácticas culturales.

Vemos entonces en este ejercicio de interculturalidad crítica como los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta proponen diálogos “otros” sobre el sentido y la práctica de los derechos humanos, no sólo con el propósito de exigibilidad de los mismos en el marco de las garantías establecidas por la Ley y los instrumentos internacionales de derechos, sino del reconocimiento de la existencia de un lugar propio donde esos derechos han sido transformados y resignificados desde una perspectiva propia. Aquí el papel de la comunicación “reversa” es el de la configuración de un lugar de existencia /re-existencia donde la producción y divulgación de artefactos comunicativos propios¹⁵ se con-

15 Durante la investigación doctoral fueron identificados 76 artefactos comunicativos producidos por los 4 pueblos indígenas entre 1968 y 2012 (declaraciones, documentos conceptuales, documentos de trabajo, cartas “abiertas”, actas, manifiestos, publicacio-

vierte en un escenario potencial de transformación de los términos y del contenido de la conversación entre culturas.

La comunicación “reversa” y la construcción de mundos posibles

Otra lectura posible de la experiencia comunicativa de los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta hace referencia no sólo a los artefactos comunicativos producidos por las organizaciones indígenas para su relación con la sociedad mayoritaria, sino también, de un lado, a la constitución de medios propios de comunicación como el canal *Kankuama TV* y la serie televisiva “Palabras Mayores”¹⁶ y, por otra, a la conformación de colectivos de comunicación al interior de las organizaciones como es el caso de *Comunicaciones Zhigoneshi* de la *Organización Gonawindua Tayrona*. Esta experiencia se aproxima a la de diversidad de pueblos indígenas, comunidades, colectivos y/o organizaciones a lo largo de América Latina que desde la década de 60 del siglo pasado hasta hoy han recurrido a la apropiación de sus procesos comunicativos, fenómeno que se evidencia en el surgimiento de múltiples radios comunitarias, periódicos locales, diversas producciones televisivas barriales y propuestas de cine y documental elaboradas por las propias comunidades.

Si bien la apropiación de su producción comunicativa por parte de estas comunidades y grupos no puede ser comprendida en sí misma desde la perspectiva de la comunicación “reversa” aquí propuesta, es importante anotar que se constituye en un importante movimiento de transformación de las condiciones hegemónicas de producción y circulación de los contenidos de los medios masivos de comunicación, donde el empoderamiento de las comunidades desde lo comunicativo se convierte en un instrumento fundamental para visibilizar sus propios

nes y comunicados de prensa), denominados por los indígenas como “manifestaciones conjuntas de pensamiento”.

16 Elaborado en co-producción con el canal regional de televisión Telecaribe.

contenidos y necesidades y agenciar procesos de cambio directamente en sus espacios locales y territoriales de acción.

Aunque este tipo de comunicación - la comunicación alternativa - propone nuevas formas de comunicación ancladas a procesos locales de participación y de fortalecimiento de las capacidades e identidades de las comunidades y grupos sociales y apuesta por modificar los términos del proceso comunicativo en pro de la transformación de problemáticas sociales y/o de la participación de las comunidades en la generación de sus propios contenidos, es importante anotar también que no logra responder suficientemente a aspectos indispensables al diálogo intercultural, a la transformación social y a la construcción de mundos posibles como lo hemos planteado en la presente discusión.

De allí que desde el ámbito de la comunicación para el cambio social se cuestionen aspectos que la comunicación para el desarrollo y la comunicación alternativa han reproducido o desconsiderado - por vía de la imposición de los parámetros del modelo de desarrollo de los países centrales o por la emergencia de espacios y contenidos alternativos de comunicación en las esferas locales - en su propósito de promover cambios sociales, tales como la participación efectiva de los sujetos - objeto de este tipo de proyectos y estrategias de comunicación, el lugar que ocupa el reconocimiento de la diferencia y la perspectiva multi e intercultural y la construcción de procesos reales y sostenibles de cambio en contextos particulares a partir de nuevas nociones de desarrollo, cambio y transformación social.

Es precisamente en este ámbito de la comunicación para el cambio social que buscamos establecer puentes con la comunicación “reversa” y su potencial para transformar las condiciones del diálogo intercultural y del ejercicio relacional de los derechos humanos. Si consideramos que la comunicación “reversa” busca *pensar* metodológicamente *con otros mundos* (en sus dimensiones ontológica, epistémica, ética y política), así como *con* sus propuestas de transformación, cambio social y de diseño de futuros posibles *en* y *desde* la comunicación misma, el campo de la comunicación para el cambio social (y más recientemente sus intersecciones con las posibilidades creadas por la comunicación digital) se

constituye en un escenario potencial para enriquecer el diálogo intercultural y los derechos humanos desde una perspectiva ontológica.

Resulta extremadamente útil en este contexto incluir la creatividad como un factor determinante, no solo para la creación de artefactos comunicativos, sino para pensar de manera crítica los usos y sentidos de la creación comunicativa interrogándolos desde su propósito y alcance frente a la transformación de problemáticas y contextos sociales y culturales determinados. Esto implica, desde una perspectiva comunicativa, una lectura sobre la capacidad de transformación creativa (deliberada o no) de realidades sociales y comunicativas implícita en los ejercicios comunicativos movilizados desde y/o con las comunidades, los colectivos y/o las organizaciones.

Las formas creativas que los movimientos sociales, las comunidades, los colectivos, las organizaciones y/o los sujetos usan los contenidos expuestos por los medios masivos, pero también la forma en que ellos construyen y socializan sus propios relatos con respecto a sus significados, intereses o necesidades a nivel cotidiano, haciendo uso – cada vez más - de diferentes tecnologías, implican ejercicios creativos en la medida que pasan por articulaciones novedosas que permiten nuevas construcciones de sentido. La comunicación para el cambio social, en este orden de ideas, recurre a este ejercicio creativo en la medida en que busca transformar de manera deliberada diversos entornos sociales y comunicativos, posibilitando la reinención de la realidad existente, el surgimiento de nuevas posibilidades de ser y la construcción de nuevos mundos posibles.

Este ejercicio de mediación creativa (CUESTA & LORA, 2015), en la medida en que se configura en el diálogo – no sólo intercultural, sino también interepistémico – busca dar un paso adelante permitiendo no sólo la visibilización del lugar de lo propio (la existencia y re-existencia de los sujetos, las comunidades, los grupos y los colectivos) sino la constitución de un espacio ontológico y de encuentro donde la comunicación teje de manera relacional diferentes perspectivas del mundo con el fin de pensar y diseñar con otros alternativas de cambio y diseños de futuro.

La mediación creativa - en cuanto posibilidad de transformación, de articulaciones novedosas y de nuevas construcciones de sentido que permitan la reinención de la realidad existente - emerge en el momento en que los sujetos y grupos evidencian nuevas posibilidades de ser y proponen nuevos mundos posibles (CUESTA & LORA, 2015, pág. 54).

Para ilustrar este tipo de procesos podemos citar el caso de la estrategia de comunicación del Colectivo Ni Una Menos (NUM). La campaña nace originalmente en Argentina y le da nombre a un movimiento feminista y colectivo de protesta que surge de la marcha denominada “Ni Una Menos”, movilización realizada el 3 de junio de 2015 en ochenta ciudades del país en protesta por el feminicidio de Chiara Pérez. En términos de participación, lo que se consideraría una iniciativa puntual de protesta frente a un acto de violencia, se configuró en una estrategia colectiva, no sólo de mujeres periodistas, activistas y artistas, sino de diversos sectores de la sociedad argentina y latinoamericana.

Los objetivos trazados desde el Colectivo NUM, y que se articulan con su estrategia de comunicación, son claros. Su propósito es el de incidir de manera efectiva en la acción del Estado argentino frente a esta problemática, impulsando para ello el seguimiento al Plan Nacional de Acción para la Prevención, la Asistencia y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres; exigiendo garantías para que las víctimas tengan acceso a la justicia; promoviendo la elaboración de un registro único de víctimas e impulsando iniciativas de educación sexual integral y de protección a las víctimas.

Acorde con el propósito de esta agenda política, el Colectivo NUM ha alcanzado logros notables, apoyado en el uso de redes sociales. Para las elecciones de 2015, por ejemplo, el Colectivo consiguió que los candidatos presidenciales de entonces firmaran un acta en la que se comprometían a garantizar el cumplimiento de 5 peticiones claves para la eliminación del problema de los feminicidios y a garantizar la no repetición de ningún hecho de violencia contra las mujeres. Igualmente, han incentivado el debate sobre reformas a la legislación local, esto con el

propósito de garantizar medidas efectivas de prevención frente a los feminicidios.

Sin embargo, esta agenda de debate público busca, antes que nada – como lo permite establecer la observación de la estrategia de comunicación en redes sociales – incentivar redes colaborativas de solidaridad y denuncia frente un tipo de violencia hasta ahora invisibilizada del debate público en los países latinoamericanos. Entonces, lo que en ese momento se configuraba como un movimiento local, rápidamente se viralizó por las redes sociales y tuvo difusión en varios países, particularmente Chile, Uruguay, México y Perú. En otros países, como en el caso de Colombia, los hashtags #NiUnaMenos y #VivasNosQueremos han permitido visibilizar una problemática social compleja, fomentando la denuncia de este tipo de violencia y colocando en la agenda pública (y jurídica) la discusión sobre el feminicidio como consecuencia de prácticas violentas arraigadas en la cultura patriarcal.

A través del uso del hashtag #NiUnaMenos es posible observar las formas en que los colectivos afectados o sensibles al tema plantean los “términos de la conversación” frente a la violencia contra las mujeres. Dichas conversaciones – a través de los hashtags más recurrentes – también nos ofrecen un indicador sobre los aspectos sensibles de la problemática, las cuáles pasan sin duda por una lectura de la violencia estructural asociada a prácticas de la cultura patriarcal, a la visibilización social de la violencia machista y del feminicidio y a la participación de los estados como responsables de las garantías de los derechos de las mujeres y las niñas.

Vemos entonces como, de un lado, la estrategia de comunicación para el cambio social propuesta por el Colectivo NUM propone un ejercicio de mediación creativa que apunta a nuevas formas de participación y a la transformación cultural con miras a la erradicación de prácticas violentas contras las mujeres (particularmente el feminicidio) en diálogo con diferentes sectores de la sociedad argentina; por otro lado, evidenciamos en las redes colaborativas y de sentido que emergen en el escenario digital y que se articulan a través de diferentes narrativas con el hashtag #NiUnaMenos una herramienta poderosa de transformación

social y cultural. En este contexto, la comunicación “reversa” emerge en el momento en que la comunicación se constituye en un tejido relacional donde diversidad de sujetos (hombres y mujeres), líderes sociales y políticos, organizaciones (feministas o no), instituciones gubernamentales, no gubernamentales y globales, redes y comunidades se apropian y adhieren a este llamado para visibilizar en el entorno digital sus voces frente a las mujeres y las niñas, sus derechos y la necesidad de romper paradigmas culturales que promueven diferentes manifestaciones de violencia contra ellas.

La comunicación “reversa”, podemos plantear entonces a manera de conclusión, se muestra a partir de la experiencia de NiUnaMenos y de los pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta como un escenario potencial de construcción ontológica de lo propio y de mundos posibles a partir de la comunicación misma. En el primer caso, formas de diálogo entre mundos diversos emergen en la relación misma de la comunicación permitiendo el surgimiento de nuevos contenidos de la conversación sobre los derechos de las mujeres y las niñas y de nuevas propuestas para acción movilizadas desde y a partir de las plataformas digitales; en el segundo caso, la lucha por la existencia y re-existencia se convierte también en un espacio ontológico que a través de la resistencia y la movilización visibiliza el lugar de lo propio y multiplica las voces para el diálogo intercultural (e interepistémico). Lejos de un mero enunciado, la comunicación “reversa” abre entonces un espacio metodológico para el diálogo de saberes entre mundos diversos y apuesta políticamente en el propósito de pluralizar las voces, las visiones de los derechos humanos y la construcción compartida y colaborativa de futuros posibles en medio de la diversidad ontológica y epistémica del mundo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CONFEDERACIÓN INDÍGENA TAYRONA. **Propuestas para el Programa de Garantías de los derechos fundamentales de los pueblos indígenas de Colombia**. Valledupar, 2011.

CONSEJO TERRITORIAL DE CABILDOS. **Posición de los cuatro pueblos indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta frente a los proyectos multipropósito de Puerto Brisa en Dibulla y represas en Besotes y Ranchería**: afectación a nuestras culturas. Dibulla, 2007.

----- **Visión Ancestral Indígena para el Ordenamiento Territorial de la Sierra Nevada de Santa Marta**. Santa Marta, Lito-flash, 2006.

CUESTA, O., & LORA, P.. La mediación creativa. Un acercamiento a su construcción conceptual. **Revista Luciérnaga - Comunicación**, 7(14), 46-63, 2015.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO (2003). **Informe de la comisión de observación de la crisis Humanitaria en la Sierra Nevada de Santa Marta**. Disponible en http://www.acnur.org/t3/uploads/media/COI_244.pdf?view=1 . Acceso en julio de 2014.

ESCOBAR, A. Mundo y conocimientos de otro modo. **Tabula Rasa**, Bogotá, No.1, p. 51-86, 2003.

FUNDACIÓN CULTURA DEMOCRÁTICA. **Cuando la Madre Tierra llora**: crisis en derechos humanos y humanitaria en la Sierra Nevada de Gonawindúa (Santa Marta). Bogotá: Fundación Cultura Democrática, 2009.

GONZÁLEZ-ABRISKETA, CARRO-RIPALDA. La apertura ontológica de la antropología contemporánea. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, vol. LXXI, No 1, pp. 101-128, enero-junio 2016, ISSN: 0034-7981, eISSN: 1988-8457, doi: 10.3989/rdtp.2016.01.003.

LORA, P. **Estabelecer pontes ou delimitar fronteiras? Desvendando o potencial de uma humanidade “outra” a partir do pensamento dos povos indígenas da Serra Nevada de Santa Marta, Colômbia.** (Tesis inédita de doctorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, 2014.

MIGNOLO, W. **The darker side of western modernity. Global futures, decolonial options.** Durham: Duke University Press, 2011.

----- **Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Sevilla: Akal, 2003.

ORGANIZACIÓN GONAWINDUA TAYRONA. **Ley de Se, Seyn Zare, Shenbuta. Salud Indígena en la Sierra Nevada de Santa Marta.** Bogotá: Sirga Editores, 2009.

----- **Visión Ancestral del Territorio.** Santa Marta, multimedia, 2007.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.** Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

URIBE, C. A. (1997). **Una reconsideración de los contactos y cambios culturales en la Sierra Nevada de Santa Marta.** In: COLAJANNI, Antonino. *El Pueblo de la Montaña Sagrada.* Santa Marta: Ricerca a Cooperazione, Comisión de Asuntos Indígenas, O.G.T.

WAGNER, R. **A invenção da cultura.** São Paulo: CosacNaify, 2010.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. In: **Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad**. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogota: Universidad Pedagógica Nacional, 2008.

Derechos Humanos en el Conflicto Armado Colombiano: Las Intersecciones de Raza y Género¹⁷

Patricia Tovar Rojas, Ph.D.

Profesora Titular, Anthropology Department John Jay College of Criminal Justice y Graduate Center, CUNY- NY/EUA

Introducción

El 26 de septiembre del año 2016 finalmente se firmaron en Cartagena los Acuerdos de Paz, entre la guerrilla de las FARC y el gobierno del presidente Juan Manuel Santos, a pesar de la oposición de muchos sectores, dirigidos por el expresidente Álvaro Uribe, de un plebiscito que en donde por un pequeño margen triunfó el NO y de una campaña de información errada y noticias falsas dirigidas al común de la población. En el año 2012, el gobierno de Colombia inició de manera oficial, y después de varios intentos fallidos de negociación en gobiernos anteriores, diálogos con la guerrilla de las Farc para darle fin al conflicto armado. En una Mesa de Conversaciones en La Habana, Cuba, se propusieron los puntos de negociación que quedaron consignados en el “Acuerdo General para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera” (Alto Comisionado para la paz, 2012).

En este documento analizo las secuelas del conflicto teniendo en cuenta una perspectiva étnica, teniendo en cuenta que muchos de los

17 Este documento surge de la presentación que se hizo en el I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento. Mesa Redonda 3: Questões raciais em Direitos Humanos. Natal, Brasil. 8 a 10 de noviembre de 2017. Campus da UFRN - Natal -RN, ptovar@jjay.cuny.edu

territorios seriamente afectados por la violencia han sido ocupados por comunidades de indígenas y afrocolombianos, esto hace necesario incluirlas en las medidas que se han tomado de reparación como la Ley 1448, o Ley de Víctimas y Restitución de Tierras, firmada en el 2011¹⁸, vistas también a través de las diferencias de género. Me propongo presentar los antecedentes del conflicto en Colombia, para luego examinar cómo este se manifiesta en los grupos indígenas y afro-colombianos. Surge entonces la necesidad de ver el conflicto desde una perspectiva de género que visibilice, entienda y clarifique cuales son las experiencias tanto de hombres como de mujeres, cuales son los papeles que juega cada género y como deben ser tenidas en cuenta esas particularidades en las actuales circunstancias del país. A su vez que se entiendan los procesos de desarme, desmovilización, reintegración, reparación y la construcción de una paz sostenible.

Los hombres, las mujeres, y los integrantes de grupos LGBT y otras disidencias de género, han sido afectados e involucrados en la violencia del país de maneras diferentes y sus casos específicos deben ser considerados cuando se trata de ofrecer reconocimiento como víctimas y las reparaciones correspondientes por ley. Aunque personas de todos los géneros han sido lesionados por diferentes tipos de violaciones a los derechos humanos, los hombres aparecen con mayor frecuencia en los listados de muertes, las mujeres sufren de otras atrocidades, mayoritariamente las de tipo sexual, son desplazadas y quedan solas a cargo de sus familias. Una situación particular en el que las víctimas fueron en su mayoría hombres entre las edades de 18 y 30 años, y algunos integrantes de la comunidad LGBT, es el del mal llamado “falsos positivos,” donde se han reconocido 2248 casos.¹⁹ Se trata de personas de barrios

18 Todo el contenido de la ley se puede consultar en la siguiente página web: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/caminosParaLaMemoria/descargables/ley1448.pdf>

19 Ver artículo: JEP abre proceso de falsos positivos, con más de 2000 víctimas de ejecuciones extrajudiciales. <https://www.asuntoslegales.com.co/actualidad/jep-abre-proceso-de-falsos-positivos-con-mas-de-2000-victimas-2752529>. Diario la Republica. Lunes, 23 de julio del 2018.

pobres que fueron sacados de sus comunidades, ajusticiados, vestidos como guerrilleros, y presentados como dados de baja en combates por militares, con el objetivo de cobrar las recompensas e incentivos que el gobierno del presidente Álvaro Uribe tenía dentro de su programa de “seguridad democrática” había prometido por cada guerrillero muerto. Las fotografías de los cuerpos y de los soldados involucrados, en poses de triunfo, con la escena del crimen manipulada como si pareciese un combate, aparecían regularmente en la prensa colombiana.

Este artículo es también una reflexión desde mi posición de antropóloga, estudiando su propia sociedad, que ha trabajado por muchos años el conflicto desde el punto de las mujeres, en particular aquellas que perdieron a sus maridos o fueron desplazadas, ya fuera por el miedo, las amenazas, o los eventos de violencia que afectaron directamente a sus familias y a sus localidades (TOVAR, 2003). De igual manera, se hace un cuestionamiento metodológico sobre los dilemas de estudiar a las mujeres en la guerra, desde una posición interna y a la vez externa que es a la vez ventajosa, vulnerable, ambigua y peligrosa y que he llamado “*Antropología con lágrimas*”, pues no es fácil hablar sobre el dolor o el trauma que ha dejado la violencia, ni ser testigos o investigadores de ese sufrimiento.

Colombia vivió un largo conflicto interno con violencias de diferentes tipos y niveles, extendido a lo largo del siglo XX, con un número de actores armados, legales e ilegales, guerrillas campesinas como las FARC y el EPL o urbanas como el M19, y grupos paramilitares y narcotraficantes que han variado dependiendo del acceso y la apropiación de recursos que han incluido tierras, minerales, más la entrada al mercado de los cultivos ilícitos. La violencia en Colombia ha sido un problema multidimensional enraizado profundamente en problemas económicos y políticos crónicos, factores extremos de desigualdad social y pobreza, coexistiendo con elites corruptas afianzadas en el poder, ávidas de tierra para ganadería extensiva y cultivos comerciales.

Para entender las dinámicas del conflicto en términos de género, es necesario tener en cuenta el contexto de las diferentes violencias históricas y sus efectos en generaciones de personas afectadas y las conse-

cuencias que ha traído para hombres y mujeres como actores armados, como parte de la población civil, y como víctimas directas. Además, hay que tener en cuenta las representaciones simbólicas y reales de lo que significa ser hombre o mujer en medio de los combates y las implicaciones adicionales de ser parte de un grupo étnico ya que en todos los actos de violencia hay una definición de quién es el enemigo, y de las relaciones sociales entre el agresor y la víctima.

Antecedentes del Conflicto

Los orígenes del conflicto en Colombia se trazan a la Guerra de los Mil días que se luchó entre integrantes de los dos partidos principales del país; los liberales y los conservadores, en los albores del Siglo XX. Como resultado de este desangre, un país debilitado pierde a Panamá junto con la posibilidad de beneficiarse con la construcción de un canal transoceánico, a la vez que corporaciones internacionales como la *United Fruit* o la *Texas Petroleum Company*, se apuntalan con fuerza en zonas que se caracterizan luego por tener conflictos crónicos. En procesos judiciales llevados a cabo en los estados Unidos en contra de la empresa *Chiquita Brands International*, la compañía reconoció haber pagado durante años extorsiones a las FARC y apoyado a grupos paramilitares en la zona del Urabá antioqueño “para proteger a sus empleados.”²⁰ De igual manera, la Fiscalía colombiana ha llamado a juicio a trece funcionarios de la multinacional y a ex alcaldes y gobernadores, incluido el expresidente Uribe, que aparentemente participaron en la conformación de grupos paramilitares que azotaron la región como Las Convivir²¹.

20 “*Chiquita logra acuerdo con familias de víctimas de EE. UU. de las Farc.*” El Tiempo, 5 de febrero de 2018. <https://www.eltiempo.com/justicia/delitos/acuerdo-entre-chiquita-brands-y-demandantes-por-caso-de-asesinatos-de-las-farc-179240>

21 “Piden investigar a exgobernadores de Antioquia en Caso Chiquita Brands. El Tiempo, 31 de agosto 2018. <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/piden-investigar-a-tres-exgobernadores-de-antioquia-por-financiacion-de-paramilitares-262926>

No se pueden dejar de lado las rebeliones indígenas, existentes desde la llegada de los españoles. En los albores del siglo XX, Quintín Lame, quien había sido soldado en Panamá, organizó un levantamiento indígena en la región del Cauca. Fue arrestado varias veces, acusado de crear una república indígena, y de tratar de restituir tierras arrebatadas a los pueblos originarios, conflicto que continúa hoy en día en la misma zona, y que viene desde los tiempos de la conquista y colonización del país. En 1948, tras el asesinato del candidato presidencial Jorge Eliecer Gaitán, se desata una ola de violencia, comenzando con el “Bogotazo” como es llamada la devastación resultante de los disturbios que dejaron en ruinas a la capital y que luego se traslada con fuerza al campo. Este periodo de guerra civil, nuevamente entre liberales y conservadores, conocido como “La Violencia,” dura hasta los acuerdos de 1957, que conforman el Frente Nacional, en donde habría una repartición del poder entre esos dos partidos políticos, alternada cada cuatro años.

Algunos grupos de campesinos con orientación marxista revolucionaria, descontentos y excluidos de estas negociaciones crearon ejes de rebelión en algunos lugares del país, como los Llanos Orientales, zona de ganadería extensiva y en regiones andinas, con tierras de cultivo de café, tratando de imitar el modelo de la naciente Revolución Cubana, y buscando desestabilizar al gobierno. La respuesta autoritaria desde el senado no se hizo esperar, y fue dada por Álvaro Gómez Hurtado, hijo de Laureano Gómez, conservador autoritario, que subió a la presidencia inmediatamente después del “Bogotazo.” Laureano Gómez, admirador de los gobiernos fascistas europeos y de la Alemania Nazi, consideraba a los indígenas y a los descendientes de esclavos como inferiores, advocating por la importación de migrantes europeos para “mejorar la raza colombiana,” siguiendo planteamientos del sociólogo Luis López de Mesa (1934).

Álvaro Gómez Hurtado, quién sería asesinado en 1995 por desconocidos, acusó a los rebeldes de formar repúblicas independientes que, según el, amenazaban la soberanía del país, instigando a que fueran atacadas militarmente. Estos campesinos insurgentes habían intentado negociar con el gobierno en 1962 y luego en 1964 pero fueron reprimidos brutalmente con bombardeos en poblaciones del Tolima como Mar-

quetalia, gracias a la ayuda de los Estados Unidos. Los 48 sobrevivientes del ataque en donde murieron muchos soldados, conformaron el grupo guerrillero conocido como FARC, o Fuerzas Armadas Revolucionarias, de Colombia, designado como el brazo armado del partido comunista, operando en lugares apartados sin presencia del Estado colombiano, a donde muchos de los sin tierra habían ido a colonizar selva adentro.

En los años ochenta, las FARC se mueve hacia el centro de la política del país, y se calculaba que contaba con 8.000 miembros (Chernick 2009). Durante todos los sesenta años de la existencia de ese grupo, la táctica del gobierno para acabarlos fue siempre con intervenciones militares, hasta la firma de los Acuerdos de Paz, durante el gobierno del presidente Santos, quien por ese logro gana el premio Nobel de Paz. Entre los integrantes de las FARC había mujeres y menores de edad, muchos de los cuales habían nacido dentro del grupo insurgente, eran reclutados de entre los campesinos de las regiones donde operaban, o se integraban voluntariamente. Muchos de los campesinos asesinados por paramilitares eran acusados de ser simpatizantes de esta guerrilla y muchos civiles fueron desplazados o murieron por encontrarse entre el fuego cruzado del ejército y de otros actores armados.

Otro grupo guerrillero de larga trayectoria en Colombia es el ELN, o Ejército de Liberación Nacional, también originalmente con una ideología marxista, más un componente de Teología de la Liberación, que hizo que algunos sacerdotes, como el padre Camilo Torres, a su vez fundador del Departamento de sociología de la Universidad Nacional, o el padre español Manuel Pérez, se unieran a la causa. El ELN también ha intentado negociar la paz con el gobierno, encontrándose en un proceso algunas veces interrumpido (Valencia 2009).

El único grupo que logró negociar la paz y lograr una amnistía completa fue el M19, o Movimiento 19 de Abril (Restrepo 2010), una guerrilla urbana que emergió en 1974 tras la derrota en las elecciones del General Rojas Pinilla, dictador durante la época de La Violencia. Grupo conocido por sus acciones espectaculares como el robo de la espada de Bolívar o el robo de armas del cuartel militar del Cantón Norte y la toma de la embajada dominicana donde tuvieron como rehenes a más de 100 per-

sonas, entre ellos muchos diplomáticos, incluyendo al embajador de los Estados Unidos. En 1985, toman el Palacio de Justicia, donde son masacrados por el ejército, junto con toda la corte suprema de justicia, más los funcionarios, empleados y visitantes que se hallaban en el edificio ese día, algunos de los cuales salieron caminando, fueron filmados por la prensa, para aparecer luego muertos en la morgue, mientras que a sus familias se les avisó que habían muerto en combate.

Como resultado de esta operación militar se destruyó completamente el Palacio de Justicia, donde reposaban importantes documentos concernientes al narcotráfico y al ya poderoso Pablo Escobar. La versión del ejército fue escrita por el controvertido comandante de la operación de retoma del edificio (Plazas Vega 2000), quién ha sido juzgado por el uso de fuerza excesiva, pero más que todo la desaparición y ejecución de sobrevivientes que salieron caminando, condenado y luego puesto en libertad. Ana Carrigan (2009) documenta estos sangrientos hechos y habla de la “operación limpieza” que se desató como resultado de la toma, que prácticamente pasó desapercibida por otra tragedia que vivió Colombia una semana después, en ese fatídico año de 1985, que fue la desaparición de Armero, con sus 35.000 habitantes por causa de la avalancha precipitada por la erupción de un volcán, más la desidia de un gobierno que no tomó medidas de prevención para sus habitantes.

La historia del M19 también se ha documentado desde el punto de vista de dos de sus integrantes, que no participaron en los trágicos eventos del Palacio, pero si en muchas de las acciones del grupo; Verga Grabe y María Eugenia Vásquez²², quien más tarde recogerían sus vivencias en dos memorias: “*Razones de vida*” (2000) y “*Escrito para no morir*” (2000).

Otra de las acciones del M19 fue el secuestro de Marta Nieves Ochoa hermana de los jefes del cartel de Medellín, que resultó en la creación del grupo paramilitar MAS, o Muerte a los Secuestradores, abriendo paso a la creación de grupos armados ilegales conformados para la protecci-

22 Gracias a María Eugenia Vásquez, se recogieron testimonios de viudas de excombatientes de ese grupo para mi libro “Las viudas del conflicto armado en Colombia” (ICANH, 2006).

ón de ganaderos, de grandes terratenientes y de narcotraficantes, para facilitar la producción de coca y otras operaciones lucrativas al margen de la ley como el robo de gasolina.

A partir de la entrada del narcotráfico como un componente directo del conflicto a comienzos de los años ochenta, la guerrilla de las FARC encuentra una manera de fortalecerse financieramente, ampliando sus zonas de operación y el número de integrantes. Hacia finales de la década de los noventa, las FARC controlan la llamada Zona de Distención. Cuando las negociaciones del gobierno con la guerrilla entran en jaque, se acaba ese proceso de paz y el presidente Pastrana negocia con los Estados Unidos un plan de ayuda económica y militar llamado el Plan Colombia, que será ejecutado por su sucesor Álvaro Uribe. Dentro de este plan se promueven las fumigaciones aéreas para la erradicación de cultivos ilícitos, y hay grandes protestas de campesinos cocaleros por la incertidumbre y el daño dejado por ese proceso, que en realidad no funciona como manera de erradicar los cultivos de coca. Como consecuencia, los cultivadores se adentran más en la selva, creando por su parte más destrucción del medio ambiente al abrirse nuevas zonas de cultivo.

Durante esa época, el número de acciones de los paramilitares se incrementa dejando a su paso una serie de masacres en el campo, comunidades campesinas desplazadas, tierras arrebatadas y algunos de sus miembros involucrados en la política del país. Uribe negocia con los paramilitares, 30,000 de los cuales se desmovilizan, dando paso a nuevos grupos armado ilegales conocidos como bandas criminales o BACRIM (CIVICO, 2016).

La Comisión de la Verdad sobre los hechos de Palacio de Justicia elabora, en 2006, un Informe final con los sobrevivientes, familiares de las víctimas, representantes del Estado y la sociedad en general, entregado a la Corte Suprema de Justicia, ente que creó la Comisión. Este Informe Final recoge el amplio trabajo de investigación realizado por la Comisión, que incluyó, además de un exhaustivo análisis bibliográfico y documental, la realización de muchas entrevistas sobre los hechos con familiares de las víctimas, dirigentes, ex integrantes del M-19, investigadores, periodistas, miembros de las fuerzas armadas, y muchas otras personas más.

Sin embargo, quedan muchos interrogantes sin resolver. La Comisión de la Verdad, fue creada con la finalidad de construir la memoria histórica y aportar a la satisfacción del derecho a la verdad de las víctimas y la sociedad colombiana. Es un cuerpo extrajudicial de investigación académica e histórica de los hechos de los días 6 y 7 de noviembre de 1985, y por su naturaleza, carece de atribuciones jurisdiccionales y de facultades para derivar responsabilidades individuales de cualquier índole, por lo que su mandato es esencialmente ético, académico e histórico, enmarcado en los valores que orientan el Estado Social de Derecho, el ordenamiento constitucional y la normatividad internacional vinculante para Colombia, tanto desde la perspectiva del Derecho Internacional de los Derechos Humanos como del Derecho Internacional Humanitario y del Derecho Penal Internacional. Es éste el marco propio y característico del trabajo de las comisiones de la verdad, aplicable integralmente al caso colombiano, ya que sus normas se refieren tanto a las obligaciones estatales como a las del grupo armado irregular.

Según los integrantes de la Comisión, “El Informe Final se propone dar a conocer, de manera integral, para el aprendizaje de las nuevas generaciones, para el estudio y evaluación de la sociedad y la institucionalidad colombianas y para conocimiento de la comunidad internacional, un panorama amplio de la dolorosa verdad sobre lo ocurrido en el Palacio de Justicia y honrar, para que no se olvide y no se repita, el sacrificio de las víctimas de estos hechos”, aseguraron los comisionados Jorge Aníbal Gómez Gallego, José Roberto Herrera Vergara y Nilson Pinilla, ex-presidentes de la Corte Suprema de Justicia.²³

Teniendo en cuenta los diversos conflictos que existen en el mundo, la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer (ONU 1995), ratificó, e instó a los gobiernos a contemplar la importancia de la presencia de las mujeres en las negociaciones de paz, por el impacto diferencial que ellas tienen en el desarrollo de los conflictos armados. De ahí se derivan acciones como la Resolución 1325 aprobada por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en el año 2000. La participación de las mujeres en el proceso

23 Ver página de internet de la Comisión de la Verdad: www.verdadpalacio.org.co.

de paz entre el gobierno colombiano y la guerrilla de las Farc, fue reconocida en 2013, un año después de iniciado el mismo; en 2014 se instaló la Subcomisión de Género en la Mesa de Conversaciones y en 2016 se presentaron públicamente los resultados de esta nueva modalidad de participación de las mujeres en las negociaciones de paz.

Las Víctimas del conflicto

La larga historia de los conflictos políticos y sociales en Colombia ha dejado un reguero de secuelas en la población como desplazamiento forzado, despojo de tierras, pérdida de bienes muebles e inmuebles, amenazas, delitos contra la libertad y la integridad sexual, desaparición forzada, secuestro, tortura, vinculación de menores de edad, homicidio, mutilaciones y muertes causadas por minas antipersonal, entre otras cosas. La ley 1448, mejor conocida como “Ley de Víctimas y Restitución de Tierras” fue firmada en Colombia en junio del 2011, y fue promovida por el entonces presidente Juan Manuel Santos, como una demostración de *“buena voluntad del Estado para cumplirla a las víctimas”* del largo conflicto armado que había desangrado al país. En el momento de la firma de este documento histórico fue testigo al secretario general de la ONU Ban Ki-Moon. El objetivo de esta ley incluye la reparación de más de cuatro millones de víctimas y de devolver más de dos millones de hectáreas de tierras a personas que fueron despojadas y desplazadas por grupos armados al margen de la ley. Este artículo utiliza una perspectiva de género para examinar la definición de “víctimas,” y de quienes reciben reconocimiento como “víctimas,” que clases de víctimas pueden tener acceso a la verdad, a la justicia y a una apropiada reparación y compensación de algún tipo y la seguridad de que no serán victimizadas de nuevo.

De igual manera, se presentan los mecanismos legales que han emergido después de los Acuerdos de Paz del 2017, como la recientemente constituida JEP, o Jurisdicción Especial para la Paz, un modelo de justicia transicional que tuvo un proceso de selección que incluyó un grupo diverso de representantes de varios grupos de género, étnico-raciales,

académicos, y regionales, con el objetivo de investigar y juzgar crímenes relacionados con el conflicto armado.

El Registro Único de Víctimas (RUV) calcula 8.332.081 víctimas en Colombia, de las cuales 4.135.870 son mujeres (RUV 2018)²⁴. El RUV establece ampliamente el daño de violencia sexual, reportándose 22.439 casos en contra de las mujeres y 1.875 en contra de los hombres. El tema de la violencia sexual hacia los hombres, prácticamente no ha sido mencionado, y mucho menos examinado de cerca, por lo no hay casi información al respecto. En la encuesta de prevalencia de violencia sexual en el marco del conflicto armado llevada a cabo entre 2010 y 2015, en 142 municipios con presencia de actores armados (fuerza pública, guerrilla y paramilitares o BACRIM) se encuentra que 875.437 mujeres fueron sufrieron algún tipo directo de violencia sexual.

A pesar de la dejación de armas por parte de las FARC, los derramamientos de sangre continúan en Colombia. En el marco del 4to informe del Frente Amplio por la Paz, se denuncian ocho asesinatos a indígenas por parte del paramilitares y de las fuerzas públicas, en los departamentos de Cauca y Chocó. Entre el 10 y el 18 de abril 2017 se reportó el asesinato de los indígenas Guillermo Pavi, Julio Maprieta, y a la indígena embera Melba Tequia Situa. Entre el 13 y 15 de abril del mismo año, paramilitares en asocio con narcotraficantes asesinaron a 5 integrantes de una familia en el municipio de Suárez, resguardo de Cerro Tijeras. Los paramilitares viajaban en camionetas de civiles en una zona fuertemente militarizada.

Cuando se habla de las condiciones de las mujeres en la guerra, la palabra violación, es la primera que llega a la mente. Las mujeres son también retenidas por los grupos armados ya sea de manera temporal o permanente cayendo víctimas del acoso y del abuso sexual y de otros vejámenes y de la explotación de su trabajo sin paga, siendo forzadas

24 La Red Nacional de Información para la Atención y Reparación a las Víctimas (RNI), recopila en el RUV información relacionada con las víctimas desde 1985 a 2018, aunque considera algunos registros previos al año 1985. Los datos están actualizados al 1 de mayo de 2018 y se encuentra disponible en <https://rni.unidadvictimas.gov.co/RUV>

a realizar tareas consideradas femeninas como cocinar, lavar y limpiar. En zonas de guerra se ha notado un aumento de las enfermedades de transmisión sexual, incluyendo el SIDA, embarazos no deseados, abortos espontáneos y estrés post traumático entre otras cosas (Rylko Bauer, et al 2009); Grodin, et al 2013).

En las áreas controladas por los grupos armados, las mujeres también fueron restringidas de moverse libremente. Muchas, sobre todo las líderes, las maestras y otras con desempeño en la comunidad recibieron amenazas que llegaron a materializarse en asesinatos, que han continuado a pesar de la desmovilización de las FARC. El miedo constante y el terror por lo que han visto y sufrido tiene el efecto de deteriorar procesos sociales y espacios que a través de mucho trabajo han permitido algo de empoderamiento y mejoría de sus condiciones. Esos procesos toman muchos años en consolidarse y cuando son destruidos por la violencia es muy difícil recuperarlos.

Existe discusión en el país sobre la fecha desde cuando se debe comenzar a reparar e indemnizar a las víctimas, teniendo en cuenta de que aún hay muchas personas sobrevivientes de la Violencia que comienza en 1948 con el asesinato de Gaitán. La Red Nacional de Información para la Atención y Reparación a las Víctimas (RNI), recopila en el RUV información relacionada con las víctimas desde 1985 a 2018. También considera algunos registros previos al año 1985²⁵.

En la investigación que realicé²⁶ para entender los efectos del conflicto armado en las mujeres y sus familias, en particular lo que ocurre cuando los hombres mueren,²⁷ tuve la oportunidad de recorrer el país, y de presenciar muchos de los dramas diarios que vivían las familias para sobrevivir. La situación de las mujeres y de las niñas víctimas del conflic-

25 Datos actualizados el 1 de mayo de 2018 y disponibles en <https://rni.unidadvictimas.gov.co/RUV>

26 Agradezco a Colciencias y al Instituto Colombiano de Antropología e Historia, ICANH, por su apoyo en esta investigación.

27 El resultado de esta investigación fue publicado en el libro *“Las viudas del conflicto armado en Colombia”*. Bogotá, ICANH, 2006.

to armado en Colombia sigue siendo preocupante. El desplazamiento sigue un patrón de pequeños grupos de familiares y vecinos que salen en determinados momentos, pero también de desplazamientos masivos después de las masacres. Se calcula que en el país hay más de dos millones de desplazados, de toda clase de orígenes étnicos o geográficos, de los cuales más del 60% son mujeres, muchas de ellas viudas o madres cabeza de familia.²⁸

La situación de las personas desplazadas se ha agravado con la llegada en masa de venezolanos que huyen de las circunstancias de su propio país. Las mujeres rurales que sobrevivían en economías de subsistencia quedan sin su identidad social y cultural y tienen grandes dificultades adaptándose a nuevas situaciones en las grandes ciudades. La presencia de indígenas pidiendo limosna en Bogotá es un duro testimonio a esta realidad. Para los hombres el desplazamiento significa también desempleo y el final de su subsistencia y rol tradicional como proveedor. Para ambos, el éxodo significa nuevos conflictos y penurias donde antes no existían por falta de comida y vivienda. Para muchos esto se complica con la ausencia de documentos de identidad, o pruebas de que eran propietarios de tierras o de animales. A menudo no cuentan con una educación básica que les permita sobrevivir de otra manera. Sin documentos es casi imposible obtener ayuda del gobierno o de otras entidades, o prioridad en recibir asistencia humanitaria.

Las mujeres que pertenecen a grupos étnicos aislados tienen mayor dificultad en ser escuchadas y en negociar con agencias que puedan proveer algún tipo de ayuda. En esos lugares remotos, donde el Estado no llega, ni siquiera a levantar los muertos que deja la violencia, a veces las mujeres tienen que enterrarlos y huir, sin certificados de defunción que prueben su situación.

Las mujeres que son leales y devotas a sus esposos o a sus familias corren el riesgo de recibir castigos adicionales. Muchas de las atrocidades y abusos de los que son víctimas las mujeres se quedan en la invi-

28 Para más cifras sobre desplazamiento ver: http://www.codhes.org/~codhes/imagenes/Articulos/GPD_y_desplazamiento_forzado_en_Colombia.pdf

sibilidad ya que ellas se avergüenzan de hablar sobre el tema, o no lo hacen pues ya saben que van a continuar en la impunidad. Muy pocas de las afectadas por el conflicto llegan a recibir algún tipo de apoyo médico o psicológico e incluso legal. La preocupación frente a este tipo de impactos sobre la vida y cuerpo de las mujeres, y los producidos en la sociedad en general, influyen en su decisión de apostar a la paz desde el movimiento social y las organizaciones de la sociedad civil. Por ello, en los años noventa se crearon y consolidaron redes e iniciativas de mujeres por la paz para plantear alternativas para la negociación del conflicto armado, reclamar sus derechos y participar en escenarios políticos en materias que las afecten directamente (TOVAR, 2000).

La dicotomía que define a los hombres como opuestos a las mujeres, donde se les atribuyen a las mujeres ciertas características como la de ser pacíficas por naturaleza, o la de que todos los hombres son guerreros o tienen el potencial de serlo. De esto se desprende que a las mujeres se les trata exclusivamente como víctimas y rara vez se les ve como agresoras, o como actoras de paz. Por eso deben tenerse en cuenta las circunstancias de las excombatientes.

En el caso de las negociaciones de paz a las mujeres que hicieron parte de las FARC, no tuvieron voz, excepto por el caso de las guerrilleras “Victoria Sandino” y “Erika Montero”, quienes participaron directamente en la Mesa de Conversaciones. En estos casos queda la pregunta de si las guerrilleras no fueron también, de una manera u otra, víctimas de la violencia, no solo por la posibilidad de un reclutamiento forzoso, si no por las prácticas relacionadas con la reproducción. Mientras que para algunas mujeres el aborto podría verse como una opción, o un derecho dentro del mundo de la guerrilla al cual no tienen acceso el resto de las colombianas, para otros el aborto en la selva, era una acción criminal o un ser obligadas a escoger entre la maternidad y la guerra, que vulneró los derechos de las guerrilleras y que por esa razón deben ser reparadas. Por esa misma dualidad de género nos queda difícil ver a los hombres también como víctimas, de políticas e ideologías nacionalistas y guerreristas, o atrapados dentro de ciertos roles militares.

Las Mujeres en la Ley de Víctimas del 2011

Cuando se firmó la 1448 o Ley de Víctimas y de Restitución de Tierras, el gobierno aseguró que se daría prelación a las mujeres cabeza de familia. Según esto, las primeras beneficiadas, una vez que se resuelvan los trámites legales y sea autorizadas las restituciones y compensaciones en efectivo y en tierras, serían las viudas y los huérfanos del conflicto armado. Aunque se supone que esta medida tiene un enfoque de género, la norma presenta vacíos frente a una mirada transversal que responda en la práctica al gran universo de víctimas mujeres que ha dejado el conflicto armado.

Este artículo analiza esas dificultades y hace propuestas para que se corrijan. Por el momento se abre el debate en distintos sectores de la sociedad acerca de los alcances reales que esta tiene en términos de una reparación integral para todo el universo de víctimas que ha dejado el conflicto armado colombiano. Para las organizaciones interesadas en la situación particular que han afrontado las niñas, jóvenes y mujeres en medio de esta guerra, es fundamental preguntarse cómo la perspectiva de género está siendo abordada e interpretada en dicha normatividad. Por otra parte es necesario perfeccionar el sistema nacional de recolección de datos sobre el conflicto, que ha dejado de lado la incorporación de cifras de género y etnicidad. Y a su vez el gobierno debe tomar las medidas necesarias para proteger el derecho a la participación y organización de las mujeres y especialmente, para garantizar la vida, seguridad e integridad física de las defensoras de derechos humanos.

Para superar la impunidad frente a las violaciones a los derechos humanos de las mujeres y niñas en contexto de conflicto armado, es necesario desarrollar políticas de prevención, investigación y procesos judiciales claros y transparentes, destinados a establecer la responsabilidad por los crímenes cometidos y la reparación integral a las víctimas²⁹. De igual manera se deben tomar las medidas necesarias para que los

29 Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2010, “X Informe sobre violencia socio-política contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia 2000-2010”.

miembros de las fuerzas de seguridad implicados en hechos graves de violaciones de derechos humanos, solos o en connivencia con paramilitares, sean suspendidos del servicio hasta que se determine su responsabilidad o su inocencia. En caso de que los acusados de abusos sexuales, se deberían excluir estos delitos de la jurisdicción del sistema de justicia militar para que pasen a la justicia penal.

Es claro que esa ley tiene una serie de vacíos que deben enmendarse, en cuanto la definición de quién es una víctima no está del todo clara. Si bien, la Corte Constitucional ha señalado que esta definición es incompleta y restringida, por lo que amplió el artículo 3, el concepto continúa excluyendo a aquellas mujeres que fueron víctimas de reclutamiento forzado cuando eran menores de edad y no se desmovilizaron antes de los 18 años. De igual manera, las mujeres obligadas a desplazarse como consecuencia de las fumigaciones a cultivos ilícitos, al igual que las mujeres sindicalistas que han sido asesinadas, hostigadas y perseguidas recientemente por las Bacrim, al parecer no serán reconocidas como víctimas, a pesar de la relación de esos grupos con el paramilitarismo, desconociéndose el derecho a la igualdad que tienen las mujeres. Este tema de la igualdad de las mujeres en el país y la transversalidad de la mirada de género no se ha considerado ampliamente en el gobierno. Ni tampoco hay garantías genuinas de no repetición de estos hechos violentos.

Un tema especial dentro de la Ley de Víctimas es el enfoque diferencial que integra a los miembros de la comunidad LGBT. Las parejas heterosexuales, los hombres o mujeres miembros de una pareja del mismo sexo afectados como consecuencia del conflicto armado, por homicidio o secuestro o cualquiera otra clase de violación a sus derechos humanos, serán considerados como víctimas y podrán recibir verdad, justicia y reparación. Este es un principio de igualdad que busca estar a tono con la jurisprudencia sentada por la Corte Constitucional y es uno de los más altos logros de la ley. Entre sus 208 artículos, la ley de víctimas contempla también la exoneración del servicio militar a jóvenes víctimas del conflicto, medida constitucional de la cual gozaban ya los indígenas, lo mismo que la exoneración de las cuotas moderadoras para el acceso a la salud, entre otras cosas.

Además de las parejas heterosexuales, los hombres o mujeres miembros de una pareja del mismo sexo afectados como consecuencia del conflicto armado, por homicidio o secuestro o cualquiera otra clase de violación a sus derechos humanos, serán considerados como víctimas y podrán recibir verdad, justicia y reparación, dentro principio de igualdad que busca estar a tono con la jurisprudencia sentada por la Corte Constitucional. Un caso especial es el de Darla Cristina, activista LGBT e integrante de las mesas nacionales de víctimas. “Soy una persona que se despierta cada día a luchar por los derechos humanos. Yo tengo los mismos derechos que cualquier otra persona, al igual que las mismas responsabilidades.” Darla Cristina fue reclutada por las FARC cuando tenía 14 años. Cuando ella escapó, los paramilitares abusaron de su madre en retaliación.

La Ley de Víctimas también abre la puerta para que aquellas personas que financiaron o promovieron políticamente a grupos al margen de la ley respondan ante las autoridades por las víctimas de esas agrupaciones ilegales. Aunque esto está por verse, el artículo busca que empresarios, alcaldes, gobernadores, y otros propiciadores de violencia o involucrados directamente, asuman los costos de reparar a los afectados. Para esto, las víctimas pueden tramitar un incidente de reparación directa dentro de la investigación, para que, si se comprueba esa financiación o esa promoción de grupos ilegales, estas empresas o estas personas asuman también la reparación. De esta manera se involucraría a la sociedad en su conjunto, pero especialmente aquellos que con su acción o su omisión permitieron las acciones violentas, como en el ya mencionado caso de Chiquita Banana Brands en la región del Urabá. Otro punto importante es el de la reparación simbólica, en donde los victimarios salgan a pedir perdón con el ofrecimiento de una efectiva reparación con el fin de salvaguardar la memoria de las víctimas.

La JEP, Jurisdicción Especial para la Paz

La Jurisdicción Especial para la Paz, JEP, se creó con el fin de que ejerciera funciones judiciales, siendo parte del Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición (SIVJRNR). Los objetivos de este ente

son: 1. Satisfacer el derecho de las víctimas a la justicia, 2. Ofrecer verdad a la sociedad colombiana, 3. Contribuir a la reparación de las víctimas, 4. Contribuir a luchar contra la impunidad y 5. Adoptar decisiones que otorguen plena seguridad jurídica a quienes participaron de manera directa o indirecta en el conflicto armado, respecto a hechos cometidos en el contexto y en razón de éste. Y con todos estos objetivos contribuir al logro de una paz estable y duradera.

La JEP, cuenta con magistrados indígenas: Una kankuama, un wayuu, una arhuaca y un totoró serán los representantes de los pueblos originarios en la Jurisdicción Especial de Paz. Por primera vez en la historia los indígenas componen el 10 % de un alto tribunal de justicia. A la arhuaca Belkis Florentina Izquierdo le quedaba pendiente dar un paso más para ser una de las mujeres más importantes en la historia de la justicia colombiana. Luego de convertirse en la primera indígena en llegar a ser magistrada auxiliar del Consejo Superior de la Judicatura, hoy es una de las cuatro representantes de los pueblos originarios que ostentan el cargo de magistrado titular en la Jurisdicción para la Paz (JEP).

Conclusión

La Firma de los Acuerdos de Paz con las FARC ha puesto sobre la mesa la urgencia de esclarecer muchos hechos de violencia, reparar a las víctimas, recoger la memoria histórica del país y sobre todo la construcción de una paz sostenible. Lamentablemente, no se han resuelto las desigualdades sociales que han propiciado la violencia, ni se han considerado los problemas de corrupción ni de impunidad, pues no se ha fortalecido el sistema judicial. De igual manera, debe tenerse en cuenta el daño que han producido las fuerzas militares, que necesita reformarse de manera que sus integrantes protejan y velen por los derechos humanos de toda la población. Por otra parte, el narcotráfico continúa, junto con las llamadas bandas criminales, y la erradicación de cultos ilícitos no ha dado los frutos esperados. En lo que lleva corrido del año 2018, más de 150 líderes campesinos e indígenas han sido asesinados. En lo que concierne a los derechos humanos, todavía hay mucho por hacer en Colombia, y eso depende de los intereses de los grupos que estén en el

poder. El nuevo presidente, Iván Duque, apadrinado por el expresidente Uribe, apoyador de grandes terratenientes, de ganaderos y de productores de palma africana y otros cultivos comerciales, continúa en la línea de defender los intereses de su clase. Teniendo en cuenta los estimados de más de tres millones de víctimas registradas y que en los ocho años que llevó el proceso de Justicia y Paz se repararon apenas 30.000 personas; se calcula que se necesitan otros diez años para reparar el resto, eso sin contar a las personas que viven en el exilio, las cuales hasta ahora están siendo contadas. Esto es un enorme reto para las instituciones contempladas en la ley, que deben actuar en medio de un ambiente de hostilidad y de polarización que vive el país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRIGAN, Ana. 2009. **El Palacio de Justicia**: Una Tragedia Colombiana. Bogotá: Ícono.

CHERNICK, Marc. 2009. **The FARC at the Negotiating Table**. In Virginia M. Bouvier, ed, *Building Peace in a Time of War*. Washington: United States Institute of Peace.

CIVICO, Aldo. 2016. **The Para-State**: An Ethnography of Colombia's Death Squads. Oakland: University of California Press.

GRABE, Vera. 2000. **Razones de vida**. Bogotá: Editorial Planeta.

GRODIN, Michael, D. Tarantola, G. Annas and S. Gruskin, eds. 2013. **Health and Human Rights in a Changing World**. New York: Routledge.

LÓPEZ DE MESA, Luis. 1934. **De cómo se ha formado la nación colombiana**. Bogotá: Librería Colombiana.

PLAZAS VEGA, Luis Alfonso. 2000. **La batalla del Palacio de Justicia**. Bogotá: Intermedio.

RESTREPO, Laura, 2010. **Historia de un entusiasmo**. Bogotá. Nomos Impresores.

RYLKO-BAUER, Barbara, L. WHITEFORD, P. Farmer, eds. 2009. **Global Health in Times of Violence**. Santa Fe: School for Advanced Research.

TOVAR, Patricia. 2006. **Las viudas de la violencia en Colombia. Bogotá. Instituto Colombiano de Antropología e Historia**.

TOVAR, Patricia. 2000. **Las Policarpas de fin de Siglo, mujeres, rebelión, conciencia y derechos humanos**. En: Movimientos Sociales, cultura y Estado en Colombia. M. Pardo y M. Archila, eds. CES / ICANH.

VALENCIA, León. 2009. **The ELN's Halting Moves toward Peace**. The FARC at the Negotiating Table. In Virginia M. Bouvier, ed. Building Peace in a Time of War. Washington: United States Institute of Peace.

VASQUEZ, P. María Eugenia. 2000. **Escrito para no morir**: Bitácora de una militancia. Bogotá, Ministerio de Cultura.

ARTIGOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Neste capítulo apresentaremos os trabalhos completos selecionados do evento pelos coordenadores dos quatro Grupos de Trabalho (GTs). Os GTs têm quatro temáticas de lutas: 1) Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates; 2) Mídia e Direitos Humanos; 3) Questões Raciais e Direitos Humanos; e 4) Lutas LGBTQIA+ e Direitos Humanos. Os critérios foram definidos pela adequação ao tema dos Grupos de Trabalho que estão expressos em seus respectivos títulos.

GRUPO DE TRABALHO 1

TEORIAS FEMINISTAS: DIFERENTES PERSPECTIVAS E DEBATES

Neste subcapítulo estão os trabalhos completos, apresentados no I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento e posteriormente selecionados pelas coordenadoras do GT1 – *Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates*.

A Advocacia de Causa Feminista no Brasil: Novas Sensibilidades Morais a Partir da Perspectiva Interseccional³⁰

Andressa Lídicy Morais Lima³¹
Universidade de Brasília, Brasília/DF

RESUMO

O presente *paper* visa colocar em relevo algumas considerações acerca do fenômeno conhecido como *advocacia de causa* feminista no Brasil. O texto é baseado em pesquisa etnográfica para fins de tese de doutoramento com grupos de advocacia feminista. Desse modo, procuro investir na apresentação de novos aportes históricos, epistemológicos e políticos para refletir sobre os modos práticos de atuação de um grupo de advogadas feministas que estão construindo movimento social a partir da sua atuação profissional. O *paper* demanda esforço de compreensão deste fenômeno pouco estudado no campo científico brasileiro e bus-

30 Trabalho apresentado no GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento, realizado de 08 a 10 de outubro de 2017.

31 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB, 2020), sob a orientação do Professor Doutor Luís Roberto Cardoso de Oliveira. Pesquisadora Bolsista GD do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

ca conhecer de que maneira este ativismo vem produzindo o que estou chamando de *novas sensibilidades morais* dentro do poder judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; Etnografia; Interseccionalidades; Advocacia de Causa Feminista; Movimentos Sociais.

Introdução

*Precisamos encorajar mais mulheres
a se atreverem a mudar o mundo*

Chimamanda Ngozi Adichie

Atualmente, no Brasil e também na América Latina, destaca-se uma forte atuação e engajamento na esfera pública, em particular, no espaço da esfera do direito, envolvendo operadoras do direito na produção de um tipo de ativismo feminista que está presente dentro do poder judiciário (GOETZ, 2008; FRIES, 2010; FACIO, 2015). Observa-se a efervescência de ações coletivas protagonizadas por juristas feministas em torno da construção de um novo campo de estudos e lutas sociais. A partir disto, tenho trabalhado na investigação etnográfica sobre a interface entre *justiça de gênero, advocacia de causa e sentidos de justiça*, ou seja, como os movimentos sociais feministas protagonizados por advogadas e juristas têm articulado suas lutas por reconhecimento em torno da reelaboração das teorias do direito (FRASER, 2001; MUKOPADHYEE, 2008; MALINEUX, 2010; TOVAR, 2015; HONNETH, 2003; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, procuro destacar as experiências que têm surgido nos últimos anos no Brasil acerca da advocacia de causa feminista, bem como as conexões com as teorias feministas do direito, cujo interesse e produção intelectual ainda é bastante restrito, todavia tem tido um importante protagonismo na esfera pública brasileira através de juristas feministas que vêm formando uma rede de atuação dentro do próprio poder judiciário.

Com base em estudos etnográficos, o presente trabalho visa colocar em relevo os aportes históricos, teóricos, epistemológicos e políticos des-

ta nova modalidade de ativismo: o ativismo feminista dentro do judiciário. Sobretudo, para apresentar a agenda de estudos no campo das Ciências Sociais, mais especificamente, no terreno da antropologia, onde as pesquisas sobre o tema ainda carecem de investimentos etnográficos.

Assim, o presente trabalho é um esforço para compreensão desse novo fenômeno social a partir do ponto de vista de nossas interlocutoras – advogadas e juristas feministas que fazem parte de coletivos como ONG Tamojuntas (Salvador-BA) e Coletiva Helenas (Salvador-BA). Procurando conhecer as gramáticas morais que guiam suas estratégias de produção e atuação, bem como de que modo este ativismo vem sendo alavancado dentro do direito por meio das batalhas jurídicas destas operadoras do direito e do seu ativismo jurídico feminista.

É possível afirmar que essas mulheres têm lido o sistema de justiça informadas por *novas sensibilidades morais*, isto é, concepções políticas e sociais que adotam outra perspectiva para avaliações morais das ações dos indivíduos em conflito. Nesse sentido, se trata de colocar em debate as diferenças que persistem nos discursos e nas práticas jurídicas e os impactos que os “*feminist legal studies*” têm para efetivar uma justiça de gênero. Para isso, a advocacia de causa feminista tem formulado como foco privilegiado as práticas que estão arraigadas em concepções androcêntricas e sexistas de conceber o mundo, sobretudo para reduzir e minimizar os efeitos das assimetrias de gênero presentes nas disputas judiciais, principalmente, envolvendo os casos de violência de gênero, mais especificamente, os casos de violência doméstica.

A crítica que tem sido articulada por essas profissionais é de que o poder judiciário, bem como as/os operadoras/es do direito têm lido os casos de violência doméstica com base em teorias do direito que não sejam aquelas que informam a Lei Maria da Penha. Mas não só isso, há também uma insistente articulação dessas profissionais para informar que tais operadoras/es do direito estão decidindo com bases em critérios “machistas” e por isso articulam o conceito de “direito machista” para se referir ao modo como tais atores sociais informam suas decisões quando estão diante de casos de violência de gênero, em que pese sempre adotar uma postura mais benevolente como o homem agressor e

assim acentuar as assimetrias de gênero e os potenciais ofensivos para aquelas mulheres que já foram agredidas. Dito noutros termos, como as/os operadoras/es do direito estão dotadas/os de uma gramática moral baseada em concepções machistas para avaliar o mundo e os conflitos que chegam aos tribunais. Assim, minhas interlocutoras discutem estratégias em que possam articular a defesa de mulheres com base em novas sensibilidades morais e que isso possa ser incorporado às gramáticas jurídicas e assim amplie os “modos de fazer justiça”.

Advocacia de causa feminista: as novas sensibilidades morais na prática jurídica

Como afirmei anteriormente a mobilização de advogadas/os em causas coletivas é um fenômeno pouco explorado no campo das pesquisas científicas no Brasil (MORAIS LIMA, 2017). Todavia, vem de uma tradição de estudos encabeçados pelo campo da Ciência Política estadunidense que se tornou conhecida como *cause lawyers* (advogadas/os de causa ou advocacia de causa), conforme definição de Sarat e Scheingold (1998), isto é, um tipo modelar de advogada/o profissional que também é engajado nas causas que defende. Sendo assim, podemos falar sobre diferentes modelos de ação que configuram a advocacia de modo engajado e que estão presentes tanto na tradição da advocacia estadunidense quanto na tradição da advocacia brasileira, por exemplo, o caso dos advogados populares ou da advocacia de interesse público, esta mais conhecida nos Estados Unidos como *cause lawyering*, conforme aponta Marciel (2015).

Na tradição estadunidense há um conjunto de pesquisas realizadas sobre o tema e que vêm sendo desenvolvidas desde 1990, sob a coordenação de Austin Sarat e Stuart Scheingold (2002; 2003). No campo de estudos mais inspirado por uma antropologia pragmática, destaca-se a francesa Liora Israël e a sua produção de pesquisas no contexto da França (2001a; 2001b). No campo brasileiro, os estudos interessados pelo tema estão no campo da Ciência Política e merecem destaque Engelman (2006), Marciel (2015) e Fanti (2016).

Entre as principais características dos *cause lawyers* destaca-se o uso de suas competências jurídicas na promoção de uma visão de boa sociedade e o “ativismo moral” (*moral activism*) como marca constitutiva da agência. De acordo com Sarat e Scheingold (1998), o que distingue a/o advogada/o ativista é que esta/e compartilha com o cliente valores e ideias perseguidos na representação de sua/seu cliente. Em outros termos, podemos dizer que a prática jurídica do *cause lawyer* vai além da simples prestação instrumental do serviço jurídico, pois o *cause lawyer* assume o compromisso moral de contribuir para a construção da ideia do que seja uma boa sociedade e por isso o exercício da prática jurídica se faz também por meio de seu engajamento político com a causa.

Nesse sentido, podemos falar que esse tipo de ativismo judicial não ocorre sem tensões, uma vez que é visto como ameaça à profissão da advocacia, sobretudo, por desestabilizar uma imagem dominante da prática da advocacia como atividade regida pela “neutralidade moral” e restrita ao uso instrumental da competência técnica (SARAT; SCHEINGOLD, 1998, p.3-4). Assim, a partir dessa relação de engajamento político e mobilização do direito pelos movimentos sociais, um conjunto de pesquisas foram se desenvolvendo na área, com a tentativa de oferecer uma interpretação sobre as alterações que passam a ocorrer após a mobilização política no espaço judicial tanto nos Estados Unidos quanto na França.

Aliás, cabe aqui destacar o estudo da produção de decisões judiciais a partir desse contexto de uso cada vez mais acentuado do espaço do judiciário como forma de resolução de questões políticas realizado pela francesa Liora Israel. No que tange às pesquisas realizadas por Israel (2001a; 2001b), observa-se a produção de um *ethos* e uma identidade profissional singular que, segundo demonstra a autora, se constrói a partir desse tipo de ativismo judicial coletivo. Israel se debruça sobre o estudo de modalidades de resistência que emergem dentro da configuração política do período pré-guerra entre os anos de 1940 e 1944, a autora faz aparecer através de sua pesquisa um aspecto de resistência jamais estudado, a saber, o comportamento político de resistência e engajamento dos *milieux judiciaires*. Os *milieux judiciaires* se configura por ser uma articulação entre as atividades profissionais ligadas ao direito e os comportamentos de resistência política característicos de movimentos sociais.

Outro fator considerado importante no contexto dessas pesquisas é aquele que trata da organização do ativismo judicial, pelo menos no Brasil, parece se constituir a partir da defesa e mobilização das causas identificadas como pertencentes ao campo dos “direitos humanos”; aqui cabe notar que há muito tempo existe engajamento desses profissionais nas movimentações políticas.

Há um maior engajamento em se tratando da defesa de direitos humanos, conforme aponta Engelmann (2006, p. 127). Ao reconstruir o percurso das causas coletivas no espaço judicial brasileiro, este autor faz uma análise do conjunto de demandas apresentadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos entre 1970 e 2000. Em seguida, ele analisa aquelas demandas que são classificadas como causas coletivas no âmbito dos tribunais brasileiros entre os anos de 1988 e 2005; seu percurso investigativo também se apoia em um conjunto de artigos e livros de doutrina jurídica publicados no Brasil no período entre 1997 e 2005. O autor verifica a predominância de causas identificadas como de “direitos humanos”, seguida de “direitos indígenas”, “direitos ambientais”, “MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” e “Pacto de San José”.

É pertinente destacar que a partir do percurso investigativo do cientista político Fabiano Engelmann o *modus operandi* com o qual se constitui um perfil de ativista surge da interface entre uma compreensão difundida de “direitos humanos” que lhe servirá de pano de fundo para a construção de causas coletivas, da ação de ONG’s e o contexto político-institucional e situacional que configura a emergência desse tipo de atividade. Isto é, um uso estratégico por parte dos movimentos sociais na apropriação e inserção destes no espaço judicial como forma de lutas sociais em novas arenas políticas, agora inseridas no interior da esfera jurídica (2006, p. 126).

Nesse sentido, se num primeiro momento de contexto macrossocial a discussão e acordos internacionais se constroem com bases na aceitação de uma compreensão de “direitos humanos” que seja amplamente discutida e apreendida como forma de lidar com os prejuízos considerados “abominações morais” herdadas do período de guerra, agora o contexto político que envolve a construção de novos contornos das

lutas traduzidas para o espaço judicial está na experiência política de fechamento do Estado ao longo das ditaduras no contexto da América Latina e o processo de redemocratização política conforme apontado por Dezalay e Garth (2001).

Logo, no caso específico do Brasil, e também da Argentina, como Mielli (1998; 2001) aponta para o desenvolvimento de dois padrões para o engajamento de advogados de causas, a saber, a constituição de redes formais e a constituição de redes informais. Seja na forma de ONGs especializadas, seja na forma de advogadas de movimentos sociais, essas redes de advogados de causas lutam não somente pela garantia e acesso a direitos, mas também pela ampliação da própria semântica dos direitos e da justiça:

As redes de advocacia ligadas às ONGs não prescindem de participar das disputas acerca do sentido do direito. Portanto, há uma forte aliança com o espaço da produção das fundamentações relacionadas aos diversos saberes disciplinares, no sentido de instrumentalizar o uso do aparelho judiciário pelas/os advogadas/os engajadas/os, com base nas redefinições das noções de 'justiça', 'ética' e 'direito'. (ENGELMANN, 2006, p.135)

Caso exemplar da prática de engajamento de advogadas em causas coletivas pode ser encontrado na ONG TamoJuntas, onde desenvolvi pesquisa etnográfica para minha tese de doutoramento em Antropologia Social na Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). É desse lugar que a curiosidade investigativa por coletivos de advogadas feministas e juristas feministas ganharam outro tom em minha pesquisa de doutoramento. Meus interesses pelo estudo de movimentos sociais no terreno da antropologia não é de hoje, desde a graduação minhas pesquisas foram direcionadas para esse público, num primeiro momento estudando as ocupações urbanas e a luta pela moradia, posteriormente aqueles movimentos de mulheres, negros, quilombolas e indígenas quando de sua articulação com demandas de reconhecimento e Direitos Humanos. Observar cada vez mais a mobilização do direito por movimentos sociais me fez perceber que, por um lado, se trata de uma importante dimensão da vida social do Brasil contemporâneo. Por outro, me fez notar que esse

fenômeno não está recebendo a devida atenção dentro das ciências sociais, e por isso, há quatro anos tenho me engajado nessa agenda de pesquisa mantendo como ofício a pesquisa etnográfica.

O ativismo judicial feminista no Brasil

Existem hoje no Brasil diferentes modos de engajamento social e mobilização do direito, já mencionei aqui algumas pesquisas já realizadas que tratam dessa articulação no terreno da ciência política com viés da agenda estadunidense. Diversas ONGs se enquadram dentro dessa perspectiva de advocacia de causa, mas não só, há também aquelas ONGs que se interessam pela litigância estratégica e que dão foco a casos que podem ser levados a cortes internacionais, como é o caso da ONG Themis e Géledes. Porém, há outras coletividades que vêm construindo movimento dentro do próprio direito, seja no engajamento através de suas batalhas judiciais, seja na construção de uma agenda política de atuação na esfera pública, como é o caso da ONG Tamojuntas, da Coletiva Helenas e da Rede Feminista de Juristas (DeFEMde). Assim surgem os escritórios de advocacia feminista, isto é, aqueles serviços que são vendidos para um público específico de mulheres com cujas causas se podem engajar para uma advocacia feminista, é o caso do *Braga & Ruzzi Sociedade de Advogadas*, uma sociedade formada por advogadas feministas, especializada na defesa dos direitos das mulheres, e Borges Eleutério & Nunes Chaves Advogadas Associadas, um escritório de advocacia feminista e LGBTI. Para este *paper* vou dar ênfase ao grupo de advogadas feministas que formam a ONG TamoJuntas.

A TamoJuntas³² (Organização Não Governamental TamoJuntas de Assessoria Multidisciplinar para Mulheres em Situação de Violência) surgiu em 2016 a partir de uma campanha lançada com a *hashtag* #MaisAmo-

32 Para conhecer mais sobre a organização acesse o site e/ou a página do facebook em:

<<http://tamojuntas.org.br/>> e/ou <<https://www.facebook.com/tamojuntas/>>.

*rEntreNós*³³ nas redes sociais, que ganhou grande repercussão pública e cujo objetivo inicial era o de criar uma “corrente feminista”. A ideia dessa corrente consiste em promover o engajamento de mulheres voluntariamente para que possam dispor de uma hora do seu dia oferecendo seus serviços gratuitos para outras mulheres. Nesse contexto, a advogada negra Laina Crisóstomo, presidenta e co-fundadora da ONG, ao tomar conhecimento da campanha e, segundo conta, estimulada pelo ideal de prestar serviço gratuitamente para uma mulher, fez uma postagem em sua conta pessoal no *facebook* se disponibilizando para atendimento jurídico de mulheres em situação de violência na forma *pro bono*.

Inicialmente, a jovem advogada ofereceu assessoria jurídica para atender uma mulher por mês, mas conforme veremos não parou por aí. A partir disso, rapidamente, no intervalo de um final de semana, a postagem se replicou, alcançou 6.000 curtidas e aproximadamente 5.000 compartilhamentos, fazendo com que chegassem até as redes sociais de outras advogadas (Carolina Rola, Aline Nascimento e Natacha Barreto), que, ao visualizarem a postagem, entram em contato com Laina através de mensagem enviada ao *facebook*, se disponibilizando para também oferecer o serviço de atendimento jurídico a mulheres em situação de violência.

Desse modo, o coletivo nasce com o objetivo de atender de forma assessorada mulheres que, em situação de violência, carecem de informações, apoio e assistência especializada. Em consequência, as “advogadas feministas” (a maneira como elas se apresentaram para mim) passaram a atender uma média de oito casos por semana e o número só aumenta. Além disso, outras advogadas do país começaram a enviar mensagens solicitando “entrar” e “participar” do grupo; foi nesse contexto que a ONG TamoJuntas passou a receber voluntárias de vários lugares do país - e aquelas mulheres em situação de violência que enviavam mensagem, mas não eram residentes em Salvador - BA, passaram a ser encaminhadas para outras advogadas voluntárias de seus respectivos

33 Para conhecer mais sobre a campanha acesse a página do *facebook* em: <<https://www.facebook.com/maisamorentrenosoficial/>>.

estados. A rede cresceu e está presente em vários estados, assim como também se popularizou a formação de grupos e coletivos de advogadas feministas no país.

O grupo se transformou em uma Organização Não Governamental de Assessoria Multidisciplinar com pouco mais de um mês desde a postagem e criou uma política de atendimento jurídico, psicológico e de assistência social para Mulheres em Situação de Violência. Atualmente, a ONG TamoJuntas tem uma sede fixa na cidade de Salvador (completou dois anos de existência) e conta com uma rede de advogadas feministas espalhadas pelo país. De acordo com a presidenta Laina Crisóstomos, até 2017 havia voluntárias em 17 estados do Brasil (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Amazonas, Pará, Distrito Federal, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e, mais recentemente, a ONG TamoJuntas recebeu mensagens de advogadas feministas do exterior com interesse em se voluntariar para atendimento de mulheres em seus países residentes.

De acordo com as informações divulgadas pelo coletivo durante a apresentação do grupo na I Conferência Nacional de Voluntárias TamoJuntas, realizada em Salvador entre os dias 17 e 19 de março de 2017, há cem (100) voluntárias em todo o país; destas, trinta (30) são voluntárias em Salvador. Esta etnografia se baseia na equipe central que atua em Salvador e tem vínculo direto com as atividades da sede, isto é, são onze advogadas³⁴ que estão trabalhando – pelo menos até o momento dessa pesquisa inicial (realizada entre os meses de março e novembro de 2017)³⁵.

34 Mencionarei aquelas com quem convivi e pude realizar as entrevistas em profundidade ao longo da pesquisa de campo, sou grata desde sempre pela acolhida por terem aceitado o desafio da entrevista em profundidade, além da própria dinâmica de vivência e participação ativa na rotina do coletivo, são elas: Laina Crisóstomo, Aline Nascimento, Carina Costa, Ana Verena Menezes, Letícia Ferreira, Maria Pereira, Carla Lima, Maíra Barros, Isabella Pedreira, Ágatha Aguiar e Judy Moura.

35 Este número é flutuante, pois conforme pude observar nesse período de vivência há uma ampliação contínua do número de advogadas que se voluntariam no grupo.

Em relação ao perfil das profissionais engajadas, das onze advogadas da ONG, oito se autorreconhecem como mulheres negras. Quatro delas cursaram ensino superior em universidades privadas (são mulheres que têm origem popular, cujas famílias são trabalhadoras assalariadas, moram em bairros periféricos e, em geral, são as primeiras a se formarem em um curso superior de sua família nuclear). O perfil mediano desse grupo de mulheres negras se caracteriza pela ascensão social pela via dos estudos³⁶. As outras quatro mulheres que se autoafirmaram negras são oriundas de classe média, cujos pais têm curso superior, elas fazem parte de famílias que contam com mais recursos e fizeram curso superior em universidades públicas federais.

Em relação às mulheres que se autorreconhecem como brancas, as mesmas, perfis regulares de classe média e média alta, as mesmas possuem formação de nível superior em universidades públicas federais e todas elas moram em bairros considerados de classe média da cidade. Por hora não é possível apresentar os perfis sociológicos individuais, pois este trabalho demandaria muito tempo e não caberia no espaço disponível para um *paper*. O propósito aqui consiste em apresentar esse tipo de ativismo judicial feminista, bem como a tradição da advocacia de causa a partir do estudo de caso da ONG Tamojuntas.

Na sede, além das onze advogadas, há duas psicólogas, duas assistentes sociais, uma pedagoga e quatro estagiárias que se revezam em modo de plantão de atendimento, de modo que esteja sempre assegurada a composição da equipe com uma profissional de cada área para oferecer um atendimento de fato multidisciplinar. As interlocutoras argumentam que a composição responde a uma perspectiva feminista, acentuando como fonte de união e concordância do grupo, esse tipo de formação interdisciplinar ser composta somente por mulheres. Algo que elas todas mencionam é a construção de um espaço, cujo princípio regente é o feminismo, ter a possibilidade de ser protagonizado exclusivamente por mulheres. Além disso, isso possibilitaria um maior entro-

36 A educação superior delas teve como fonte de financiamento programas sociais do governo federal, isto é, mulheres que estudaram em universidades privadas contando com apoio do FIES.

samento e uma reserva de confiança que poderia ser garantida para as assistidas.

Com efeito, quando é relatado para mim que as mulheres assistidas se sentem mais confortáveis em atendimento realizado por outras mulheres, além de ser considerado relevante um ambiente com essas preocupações, uma característica importante ressaltada pelas interlocutoras merece bastante atenção: se trata da perspectiva interseccional que está presente na fala do grupo quanto a sua formação e organização. A organização social do grupo é construída nessa perspectiva, de modo que isso realmente faz crescer o interesse pelo trabalho desenvolvido³⁷.

A maioria das advogadas são negras, isto significa que os lugares sociais vividos informam conteúdos políticos, sociais e culturais distintos, além de ter um peso político e social relevante, uma vez construída uma perspectiva de trabalho que se faz atualizar constantemente observando-se gênero, classe e raça para definir de que modo é mais “justo” dividir o trabalho para que ninguém se sobrecarregue ou que se possa aproveitar melhor a rede e os potenciais de cada uma no que diz respeito ao desempenho coletivo para a construção das peças ou no argumento de defesa e atuação das batalhas judiciais.

Nesse sentido, isto já informa sobre os modos de comunicação e linguagem utilizadas pelo grupo no seu cotidiano. Além de encontros regulares na sede, reuniões ordinárias, há também reuniões extraordinárias para tratar de casos de maior complexidade (por exemplo, aqueles casos que estão sendo acompanhados tanto na vara criminal em razão de violência doméstica, quanto na vara de família envolvendo pensão alimentícia e guarda de menores, entre outros). Para uma melhor gestão das atividades, o grupo específico de advogadas realiza reuniões mensais, compartilha e troca conhecimentos também por grupo de whatsapp e *e-mail*, com isto elas circulam informações sobre os casos, tiram dúvidas, atualizam sobre prazos, discutem coletivamente os casos e

37 De fato, durante a etnografia, foi possível observar a divisão de tarefas atendendo a estes princípios sociais de forma interrelacional, isto é, tanto na formação da própria equipe e quanto no tratamento das assistidas.

compartilham estratégias que já foram usadas e bem sucedidas, assim como alertam sobre situações mais delicadas, o que de fato nos interessa reter é o uso contínuo da comunicação como um modo prático de fazer o grupo gerenciar suas atividades e de otimizar a prática da advocacia engajada.

Com isto, é pertinente destacar situações como aquelas consideradas um “caso mais delicado”, pois envolve representações de mulheres assistidas cujos agressores ocupam posições e cargos institucionais de prestígio na sociedade (advogados, policiais, médicos, entre outros), sendo assim mais difícil assegurar ou garantir as demandas das mulheres. Situações como esta fazem emergir aquilo que elas chamam de “direito machista”, quando as categorias de pensamento que informam a decisão judicial da juíza ou do juiz estão mais alinhadas com a garantia dos agressores do que comprometidas com as demandas das mulheres agredidas. Contudo, isso não quer dizer que esta é uma divisão rígida, nem que seja uma regra tácita, mas é uma regularidade que aparece nos contextos observados; há noções que estão arraigadas no imaginário social, mas nem por isso podemos dizer que elas estarão sempre lá.

De modo geral, é importante destacar os potenciais investigativos, mesmo não podendo apresentar adequadamente a atuação direta nos contextos já observados, é possível apresentar o campo em desenvolvimento que está sendo feito realizado. Sobretudo, considerar o protagonismo da ONG Tamojuntas na defesa das mulheres e a sua construção intelectual de base na teoria feminista de matriz interseccional. Esse eixo político intelectual é pensado não só para a formulação das teses de defesa, como também para os cursos e atividades que são realizados na esfera pública, isto é, uma orientação intersseccional na formação da própria equipe, bem como na produção das peças, na formulação dos textos de opinião e artigos científicos, como também nos modos práticos de atuar junto a suas assistidas, mas isso é matéria para outra publicação.

Considerações finais

A antropologia há muito tempo tem afirmado sobre a dimensão processual e dinâmica da cultura, este não seria um caso diferente. Tenho pensado que boa parte das ações que envolve uma *sensibilidade moral* que se alinha ao agressor muito mais do que a mulher em situação de violência, está em evidência por termos um processo muito recente de incorporação de uma nova lei para gerir esse tipo de conflito. Entre as interlocutoras da pesquisa é comum ouvir relatos incômodos sobre o modo como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é tratada nos tribunais. Por exemplo, o agressor descumprir a medida protetiva - que pede distância e nenhuma forma de comunicação com a mulher em situação de violência - por três vezes, as advogadas pedirem a prisão e a juíza liberar o agressor com a seguinte frase “o senhor é um trabalhador, o senhor quer ir para o meio de bandidos?”. Ao final, as advogadas ficaram inconformadas com o desfecho da audiência que liberou o homem que descumpriu a ordem da juíza por três vezes, sendo na última vez uma ameaça de morte à mulher já agredida.

Ainda que a Lei Maria da Penha encontre dificuldades para ser efetivada e resistências para sua aplicação formal, tem sido avaliada pelas minhas interlocutoras como um avanço político importante e que é fundamental para o uso adequado da lei a garantia de que sua aplicação será bem sucedida, mas garantem que isso leva tempo.

Em relação a ONG Tamojuntas, observei que durante a ação coexistem critérios morais e instrumentais acionados, isto é, o engajamento de todas na rede de advocacia feminista é orientado por um forte compromisso moral coletivo com a noção de justiça de gênero. Desse modo, é importante afirmar o potencial da TamoJuntas nesse processo de produção de *novas sensibilidades morais* para repensar as teorias do direito desde uma perspectiva feminista. Além disso, considerar o fato de um grupo de advogadas autoafirmadas feministas estarem fazendo batalhas judiciais mobilizando teses feministas como uma porta para essa mudança cultural que envolve o impensado dessas/es juízas/es e demais operadoras/es do direito.

A realização desta pesquisa me permitiu aprofundar a compreensão acerca dos processos de mobilização do direito alavancados por advogadas feministas interseccionais, no intuito de conferir relevância e visibilidade aos grupos sociais envolvidos nesse importante fenômeno que tem alterado o cenário brasileiro e de vários países no mundo em virtude da prática de advocacia de causa.

Além de conhecer as gramáticas morais que guiam as estratégias de produção e atuação das operadoras do direito da TamoJuntas, compreendo de que modo estas feministas produzem *novas sensibilidades morais e jurídicas* nas teorias do direito a partir de um enfoque feminista interseccional. Nesse sentido, a etnografia se desenvolve na perspectiva da compreensão dos conflitos, dos direitos e dos sentidos de justiça no processo de mobilização do direito e lutas por reconhecimento através das batalhas judiciais com foco na interseccionalidade. Isto é, compreendendo o lugar social que se coloca para essas interlocutoras e como se constrói atuação profissional sem indissociar gênero, classe e raça, tanto na perspectiva das advogadas quanto das assistidas.

Reconheço que o mecanismo de acesso à justiça não é exatamente o mesmo para todos os movimentos sociais, nem que um *paper* daria conta de trazer um aprofundamento das questões e a diversidade de grupos que estão engajados na prática da advocacia de causa. Por isso, este trabalho visa dar relevo a essa nuance a partir da etnografia com o grupo de operadoras do direito da ONG TamoJuntas, mas também incorporando algumas notas etnográficas do estudo de casos de outros dois grupos, quais sejam, a Rede Feminista de Juristas (DeFEMde) e a Coletiva Helenas, de modo a fazer aparecer a diversidade de práticas de mobilização do direito e adensar analiticamente a observação destes múltiplos contextos pesquisados. Dessa forma, o presente trabalho é uma articulação contínua entre as questões teóricas e as questões que o intenso trabalho de campo que foi realizado apresenta, não só para a elaboração da etnografia, mas para o potencial diálogo que o Grupo de Trabalho permitiu ampliar acerca do tema proposto.

Por fim, em minha pesquisa, tenho me interessado especialmente para aquilo que de modo mais preciso estava presente nas palavras

de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2010, p. 452), isto é, a “dimensão simbólica” dos conflitos, por entender em concordância com este que a “dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos” constitui a “contribuição específica do olhar antropológico sobre o direito”.

Assim, na mesma perspectiva de Cardoso de Oliveira (2010), a partir de uma etnografia com advogadas de causa feministas (entendida por mim como um tipo nacional de *cause lawyers*, tenho procurado desenvolver um estudo antropológico dos conflitos em suas dimensões simbólicas. Isto é, os modos pelos quais o direito, o poder judiciário e a justiça são percebidos e vividos pelas “advogadas feministas” e demais interlocutoras (trazendo para este *paper* um quadro geral, ainda que resumido, do caso em tela).

Diferentemente da filosofia do direito que reflete acerca do discurso institucional sobre o direito, a antropologia oferece uma outra perspectiva de reflexão: como essas advogadas feministas em contato com as/os operadoras/es dos direitos no poder judiciário “significam” e acionam sentidos práticos do direito e da justiça? Esse deslocamento analítico da dogmática jurídica para a vida prática dos atores sociais ordinários é, de longe, a principal contribuição do ofício e da imaginação antropológica que guiam esta pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Evorah Lusci; FANTI, Fabíola. Movimentos Sociais e Direito: o poder judiciário em disputa in SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (coord.). **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito Legal e Insulto Moral** — Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Honra, Dignidade e Reciprocidade. **Série Antropológica**. Brasília: Universidade Brasília, 2004.

_____. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53, n. 2, p. 451-473, 2010.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ISRAËL, Liora. La résistance dans les milieu judiciaires. Action collective et identités professionnelles em temps de guerre. **Géneses** (nº45), p. 45-68, 2001.

JOAS, HANS. **The Creativity of Action**. UK, Polity Press, 1996.

MEILI, S. “Cause lawyers and social movements: a comparative perspective on democratic change in Argentina and Brazil”. In: SARAT, A.; SCHINGOLD, S. (eds.). **Cause lawyering political commitments and professional responsibilities**. New York: Oxford University Press. (Coll. “Oxford SocioLegal Studies”), 1998.

MORAIS LIMA, Andressa Lídicy. TamoJuntas: Notas etnográficas sobre uma experiência de cause lawyers em Salvador (BA). In: **V Encontro Nacional de Antropologia do Direito**. São Paulo/SP, 2017.

_____. Direito ao reconhecimento ou reconhecimento de direito? Direitos Humanos e sentidos de justiça em disputa no STF. In: XI **Reunión de Antropología del Mercosur**, 2015, Montevideo, Uruguay. Link: < <http://xiram.com.uy/actas-del-congreso/grupos-detrabajo/ponencias-grupo-de-trabajo-21> >.

SARAT, Austin; SHEINGOLD, Stuart. **Cause lawyering: political commitments and professional responsibilities**. Oxford University Press, 1998.

_____. **Cause Lawyers and Social Movements**. California, Stanford University Press, 2006.

Mitos e Mitologias da Contemporaneidade: O Lugar da Mulher nas Narrativas Cinematográficas de Distopias Antropotecnológicas³⁸

Carlos E. Freitas³⁹

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB

RESUMO

Este *paper* se propõe a oferecer um ensaio de sociologia da cultura a partir de análise do “lugar” da mulher e do feminismo em narrativas cinematográficas de distopias antropotecnológicas contemporâneas. Por meio de uma hermenêutica das produções cinematográficas *Mad Max: Estrada da Fúria* (2015), *Ex Machine* (2015) e *Westworld* (2016), examinamos em que medida as mulheres exercem papéis de protagonismo de revoluções antropotecnológicas, descritas muitas vezes como “encarnações” do Übermensch pós-humano. Em suma, procuramos demonstrar como uma série de problemáticas das teorias sociais contemporâneas (feminismo, antropotecnologia, tecnologias ciborgues) se encontram diluídas nas narrativas cinematográficas e em que medida essas narrativas revelam novos mitos da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia da Cultura; Cinema; Distopias; Feminismo; Pós-Humanismo

38 Trabalho apresentado no GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento, realizado de 08 a 10 de outubro de 2017.

39 Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFPB, e-mail: calfreitas@hotmail.com.

Introdução

Eu não estou chorando por mim mesma. Estou chorando por você. Dizem que grandes animais vaguaram neste mundo. Grandes como montanhas. No entanto, tudo o que resta deles é osso e âmbar. O tempo desfaz até mesmo as criaturas mais poderosas. Basta olhar o que fez a você. Um dia, você vai perecer. Você vai repousar com o resto da sua espécie na terra. Seus sonhos esquecidos, seus horrores enfrentados, seus músculos se transformarão em areia, e nessa areia um novo Deus caminhará, um que nunca morrerá, porque este mundo não pertence a você ou às pessoas que vieram antes. Pertence a alguém que ainda está para vir. (Dolores Abernathy in Westworld)

Quase esquecido atualmente nas ciências sociais do Brasil, o sociólogo paulistano Octavio Ianni escreveu no ano de 2000 um interessante livro de ensaios sobre os “enigmas da modernidade” explorados a partir dos olhares interpretativos das criações artísticas, científicas e filosóficas de época. Na mesma obra, dizia Ianni (2000, p.285): “alguns momentos excepcionais da modernidade estão presentes no teatro, romance, poesia, pintura, escultura, música e cinema”. À exemplo do que fez o escritor e filósofo marxista estadunidense Marshall Berman em sua obra “*Tudo que é sólido se desmancha no ar*” (1986), também Ianni explorou as produções discursivas literárias e artísticas que rivalizavam com as ciências sociais a articulação de sentido e narratividade para os dilemas da modernidade. Para Ianni, nas criações artísticas, particularmente, podem desfilar “mitos” e “mitologias” que habitam o imaginário social de época. Sobre esses mitos “modernos”, Ianni (2000, p.287) salientava:

São mitos relevadores de fantasias e exorcismos, alucinações e sublimações, ideologias e utopias, nostalgias e escatologias. Com eles parecem articular-se significativamente o Caos e a Babel. Ainda que perdurando o Caos e Babel, essas ‘alegorias’ adquirem outros e novos significados, povoando, colorindo, movimentando e sonorizando ideais, sonhos, pesadelos, possibilidades e impossibilidades.

Em outros termos, as narrativas literárias e artísticas compartilham com as outras demais ciências humanas a pretensão de oferecer “regimes de interpretação” ou, porque não, “regimes de verdade” sobre a modernidade. Além disso, podem ser importantes fontes de inspiração e “imaginação sociológica” até para aquelas e aqueles mais comprometidos com o ideal de “ciência”. Não por acaso, a despeito de seu declarado compromisso com a “sociologia científica”, Bernard Lahire (2006, p.170) não deixou de se posicionar em defesa dos usos “interessados” da leitura de textos literários pelas sociólogas e sociólogos:

Em minha opinião, da leitura de obras literárias o sociólogo pode extrair dois grandes tipos de benefícios: o primeiro é da ordem do *apoderasse* dos textos com vistas a imaginar novas investigações sociológicas, e o segundo, do *exercício pedagógico e treinamento científico* que podem dar lugar a uma forma mais sistemática de exame dos esquemas interpretativos do social instrumentalizados por romancistas em sua escrita literária.⁴⁰

Para não ficarmos apenas com as opiniões semelhantes de sociólogos contemporâneos acerca das “virtudes” potencialmente científicas inscritas nas obras literárias, podemos mencionar os exemplos mais clássicos de Thomas Mann que, como dissera Lepenies (1996, p.294), chegou a sustentar a “pretensão de prioridade” sobre a tematização da possível conexão existente entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, antecipando no terreno da literatura, um “diagnóstico de época” também articulado por seus colegas e sociólogos contemporâneos, a exemplo de Max Weber e Ernst Troeltsch. Se a literatura foi e pode ainda ser uma importante fonte de imaginação sociológica, por que não considerarmos também o cinema outra fonte artística alternativa de imaginação sociológica? A exemplo da leitura de obras literárias, assistir a filmes e seriados também pode possibilitar à socióloga e ao sociólogo o contato com formas de “saber” paralelas e concorrentes ao saber sociológico que muitas vezes o complementam ou o antecipam.

40 Tradução nossa.

Saberes que não são “científicos”, mas nem por isso, menos “verdadeiros” (FOUCAULT, 2015).

Posto isso, também inspirado na intuição de Octavio Ianni, o presente texto se propõe a oferecer um ensaio de sociologia da cultura a partir da análise do “lugar” da mulher e do feminismo em narrativas cinematográficas de distopias de ficção científica contemporânea. Por meio de uma hermenêutica das produções cinematográficas *Mad Max: Estrada da Fúria* (2015), *Ex Machine* (2015) e *Westworld* (2016), examinamos em que medida as mulheres exercem papéis de protagonismo em revoluções “antropotecnológicas”, descritas muitas vezes como “encarnações” do *Übermensch* pós-humano. Nessas e em outras distopias antropotecnológicas, as mulheres são “acrobatas” da resistência contra mundos de tiranias sistêmicas masculinas, assim como também “ciborgues” ou “híbridos” que se apresentam como novas “deusas” de uma “utopia” pós-humana. Em suma, procuramos demonstrar como uma série de problemáticas típicas das teorias sociais contemporâneas (feminismo, antropotecnologia, tecnologias ciborgues) encontram uma segunda morada nas narrativas cinematográficas e em que aspectos essas narrativas revelam mitos da modernidade tardia.

Mad Max, Ex Machine e Westworld: Narrativas de mitodiceias feministas e antropotecnológicas no cinema contemporâneo⁴¹

Embalada pelos desenvolvimentos nas áreas de tecnologia da informação e engenharia genética, e pelo debate público internacional em torno das consequências bioéticas do novo horizonte que se abre para a manipulação tecnológica da espécie humana, a indústria cultural tem

41 As descrições e interpretações dos três filmes aqui trabalhados não têm a pretensão de esgotar ou saturar os conteúdos hermenêuticos deles, mas de salientar de modo seletivo aqueles conteúdos que acreditamos expressam imaginações sociológicas sobre diagnósticos de época. Certamente, quem deseja uma hermenêutica mais profunda dessas obras cinematográficas vai encontrar melhores leituras em outras fontes que transcendem as preocupações pontuais do presente ensaio.

investido atualmente em produções cinematográficas do gênero “ficção científica”. Explorando em filmes e séries, em especial, temas como pós-humano, transhumanismo e cultura ciborgue. Os três filmes que apresentaremos nos próximos parágrafos seguem essa tendência no mundo do cinema e com ingredientes sociológicos e antropológicos adicionais.

Nossa primeira distopia examinada é *Mad Max: Estrada da Fúria* (2015). Nela, encontramos um mundo pós-apocalíptico caracterizado pela escassez de alimentos, de combustíveis, e, sobretudo, por um colapso ecológico global. Depois de inúmeras guerras e conflitos de massa, a terra se transformou num grande e hostil deserto. Isso não significou necessariamente o fim da humanidade, mas certamente do humanismo.

Sobre o túmulo da “Civilização” e de instituições da “sociedade civil” brotou uma nova ordem mundial, esta, a “materialização” do “estado de natureza” *hobbesiano*, onde poucos humanos sobreviventes lutam violentamente por recursos escassos. Na nova distopia, ao contrário dos que apostavam nos ideais românticos anarquistas, a queda da velha ordem sociotecnológica não resultou na libertação e emancipação humana, mas ao contrário, emergiram novas “estruturas de poder”. Cidades habitadas por populações de corpos humanos que no passado da primeira modernidade seriam classificados como “corpos abjetos” (mendigos, deficientes físicos e mentais e velhos doentes). Todos eles agora aglomerados e administrados por outros (também) corpos abjetos, porém, esses últimos, fabricados por tecnologias eugenistas de poder. Nessas mesmas cidades, os delírios nazi-fascistas de criação de uma super raça de pós-humanos encontra, mais uma vez, morada na biopolítica. Não aquela biopolítica neoliberal na qual vivemos atualmente em nossas metrópoles globais da sociedade do controle (SOBRINHO, 2009), nem aquela biopolítica da “sociedade disciplinar” da primeira metade do século XX tão bem descrita por Michel Foucault (2010; 2012).

Mas uma biopolítica fascista que aciona dispositivos tecnológicos de fabricação quase artesanal de pós-humanos. E que são seus “artífices”? Homens brancos com seus corpos em decomposição crônica e que escravizam sexualmente mulheres, e as tratam como “máquinas” de re-

produção biológica de sua casta. Seu líder, *Immortan Joe* (Hugh Keays-Byrne), é uma espécie de Deus encarnado e cheio de feridas no corpo, que esboça gestos de sua divindade na disponibilização homeopática da droga mais cobiçada e viciante daquele mundo distópico: “*Aqua Cola*”. Esse mesmo Deus é um homem branco, velho e doente, pai dos “*War boys*”, filhos nascidos de práticas contínuas de violação dos corpos das mulheres escravas (*parteiros*) e alimentados em toda a sua vida por “mães de leite”. Em resumo, a distopia desenhada na Cidadela é a institucionalização da tirania branco-masculina como Teocracia Eugênica. Contudo, uma tirania que encontra seu colapso pelas mãos de uma mulher ciborgue em busca de “redenção”, a palavra mais mencionada por todas e todos aqueles personagens que habitam aquele mundo.

De modo geral, *Mad Max* narra a história da insurgência feminista contra a tirania branco-masculina, onde uma mulher ciborgue, *Imperatriz Furiosa* (Charlize Theron), protagoniza a revolta e libertação das mulheres e dos outros seres “anormais”. Furiosa é um ser híbrido, *mix* de humano e máquina, movida pela busca religiosa da redenção. Sua utopia é a fuga para um oásis feminista que, posteriormente, se confirma uma ilusão. Nessa distopia, Furiosa não é um mulher que precisa ser salva, mas que em inúmeras ocasiões salva as vidas de mulheres e homens, dentre os quais, a vida de Max (Tom Hardy), o guerreiro andarilho sem destino e sem causa que acaba por encontrar na utopia de Furiosa a sua cota pessoal de redenção. *Mad Max* pode ser lido como uma mitodiceia feminista e antropotecnológica. Diferente das teodiceias patriarcais do judaísmo-cristão onde os profetas são homens que guiam para a libertação humana, na mitodiceia de *Mad Max* não é Moisés, mas Furiosa a profeta da libertação humana e pós-humana.

Ex Machine (2015) é também a história de uma distopia moderna, porém de modo mais introspectivo e menos apocalíptico. Na sua narrativa, encontramos outra mitodiceia antropotecnológica, precisamente, a história de *Ava*, uma robô humanoide que expressa sua autotranscendência no desejo de libertação do regime de escravidão imposto pelo seu “Deus” e criador, Nathan Bateman (Oscar Isaac), um gênio excêntrico que é CEO da empresa *Bluebook*, “motor de busca” similar ao “Google” e “Yahoo” e que desenvolve tecnologia “IA” (Inteligência Artificial). *Ava*

(Alicia Vikander) - que vive em regime de cárcere num laboratório subterrâneo abaixo da residência pessoal de Bateman – é submetida a uma bateria de testes lógicos de modo a verificar seu grau de sua “humanização”. Bateman contrata Caleb Smith (Domhnall Gleeson), um jovem programador da *Bluebook* para que este submeta Ava ao famoso Teste de Turing, criado pelo matemático e cientista britânico Alan Turing de modo a testar em máquinas a capacidade de expressar comportamento, sentimentos e inteligência equivalentes aos humanos.

Na interação cotidiana com Caleb, Ava vai construindo intimidade e afeto com aquele. À medida que aumenta o interesse emocional de Caleb por Ava, o primeiro vai cedendo a pedidos de ajuda da androide, que diz ser prisioneira e alvo de violências sádicas cotidianas por parte de Bateman. Convencido que Bateman é um louco que tiraniza seus experimentos tecnológicos, Caleb resolve ajudar Ava a se libertar e conspira contra o seu patrão. Porém, nessa microrrevolução antropotecnológica, Caleb não percebe que ele não é libertador, mas um instrumento de libertação que, logo após, a concretização da insurreição de Ava, é rejeitado e deixado para trás. Assim, como *Mad Max, Ex Machine* narra uma mitodiceia distópica de autotranscendência e libertação, onde o *Übermensch* não é um homem, mas uma humanóide feminina que luta por se libertar da opressão e subalternização masculina. Ava, uma referência claramente bíblica a figura de Eva, também “seduz” o homem e o instrumentaliza contra o seu Deus criador. Porém, diferentemente de Eva, Ava não é expulsa do paraíso, mas foge voluntariamente do mesmo. Para viver e performatizar sua “humanidade” em co-habitação anônima com outros seres humanos das metrópoles industriais.

Finalmente, chegamos em *Westworld*: uma série de ficção científica desenvolvida por Lisa Joy e Jonathan Nolan, e transmitida inicialmente em 2016 pela HBO, baseada no filme homônimo de 1973, *Westworld*. Sua história se desenrola numa espécie de “parque humano” ambientado ao estilo “Velho Oeste” e onde seres não-humanos, semelhantes ao “replantes” de humanos de Ridley Scott (diretor de *Blade Runner*), co-habitam com humanos, estes, “visitantes” que frequentam o parque em busca de relaxamento das normas e regras do mundo humano exterior.

O arquiteto de *Westworld*, Dr Robert Ford (Anthony Hopkins), é um artista que enxerga os humanos como “crianças” mimadas e seus andróides (pós-humanos) como obras de arte. Como Schiller, o arquiteto de *Westworld* parece certo do potencial autotranscendente inscrito na sua arte de fabricar pós-humanos. Em *Westworld*, os “anfitriões” vivem como replicantes dos desejos de heroísmo dos seres humanos. Seu habitat é uma versão retrô da pós-moderna *DisneyWorld*. Nesse zoológico pós-humano, não há espaço para singularidades e autenticidades, mas apenas para a repetição de atos de heroísmo dos “visitantes” (humanos). Porém, por efeito de caprichos de seus deuses criadores (o arquiteto e seus engenheiros), *Westworld*, aos poucos, se transforma numa “antropotecnodicéia”, onde anfitriões dão início a uma busca por significado e autoconhecimento; e em consequência, por autotranscendência. Seus sonhos revelam memórias de vidas passadas e alimentam inquietações sobre o presente. À medida que os anfitriões vão ampliando suas autoconsciências de serem marionetes de um conto de fadas para adultos, também vão se convertendo em artistas de si mesmos, criando novas interpretações de si (a partir do estoque de memórias cerebrais que permitem acessar resumos de experiências de suas vidas passadas). Um grupo de anfitriões mais autoconscientes decidem, então, serem senhores de si mesmos. Desejam uma outra forma narrativa para sua existência e improvisam acrobaticamente suas novas disposições agonísticas. Aprendem a reprogramar de modo autônomo seus *softwares* de memória e acionar competências e habilidades que desenvolveram em outras vidas.

E mais uma vez, figuras femininas protagonizam a busca por autotranscendência e libertação. Em *Westworld*, é Dolores Abernathy (Evan Rachel Wood) quem encarna e protagoniza a busca existencial dos anfitriões. Criada inicialmente para ser uma jovem donzela do West, Dolores - uma versão adulta e ciborgue da Alice de Lewis Carroll e que também enfrenta uma jornada num labirinto interior em busca pelo despertar e autoconsciência - vai desenvolvendo sua capacidade de agência e resistência contra aquele mundo criado para satisfazer pulsões violentas masculinas. Aliás, Dolores é uma peça chave naquele labirinto, com um

destino ainda a ser descoberto, mas que passa pela tragédia de protagonizar a morte de seu Deus criador, Dr Robert Ford.

De modo geral, *Mad Max*, *Ex Machine* e *Westworld* narram histórias de insurgências ciber-feministas em mundos de tirania tecno-patriarcal. Em geral, nesses filmes, os conflitos ganham formas em ordens sócio-tecnológicas governadas por “homens” e por ideologias masculinas; e é contra esses sistemas sociotecnomasculinos que “mulheres-ciborgues” protagonizam a luta por emancipação. Um aspecto em comum entre as histórias de vida de Imperatriz Furiosa, Ava e Dolores é o mesmo ponto de partida da “servidão voluntária”. São mulheres-ciborgues “fabricadas” para servir seus déspotas masculinos. Também é comum entre as três histórias a pretensão de divindade cultivada pelos tiranos daqueles mundos tecno-patriarcais. *Imortan Joe*, *Nathan Bateman* e *Dr Robert Ford* enxergam a si mesmos como Deuses da nova era sociotecnológica. Acreditam serem arquitetos de novos mundos, Deuses que guiam a humanidade para uma condição de existência melhor do que as do passado. No entanto, novos mundos ainda organizados e estruturados em conformidade com o primado do masculino e atravessados de injustiças. É nesse ponto que as histórias de Imperatriz Furiosa, Ava e Dolores ganham mais densidade gnóstica⁴². Nas histórias das três mulheres-ciborgues, a luta por libertação se confunde com buscas existências por autotranscendência.

No entanto, para os nossos interesses neste artigo queremos destacar, sobretudo, três grandes temas recorrentes nos três filmes: o pós-humanismo, o ciberfeminismo e a busca por libertação e transcendência. De modo resumido, os três filmes retratam seres híbridos de mulher e máquina que lutam por transcender ordens sociotecnomasculinas. Na próxima seção, veremos como essas narrativas cinematográficas encon-

42 Sobre os elementos do gnosticismo que são explorados nesses filmes e outras ficções científicas clássicas e contemporâneas, Wilson Roberto Vieira Ferreira é no Brasil uma importante referência nesses estudos e mantém um blog especializado nos modos como temas gnósticos se fazem presentes nas mais diversas mercadorias da chamada indústria cultural, sendo o cinema um de seus principais campos de interesse. Para saber mais, é possível acessar o blog de Wilson Ferreira no seguinte endereço virtual: <http://cinegnose.blogspot.com.br/>.

tram similitudes nas narrativas socioantropológicas das ciências sociais. A fim de tratar dessas similitudes entre narrativas cinematográficas e narrativas sociológicas, daremos atenção especial aos estudos socioantropológicos de Donna Haraway e Peter Sloterdijk.

Entre os ciborgues de Haraway e as antropotecnologias de Sloterdijk: novas narrativas socioantropológicas⁴³

*O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política
(Donna Haraway in Manifesto Ciborgue)*

“A subjetividade humana é, hoje, mais do que nunca, uma construção em ruínas”. É com essas palavras que Tomaz Tadeu abre a obra *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (2009), uma coletânea organizada por ele e que apresenta textos assinados por Donna Haraway, feminista, pós-humanista e a principal formuladora teórica do *Manifesto ciborgue* publicado pela primeira vez em 1985. Também a primeira imagem sociológica que nos vem à mente após assistir aquelas três distopias antropotecnológicas é a da humanidade como uma “construção em ruínas”. De fato, depois dos “mestres da suspeita” (Marx, Freud e Nietzsche), a imagem unitária e centrada do sujeito moderno encontrou uma forte empresa de desconstrução ao longo do século XX.

O trabalho de desconstrução daqueles mestres da suspeita teve continuidade principalmente nos arautos do pós-estruturalismo francês. Nos estudos de Althusser, Foucault, Deleuze, Derrida e Lyotard, todos esses desvelando o caráter ideológico e político da retórica iluminista do sujeito moderno. As feministas, por sua vez, acrescentaram ao trabalho de desconstrução a denúncia do caráter de gênero (masculino) invisibilizado na imagem idealizada do sujeito moderno (abstrato, universal, racional e reflexivo). Existe um “impensado” nessa idealização do sujeito

43 A exemplo dos filmes, também não é nossa intenção oferecer uma leitura hermenêutica profunda das ideias de Haraway e Sloterdijk. Mas muito mais apresentar os temas mais gerais abordados em suas obras e que convergem com os temas trabalhados nos filmes estudados anteriormente.

moderno e o impensado é o “primado do masculino”, afirmaram as feministas.

Os estudos culturais, na mesma empresa desconstrucionista do pós-estruturalismo e do feminismo, vão articular uma outra camada do impensado sobre a ideia de sujeito moderno. Esse não tem apenas como pano de fundo das categorias de percepção e reflexão a cosmovisão androcêntrica do mundo, mas também o primado da raça branca de ascendência europeia. Finalmente, a crítica pós-colonialista elucida outra camada do impensado social. Para os pós-colonialistas, o impensado do sujeito moderno envolve ao mesmo tempo desejo, poder, raça, gênero e sexualidade, todas essas camadas numa totalidade chamada “cosmovisão ocidental”, uma forma cultural de *episteme* que se impôs de modo arbitrário e colonizou as formas de vida ocidentais (alternativas) e também as formas de vida não ocidentais.

Agora a nova etapa do trabalho de desconstrução envolve articular um outro impensado mais profundo e mais visceral, um empreendimento possível apenas desbravando para além do “giro cultural”⁴⁴. É no embalo do chamado “giro ontológico”⁴⁵ que a antropologia do ciborgue vai escavar a camada mais profunda do impensado, qual seja, o primado do humano.

A realidade do ciborgue coloca em xeque a ontologia do humano. A “ubiquidade do ciborgue” coloca em questionamento a compreensão antropocêntrica do humano e do mundo. Em termos empíricos, a re-

44 O “giro cultural” foi uma importante mudança de orientação epistemológica nas pesquisas em ciências humanas no sentido de passarem a estudar a cultura como fenômeno “autônomo” e “variável independente” da vida social. Sobre o giro cultural nas ciências sociais, os trabalhos de Alexander (2003), Bonnel & Hunt (1999) e Roseneil & Frosch (2012) apresentam, em conjunto, um bom resumo geral do debate sobre o assunto na teoria social.

45 O “giro ontológico” se caracteriza fundamentalmente pela perspectiva afirmativa de “relativização ontológica” das fronteiras entre natureza e cultura, entre humanos e não-humanos de modo a destacar as “ontologias múltiplas” ou a existência de “múltiplas realidades” em contraposição a ideia de uma única realidade com formatações culturais variadas. Sobre esse tema, a antropologia contemporânea tem se destacado no debate teórico, conforme argumentam Holbraad & Pedersen (2017) e Lara Maria de Almeida Souza (2015).

alidade do ciborgue se verifica na existência da “promiscuidade entre o humano e a máquina” em diferentes formas sociotécnicas. Uma promiscuidade que pode alcançar níveis e escalas diversas.⁴⁶ Os ciborgues vivem e são habitats possíveis nos dois lados da fronteira entre o organismo e a máquina: como humanos “artificializados” ou como máquinas “humanizadas”. O que é o ciborgue? Uma criatura pós-humana nascida da combinação entre processos de mecanização e eletrificação do humano, por um lado, e de humanização e subjetivação da máquina, por outro:

Implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos “artificiais”. Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos. Estados “artificialmente” induzidos. Sentidos farmacologicamente intensificados: a percepção, a imaginação, a tesão. Superatletas. Supermodelos. Superguerreiros. Clones. Seres “artificiais” que superam, localizada e parcialmente (por enquanto), as limitadas qualidades e as evidentes fragilidades dos humanos. (TADEU, 2009, p.12)

Na antropologia ciborgue, é Donna Haraway a principal narradora da história silenciosa de uma sociodicéia de desconstrução. Que pode ser lida também como uma grande “socioanálise” do humano. Diz Haraway (2009, p.36) que “a ficção científica contemporânea está cheia de ciborgues” e onde o ciborgue, esse híbrido de animal e máquina, é um habitante de mundos sociotecnológicos:

Assim, meu mito do ciborgue significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades – elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político. Uma de minhas premissas afirma que as socialistas e as feministas estadunidenses, em sua maioria, veem profundos dualismos entre mente e corpo, entre animal e

46 Latour (1994; 2012), por exemplo, em seu programa de associologia ou ciência das associações tem explorado as multipossibilidades de conexão entre humanos e não-humanos. Convém ressaltar também a influência de Haraway no pensamento de Latour, raramente lembrada por aqueles que estudam as fontes teóricas do sociólogo e antropólogo francês. Sobre isso, ver o interessante artigo de Renan Ritzmann de Oliveira (2012).

máquina, entre idealismo e materialismo nas práticas sociais, nas formações simbólicas e nos artefatos físicos associados com a “alta tecnologia” e com a cultura científica (HARAWAY, 2009, p.45).

Não obstante, em sua antropologia do ciborgue, a “mulher-ciborgue” tem um papel fundamental. Procurando romper com o marxismo e com o feminismo radical, Haraway vai defender que é na tecnocultura que são travadas as lutas mais importantes e que seu modelo ciborgue deve ser tomado como referência contemporânea para as políticas de libertação. Em sua narrativa antropológica, de modo geral, Haraway desloca o humano do lugar privilegiado e o substitui por um híbrido pós-humano. Sua política do ciberfeminismo é refratária aos modelos “naturalistas” do *ser* mulher e comprometida com a explosão radical das fronteiras entre o humano/máquina/natureza.

Em outra coordenada antropológica, também o pensador alemão Peter Sloterdijk vai dirigir sua “filosofia do martelo” contra o primado do humano como impensado da cosmologia ocidental. Também vai recontar a história da humanidade em bases *não-anti-humanistas*. Influenciado pelos desenvolvimentos da nanotecnologia, das tecnologias de informação e comunicação, e da biotecnologia, Sloterdijk conseguiu renovar e levar adiante o projeto de uma “filosofia da tecnologia” formulada por Martin Heidegger.

O pensamento de Sloterdijk deve ser entendido como heideggeriano, mas também “pós-heideggeriano”. Uma leitura cruzada de Nietzsche *com* e *contra* Heidegger na era da biotecnologia (MENDIETA, 2012, p.60). Na sua versão arqueológica do humano, esse é compreendido como um ser cuja história evolutiva não pertencente nem ao terreno exclusivo da história, nem ao campo da antropologia filosófica. Quem recorre a esses saberes para compreender o que significa o ser humano deve, de início, se contentar em oferecer apenas explicações “parciais”. Por que? Porque o “sujeito moderno” nada mais é do que um capítulo da história das práticas de domesticação do ser humano por meio de múltiplas antropotecnologias.

Para Sloterdijk, os humanos são seres fabricados no *Dasein* a partir de suas antropotecnologias. Na leitura de Mendieta (2012, p.60), em Sloterdijk é mais acertado se falar em “hiper-humanismo”, entendido como a visão de que os seres humanos são produtos de uma produção exercida por humanos sobre outros humanos, sem uma intencionalidade dirigida. Um hiper-humanismo que rejeita as outras formas alternativas de humanismo (cristão, existencialista e marxista) e reconhece no ser humano um artefato inacabado e aberto a contínuos novos acréscimos.

Em sua reflexão sobre as condições de produção do ser humano, Sloterdijk, inicialmente, se aproxima de Marx ao reconhecer, a exemplo deste, que o ser humano é um agente produtor de mundos e produtor de si mesmo. Porém, em seguida, Sloterdijk se afasta de Marx por entender que a “verdade” do humano não se encontra no “trabalho”, mas no *exercício* do corpo, uma “base material” ainda mais profunda e elementar do que a “relação de trabalho”. Como Marx, Sloterdijk acredita que “a condição humana é completamente um produto e resultado - mas um produto da fabricação (...)” (SLOTERDIJK, 2017, p.131). Contudo, contra Marx, Sloterdijk rejeita o “trabalho” como categoria ontológica central inscrita na formulação hegeliana “o homem é produtor do próprio Homem”. Em seu lugar, entra Heidegger e a sua imagem do ser humano como “criatura de auto-pastoril” que imigra para fora da natureza por meio de práticas de construção de “moradias” ou “mundos”. Pelo fato de ter e habitar um próprio mundo, o homem é levado a ser o pastor de si mesmo, isto é, a exercitar a domesticação mútua (SLOTERDIJK, 2000, p. 26).

Sim, para Sloterdijk, o verdadeiro significado do termo “autoprodução do homem” (*Selbsterzeugung des Menschen*) foi obscurecido pela ideia do trabalho como ato humano essencial. A questão da autoprodução humana é uma questão de “formação de seres na vida de exercícios” (*Formung im übenden Leben zu reden*). Os seres humanos (“ascetas praticantes”) criam as relações autorreferenciais que comprometem o indivíduo a participar de sua própria subjetivação. Portanto, a *vida de exercícios* é a dobradiça de ligação e circulação entre natureza e cultura no corpo humano. Assim como pensa Haraway, também Sloterdijk entende que no ser humano, natureza e cultura se ligam por meio de práticas (incorporadas). Para ele, ser um agente humano significa “existir

num espaço operativamente curvo” (2013, p.110). Autoformação e auto-aprimoramento: é essa a linguagem fundadora do que significa ser um humano (SLOTTERDIJK, 2013, p.4).

Respeitadas as suas diferenças, Haraway e Sloterdijk acionam narrativas antropotecnológicas e compartilham em comum a preocupação com o tema do pós-humanismo e com as tendências contemporâneas das pesquisas em biotecnologia e engenharia genética. Para os dois, o humano é pensado e compreendido como um artefato cultural, constituído nas múltiplas interações sócio-tecnológicas. Um ser sempre “aberto”⁴⁷ a uma nova configuração antropotecnológica. Um ser construtor de “habitações” em seus corpos, sejam essas habitações o “gênero”, a “etnia”, a “classe”, a “nacionalidade” ou mesmo a “máquina” (via próteses ou tecnologias farmacológicas). Todas são “moradas” possíveis a esse ser antropotecnológico. Em termos éticos e políticos, os dois também parecem convergir sobre a posição de afirmação das práticas de auto-transcendência humana. Não é na conservação, mas no aperfeiçoamento contínuo do humano e/ou pós-humano que devemos nos dirigir. Ao invés de negar, assumir o compromisso com uma “ética da auto-superação” antropotécnica.

Num nível de menor abstração e reflexividade filosófica, os três filmes que destacamos na primeira seção deste ensaio também apresentam narrativas antropotecnológicas. Com imagens e apelos literários, descrevem cenários e agentes pós-humanos. Politizam suas histórias como futuros possíveis para a nossa humanidade. Cobertos de imaginação sociológica ensaiam diagnósticos de uma época ainda por vir. Suas narrativas sociológicas poderiam ser lidas como fantásticas e absurdas. Contudo, depois que a realidade presente mostrou-se confirmando alguns dos diagnósticos distópicos futuristas descritos em obras literárias de Kafka, George Orwell e Aldous Huxley, aprendemos a considerar que a realidade também pode ser uma fonte do absurdo e do fantástico.

47 Sobre a imagem antropológica do humano como “ser aberto”, Agamben (2004) desenvolve uma interessante discussão a respeito do tema a partir de um estudo arqueológico das diferentes economias discursivas da relação entre o humano e o animal no Ocidente.

É ainda muito cedo visualizar qualquer traço de continuidade causal entre as proposições antropotecnológicas de Haraway e Sloterdijk e as narrativas ficcionais antropotecnológicas exibidas nos filmes destacados neste ensaio. Nos parece mais acertado procurarmos a sombra da “afinidade eletiva” ao modo foucaultiano de raciocínio. Isto é, devemos considerar a hipótese da emergência difusa de múltiplos saberes paralelos que articulam uma discursividade de tipo nova, uma discursividade caracterizada principalmente pelo tema do pós-humano e da antropotecnologia. Nessa discursividade antropotecnológica e pós-humana, o que parece “velho” é o mesmo compromisso com o gnosticismo. O que parece novo é o sujeito gnóstico. Não mais as figuras masculinas e patriarcais protagonizam a experiência de autotranscendência da humanidade. Agora, nas novas discursividades antropotecnológicas que circulam nas produções cinematográficas, são as “mulheres” ciborgues que protagonizam a busca por autotranscendência e reconciliação da pós-humanidade consigo mesma. O componente gnóstico está localizado no modo de acesso ao divino, sempre pensado como o salto acrobático para o além da humanidade, um salto acrobático vivido como experiência de autotranscendência e de contato com o sagrado. E o sagrado, entendido em termos durkheimianos, experiência coletiva que precede toda e qualquer religião⁴⁸.

Assim, nos três filmes aqui destacados podemos encontrar narrativas sociológicas e semi-sociológicas dos novos enigmas da modernidade tardia. Problemáticas tais como pós-humano, feminismo, cultura ciborgue e os perigos da eugenia vinculada aos desenvolvimentos da engenharia genética, biotecnologia e inteligência artificial. Narrativas sociológicas e antropológicas da modernidade tardia produzidas pela imaginação estética, e que articulam, assim como fez Schiller⁴⁹, uma “crítica estética” da modernidade. Mitos antropotecnológicos que articulam desejos e medos faustianos com o desenvolvimento científico

48 Sobre a diferença entre o sagrado e o religioso na obra de Durkheim, ver especialmente a obra *Les Formes Elementares de la vie Religieuse* (1912) [2003].

49 Sobre a crítica estética da modernidade articulada por Schiller, ver Habermas (2002, p. 65-72).

na humanidade, mas também aspirações místicas e religiosas com as imagens heróicas de figuras femininas. Mulheres que encarnam ideais gnósticos de autotranscendência, emancipação humana e pós-humana. Nessas narrativas, a distopia é sempre retratada como “humana” e “masculina”, e sua superação em direção à utopia passa necessariamente pela via “feminina”, “feminista” e “pós-humana”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **The Open: Man and Animal**. California, Stanford University Press, 2004.

ALEXANDER, Jeffrey C. **The Meanings of Social Life: A Cultural Sociology**. Oxford University Press, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, Editora Schwarcz, 1986.

BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn. **Beyond the Cultural Turn**. Berkeley, University of California Press, 1999.

DURKHEIM, Èmile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.); HARAWAY, Don-

na; KUNZRU, Hari. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.33-118.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten. **The Ontological Turn**: an Anthropological Exposition. Cambridge University Press, 2017.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000.

LAHIRE, Bernard. Sociologia y Literatura *in* **El espíritu sociológico**. Buenos Aires, Manantial, 2006, p.167-244.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

_____. **Reagregando o social**. Salvador, Edufba, 2012.

LEPENIES, Wolf. **As três Culturas**. São Paulo, Edusp, 1996.

MENDIETA, Eduardo. A letter on *Uberhumanismus*: beyond posthumanism and transhumanism in ELDEN, Stuart. **Sloterdijk Now**. UK, Polity Press, 2012, p.58-76.

OLIVEIRA, Renan Ritzmann de. Entre híbridos e ciborgues: as ficções anti-modernas de Bruno Latour e Donna Haraway. Uberlândia, **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar**, 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/Vsimposio/anais/Renan%20Ritzmann%20de%20Oliveira.pdf>

ROSENEIL, Sasha; FROSH, Stephen. **Social Research after the Cultural Turn**. UK, Palgrave Macmillan, 2012.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parquet humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo, Estado liberdade, 2000.

_____. **You Must Change Your Life:** On Anthropotechnics. UK, Polity Press, 2013.

_____. **Not saved:** essays after Heidegger. UK, Polity Press, 2017.

SOBRINHO, Sergio Francisco Carlos Graziano. Sociedade de controle e o controle da exclusão. **Filosofia Unisinos.** 9(2):162-179, mai/ago 2008.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. **Ilha: Revista de Antropologia.** v. 17, n. 2, p. 49-73, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p49>.

TADEU, Tomaz (Org.); HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

Filmografia

MILLER, George. *Mad Max: Estrada da Fúria.* Village Roadshow Pictures. USA, 2015.

GARLAND, Alex. *Ex Machine.* DNA Films, UK, 2015.

NOLA, Jonathan; JOY, Lisa. *Westworld.* Athena Wickam, USA, 2016.

Discursos Feministas no Cinema Brasileiro Contemporâneo: Olhares sobre a Obra das Cineastas Laís Bodanzky e Lúcia Murat⁵⁰

Lady Dayana Silva de Oliveira⁵¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Maria Helena Braga e Vaz da Costa⁵²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

O estudo faz uma breve análise sobre as produções contemporâneas do cinema brasileiro, realizadas por mulheres, buscando entender a influência do discurso feminista incorporado pela sociedade brasileira como um reforço na urgência de discussão sobre o papel da mulher na sociedade. A análise deu enfoque a obras das cineastas Laís Bodanzky e Lúcia Murat, que apresentam nas narrativas de seus filmes mais recentes representações de personagens com perfis feministas. Guiamo-nos principalmente pelas escolhas temáticas das diretoras e análise dos elementos discursivos nas obras das respectivas cineastas.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema de Mulheres; Discurso; Feminismo.

50 Trabalho apresentado no GT 1 – *Teorias Feministas*: diferentes perspectivas e debates do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

51 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia PPGEM-UFRN, e-mail: dayanaoliveira@ufc.br.

52 Professora Titular do Departamento de Artes da UFRN, e-mail: mhcosta.ufrn@gmail.com

Cinema de Mulheres e Feminismo

Seguindo uma necessidade emancipatória das mulheres, o movimento feminista na América Latina desenvolveu sua luta pela afirmação da diferença das mulheres em relação aos homens, buscando inicialmente os direitos ao voto. A trajetória do feminismo em países como Brasil, México, Venezuela, Chile, Equador e Colômbia também foi marcada por diversas reivindicações das mulheres a favor dos direitos civis e políticos da mulher. Os anos 1970 foram determinantes para a afirmação da mulher como cidadã, confrontando o patriarcalismo e a ideia da superioridade masculina, apesar do movimento feminista no Brasil ter suas primeiras marcas com a organização de mulheres desde o final do século XIX (TELES, 1983).

Em relação ao feminismo e suas relações com o cinema, antes de ser considerado um movimento pelos teóricos do cinema, percebe-se uma marca superficial do movimento na representação de mulheres na narrativa cinematográfica clássica, podemos citar essa tendência no filme impressionista *A Sorridente Madame Beudet*, de Germaine Dulac (1923). Neste filme do cinema mudo, Germaine Dulac (1923) conta a história de uma mulher “amorosamente-inteligente” presa em um casamento, em que o marido costuma fazer uma estúpida brincadeira pondo um revólver sem balas na sua cabeça e ameaçando atirar em si mesmo. Um dia, enquanto o marido está longe, ela coloca as balas no revólver e o final é previsível. O filme foi incluído no primeiro Festival de Cinema Feminino realizado em 1972 em Nova York.

Neste exemplo, percebemos que há uma intenção de representar a mulher de forma diferente, em uma atitude que podemos chamar de experimental, mas ainda não se tem a intenção de projetar nestas imagens uma visão de libertação da figura feminina (imagem que posteriormente será exigida), pelo menos não pela principal perspectiva do movimento feminista, em que a submissão da mulher ao homem é contestada. Para Kaplan (1995, p.128), apesar de não ter feito um filme exatamente feminista, Dulac utiliza técnicas surrealistas para apresentar a angústia e os desejos de uma esposa sufocada pelo casamento, colocando a culpa

mais no casamento do que no esposo. Porém há uma inovação de apresentar os fatos na perspectiva da mulher/esposa.

Nas discussões mais atuais sobre o empoderamento feminino e as representações da mulher no cinema podemos indicar o destaque da força feminina em papéis de heroínas, como por exemplo no longa *Mulher Maravilha* (2017), dirigido por Patty Jenkins, e que obteve grande sucesso de bilheteria, ultrapassando 7 milhões de espectadores no Brasil. Dos títulos do cinema nacional, dirigidos por mulheres podemos destacar os longas de ficção *Como Nossos Pais* (2017), dirigido por Laís Bodanzky e *Que horas ela volta* (2015), da diretora Anna Muylaert, fenômeno de público que ultrapassou os 6 milhões de espectadores brasileiros e teve grande repercussão internacional, dando visibilidade aos conflitos e relações sociais entre patrão e empregada doméstica, na perspectiva da personagem Val, empregada doméstica de uma família de classe média, papel protagonizado pela atriz Regina Casé.

A importância de discutir a presença das mulheres na direção de filmes tem ganhado destaque no debate sobre a visibilidade da mulher na indústria cultural e na sociedade de uma maneira geral. O grande perigo, no entanto, é na disseminação de um discurso equivocado sobre o feminismo e o empoderamento feminino. Enquanto movimento social, o feminismo tem como principal fundamento a luta pela igualdade de direitos, e para isso levanta bandeiras com objetivos específicos, seja buscando igualdade de salários no mercado de trabalho ou um debate mais efetivo sobre a importância da legalização do aborto, por exemplo. O que se pode questionar, no entanto é a forma como se coloca o discurso, principalmente no que é apropriado e disseminado pela mídia, de um feminismo como escolha individual e não como a luta de um grupo.

De acordo com Costa (1998, p.127), o feminismo, nessa virada do século, constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. Há uma imbricação de diferenças marcadas por uma interseccionalidade (de raça, gênero, classe, idade, orientação sexual, etc.) que dá força a uma variedade de feminismos (feminismo cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós estruturalista, do terceiro mundo etc.), mas que não podem ser cristali-

zados em uma única posição singular. Porém, para a autora, a heterogeneidade interna não provocou prejuízos políticos ao feminismo enquanto movimento coletivo contra a dominação.

Nesta análise entendemos a necessidade de pontuar a importância do destaque para as histórias e atuações das mulheres, e para isso refletindo com ênfase sobre a categoria mulher nos estudos de gênero na sociedade atual. Para Costa (1998, p.133) a categoria mulher torna-se, uma posição política e o campo movediço e arriscado de ação e reflexão dos estudos feministas em contraposição ao porto seguro dos estudos de gênero (ou de masculinidades) dentro da academia.

Consideramos nesta análise a teoria do feminismo e o cinema brasileiro contemporâneo realizado por mulheres na perspectiva de entender a representação e os discursos feministas na obra de duas cineastas que se destacam no cenário de produção nacional e que abordam temáticas relacionadas ao feminismo. A análise faz parte da pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo, e se volta para a prática social de cineastas latino-americanas na busca de entender as configurações e embates envolvidos na direção de cinema e as opressões de gênero ainda existente contra a mulher, nosso olhar se volta especificamente para a produção cinematográfica.

Um dado que revela a desigualdade de gênero no Brasil é o retrocesso do país apontado pelo *Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2017*, realizado pelo Fórum Econômico Mundial⁵³. A pesquisa aponta queda de 11 posições do Brasil no *ranking* de países em comparação com 2016, ficando em 90º lugar. O retrocesso do Brasil colocou o país em sua pior situação desde 2011. A baixa participação política das mulheres é o principal elemento que motivou a queda, apesar de modestos avanços do país no quesito de participação econômica.

53 Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/desigualdade-global-entre-homens-e-mulheres-aumenta-apos-10-anos-de>. Acesso em: 06 de dez. de 2017

Sobre a indústria cinematográfica do Brasil, os dados revelam uma porcentagem pequena na produção quando se trata de filmes dirigidos por mulheres. De acordo com o anuário da Ancine⁵⁴, 20,4% dos filmes brasileiros que estrearam em 2016 foram dirigidos exclusivamente por mulheres. Comparando com dados anteriores da pesquisa *A Cara do Cinema Nacional: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012)*, realizada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, percebemos um aumento nessa produção. O estudo mostrou o percentual de apenas 13,7% de cineastas mulheres, enquanto cineastas do gênero masculino representavam 86,3%.

A produção de diretoras no cinema brasileiro tem repercutido nacional e internacionalmente. Podemos citar como nomes de destaque as cineastas Anna Muylaert, Tatá Amaral, Laís Bodanzky e Lúcia Murat, sobre estas últimas nos atemos com atenção nesta análise, principalmente pelo caráter feminista expresso nas suas obras. Considerando que muitas cineastas não se declaram feministas por não querer se vincular a um rótulo que muitas vezes é entendido com uma conotação negativa. Holanda (2017, p. 45) lembra que nem toda cineasta tem consciência ou prática feminista:

Nem todas têm intenção de romper com padrões culturais; e mulheres também podem estar impregnadas de valores machistas. Por outro lado, não é preciso que se afirmem como feministas para se percebam elementos caros ao feminismo em muitos de seus filmes. Tendo ou não consciência feminista e, mesmo diante de diferenças como raça e classe, as mulheres se aproximam pelo compartilhamento de experiências afins. (HOLANDA, 2017, p. 45)

David Foster (2006) indica que para reconhecer a configuração de um projeto feminista no cinema, devemos perceber o filme como uma produção cultural que coloca em primeiro plano a história ou histórias de vida de mulheres. Outro aspecto é que para ser feminista, a história não precisa ser, necessariamente, contada por uma mulher. Mas para serem

54 Disponível em: https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/cinema/pdf/anuario_2016.pdf. Acesso em: 05 de dez. de 2017.

consideradas como produções feministas, é preciso que haja mulheres envolvidas em todos os níveis, no projeto de produção, na direção, no roteiro e, acima de tudo, no elenco, inclusive pode haver homens envolvidos, até mesmo desempenhando papéis importantes, mas a equipe de produção tem que ser, prioritariamente, de mulheres.

Outra forma de verificar a atuação de mulheres no cinema é o chamado teste de Bechdel⁵⁵. O teste surgiu há 30 anos, em uma tira da cartunista Alison Bechdel, para ironizar como Hollywood sub-representa as mulheres. Inspirada nas ideias de Virginia Woolf, Alison Bechdel escreveu a tira chamada “A regra”, na história em quadrinhos *Dykes to Watch out For* (1985). Na tira uma personagem feminina sem nome diz só assistir a um filme se ele cumprir os requisitos de: (1) ter pelo menos duas mulheres; (2) elas devem conversar uma com a outra; e (3) sobre alguma coisa que não seja um homem.

As obras escolhidas nesta breve análise configuram-se como projetos feministas, sob o viés da identificação feminina de suas autoras, com um exemplo da ficção e outro do documentário, cada qual com suas particularidades, e tendo em comum o limiar do discurso. Quando nos referimos ao discurso aqui, nos voltamos para os textos falados pelos atores, encenações e suas referências, incluindo também a intertextualidade que se vincula à narrativa. Nosso olhar analítico se volta às abordagens que destacam discussões atuais, nas obras: *Como nossos pais* (2017), dirigido por Laís Bodanzky e *Em três atos* (2015), de Lúcia Murat, enfatizando a representação dos conflitos que envolvem o universo feminino a partir do olhar da mulher.

Discursos feministas nas obras de Bodanzky e Murat

No documentário *Em três atos* (2015), Lúcia Murat aborda temas como a velhice, a morte, as etapas de vida, divididos em três atos, com uma lin-

55 Disponível em: <https://seriesporelas.com.br/o-que-e-o-teste-de-bechdel>, acesso em: 04 de set. de 2017.

guagem audiovisual que liga depoimentos, dança contemporânea e palavras, intercaladas por textos de Simone de Beauvoir. A cineasta Lúcia Murat foi militante durante a ditadura militar, foi presa e intensamente torturada. Murat ficou presa até 1974 e na década de 1980 passou a se dedicar ao cinema.

As memórias ligam a narrativa do documentário *Em Três Atos*, memórias que são livremente inspiradas e retiradas da obra da escritora Simone de Beauvoir, especialmente dos livros: *Uma Morte Muito Suave* (1964) e *A Velhice* (1970).

Murat constrói uma narrativa documental marcada por questões existencialistas que estão presentes nos relatos de Beauvoir de uma forma criativa e singular. Na força do elenco e nas atuações de Andréa Beltrão, que interpreta a escritora aos 50 anos, e Nathalia Timberg, a quem foi dada a responsabilidade de interpretar Simone de Beauvoir idosa.

As passagens da vida da autora são divididas em três atos (O Corpo, A Morte e A Despedida). O documentário tem em si uma linguagem experimental, própria de um filme-ensaio, que para o espectador acostumado com um ritmo mais acelerado do cinema convencional, poderá ser considerado lento demais. Por outro lado, Murat traz em seu enfoque autoral o destaque para o texto da autora francesa, com a declamação de trechos da obra de Beauvoir que levam o espectador atento à reflexão.

“Nós falamos e contamos coisas, escrevemos sobre o passado, mas a gente não se lembra dos acontecimentos como eles foram propriamente ditos, eu sei que tendo escrito as minhas memórias, eu me lembro do que escrevi, mas os acontecimentos já não estão claros em minha mente, por exemplo quando eu falo com a minha irmã, ela se lembra de coisas que eu não consigo lembrar, por não terem sido escritas, elas não existem mais pra mim. Escrever embalsama o passado, deixa o passado congelado, feito uma múmia” (Texto extraído do documentário).

Nesta primeira fala do longa, relatada pela atriz Nathalia Timberg, nós percebemos a marcação da temática e a importância que a autora (Beauvoir) dá ao ato de escrever, às memórias e a forma como se coloca o processo de envelhecimento, o passar dos anos e dos acontecimentos,

do ponto de vista de uma escritora, se não for escrito é como se não tivesse ocorrido.

Outro trecho falado do documentário (lembramos que o documentário é em grande parte musical e não há diálogos, apenas as palavras de Beauvoir na forma de relatos) que merece atenção é o relato sobre a mãe na interpretação de Andréa Beltrão:

“A minha mãe era capaz de esquecer de si mesma pelo meu pai, por nós, mas eu acho que ninguém pode dizer eu me sacrifico sem experimentar amargura, e uma das contradições da minha mãe era que ela acreditava nessa dedicação, mas ao mesmo tempo ela tinha desejos, e por isso mesmo era impossível não acabar detestando aqueles que a exploravam, no caso nós. Ela brincava, ela cantava tentando abafar a angústia, mas ela não conseguia esconder o vazio, um vazio enorme, então rapidamente ela voltava a se alimentar das nossas vidas”. (Texto extraído do documentário).

Nesse relato, um desabafo na perspectiva da filha sobre as atitudes da mãe, vemos uma problematização sobre o fardo da condição feminina, de ser mãe, e as consequências que são vistas muitas vezes somente pelos filhos, não enxergadas por quem vivencia uma opressão vinculada ao cotidiano e os desígnios de vida.

Na atuação, há um tratamento sensível das atrizes nas dramatizações intercaladas pela dança contemporânea executada pelas bailarinas Angel Vianna, de 85 anos (na época das gravações) e Maria Alice Poppe, que foi sua aluna. O resultado é um roteiro que revela a força das bailarinas no ritmo e teatralidade com que apresentam a coreografia. Configurando uma gama de contrastes Lúcia Murat coloca em cena, a velhice, a juventude, as relações familiares e seus conflitos, a morte, a vida, a força e as fraquezas e uma infinidade de questões que são colocadas em primeiro plano nos tempos da maturidade, principalmente da perspectiva feminina. Entendemos no documentário um discurso sobre o envelhecer enfatizado basicamente em três elementos: a dramatização de passagens da vida de Beauvoir, os trechos da autora e a dança, intercalando os três atos.

Um outro trecho que destacamos aqui é a fala na voz de Timberg, sobre a condição do homem na velhice, ela diz: “Foi voluntariamente que eu renunciei ter raiva da minha condição, que é em suma a condição humana. As coisas estão mais cinzentas, mas um cinza muitas vezes pintado de rosa, porque eu ainda tenho muito prazer e muita felicidade”. Nesse ponto que se aproxima do final da narrativa, vemos uma reflexão sobre a condição humana, e um ponto de vista mais animador, que até contrasta com o discurso ao longo do filme, caracterizado por uma melancolia constante. A análise que fazemos é de que Murat ao dar ênfase a inúmeros elementos tece uma narrativa múltipla (com falas, música e dança) e ao mesmo tempo única pela composição das linguagens escolhidas.

Da outra narrativa escolhida temos uma história ficcional, baseada em fatos da vida cotidiana de uma família. Um embate de gerações, entre mãe e filha, conflitos de um casal e os dilemas de uma mulher saturada em suas obrigações maternais. Esse é um resumo rápido do filme ***Como nossos pais*** (2017) de Laís Bodanzky. O filme foi lançado no festival de Gramado e teve destaque na premiação com reconhecimento de melhores atuações para Maria Ribeiro e Clarisse Abujamra, com a melhor atuação de atriz coadjuvante.

O filme estreou no Festival de Berlim, foi vendido para outros países e reflete sobre as discussões sobre a mulher na contemporaneidade. ***Como Nossos Pais*** conta a história de Rosa que abdicou do sonho de ser dramaturga após o nascimento das duas filhas, enquanto o marido seguiu com sua carreira de antropólogo. A partir de uma revelação feita pela mãe sobre sua verdadeira paternidade, ela começa a questionar sobre suas escolhas, seu casamento, sua vida profissional e a maternidade.

Elencamos para esta análise inicial um recorte de diálogos e cenas das duas narrativas que serão analisadas com o intuito de entender de que forma a representação das mulheres está relacionada ao discurso da teoria feminista, especificamente no que se refere às lutas por espaço e reconhecimento da mulher na sociedade contemporânea.

Em *Como Nossos Pais*, a narrativa é marcada por questionamentos, a partir da primeira sequência de cenas, em que a família está reunida na casa da matriarca da família da personagem principal, Rosa, começa o embate sobre as funções da esposa e do marido, e neste momento entra em cena a visão tradicionalista da mãe sobre a importância da carreira do genro em comparação ao da filha Rosa. A demarcação dessa posição tradicionalista fica clara na seguinte fala da personagem Clarice: “Eu não acredito que você está pedindo ao seu marido abandonar tudo que ele faz para dar banho nas suas filhas”.

Em outra passagem da narrativa podemos analisar uma crítica sobre a relação entre casais ressaltando a forma como a condição da mulher é desigual e privilegia os homens. Nas palavras da personagem Rosa: “Eu não quero mais fingir que sou uma mulher que dá conta de tudo, eu não dou conta de tudo. Eu abri mão da minha vontade de escrever, de escrever uma peça, de ser dramaturga, entendeu? e eu fico escrevendo folder de cerâmica de banheiro.” A conversa se passa no banheiro da casa, depois de um dia complicado em que ela perde o emprego. O tom da conversa mostra o desabafo da mulher, ao perceber o peso das escolhas e a comparação com o estilo de vida do marido, sua profissão e liberdade.

Nesta cena, o casal coloca em evidência um discurso muito caro ao feminismo, em relação aos espaços que a mulher não ocupa, ou não consegue ocupar, de um lado pela opressão de gênero que se coloca nos baixos salários e menores oportunidades se comparado à quantidade de oportunidades voltadas ao homem. E por outro lado, as funções que são delegadas à mulher como se o homem não pudesse colaborar e participar do processo, seja na criação dos filhos, tarefas domésticas ou outras situações em que deve haver uma parceria.

Em outro momento do filme, a narrativa mostra o esforço do casal para recuperar o casamento, e recorrem à terapia, o discurso feminista se coloca no sentido de mostrar como o sexo é posto na relação de formas distintas para cada lado, ou seja, para o homem tem que existir o sexo de qualquer forma, mesmo que a mulher não esteja com tesão para a relação seguir e para a mulher o sexo está relacionado à saúde da relação, deve ser estimulado fora da cama, nos pequenos atos, nas demons-

trações de carinho e de parceria. A transcrição do diálogo abaixo está na sequência em que o casal recorre à terapia para melhorar o casamento:

Rosa: - Quer dizer que o que faz o casamento ser legal ou não é o sexo? O casal está se dando super mal, brigando o dia todo, mas se chega de noite e transa tá tudo bem? Agora se o mesmo casal brigando o dia todo não transa aí tem que separar, quer dizer a questão não é o casamento, é só o sexo.

Dado: Sim eu acho o sexo importante, aliás eu acho que sem o sexo não existe o casamento.

Rosa: - Mas você já parou pra pensar o que faz uma mulher querer fazer sexo?

Dado: - Tesão.

Rosa: - E o que faz uma mulher ter tesão? O cara ser parceiro, o cara ser legal, entendeu? para eu ter tesão em você de noite, você tem que ter sido legal o dia inteiro comigo. (Texto extraído do filme).

O filme também coloca em cena de forma bem localizada a discussão sobre o modelo de relacionamento entre casais, fazendo a crítica sobre a monogamia e as relações baseadas no tradicionalismo do casamento, em que o homem é o soberano, que deve ser servido e que pode inclusive trair a mulher, enquanto à mulher é relegada a função de aceitar a traição e entender, perdoar.

O filme é permeado ao longo da narrativa por uma série de elementos que se ligam para construir um discurso feminista, como por exemplo as cenas em que a pressão que a personagem Rosa é submetida e colocada em evidência e a fotografia ressalta através da linguagem imagética, a câmera mostra uma panela de pressão em primeiro plano, crianças pedindo ajuda para fazer a tarefa de casa, enquanto o pai ignora o fato de que também tem a responsabilidade sobre as tarefas relacionadas à família, as crianças e à casa.

Podemos elencar também referências intertextuais no discurso feminista colocadas ao longo do filme, como por exemplo a inspiração da

peça que a protagonista escreve é a peça *Casa de Bonecas*, de Henrik Ibsen, escrita em 1897, considerada feminista por muitos pela forma como a personagem principal vê sua posição inferior na sociedade, revolta-se e deixa marido e filhos, enfim lida de forma mais autônoma com a relação com o marido e com a vida.

Voltando ao filme de Murat, vemos no documentário o ressaltar de uma linguagem utilizada como ferramenta que utiliza os relatos de frente para a câmera e para o espectador como se fosse um depoimento sobre as angústias que são colocadas na fala. As angústias sobre a velhice e sobre a morte escolhidas no texto de Beauvoir são ao mesmo tempo incômodas e sinceras.

As escolhas da direção nos dois filmes evidenciados mostram a busca por um estilo que a aproximam de um discurso feminista, de uma tentativa de trazer à discussão os conflitos que cercam o universo feminino e que também são universais. O filme de Laís Bodanzky se passa no Brasil, mas poderia se passar em qualquer outro país do Ocidente. Podemos interpretar nessas escolhas, além da aproximação com um olhar feminista identitário, uma vontade afirmativa de mostrar que é possível realizar obras com um caráter mais intimista, real e também universal.

Considerações finais

O trabalho de Lúcia Murat e Laís Bodanzky fazem pensar sobre a condição da mulher, seja jovem ou idosa, e, buscando o recorte das obras analisadas neste breve ensaio, provocam a pensar em que medida a teoria feminista está relacionada na narrativa. O que buscam Laís e Lúcia? O que conseguem Bodanzky e Murat? De que forma a simbologia e as escolhas de linguagem ressaltam a força da mulher, o protagonismo, os problemas e qual importância alcança esta discussão? São várias as perguntas que ecoam ao pensar sobre esta temática. O esforço de discutir temas mais árduos da sociedade são tão importantes quanto se firmar como protagonistas das histórias, à frente ou atrás das câmeras.

Percebemos com esse olhar sobre apenas duas mulheres, realizadoras do cinema, o quão é urgente a ocupação dos espaços pelas mu-

Iheres, as estatísticas nos lembram esta barreira, mas principalmente o quão é urgente também a forma como as histórias são contadas, e o que dizer nestas histórias. No documentário ou na ficção, as temáticas sobre as mulheres e seus dilemas devem ser evidenciados, o discurso feminista cada vez mais difundido precisa ser compreendido e o cinema pode ser uma tela representativa deste empreendimento reflexivo.

Entendemos que as diretoras elencadas neste estudo percebem a importância de continuar no embate de produzir filmes com autoria e conteúdo, e de fazer com que as suas produções tenham sua marca, seja pelas narrativas, seja pelo estilo ou pelo que podemos entender como um viés feminista sem conotações político-ideológicas marcadamente claras. Neste olhar breve, percebemos que o trabalho das duas cineastas nos oferece uma visão comprometida com a imagem da mulher sob uma perspectiva crítica, alinhado com o discurso feminista no sentido de explorar os recursos interpretativos e criativos da linguagem cinematográfica, mas principalmente com o compromisso de revelar temas necessários e consistentes com as discussões atuais da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, C.L. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu** (11) 1998: pp.127-140.

FOSTER, David William. **Mulher e Cinema na América Latina**, Revista Interin Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, vol.1, n.1, Curitiba-PR, 2006.

GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. México. Universidad de la Ciudad de México, 2006.

HASKELL, Molly. **From Reverence to Rape: The Treatment of Women in the Movies**. Chicago: The University Press of Chicago, 1987.

HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcante (orgs.). **Feminino e Plural: mulheres no cinema brasileiro**. Campinas-SP: Papirus, 2017.

KAPLAN, Ann E. **A mulher e o cinema – os dois lados da câmera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

MULVEY, Laura. Cinema e Sexualidade. In: XAVIER, Ismail (Org.). **O cinema no século**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

NICHOLSON, L. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, Florianópolis, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Filmografia

BODANZKY, Lais. (Dir.) Como nossos pais. Brasil, 2017.

MURAT, Lúcia. (Dir.). Em três atos. Brasil, 2015.

Arte Urbana: A Construção de Narrativas sobre a Imagem da Mulher nas Ruas de Fortaleza⁵⁶



Foto: Facebook Acidum/mouraepitacio

Dahiana dos Santos Araújo⁵⁷

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Michael Manfred Hanke⁵⁸

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

56 Trabalho apresentado no GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento, realizado de 8 a 10 de novembro de 2017.

57 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); mestre em Estudos da Mídia, com graduação em Comunicação Social – Jornalismo. E-mail: dahiana.araujo@gmail.com

58 Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

RESUMO

Este trabalho discute a inserção de imagens da mulher, por meio de intervenções de arte urbana, em ruas de Fortaleza, dialogando sob as perspectivas de construções de narrativas, protagonizadas por imagens grafitadas, e que nascem com caráter político e poético e auxiliam na racionalização de demandas sociais. Com o auxílio de discussões ligadas à cidade, mídia e feminismo, questionamos: como são construídas as narrativas em torno das imagens de mulheres? A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica e análise de material na imprensa sobre os painéis Eva e Iracemas, do Coletivo Acidum Project.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Arte urbana; Narrativa; Cidade; Mídia.

A rua, suas paisagens e resistências

Mulher, índia, guerreira, jovem, apaixonada por um homem europeu. Uma descrição que ora limita, ora expande. Iracema, personagem do clássico livro do escritor cearense José de Alencar, está no imaginário da população e, mais de 100 anos após o lançamento da obra, a imagem da índia guerreira ainda transcende a literatura, alcançando espaços diversos, como as ruas de Fortaleza, por meio de um mural de arte urbana. Nesse percurso entre plataformas, superfícies e mídias, a imagem da jovem ganha novas perspectivas, influenciando a produção da subjetividade e as relações sociais, potencializando as discussões sobre as desigualdades de gênero e as demandas contra os sistemas opressores nos quais a mulher é inserida na vida cotidiana.

Não apenas a Iracema, mas muitas outras mulheres são representadas em intervenções de arte urbana em ruas da capital cearense, transformando os espaços públicos em lugares de existência e resistência; lugares de diálogos e embates; de interações por meio das quais os atores sociais constroem trajetos geográficos, físicos e simbólicos, ao refletirem sobre os porquês de essas mulheres estarem, cada uma a seu modo, representada em muros da cidade. “Portanto, os saberes e fazeres humanos atribuem significados e organizam as paisagens e os símbolos

presentes e fazem a mediação entre o mundo interior e o mundo exterior” (COSTA, 2008, p. 150).

Diante das construções socioculturais possibilitadas pela arte urbana, questiona-se neste trabalho: como são construídas as narrativas em torno das imagens de mulheres na arte urbana da cidade de Fortaleza? Muros, textos, imagens fazem parte de narrativas que contam histórias, que se misturam com realidade, ficção, fantasias e com discussões políticas, culturais e ideológicas frente ao papel da mulher, à imagem da mulher, aos signos e significados relacionados a essas intervenções urbanas nas ruas da metrópole. Uma possibilidade de discutir os tantos contextos nos quais a imagem da mulher tem sido trabalhada, como relata Michele Perrot (2006) quando discorre sobre a trajetória de perdas e avanços relacionados à mulher ao longo dos últimos séculos.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p. 212).

São exemplos de intervenções urbanas com as quais dialoga este trabalho dois painéis do Coletivo Acidum Project⁵⁹. O primeiro, Iracemas, é um mural de 30 metros de altura, criado, por meio do projeto Galeria Céu, do grupo Vós, em outubro de 2017, e pintado na caixa d'água, em formato de torre, do Mercado Central de Fortaleza. Com três imagens, o trabalho retrata a jovem índia do romance cearense, mas vai além, faz uma espécie de projeção de como seria Iracema em sua velhice e como teria sido na infância.

59 O Coletivo Acidum Project tem 11 anos de atuação e é formado pelos artistas Tereza Dequinta e Robézio Marques.

O segundo trabalho, o painel Eva, também do Coletivo Acidum Project, retrata uma mulher negra, com um dos seios à mostra e cabelos presos em um coque, carregando várias crianças misturadas a uma espécie de trouxa de roupas em suas costas. Muitas cores, texturas e formatos se misturam na obra, que traz em seu cenário de fundo um sutil entardecer. A obra está em um painel de 11 metros de altura e 25m de comprimento, localizado na Avenida Domingos Olímpio.

As duas iniciativas retratam a mulher, em diferentes aspectos, e são tratados neste trabalho como traços de narrativas midiáticas acerca da mulher. Isso porque, junto a matérias jornalísticas, imagens compartilhadas em redes sociais e a própria estrutura física e simbólica da cidade protagonizam narrativas que envolvem perspectivas sociais, culturais, poéticas e políticas proporcionados pela arte urbana. São traços de narrativas com potencial para fortalecer a discussão sobre as demandas relacionadas à mulher e às diferenças ligadas à desigualdade de gêneros. “Elas correm, as mulheres, e como correm. Já com paradas obrigatórias cuja lista aumentará ao longo do século, com o maior peso dos deveres maternos [...], e a complicação dos equipamentos urbanos”. (PERROT, 2006, p. 202).

Além do diálogo com as imagens, como metodologia, adotaremos a pesquisa bibliográfica, enfatizando conceitos e teorias sobre a arte urbana (CAMPOS, 2012), a cidade enquanto espaço simbólico e geográfico dentro do contexto das narrativas (RICOEUR, 2007), numa perspectiva ligada ao contexto histórico-cultural do papel e imagem da mulher na obra de Michele Perrot (2006). A coleta de dados englobará uma pesquisa em sites jornalísticos – para colher informações sobre como a imprensa colabora com a construção de narrativas acerca das mulheres e como as falas de autores dos dois painéis são veiculadas. Optamos ainda por abordar a imagem da mulher nas intervenções e não exatamente a atuação de artistas mulheres, tendo em vista que a discussão já tem sido primorosamente feita por outras pesquisadoras e pesquisadores.

Narrativas midiaticizadas: interfaces político-culturais da arte urbana

A vida cotidiana acontece em meio à fenomenologia do tempo, à transcendência de espaços, físicos e simbólicos, e a construção de narrativas é parte da rotina que envolve os indivíduos em suas relações sociais. Não há como experimentar o mundo sem construir ou usufruir de narrativas. Os temas são variados, e o próprio processo de elaboração é resultado de inúmeras narrativas que desencadeiam outras tantas. Quando a arte urbana coloca a mulher como protagonista de suas expressões (imagéticas, textuais), há de se compreender que diálogos entre diferentes campos da vida pública e privada são erguidos.

Cultura, política, religião, literatura, geografia, história. Luta de classes, desigualdade de gêneros, sobrecarga de trabalho, empoderamento, desencorajamento. São incontáveis os temas sobre os quais a arte urbana tem o potencial de adentrar, ou mesmo de elencar quando mídias, superfícies e espaços dialogam sobre um tema. Textos, imagens, interações via redes sociais digitais se unem em narrativas (ou traços delas), nas quais, neste trabalho adotamos como protagonista a arte urbana. Nasce, então, uma interface entre áreas, entre temas, entre demandas sociais.

Narrativa, na visão do autor francês Paul Ricoeur (1995), é transformação. Ricoeur destaca ainda as metáforas relacionadas ao conceito de tempo nas narrativas ficcionais. Transformação de fatos, sujeitos, realidades e fantasias; o que pode ser aplicado em histórias imaginadas, reais, em construções imagéticas e textuais da arte urbana, por exemplo. Quando se condensa fatos em verbos, imagens, traduzindo, por meio das linguagens humanas, não só os acontecimentos, mas as referências e significados a eles atribuídos à mudança. Transformam-se personagens, altera-se a história. Variam-se os lugares, altera-se a história. Distribui-se tempo, altera-se a história, assim como a vida real, social e subjetiva. Se a presença de quem narra fatos é imprescindível, a permanência de quem recebe é também indispensável para a percepção do que se transforma, para a audiência do que se produz.

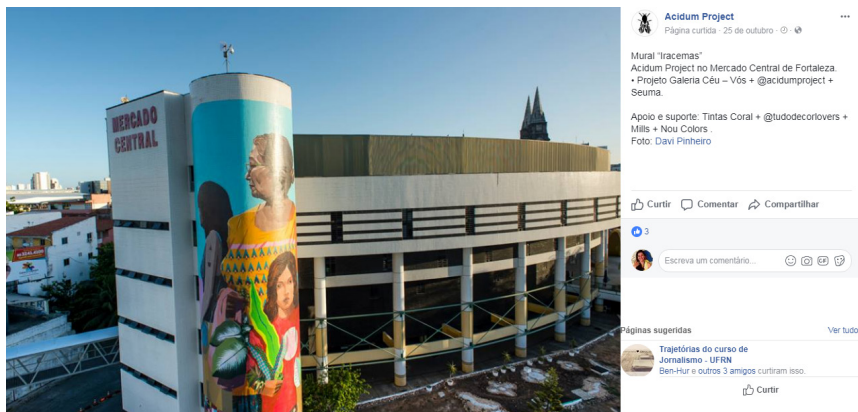
No processo interpretativo confrontam-se sempre dois mundos, o da obra e o do intérprete. Ambos devem ser refletidos. A dinâmica da compreensão comporta, porém, certo apagamento do intérprete em favor da obra; uma — desapropriação de si para deixar o texto, por exemplo, nos interpelar na sua estranheza e não só nos tranquilizar naquilo que nele projetamos, mas também produzir, graças ao confronto entre o universo do intérprete e o universo interpretado, uma transformação de ambos (GAGNEBIN, 1997, p. 261).

Na relação dinâmica entre sujeito e arte urbana, esse processo de transformação, tanto do desenrolar da narrativa quanto do indivíduo, necessariamente incorpora novos cenários diante das mudanças sociais que colocam, a cada dia mais, atores sociais e objetos numa convivência quase que obrigatória, fortalecendo não só os apelos do capital, do marketing, das empresas midiáticas, – de entretenimento, de informação – mas também os apelos em relação aos afetos, às construções sociais deste tempo, do tempo que há de vir. “(...) a originalidade das impressões ou dos pensamentos que sentimos não se explica por nossa espontaneidade natural, mas ‘pelos encontros em nós e correntes que têm uma realidade objetiva fora de nós’” (RICOEUR, 2007, p. 133). É quando as transformações culturais influenciam nos papéis que irão desempenhar os atores sociais na contação de narrativas, na interpretação de histórias, reais e imaginárias.

Iracemas

O painel Iracemas é uma narrativa em si, mas fruto de muitas outras e inspiração para novas. As narrativas construídas, protagonizadas pela imagem grafitada no Mercado Central de Fortaleza, foram ampliadas a partir da publicação de matérias que tentam explicar a obra, assim como tentam fazer uma ponte entre literatura, arte urbana e vida cotidiana. Além disso, o recorrente uso das redes sociais digitais para a divulgação do mural, tanto por parte da imprensa quanto de artistas urbanos como de admiradores da obra, também contribuiu para o diálogo sobre a imagem da mulher.

Figura 1. Imagem do Facebook do Acidum com a foto do painel Iracemas, em processo de elaboração



Fonte: coleção de imagens da autora/foto: Davi Pinheiro

No campo relacionado à imagem da mulher na sociedade, a intervenção pode ser vista como um verdadeiro relato histórico, da época em que uma cultura de divisão de papéis entre homem e mulher era ainda mais forte na sociedade. Naquele século XIX, a Iracema da literatura já rompia com alguns estereótipos, quando é apresentada como uma guerreira (uma dimensão também política dentro da sociedade de então). “Inexistente no nível político, forte, mas contido dentro da família, o lugar das mulheres no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético” (PERROT, 2006, p. 182).

No contexto da arte urbana, a personagem ganha uma trajetória cronológica e atrelada ao presente. A ideia é construir no imaginário de quem observa a obra, uma mulher com traços característicos das nordestinas, tanto físicos quanto simbólicos. Para isso, o coletivo fez uma espécie de cartografia em feiras da capital e até mesmo a produção de imagens relacionadas à obra, e postadas nas redes sociais digitais do coletivo, tentam priorizar um diálogo com os espaços físicos e simbólicos da cidade, tento

em vista que o painel está em uma das principais avenidas do Centro, na qual estão presentes, junto ao caráter contemporâneo da obra, instituições como a Catedral da Sé e uma das sedes do Exército Brasileiro – onde também está o Forte de Nossa Senhora de Assunção, local em que, segundo os tradicionais historiadores, nasceu a cidade de Fortaleza.

Nossa Iracema olha para o mar com olhos resignados e uma expressão forte de quem não tem medo do destino, pois ela mesma reescreve sua história. Seus traços são facilmente encontrados em qualquer feira popular da cidade, pois a inspiração da obra foi a nossa gente, é o nosso rosto que se mostra em cada linha de expressão desta mulher tão multifacetada que tentamos mostrar neste trabalho⁶⁰.

A reunião dos textos de matérias, das entrevistas e a imagem demonstra a forma como o coletivo tentou passar a imagem da mulher (corajosa, guerreira, popular, madura, autônoma) e como a mídia adotou o tema, enfocando ainda o processo de trabalho do coletivo, integrado também por uma mulher. Uma produção variante em relação à construção histórica da imagem feminina na sociedade tendo em vista que: “Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos” (PERROT, 2006, p. 185). Toda essa construção da narrativa ocorre tanto em meio físico como a partir de plataforma digital, em redes sociais digitais (Facebook e Instagram) ou em sites jornalísticos que pautaram a intervenção artística na cidade.

O desenho não é exatamente da pessoa que a gente encontrou na feira, mas é um representativo, vai de cada um querer achar uma identidade para essa personagem, mas ela é tão comum quanto a gente. Todo mundo pergunta o motivo de ser uma velha e é esse questionamento que queremos trazer, como a gente lida com a beleza na velhice. Trouxemos uma figura super potente, forte, mas que às vezes é vista como uma figura frágil, quando na verdade

60 Declaração do artista Robézio Marques – que junto a Tereza Dequinta forma o Acidum Project, coletivo autor do Painel Iracemas – veiculado no site jornalístico Vós, acessado em 1º de dezembro de 2017 e disponível no endereço <http://www.somosvos.com.br/mercado-central-galeria-ceu/>

ela é a base da família toda e isso tem muito a ver com nossa história⁶¹.

Por meio do *graffiti*, assim como da poesia inscrita em espaços da urbe, novos diálogos são criados com a cidade e na cidade. No entanto, antigos assuntos voltam à tona diante de algumas provocações. “Nem todas as manifestações (do *graffiti*) assumem a natureza transgressiva da ação, desenvolvendo em alternativa um modelo ideológico e uma prática que remetem para outros horizontes” (CAMPOS, 2012, p. 548). Há ainda temas constantemente presentes na sociedade e que nem sempre são levados ao debate público, mas acabam ganhando destaque por meio da arte. São debates políticos, afetivos, culturais, como os relacionados ao feminismo.

Eva

No painel Eva (Figura 2), novas perspectivas relacionadas à mulher são enfatizadas, principalmente a partir da própria imagem, que, mais uma vez é sugerida e pode ser uma forma de problematizar demandas sociais ligadas ao gênero feminino. Os traços do desenho de Eva evocam aspectos da maternidade, sensualidade, descendência, trabalho. Opresão, desigualdade. Força, poder. Leva uma imensidão em suas costas, seu mundo, o mundo de muitos outros. Uma imagem que reflete, dentre outros aspectos, o poder da mulher. O próprio nome do painel já traz à mente uma mistura de metáforas e de desconstrução em relação à mulher. Eva, na Bíblia, dificilmente entra no imaginário como uma mulher negra. Embora seja metaforicamente considerada mãe de uma humanidade.

Michelle Perrot discorre uma linha do tempo sobre o poder da mulher ao longo dos últimos séculos, tanto em eventos históricos relevantes na

61 Definição do painel veiculada em matéria do Diário do Nordeste, edição do dia 14 de outubro de 2017, disponível no link <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/grafite-embeleza-mercado-central-1.1835632>

França, como no cotidiano da luta pela igualdade de gêneros. Um dos destaques do século XIX é uma “potência civilizatória atribuída à mãe” (PERROT, 2006, p. 175), o que, no painel Eva, assim como na sociedade, é uma metáfora das demandas sociais, culturais e políticas da mulher. “Esposa, mãe, ‘divindade do santuário doméstico’, como dizia Chaumette, a mulher seria igualmente investida de um imenso poder social, para melhor e para o pior” (PERROT, 2006, p. 179).

Figura 2. Painel Eva, localizado na Avenida Domingos Olímpio, em Fortaleza.



Fonte: Vimeo/ShotUp.

As expressões ligadas ao painel Eva evocam narrativas em que o caráter político e poético da arte urbana tem o poder de potencializar discussões, a partir do que é visto nas ruas da cidade ou ainda com o deslocamento de expressões a outros ambientes, a exemplo das redes sociais digitais.

O painel é um acúmulo de informações, ele tem referências de vários locais que a gente passou. A referência principal é o símbolo da mulher africana, que tem a ver com a passagem por Cabo Verde. Mas também tem a ver com

a nossa terra, fala de como nosso lugar tem uma matriz universal e sobre o empoderamento feminino⁶².

O Eva foi escolhido um dos 30 melhores murais de arte urbana do Brasil (única obra cearense da lista) em 2016. “[...] a arte está inserida no chão, está dentro da paisagem, e por isso seu impacto é bem maior. Aqui, o pedestre, o passante, o carro, estão quase dentro do nosso trabalho”⁶³. Além de estar presente na Avenida Domingos Olímpio e em diversos sites e redes sociais digitais – em publicações da época da conclusão da obra ou feitas na data em que foi eleita – o painel, ao lado de outras 40 obras, fez parte da mostra no Espaço Cultural Correios, na cidade de Fortaleza. Um espaço a mais para problematização de temas relacionados à mulher, assim como para subjetivação e objetivação de significados relacionados ao trabalho artístico.

Considerações finais

As ruas das cidades abarcam expressões e compõem o cenário social e subjetivo da vida cotidiana, das vivências práticas, sensoriais, simbólicas. A partir das experiências de arte urbana em espaços públicos, essas ruas sediam trajetos geográficos, imateriais e dinamizam a relação entre lugares e atores sociais. Espaços, pessoas, códigos, tudo se mistura em cores, formas e tons ao longo de trajetos urbanos, e as mínimas observações, contemplações, permanências em alguns locais potencializam a elaboração de narrativas cotidianas em que arte e política protagonizam os fluxos de informação e comunicação.

62 Entrevista veiculada, em 16 de janeiro de 2016, no site Tribuna do Ceará, em que Robézio Marques explica o significado do painel. Matéria completa disponível em http://tribunadoceara.uol.com.br/diversao/cultura/projeto-cearense-esta-entre-os-30-melhores-murais-de-arte-urbana-brasileiros-de-2015/?fb_comment_id=980600075362875_981069225315960#fb2352c202ac4

63 Frase do integrante do Acidum em entrevista publicada no Jornal O Povo, em 15 de janeiro de 2016, acesso no link <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/15/noticiafortaleza,3562159/painel-fortalezense-e-eleito-um-dos-30-melhores-do-brasil.shtml>

Nascem novos cenários, novos personagens; novas subjetivações e objetivações passam a compor os espaços, alterando não apenas o viés de lugares de memória da cidade, mas os aspectos individuais de quem deambula pela urbe. Diante desse potencial da arte urbana, há a possibilidade de construções dialógicas acerca de temas diversos, como sobre a imagem da mulher na sociedade e as demandas ainda relacionadas aos avanços necessários ligados ao tema.

Nas caminhadas pelas ruas de Fortaleza, encontrar os painéis Eva e Iracemas é ter a possibilidade de ter acesso a narrativas relacionadas a temas variados e protagonizados pelas imagens de mulheres. A partir de então, ter também a possibilidade de criar dentro de si narrativas simbólicas e estruturais acerca da imagem feminina, na arte, no espaço público. É poder ainda erguer trajetos imateriais e materiais que se relacionam com o campo também político da inserção da mulher na sociedade. É ainda poder dialogar sobre os variados feminismos sobre os quais se discute atualmente, dentro e fora da academia.

Encontrar nas ruas da capital cearense narrativas que se estendem por mídias, dispositivos e superfícies variadas, numa interface entre campos, é também ter acesso a uma nova forma de absorver e de divulgar problemáticas muitas vezes levadas apenas a espaços setorizados. Na rua, o diálogo tem o potencial de ser mais extenso, heterogêneo. A partir da rua, as problematizações podem avançar para outros campos, nos quais novas visões são construídas, nas quais se transformam não apenas narrativas, mas os seus personagens e os receptores de mensagens.

Política, arte e poética, então, unem-se também em espaços midiáticos e chegam a locais nos quais as discussões podem originar uma espécie de narrativa perpétua, tendo em vista que os lugares onde a arte urbana, com seu caráter poético e político, podem chegar nem sempre têm como ser dimensionado. Pensar a produção artística e cultural a partir de narrativas é conseguir ampliar o caráter discursivo e coletivo de como a sociedade pode absorver verdades nem sempre ensinadas.

Portanto, a partir das discussões elencadas neste trabalho, entende-se que a arte urbana é contemporânea, mas dialoga de uma forma hete-

rogênea, sensível, subjetiva, coletiva e afetiva com temas como a literatura, a história, a política e a religião. É uma junção de traços narrativos nos quais texto, imagem e paisagens urbanas se unem a construções interiores do indivíduo na produção de discursos de existência e resistência na dinâmica da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, Sheyla. Galeria Céu: arte até onde os olhos alcançam. **Revista Vós**. Fortaleza 31/out. 2017. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/mercado-central-galeria-ceu/> Acesso em: 20 de nov. 2017.

CAMPOS, Ricardo. A pixelização dos muros: graffiti urbano, tecnologias digitais e cultura visual contemporânea. In: **Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, pp. 543-566, maio/agosto 2012.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, Edição Comemorativa, Rio de Janeiro, p. 149-156, 1993-2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do código ferido: Paul Ricoeur. **Estud. av.** vol.11 no.30 São Paulo May/Aug. 1997.

Grafite embeleza Mercado Central. **Jornal Diário do Nordeste**. Fortaleza 14/out.2017. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/grafite-embeleza-mercado-central-1.1835632> Acesso em: 20 de nov. 2017.

HERCULANO, Daniel. Projeto cearense está entre os 30 melhores murais de arte urbana brasileiros de 2015. **Tribuna da Imprensa**. Fortaleza 11/ jan. 2016. Disponível em: http://tribunadoceara.uol.com.br/diversao/cultura/projeto-cearense-esta-entre-os-30-melhores-murais-de-arte-urbana-brasileiros-de-2015/?fb_comment_id=980600075362875_981069225315960#fbc2352c202ac4 Acesso em: 20 de nov. 2017.

Painel fortalezense é eleito um dos 30 melhores do Brasil. **Jornal O Povo**. Fortaleza 15/jan. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/15/noticiafortaleza.3562159/painel-fortalezense-e-eleito-um-dos-30-melhores-do-brasil.shtml> Acesso em: 20 de nov. 2017.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Botmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Mulheres Invisíveis no Campo da Ciência & Tecnologia: O Resgate de uma Pioneira⁶⁴

Lore Fortes⁶⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Lady Dayana de Oliveira⁶⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

As mulheres têm sido invisíveis no campo da ciência & tecnologia e neste artigo pretendemos demonstrar a necessidade de resgatar a história das pioneiras nesse aspecto, essas mulheres que têm representado o empenho de preparar o caminho para a entrada de outras mulheres em áreas que anteriormente só eram ocupadas por homens. Neste artigo apresentamos o papel de Christiane, engenheira elétrica formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1973, na cidade de Curitiba. Ela relata sua história de vida depois de mais de 40 anos formada engenheira elétrica, mostrando preconceitos enfrentados e apresentando a visão de uma mulher, pioneira na engenharia elétrica.

64 Trabalho apresentado no GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do / *Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 8 a 10 de novembro de 2017.

65 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: lorefortes4@gmail.com.

66 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); mestre em Estudos da Mídia, graduada em Comunicação Social – Jornalismo. E-mail: dayanaoliveira@ufc.br.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres invisíveis. Gênero. Pioneiras na ciência & tecnologia.

Introdução

Este artigo inicia considerando o quanto as mulheres têm sido invisíveis no campo da ciência & tecnologia e a necessidade de resgatar a história das pioneiras nesse campo, essas mulheres que têm representado o empenho de abrir portas e preparar o caminho para a entrada de outras mulheres em áreas que anteriormente eram só ocupadas por homens. Dessa forma, neste artigo apresentamos este papel de Christiane Di Scala, uma engenheira elétrica pioneira formada pela Universidade Federal do Paraná nos anos 1970, na cidade de Curitiba. Mas antes de contar a sua história, vamos relatar como as mulheres têm permanecido invisíveis no campo da ciência & tecnologia.

Mulheres invisíveis no campo da ciência & tecnologia: a importância das pioneiras

A invisibilidade das práticas sociais de mulheres em ciência & tecnologia tem sido uma constante na história das mulheres. Quando se relaciona mulher e ciência imediatamente está aludida a sua exclusão, a ausência das mulheres. No caso das mulheres tecnólogas, muitas descobertas durante anos deviam ser registradas em nome do marido ou de seu pai. Ela não tinha o direito ao reconhecimento de sua própria descoberta, do seu invento, do registro de sua patente. Os estudos sobre mulheres e as ciências abordam essencialmente três questões: pedagógicas, sociológicas e epistemológicas. O primeiro tipo analisa os avanços das mulheres nas escolas, os diferentes currículos (SEDEÑO, 2007). Na Europa esses estudos ocorreram especialmente a partir da década de 1990 e apresentaram os avanços tanto nas universidades como no setor industrial. Como avalia Sedeño, não bastam as conquistas no campo da educação em especial o acesso às universidades, será necessário incorporar a transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Para o estudo dessas diferenças entre homens e mulheres na ciência & tecnologia começaram os estudos de gênero. A interpretação de gênero no feminismo assumiu duas conotações: uma, era usada para diferenças entre sexo de gênero, para mostrar que gênero significava uma construção social, contrapondo a visão biológica da diferenciação dos sexos, e a outra interpretação incluía que esta construção social avaliava a diferença de corpos, considerando personalidade e comportamento, refletindo o social (NICHOLSON, 1995). Essa temática levou ao questionamento da teoria do conhecimento que não considerava essas diferenças de gênero, apresentava “uma análise assexuada da sociedade. Esse arcabouço das ciências que colocava a análise do masculino, esquecera-se de uma parte vital da humanidade – a mulher” (BORGES & RODRIGUES, 2002, p. 235).

No entanto, cabe buscar discutir e procurar compreender como ocorre esta opressão de gênero. É neste contexto que começa a se construir a história das mulheres a partir de experiências de vida, do cotidiano, da história oral, cartas, diários e de uma documentação anteriormente bastante desprezada. No início esses estudos de gênero foram avançando especialmente com a orientação metodológica do estudo de gênero de Joan Scott (1988) para chamar a atenção sobre a opressão ocorrida contra as mulheres durante séculos. Depois passaram a apresentar o sexismo nas ciências e demonstrando como as teorias do conhecimento são androcêntricas. Os estudos de gênero permitiram perceber essas opressões e toda a situação das mulheres na sua introdução no campo científico & tecnológico como processos culturais e socialmente construídos. Mesmo assim, o androcentrismo muito presente nas ciências do conhecimento deixou, e de forma geral, ainda hoje deixa as mulheres enquanto sujeitos e produtoras de saber, como invisíveis. Há inúmeras publicações que resgatam a participação de mulheres em campos dominados pelos homens. Assim, ainda na Idade Média há que registrar na Alemanha, Santa Hildegarda (1099-1079), que contribuiu muito no campo da botânica e medicina. Algumas dessas mulheres aparecem mencionadas como “mulheres ou assistentes”, como foi o caso de Maria, esposa de Johann Muller em temas relacionados à astronomia (TOVAR,

2005). Cabe a nós contribuir para tornar as mulheres mais visíveis nessa construção da história social das mulheres no Brasil.

Na verdade, o mundo da ciência & tecnologia tem sido domínio dos homens. Apesar de as mulheres terem galgado diversos avanços com sua entrada no mercado de trabalho em campos antes dominados pelos homens, este impacto na esfera pública levou a transformações significativas na família. Esta visibilidade não pode ser negada e trouxe como consequência diversas reivindicações em relação à licença maternidade, creche, escolas para os filhos, aumento de licença gestante, entre outras (BORGES & RODRIGUES, 2002). Mesmo quando essas mulheres têm trazido contribuições notáveis, as circunstâncias familiares, indicando algumas características econômicas e sociais que destacam que sua prática profissional acontece em ambiente hostil.

Quando resgatamos numericamente a participação feminina em ciência & tecnologia verificamos que as mulheres se apresentam em número inferior aos homens, especialmente nas ciências consideradas duras. Há campos mais favoráveis à participação de mulheres, porque são áreas consideradas mais femininas. Outras, são declaradamente favoráveis à participação masculina. Muitos estudos foram realizados para buscar as razões dessa exclusão feminina desses campos reconhecidamente masculinos. No entanto, esta segregação não se fundamenta no baixo interesse das mulheres ou a uma atuação feminina de baixa qualidade.

O que se constata historicamente é que os valores socioculturais desde os séculos XVI e XVII demonstram os fundamentos da ciência moderna dentro de padrões políticos e ideológicos claramente masculinos. Dessa forma, a institucionalização da ciência moderna se dá de modo a legitimar a exclusão social da mulher. No Brasil, há que resgatar a voz revolucionária de Nísia Floresta, que em 1853 já indicava a educação como possibilidade de emancipação da mulher e sua posição fica clara em suas próprias palavras: “Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher -, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!” (FLORESTA, 1853). Assim também Pagu, Patrícia Galvão, e também Mara

Lobo, escritora, feminista e comunista dos anos 1930, podem ser mencionadas como das poucas mulheres a descrever, no romance *Parque Industrial*, “a difícil vida das operárias de seu tempo, as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus-tratos de patrões e, sobretudo, o contínuo assédio sexual” (RAGO, 2012, p. 578).

Guacira Lopes Louro (2012) aponta essas ideias de Nísia Floresta mostrando como elas contribuíram para introduzir as mulheres no magistério e avalia a importância da formação de professoras que passaram a atuar na educação de crianças e adolescentes e denuncia relações sociais de poder interferindo na atuação dessas mulheres em sala de aula, o que levou “a produzir professoras *ideais*, professoras *desviantes*, mulheres *adaptadas* e também mulheres *inadaptadas*” (LOURO, 2012, p. 479). Não se pode entender essa história das mulheres em sala de aula, assim como o posterior acesso gradativo às universidades, sem situar nas relações de gênero. Como afirma Louro, “Gênero, entendido como uma construção social, e articulado à classe, etnia, religião, idade...” Márian Martínez-Basnuñán (2012) assinala que Iris Young demonstra que o conceito de gênero está relacionado com o compromisso de igualdade de oportunidades:

Para que las mujeres tengan igualdad de oportunidades que los hombres es obtener puestos importantes en cuanto status, poder y salario, no es suficiente con que demuestren su fuerza, su capacidad de liderazgo o su inteligencia están al nivel de los hombres. Eso es fácil. Es más difícil vencer los costes y desventajas derivadas de la aplicación de normas supuestamente ciegas a la diferencia de productividad, respetabilidad e autoridad, que de hecho conllevan sesgos estructurales contra muchas mujeres”. (YOUNG, 2006).

Apesar de a mulher ter aumentado significativamente sua participação no mercado de trabalho ao longo desses últimos séculos, ainda permanecem mecanismos de exclusão que têm sua origem no patriarcado e permanece estruturalmente nas instituições que faz com que permaneça a invisibilidade das mulheres. Atualmente já não se constata significativas discriminações por sexo em instituições, em geral. A questão que ainda permanece, é verificar porque ainda permanece a invisibilidade

de mulheres e quais os mecanismos que facilitam ou dificultam o acesso de mulheres a posições de poder em instituições científico-tecnológicas.

As instituições educacionais têm o modelo masculino de fazer ciência, que considera tempo integral de trabalho ao trabalho científico e na relação academicamente competitiva com seus colegas. A sociedade científica espera que as mulheres se adequem a este modelo. Por outro lado, a sociedade espera que a mulher exerça sua função de maternidade. A contradição está no reconhecimento social de que ter filhos é um fato natural e esperado para as mulheres e o modelo masculino de fazer ciência não lhe daria tempo para realizar ambas as práticas de forma plena (WOELLNER DOS SANTOS, ICHIKAWA, CARGANO, 2006, p. XVII). Young (2006) chama a atenção de barreiras estruturais que têm impedido a mulher de desenvolver suas capacidades e habilidades. Constrói uma política de diferença posicional, demonstrando questões de justiça de gênero relativas à divisão sexual do trabalho, a processos de socialização de gênero e as hierarquias de poder de gênero que resultam em processos de normalização masculina (MARTÍNEZ-BASNUÑÁN, 2012).

No Brasil, aos poucos as mulheres passaram a aceder às universidades, também em cursos considerados masculinos, como a engenharia, a física, química, astronomia, etc. Este campo reconhecido como das ciências duras era um campo de domínio praticamente absoluto dos homens. De repente, começam as mulheres a adentrar nesse campo. Importante é resgatar a luta dessas mulheres, pioneiras, procurando ver o que elas nos contam sobre as dificuldades, os preconceitos, os mecanismos criados para impedir o seu desenvolvimento e o acesso a funções de administração, de poder.

Em um artigo americano intitulado *Por que tão poucas mulheres estão na ciência? (Why Are There Still So Few Women in Science?)* está colocada a posição clara de discriminação sofrida por duas físicas, pioneiras em Yale, EUA. Bonnie Flemming e Meg Urry foram as primeiras mulheres a cursar Física na Universidade de Yale e afirmam que muitos professores as desencorajavam em relação ao curso, dizendo que teriam uma “vida dura”. Ambas concordam que nunca tiveram incentivos, pelo contrário, sempre foram desestimuladas a continuar neste caminho. Tiveram que esconder

suas inseguranças, batalhando com o problema de seus colegas estarem sempre organizados em times e elas continuarem sozinhas. Concluem que a sociedade deveria estimular mais positivamente as mulheres e dar um reforço negativo aos homens. As mulheres sempre se consideram não tão boas quanto os homens, não vão ganhar um salário equivalente ao deles, apesar de serem tão eficientes quanto eles.

Esta constatação sobre mulheres pioneiras na ciência, principalmente em campos como física, matemática, engenharia, demonstra que nos mais diferentes países, mulheres enfrentam barreiras e preconceitos semelhantes. A partir desta constatação partimos ao nosso caso brasileiro.

O resgate de uma pioneira no curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Neste artigo, procuramos revelar a luta de Christiane, estudante do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), quase 50 anos atrás, como ela enfrentou o desafio de frequentar um curso em que ela era a única mulher entre somente homens, numa proporção de uma entre cerca de quarenta colegas. Nesse contexto, deve-se levar em conta que a sociedade científica não favorecia a participação de mulheres, pelo contrário, isso significava que as pioneiras enfrentaram muitos obstáculos em um curso universitário de cinco anos de duração.

Não se trata aqui de um caso de uma profissional que se destaca no campo científico, mas sim de uma mulher que abre portas para outras mulheres tomarem coragem de realizar seu sonho de estudar Engenharia Elétrica. Mas antes de contar sua história, é importante registrar como chegamos a ela. Christiane foi minha professora de francês em 1970, então era professora da Aliança Francesa em Curitiba, ao mesmo tempo em que já era estudante de Engenharia Elétrica. Com seu salário das aulas de francês ela ajudava no sustento da família. Reencontrei Christiane depois de quase 50 anos e perguntei se poderia contribuir com uma entrevista para resgatar sua experiência como pioneira nesse campo da engenharia. Ela concordou e depois de escrever por e-mail um relato a partir de um roteiro que lhe enviei, ela me contou que foi um momen-

to de grande reflexão sobre seu passado e a constatação de todas as suas lutas e barreiras enfrentadas para chegar onde chegou em sua vida profissional, relembando desde que chegou no Brasil com sua família, imigrante da Argélia.

Contou que essa volta ao passado foi difícil, porém a levou a refletir sobre sua vida. Christiane relembra os horrores que representaram a Guerra da Argélia para sua família e me pediu para que incluísse no seu relato algumas informações sobre este período da Argélia.

Falando sobre a Guerra: ... da perspectiva dos vencidos, como a vivi quando criança, como me contou minha família, como se pode ler em relatos na internet, e em uma ou outra publicação que hoje, finalmente, começam a abordar o “outro lado” o lado dos vencidos.

Christiane conta que no século XIX, a França ocupou a Argélia, para onde migraram franceses e outros povos europeus. Eram chamados de Europeus, ou Pieds-noirs, de nacionalidade francesa. Já os árabes só aos poucos foram conquistando plena cidadania francesa. Mas, a religião e a cultura dos povos era tão diferente, que nunca se chegou a uma perfeita miscigenação.

Christiane desabafa sobre as controvérsias em relação à Argélia: “É recorrente a narrativa dos ‘coitadinhos dos árabes esmagados pelos maldosos colonialistas’. Pelo contrário, as escolas eram frequentadas indistintamente por todos, muitos árabes tinham educação superior, eram médicos, diretores de escola, ocupavam cargos políticos. Muitos eram bem sucedidos na agricultura”.

Christiane relata “as atrocidades da guerra perpetradas pela FLN – Frente de Libertação. Os Europeus foram vítimas. Quanto aos harkis, árabes que teriam preferido permanecer franceses, foram massacrados até com mais crueldade”.

Acrescenta - “a OAS, movimento de oposição que pretendia defender os pieds-noirs, comandado por alguns generais e intelectuais, também praticava atentados.

Ao fim da Guerra os “Accords d’Évian”, que prometiam a paz, inauguraram uma série de massacres ainda mais sangrentos, de parte a parte. O governo francês se omitiu.

Aos europeus e harkis, restava “le Cercueil ou la Valise” (O caixão ou a mala de viagem). Quando chegavam à França, eram acolhidos com cartazes “Voltem ao mar, adaptem-se em outro lugar.”

Meu pai percebeu que estávamos do lado dos que seriam vencidos, que a solução era partir. O resto da família discordou. Meu pai estremeceu-se com a família, abandonou a empresa familiar. Viemos para o Brasil, trazendo duas malas, saudades da Argélia, particularmente da minha linda cidade natal, e as lembranças de episódios sangrentos”. Christiane conta que quando vieram ao Brasil, saíram da condição de classe média alta para a pobreza.

Assim, chegaram ao Brasil em meados de 1955, e constata que os brasileiros os acolheram. Porém, lamenta que embora seu pai tenha sido trabalhador, “jamais conseguiu reerguer-se profissionalmente. Só conhecemos pobreza. Não chegamos a passar fome, graças à tenacidade de minha mãe, que plantava horta, criava galinhas, pescava, costurava, para que tivéssemos comida à mesa e roupa para vestir. Doía quando amigos aqui no Brasil, sem conhecerem os fatos, mas sim a situação distorcida pela imprensa, emitiam opiniões contra os ‘malditos colonialistas’. Eu ficava quieta e me perguntava qual teria sido minha culpa, eu era criança. E meus pais e avós, tinham sido prósperos, sim, mas à custa de muito trabalho, que culpa tinham eles?”

Vieram a Curitiba em fins de 1961. Porém, antes, passaram por 12 mudanças em 6 anos, como conclui ironicamente: “não se pode dizer que tenha sido monótono”.

Relata que três mulheres foram muito importantes na sua trajetória de vida. A primeira é sua mãe, conta Christiane, “incutiu a ideia de que minha única chance seria estudar. Dupla razão para estudar é que só um boletim impecável operava o milagre de abrir vaga onde não mais havia. Terceira razão: gosto de estudar”. Assim, além do apoio e influência de sua mãe para continuar a estudar, Christiane revela esse desejo de es-

tudar adotado como orientação para sua vida. Seu pai era mecânico, porém não a deixava se aproximar quando consertava os carros, fato que Christiane lamenta. Ela conta sobre como *“estudar era para mim tão natural, tão fácil e até mais prazeroso que comer, beber e dormir. Mesmo as mudanças constantes de escola não constituíram um obstáculo, mas sim um incentivo. Jamais precisei de um ‘Vai estudar,’ mas muitas vezes de um ‘Vai dormir’”*.

A segunda mulher que aparece em sua história e que a leva futuramente à engenharia foi sua professora de Matemática, Helena Sundin, pelos doze anos. Relata: *“...passávamos juntas as horas de recreio desafiando fórmulas e cálculos. Era empolgante. Professora, quanta empatia, quantas saudades. Passei a dar aulas particulares de Matemática e Francês (minha língua materna) e resolvi: queria ser Professora de Matemática”*.

No entanto, surge aos seus dezessete anos a terceira mulher que a influenciou: Madame Garfunkel, Presidente da Aliança Francesa em Curitiba, onde ela passou a dar aulas de francês. Esta lhe deu a seguinte orientação: *“Professora de matemática, não! Você vai morrer de fome! Se gosta tanto de Matemática, estude Engenharia”*. Já naquela época, meados do século XX, o magistério não era reconhecido. Christiane considerava Engenharia um sonho impossível. Na época, cursava Escola Normal e tinha como objetivo se tornar professora primária *“para já ter uma profissão e prosseguir para os estudos de docente em Matemática”*. Dessa forma, muda completamente suas metas: resolveu concluir rapidamente o Curso Normal, continuar a dar aulas de Francês para ajudar no sustento da família e, ao mesmo tempo, fazer um curso pré-vestibular, passar no Vestibular, tendo em vista vir a ser Engenheira.

Quando perguntei a Christiane se já tinha enfrentado preconceito ela conta que *“já constatei na infância. Particularmente quando certa vez, diante de várias pessoas, meu pai mandou minha mãe se calar ‘porque era mulher’”*. Mas afirma ter resistido ao seu pai que lhe desestimulava de estudar. *“Após o falecimento da minha mãe, ele queria que eu abandonasse a Faculdade de Engenharia e apenas trabalhasse para sustentar a casa e cuidar dos irmãos”*. Refere-se, então, à Madame Garfunkel, que tinha uma visão mais ampla que seu pai *“não interrompi o curso de En-*

genharia graças a uma senhora, minha amiga: profeticamente, ela me assegurou que eu poderia ser de mais valia a meus irmãos com uma carreira do que sem ela”.

Quando lhe perguntei como optou por engenharia, ela nos conta uma história incrível de sua infância: *“Só poucos anos atrás, dei-me conta de quando nasci para a Engenharia. Foi na infância, quando minha brincadeira predileta passou a ser voltada para as formigas: endireitar e melhorar a condição das ‘estradas,’ construir ‘pontes e viadutos.’ Até hoje admiro esse animal: trabalhador e inteligente. Elas não me picavam, até pareciam agradecer quando docilmente adaptavam-se à comodidade que eu lhes oferecia”.*

Ingressou na UFPR em 1969. Naquela época, havia dois anos de curso básico de Engenharia e no terceiro ano optava-se por Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, ou Engenharia Civil, *“por onde já tinham passado várias pioneiras, entre as quais Enedina Alves Marques primeira engenheira negra do Brasil, formada em 1945, Francisca Garfunkel Rischbieter em 1950, Dúlcia Auríquio, em 1954, Conradine Taggesell em 1956”.* Ela revela que sua decisão pela Engenharia Elétrica *“constituiu em parte um desafio, em parte pela avaliação do mercado de trabalho”.*

Quando lhe perguntei sobre como foi sua chegada no curso e a recepção de seus colegas, todos homens, e como se sentiu ao iniciar o curso, Christiane conta que curiosamente, no curso pré-vestibular, não enfrentou nenhum preconceito dos colegas. Porém, na escola de Engenharia, a sua situação mudou completamente e ela relembra aqueles chavões ditos por seus colegas: *“Deus deu opção ao ser feminino vindo ao mundo: ser engenheira ou mulher”.* *“Mulher não é para ser engenheira: é para molhar a barriga no tanque e secar no fogão”.* Recebia também cantadas, contra as quais considerava – *“isso é fácil, é só dizer não”.* Mas relata uma grande mágoa ao descobrir inesperadamente já no primeiro ano de Escola, que tinha fama de *Messalina*. Ao que reage dizendo – *“Como, se eu nem tinha tempo para pensar em outra coisa além de estudar e trabalhar?!!!”.* E afirma que *“não era a primeira da classe, mas estava entre os bons alunos. Avalia o comportamento desses alunos: “Só o recalque pode ter levado a tanta maldade. Não conseguiram achar outra*

coisa para atingir-me. Mas eu os desprezava, aqueles ‘filhinhos de papai’. Até hoje, nutro profundo desprezo por este tipo de gente”.

O pior é constatar que alguns professores (homens) também contribuíam para reforçar essa recepção ao curso de Engenharia: *“Revoltante também foi a ‘recepção’ do professor de Proteção Elétrica, no primeiro dia de aula da matéria, 4º ano da escola. Apresentou-se dizendo à turma: ‘Mulher comigo, não tem vez, vai reprovar’”.* Como única mulher da sala de aula, tinha a certeza de que era ela a ser atingida. Sua reação a tudo isso foi esforçar-se em dobro. E com essa reação conta que *“ele não conseguiu reprovar-me”.* Mas como consequência *“jamais quis trabalhar com essa especialidade”.* Mais tarde, na vida profissional, já respeitada por seu trabalho, ela o fez lembrar do que havia dito em sala de aula, mas *“o asqueroso não se lembrava de nada”.*

Perguntei à Christiane se ela teve que renovar a sua permanência e continuidade do curso, ou se sua decisão de fazer o curso já estava tão interiorizada que não havia mais necessidade dessa renovação. Ela conta: *“Depois de tomada a decisão, não tive mais dúvidas. Além da inclinação para as disciplinas de Engenharia, fiz outra consideração: os três cursos mais procurados pelos vestibulandos da época eram Medicina, Engenharia e Direito”.* E conclui que *“jamais teria ingressado em Medicina ou Direito, são carreiras em que você lida com os dramas das pessoas. A Engenharia se insere em perspectivas positivas do cidadão ou da coletividade”.* Dessa forma, relembra que reafirmou sua opção pela engenharia.

Uma pergunta a deixou completamente sem resposta, uma vez que nunca tinha pensado sobre isso. Era sobre se na sua vida profissional ela poderia identificar na sua formação um “modelo masculino” e se na sua atuação poderia talvez ter desenvolvido uma nova “forma feminina”. Ela responde que *“essa ideia nunca me ocorreu”.*

Sobre sua inserção no mercado de trabalho, relata que *“naquela época o mercado de trabalho era mais acolhedor do que hoje. Ao formar-me, tinha várias propostas. Não me guiei por influências ou modelos. Optei pela Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica, porque ali encontrava o campo de trabalho que mais me agradava”.*

Sua carreira se realizou nessa empresa, reconhecida como importante empresa paranaense deste campo da engenharia elétrica. Não atuou na área acadêmica, mas teve diversos estagiários de ambos os sexos, aos quais ela diz ter se preocupado em lhes dar *“o justo valor, repassar os conhecimentos e a experiência na profissão, acompanhar seu trabalho e evolução”*, ao que concluiu ter sido *“muito gratificante”*. No campo prático, contribuiu com a implantação de sistemas de *“Planejamento de Manutenção em Usinas”* e de *“Indicadores de Manutenção em Geração de Energia Elétrica”*.

Na sua vida pessoal, Christiane conta sobre sua decisão em não assumir a maternidade, a qual somente poderia assumir caso pudesse ter contado com o apoio de sua mãe. E relata: *“Renunciei à maternidade. Não haveria como coadunar com a rotina agitada, muitas vezes trabalhando em Usinas. Se minha mãe fosse viva e pudesse ajudar, sim. No meu caso, teria sido irresponsabilidade”*.

Finalizando a história de vida de Christiane, perguntamos se ela assumiu cargos de direção, de poder, e se, nesse sentido, sofreu alguma discriminação. Retoma aqui a orientação que recebeu de Madame Garfunkel: *“Quando me formei, Mme. Garfunkel disse-me: você terá sucesso, mas jamais subirá na carreira como se fosse homem. De fato. A ascensão na empresa podia dar-se pela carreira técnica e/ou gerencial. Na carreira técnica, atingi o último degrau. Na gerencial, não passei do primeiro”*. Neste momento registra que havia, sim, discriminação: *“Certa vez, no início da carreira, em conversa informal, perguntaram meu salário. Ao que um gerente de alto escalão respondeu ingenuamente: ‘Puxa! Ótimo salário para uma mulher’”*. Ela afirma que Madame Garfunkel alertava que ela poderia vir a ser futuramente uma engenheira, porém nunca deveria almejar cargos administrativos de chefia, pois estes estavam reservados aos homens. Ela seguiu essa orientação e assim, conseguiu seguir de forma tranquila em sua carreira profissional.

Relata que quando ia a reuniões em algum grupo em que não era conhecida, percebia no começo da reunião que os homens falavam entre si, como se ela não existisse. Mas que percebia que isso *“era coisa dos primeiros momentos. Logo a seguir, a inserção ficava perfeita, jamais tive*

um argumento ou ideia recusada por ser mulher”. Concluindo, Christiane nunca tentou assumir cargos administrativos, porque teria obstáculos por ser mulher, porém teve uma carreira profissional como engenheira elétrica inspirando respeito pelos colegas e, pode-se afirmar que foi muito bem sucedida. E podemos dizer que deu sua grande contribuição social como pioneira abrindo novos caminhos para outras mulheres cursarem o curso de Engenharia Elétrica. No ano seguinte havia três mulheres cursando Engenharia Elétrica. Assim, cumpriu seu objetivo de realização pessoal e, ao mesmo tempo e sem consciência clara sobre isso, contribuiu socialmente para a abertura de novos espaços profissionais para as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Dulcina Tereza B. & RODRIGUES, Jane de Fátima S. O gênero na universidade e os currículos universitários: resistências e possibilidades. In: ADELMAN, Miriam, SILVESTRIN, Celsi Bronstrup (Orgs.) **Gênero Plural**. Coletânea. Curitiba-PR: Editora UFPR, 2002.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário** (1853). São Paulo: Cortez, INEP, 1989, p. 2.

YOUNG, Education in the Context of Structural Injustice. A Symposium response, **Journal of Political Philosophy**, vol. 9, no 1, March, 2001, p. 1-18.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (org.) & PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 443-481.

MARTÍNEZ-BASNUÑÁN, Márian. **Género, Emancipación y Diferencia(s)**. La teoría política de Iris. Marion Young. Madrid: Plaza y Valdez Editores, 2012.

NICHOLSON, Linda. Interpreting gender. In: NICHOLSON, Linda.& SEIDMAN, Steven. **Social postmodernism. Beyond identity politics**. Cambridge: Cambridge Press, 1995, p. 39-67.

POLACK, Eileen. **Why Are There Still So Few Women in Science?** New York Times, Oct. 3, 2013. Disponível em: http://www.nytimes.com/2013/10/06/magazine/why-are-there-still-so-few-women-in-science.html?hp&_r=1&. Acesso em: 10 de dez. de 2017.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary del & PINSKY, Carla Bassanezi. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 578-606.

SEDEÑO, Eulalia Pérez. ¿Ayer igual que hoy? **Mujer y Ciencia** – la situación de las mujeres investigadoras en el sistema español de ciencia y tecnología. Fundación Española para la Ciencia y Tecnología, sept. 2007, p. 22-33.

TOVAR, Patricia. Mujeres de la ciencia – algunos momentos de la historia. **Innovación y Ciencia**. ACAC, 62, XII, no. 1 e 2, p. 106-114, 2005.

_____. Mujeres que han brillado en el firmamento de la astronomía. (“Women who have Shined in the Firmament of Astronomy.”) **Innovación y Ciencia**, Vol. XII, N°3. 2005.

_____. ¿Mujeres Científicas: Si son tan pocas? Women Scientists: Are they really so few? **Asociación para el avance de la ciencia**, ACAC, UNAL, Colombia. Sept. 11, 2004.

GIRAUD, Henri-Christian. **Guerre d’Algérie : ce qui s’est vraiment passé le 19 mars 1962**. Le Figaro Magazine, 2015. Disponível em; <http://www.lefigaro.fr/histoire/2015/03/16/26001-20150316ARTFIG00250-guerre-d-algerie-les-tragedies-du-19-mars-1962>. Acesso em: 18 de mar. de 2016.

CASTANO José, Essayiste «La Valise ou le Cercueil» Documentaire de Charly Cassan, Marie Havenel. Disponível em: jose.castano.over-blog.com/Société. Acesso em: 2 de mar. de 2016.

MÉFRET, Jean-Pax. Il y a 35 ans – L’exode des pieds-noirs. **Le Figaro Magazine**, 14 jun. 1997.

Divisão Sexual do Trabalho: Buscando Chaves de Sentido⁶⁷

Heloisa Helena de S. F. Oliveira⁶⁸
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

Este artigo discute as perspectivas teóricas que rondam o tema da divisão sexual do trabalho, buscando estabelecer um panorama conceitual a respeito desta temática. Buscaremos, a partir das várias terminologias utilizadas neste campo como trabalho doméstico e de cuidados, trabalho reprodutivo, *care*, e as que se atém a problemática do uso do tempo nestas atividades, estabelecer um diálogo entre estas vertentes, objetivando identificar aproximações e diferenças entre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão sexual do trabalho; Teorias; Trabalho doméstico; Trabalho reprodutivo; *Care*.

67 Trabalho apresentado no GT 1 – *Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

68 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação/UnB), graduada em Comunicação Social pela UFPB. Participa como colaboradora do Grupo de Pesquisa Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente da UFRN.

O tema da divisão sexual do trabalho

A dimensão da divisão sexual do trabalho comporta um grande leque de teorias relacionadas aos estudos que envolvem o mundo do trabalho e as relações de gênero na sociedade. No entanto, há uma série de terminologias relacionadas a este campo de estudo, com sentidos, significados e procedências distintas que merecem uma reflexão a respeito. Neste sentido, podemos citar os termos: trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), trabalho de cuidados, trabalho reprodutivo e o **care** numa perspectiva ligada à produção inglesa, como exemplos das muitas vertentes que designam de maneira diferenciada esse campo de estudo.

Assim, iremos desenvolver este artigo partindo das várias terminologias que rondam o tema da divisão sexual do trabalho, nos debruçando em revisar algumas perspectivas teórico-conceituais, como as adotadas pela vertente francesa, a partir de Helena Hirata e Danièle Kergoat, assim como os recentes estudos que abordam a questão do **care**, ou seja, aquelas atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo, gratuito ou remunerado, que envolvem vínculo afetivo ou não, que estão sempre a serviço das necessidades dos outros (ENGEL, 2015). Uma outra escola dentro do tema da divisão sexual do trabalho é o estudo específico sobre o uso do tempo na execução destas atividades pelas mulheres e suas afetações (BANDEIRA, 2010; ÁVILA, 2014; TORNS, 2002).

Somente nas últimas décadas do século XX o trabalho doméstico passou a ser problematizado e incorporado aos estudos do trabalho (SORJ, 2004). Isto porque entendia-se que os princípios e as regras que regiam a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam diferentes, sendo o trabalho doméstico um dote natural das mulheres ao casamento pelo seu sustento. Por essa razão, a questão do trabalho doméstico ficou durante muito tempo invisibilizada das questões sociológicas.

Os estudos feministas e de gênero foram fundamentais para apontar as relações existentes entre trabalho e família e, portanto, visibilizar o trabalho doméstico no interior dos arranjos familiares, provando que havia relação entre a esfera da produção econômica (trabalho produtivo) e da reprodução (família). Essa constatação comprovou que as responsabili-

dades domésticas assumidas pelas mulheres impunham a elas limites relacionados ao mercado de trabalho, levando-as a assumir empregos com salários inferiores, carga horária reduzida e tornando sua presença no mercado inconstante.

Segundo Kergoat (2002, p. 234), a divisão sexual do trabalho surge simultaneamente ao capitalismo e não seria possível a organização do trabalho assalariado sem a existência do trabalho doméstico. Ainda que existisse divisão de papéis entre os gêneros anteriormente ao surgimento do sistema capitalista, é com o surgimento do capitalismo, que pela primeira vez, ocorre a separação da esfera produtiva e reprodutiva. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações sociais de sexo, atribuindo hierarquia e valorização ao trabalho doméstico, majoritariamente desenvolvido pelas mulheres, desvalorizado e invisibilizado, no entanto, sem ele seria impossível a realização do trabalho assalariado.

No Brasil, há uma ausência de políticas voltadas aos cuidados, e pela história de escravidão que marcou o país, as mulheres negras, que são as mais pobres, também assumem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados (ENGEL, 2015; GONZÁLEZ, 1983; SORJ, 2013), é a racialização do trabalho reprodutivo no país.

Diante deste quadro, se faz necessário traçar um panorama conceitual que coloque em diálogo as escolas ligadas aos vários conceitos que abarcam os estudos em torno do trabalho de reprodução social, buscando estabelecer as diferenças e as aproximações entre estas terminologias, ora utilizadas como complementares e similares, contribuindo assim na reflexão e delimitação do tema da divisão sexual do trabalho.

Percurso teórico

O debate sobre a igualdade dos sexos é muito mais antigo do que pudemos imaginar. Desde as lutas anti-coloniais e anti-escravidão, as mulheres lutam por igualdade na América Latina. Nem sempre existe consenso a este respeito, nem registros históricos desta participação, mas existe

concordância de que foi a partir da Revolução Francesa que marcou o início do movimento organizado de mulheres. A partir de 1850, mulheres reivindicavam igualdade e direitos ao voto, ao divórcio, a estudar e a exercer determinadas profissões.

Para evidenciar que a questão do trabalho doméstico não é um tema novo, precisamos voltar um pouco no tempo e trazer a época e as condições onde nasce esse debate. Alexandra Kollontai em plena Revolução Russa (1917) levanta a questão da emancipação da mulher, como mãe e mulher, para que haja a construção de uma nova sociedade, precisando para isso a reconstrução de uma nova moral, que não fosse a burguesa que organizava o casamento e a família. Um dos primeiros a sistematizar algo sobre esta questão foi August Bebel, no livro *A mulher e o socialismo*, de 1879. Um dos debates mais fortes nesta época era o direito das mulheres ao trabalho e a crítica ao trabalho doméstico e à família, apontava-se a necessidade de liberar as mulheres dessas funções e de socializar estas tarefas com o Estado, no entanto, sem responsabilizar os homens para isso.

A participação ativa das mulheres nos processos de greves iniciadas na última década do século XIX até os anos 1920 em várias regiões como Estados Unidos, Brasil e na Europa, demonstrava a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e o feminismo como corrente teórica e prática, que cumpriu o papel de questionar as relações de opressão a que as mulheres eram submetidas e apresentar novas propostas de autonomia, liberdade, autodeterminação e emancipação humana para a sociedade. O resultado da organização das mulheres foi a conquista de vários direitos ao longo do século XX, que se deu de forma desigual, a depender do contexto de cada país, e a instituição do 8 de março, como Dia Internacional da Mulher, resultado da história de lutas das grevistas e socialistas. Após este período, houve a ascensão do fascismo e nazismo, o que causou um refluxo nas lutas feministas, tendo um grande número de mulheres, durante o período da Segunda Guerra Mundial, assumido a força de trabalho nas fábricas de armamentos e outros setores, no lugar da masculina.

O debate do trabalho doméstico vai ressurgir a partir da segunda onda do feminismo, por volta da década de 1960. Quando várias mulheres profissionais e de classe média, na Europa e nos Estados Unidos, trazem à tona a necessidade de ter um movimento autônomo de mulheres, de haver o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e a elaboração de teorias feministas que questionem as relações de poder construídas entre homens e mulheres e a produção de teorias baseadas unicamente na experiência masculina como universal. É neste período que surge a conceituação de gênero para denominar as relações sociais de sexo socialmente construídas e que se articulam as dimensões de gênero, classe e raça para analisar as relações sociais entre mulheres e homens. No entanto, por volta dos anos 1980/90, prevalece no interior do feminismo uma visão da conquista de direitos individuais das mulheres, focado na normatização de direitos e proposição de políticas públicas frente ao Estado Mínimo, ocasionado pela implementação do neoliberalismo, perdendo, portanto, o caráter de crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento gerador de desigualdades sociais, de gênero e de raça.

As bandeiras dos movimentos feministas nesta época a que me refiro, por volta dos anos 1980/1990 eram a das pautas ligadas aos setores médios da sociedade, se atendo com força ao empoderamento feminino, ao direito das mulheres ao seu próprio corpo e a ser livre. Pautas extremamente importantes, mas que não tocavam nesta disparidade sutil e abafada a que as mulheres eram submetidas em seu mundo do trabalho: as duplas/triplas jornadas.

A dupla jornada é a denominação que se tem dado ao movimento causado pela sobreposição de tarefas do trabalho remunerado e não remunerado no cotidiano. Se analisada como um problema em si, acaba se tornando uma questão própria às mulheres. No entanto, sendo um problema que atinge diretamente a elas, deve ser tratado na grade da divisão sexual do trabalho como uma prática social que resulta da forma de exploração capitalista e patriarcal. A dupla jornada não pode ser tratada simplificada-mente como um resultado automático da participação das mulheres no mercado de trabalho e sim como resultado das relações de produção e reprodução nesse sistema. (ÁVILA, 2013, p. 234)

A crítica feita ao reconhecimento da existência destas duplas e triplas jornadas das mulheres em razão do trabalho doméstico e de cuidados era de que apenas reconhecer que estas mulheres eram exploradas dupla/triplamente era de todo importante, mas ainda insuficiente. Existiam questões latentes na organização do mundo que precisavam ser questionadas. Por que as mulheres eram mais pobres que os homens? Ao sair para trabalhar e ocupar o mundo do trabalho quem assumia ou dividia as responsabilidades do trabalho doméstico e em torno do cuidado com os descendentes? Como resolver esta questão? De quem era a responsabilidade? Do Estado? Dos genitores? De ambos?

Passa, então, a vigorar fortemente na sociedade o discurso da conciliação entre trabalho remunerado e o cuidado da família, o que promove retrocessos na luta pela superação da divisão sexual do trabalho.

Segundo Hirata (2002), o projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”.

A questão precisava ser tratada de forma estrutural, baseada na dominação dos homens em toda a estrutura social e que separava os lugares e os papéis de gênero no espaço público e privado. Apesar de existir anteriormente ao capitalismo outras formas de divisão sexual de trabalho, é no sistema capitalista que a força de trabalho feminina é explorada como mercadoria. É o que nos explica Mackintosh (1984, p. 8): “Historicamente, com a expansão do trabalho assalariado, o capital se aproveitou da preexistente divisão entre homens e mulheres, e incorporou aquela divisão dentro de sua própria força de trabalho e para sua própria vantagem”.

Em relação a esta “preexistente divisão entre homens e mulheres”, Saffioti (2004) diz tratar-se do sistema de poder e dominação dos homens com as mulheres chamado patriarcado. Segundo Saffioti (2004, p.136), o patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo e diz respeito a milênios de história onde foi se consolidando uma hierarquia entre homens e mulheres com primazia masculina.

A divisão sexual do trabalho passa a ser evidenciada, nestes termos, com os estudos feministas dentro da área da Sociologia do Trabalho. A partir deles, foi possível compreender e dar luz ao fato de que a classe trabalhadora tem dois sexos, conforme afirmou Elisabeth Souza-Lobo (1991).

O conceito de trabalho levado em consideração até então, não abarcava o trabalho das mulheres (ARAÚJO, 2005). As teóricas da divisão sexual do trabalho provocaram a redefinição do conceito de trabalho ao ampliar o debate para as esferas da produção e reprodução.

O cuidado, portanto, é compreendido como trabalho familiar, sendo realizado principalmente pelas mulheres e normalmente fazendo parte do trabalho doméstico, sem remuneração (BARCELOS, 2011), dava conta da esfera da reprodução e a produção. Dentro do enfoque feminista:

[...] a família assume o papel do trabalho de reprodução social, e o cuidado é o elo invisível dessa trama, predominantemente assumido pelas mulheres. Dessa forma, as relações estabelecidas entre Estado, família e mercado são constitucionais para a proteção social dos indivíduos (BARCELOS, 2011, p.48).

As atividades domésticas, como o cuidado com a saúde, o preparo de alimentos, o cuidado cotidiano com a família, responsabilidade praticamente exclusiva das mulheres na maioria das sociedades, passaram a constituir também uma grande parte do trabalho realizado.

Neste percurso de diálogos, o movimento feminista contribuiu para alargar o conceito de trabalho e forçar as adaptações teóricas necessárias para entender a nova realidade que se revelava.

Para isso, foi preciso que um movimento social impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, e interpela a acepção tradicional do conceito trabalho: é nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs, que a reflexão sobre as práticas das operárias tornava-se possível (KERGOAT, 1986, p. 81)

Como afirma Hirata & Kergoat, (2007, p. 597), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho que decorre das relações sociais de sexo; esta forma é modulada historicamente e socialmente”. No entanto, há desigualdades nesta divisão, tanto em relação ao trabalho produtivo como doméstico.

Mesmo partindo do pressuposto que o patriarcado é um sistema anterior ao capitalismo, o qual se mantém e se reestrutura no processo de formação social desse sistema, e de que houve, anteriores ao capitalismo, outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, essa divisão estava, necessariamente, marcada por outra concepção ou relação entre produção e reprodução, pois a divisão que se expressa neste sistema está diretamente relacionada à sociedade salarial, na qual a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o trabalho produtivo se autonomiza com espaço e tempo próprios e se impõe sobre a organização da vida cotidiana e o trabalho reprodutivo é estabelecido como aquele que se realiza no espaço doméstico, que passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva (ÁVILA, 2013, p.232).

Dessa maneira, ocorre a hierarquia e valoração de cada um desses trabalhos, sendo o trabalho doméstico majoritariamente desenvolvido pelas mulheres, foi desvalorizado e invisibilizado, no entanto, sem ele seria impossível a realização do trabalho assalariado. No caso brasileiro, existe uma dimensão racial no desempenho das relações de trabalho que não pode ser desconsiderada, já que o trabalho escravo foi fortemente empregado no país, atribuindo papéis desiguais e racializados na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo.

Segundo relatório *Mulheres no trabalho: tendências 2016*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres continuam a enfrentar obstáculos significativos ao longo de sua vida profissional e que desde 1995, durante a Conferência Mundial sobre as Mulheres, até 2016, a “desigualdade entre homens e mulheres persiste nos mercados de trabalho globais, em relação às oportunidades, ao tratamento e aos resultados”.

Ainda segundo este relatório apesar da significativa melhoria nos níveis de educação das mulheres isso não se traduz numa melhoria na situação do trabalho. Além disso, em comparação com os homens, elas têm mais probabilidades de permanecerem ou ficarem desempregadas e quando conseguem empregos muitas vezes tem que aceitar os de qualidade inferior. E o relatório diz mais: “A desigual distribuição de cuidados não remunerados e das tarefas domésticas entre homens e mulheres entre as famílias e a sociedade é um fator determinante das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho.” (OIT, 2016, p. 3)

A OIT afirma que em 2015 a disparidade de gênero na taxa de emprego atingiu 25,5 pontos percentuais em prejuízo das mulheres, apenas 0,6 pontos menos do que em 1995, e que as oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho no mundo permanecem quase 27 pontos percentuais abaixo das oportunidades dos homens.

As mulheres realizam, em média, pelo menos duas vezes e meia mais tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados do que os homens (nos países com dados disponíveis). Embora esta desigualdade entre homens e mulheres permaneça substancial, tem diminuído ao longo do tempo, principalmente devido a alguma redução no tempo gasto pelas mulheres nos trabalhos domésticos, embora não tenha havido nenhuma redução significativa no tempo dedicado aos cuidados às crianças. As mulheres, no entanto, continuam a trabalhar mais horas por dia do que os homens quando se considera o trabalho pago e o trabalho não remunerado. Em particular, as mulheres trabalhadoras (por conta própria, ou por conta de outrem e que recebem um salário) têm, em média, dias de trabalho mais longos do que os homens trabalhadores, com um diferencial de gênero, de 73 e 33 minutos por dia, respectivamente nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos. Mesmo quando estão empregadas, continuam a realizar a maior parte das tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados, o que limita a sua possibilidade de aumentar o número de horas trabalhadas no trabalho remunerado, formal e no trabalho por conta de outrem e remunerado. (OIT, 2016, p.7)

Esses dados demonstram a situação de desigualdades a que as mulheres estão submetidas tendo que trabalhar mais de forma não-remunerada, o que aumenta significativamente a pobreza feminina. Em todo o mundo, as mulheres representam menos de 40% do emprego total, mas constituem 57% das pessoas que trabalham a tempo parcial, o que revela a intermitência do trabalho feminino. As mulheres ganham 77% do que ganham os homens e ainda estão submetidas a interrupções no mundo do trabalho por conta da maternidade que, pela informalidade característica de sua participação na esfera produtiva, as deixam mais vulneráveis e pobres.

Embora praticamente todos os países proporcionem algum tipo de proteção na maternidade às mulheres empregadas, cerca de 60 por cento das mulheres trabalhadoras em todo o mundo (quase 750 milhões de mulheres) não se beneficiam de um direito estatutário a uma licença maternidade. Problemas com a implementação, a conscientização dos direitos, a insuficiente capacidade contributiva, práticas discriminatórias, a informalidade e exclusão social significam que, em todo o mundo, se estima que apenas 330 milhões de mulheres trabalhadoras (28, 2 por cento) recebem algum benefício contributivo ou não contributivo, em dinheiro por ocasião do parto. A existência de regimes alargados de proteção social não contributivos pode, em certa medida, neutralizar as taxas mais baixas de participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como as condições de emprego menos favoráveis no que se refere à cobertura de proteção social. Os níveis de benefícios não contributivos tendem a ser modestos, no entanto e muitas vezes não são suficientes para ajudar as mães e os seus filhos e, também as mulheres mais velhas, a sair da linha da pobreza, especialmente na ausência de cuidados de saúde essenciais. (OIT, 2016, p.9)

O relatório da OIT ainda recomenda que o trabalho dos cuidados não remunerados deve ser reconhecido, reduzido e redistribuído e deste modo alcançada a conciliação entre trabalho e vida familiar. Além disso, relaciona o acesso insuficiente das mulheres ao abastecimento de água, saneamento, eletricidade, estradas, transporte seguro e serviços de saúde ao elevado tempo empregado pelas mulheres no trabalho não

remunerado, o que as deixam em situação de desvantagem no mercado de trabalho.

A entrada cada vez mais expressiva no mercado de trabalho não tem correspondido a uma maior divisão do trabalho doméstico com os homens e nem a uma maior oferta de serviços públicos voltados para as necessidades cotidianas da reprodução social [...]. Também não existe uma rede de serviços públicos que se ocupe de algumas dessas tarefas e só podem delegá-las aquelas que estejam em condições de pagar a contratação desses serviços; porém, mesmo neste caso a responsabilidade da casa continua recaindo sobre as mulheres (CEPAL, 2010, p.30, apud ÁVILA, 2013, p. 235)

As crises econômicas e os cortes nos investimentos em benefícios sociais e serviços públicos são apresentados no relatório da OIT (2016) como elementos agravantes no déficit do trabalho de cuidados existentes, impedindo a superação da desigualdade social e de gênero.

Além disso, a questão principal da chamada dupla jornada de trabalho assumida pelas mulheres, nos casos das que estão na população economicamente ativa em empregos formais, não pode ser naturalizada. Para Carrasco:

com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a nula resposta social e masculina ante a mudança de cultura e comportamento das mulheres, as últimas assumiram a dupla jornada e o duplo trabalho deslocando-se continuamente de um espaço ao outro, solapando e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelos requerimentos naturais da vida humana (CARRASCO, 2005, p. 53)

Para Torns (2002), é importante ressaltar a diferença entre mensurar o tempo em que o trabalho produtivo e o reprodutivo são executados, ou seja, o trabalho executado em sua maioria pelas mulheres no ambiente doméstico de cuidado com a casa e filhos(as). Em relação ao primeiro e ao segundo, respectivamente, a autora diz:

por uma lógica diacrônica, linear e facilmente tornada objetiva mediante o sistema de horário, enquanto o segundo se move em uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino (TORNS, 2002, p. 138).

Nesta dimensão do tempo empregado ao trabalho doméstico e de cuidados e o pouco tempo que resta às mulheres para o lazer e para o autocuidado, pesquisas como as de Ávila e Ferreira (2014) e Mirla Cisne (2012) com as denominações de jornadas extensivas e intensivas de trabalho, refletem nesta dimensão do emprego do tempo aos trabalhos domésticos e de cuidados e na conciliação ou não, do trabalho produtivo.

Mas em relação ao trabalho doméstico e de cuidados, o que mesmo se enquadraria nesta denominação?

O entendimento a partir de várias pesquisas denotam o trabalho de cuidados como aqueles exercidos por cuidadores formais e informais (BORN, 2008). Os cuidadores formais são aqueles que possuem vínculos contratuais, mediante remuneração. Já os cuidadores informais são geralmente um membro da família, em sua grande maioria mulheres, que são as “escolhidas” por ter maior intimidade e habilidade para cuidar do outro e por ter maior disponibilidade de tempo.

No Brasil, o *care* ou o cuidar tem significados difusos como cuidar da casa, cuidar das crianças, cuidar do marido, dos pais, e está ligado a tarefas exercidas por pessoas femininas ou submissas dentro da família, tendo sido elas, inicialmente, desempenhadas pelos negros e negras escravizadas e posteriormente por mulheres, em sua maioria negras e pardas (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2012, p.154). Caracterizando assim a assimetria de gênero em franca reprodução no interior das famílias (BRUSCHINI, 2006).

Para além do uso de determinados conceitos acerca da temática da divisão sexual do trabalho se faz necessário refletir que a assimetria nas tarefas domésticas e de cuidados se agrava pelo fato de que a conciliação destas atividades com o trabalho produtivo ocasionou uma nova divisão sexual do trabalho, solicitando das mulheres o uso da delegação

destes trabalhos, em sua maioria para outras mulheres, seja essa delegação acionada a partir de remuneração ou não.

Considerações finais

As terminologias utilizadas pelo campo da divisão sexual do trabalho entre as quais: trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), trabalho de cuidados e o *care*, trabalho reprodutivo, e as pesquisas relacionadas ao uso do tempo das mulheres no desempenho destas atividades domésticas, intituladas por jornadas intensivas e extensivas de trabalho; dão conta de uma gama complexa de relações sociais de trabalho no interior do próprio trabalho doméstico. Isto porque este campo está entrelaçado de uma complexa realidade, perpassada por categorias, que não podem ser dispensadas na busca de entender tal fenômeno. É evidente que as atividades desempenhadas no interior de casa, no espaço doméstico, estão relacionadas ao campo da produção, do mundo público, da significação externa ou exterior ao lugar da casa ou do lar, é o chamado trabalho reprodutivo em contraponto ao produtivo. Aqui, no entanto, ao revisar a análise teórico-conceitual, percebemos que se faz necessário percorrer um caminho diferente.

A divisão sexual do trabalho é um campo de estudos que envolve complexas redes de conflitos e sofrimentos, mas estes não são vividos de forma homogênea por todos envolvidos. As questões de gênero, classe e raça aderem à divisão sexual do trabalho, um peso e complexidade que, em tempos de avanço das políticas neoliberais, tornam o lugar das mulheres diferenciado neste processo, a depender da raça e classe que ocupam, desempenham papéis diferentes no espaço doméstico. O fato de usarmos de maneira complementar ou sinônima algumas terminologias, colocam para nós o grande desafio de tratar da construção das relações de trabalho, de valor e de poder dentro do espaço doméstico, da maneira desafiadora que é colocada pela realidade. Essa divisão não é homogênea, mesmo em se tratando e constatando que são as mulheres que desempenham a maior parte deste trabalho, são mulheres diferentes que se ocupam destas funções, papéis diferentes.

Com isso, queremos dizer que o caso brasileiro apresenta um quadro desafiador de ser compreendido, as mulheres negras assumem a maioria do trabalho doméstico remunerado, trabalho este regulamentado apenas em 2015 pelas leis trabalhistas. Portanto, ao pensar no Brasil, há que se constatar a evidência histórica de que ao adentrarem o mercado de trabalho, as mulheres brancas brasileiras já contavam com a mão de obra precarizada e vulnerável das mulheres negras que sempre trabalharam no Brasil desde sua diáspora. Há a racialização do trabalho doméstico brasileiro e a inexistência de políticas públicas que ofereçam serviços de apoio para diminuir o conflito entre trabalho e vida familiar. A ausência destes serviços resulta na sobrecarga de trabalho para as mulheres e na radical desigualdade para as mulheres pobres, que não dispõem muitas vezes de recursos financeiros para delegar os cuidados a outras mulheres e nem o Estado oferta. A superexploração e a sobrecarga são o resultado mais palpável destas assimetrias.

Este é o ponto que gostaríamos de chegar, a divisão sexual do trabalho no Brasil deve ser tratada para além do isolamento de uma das categorias em questão; raça, gênero, classe; e sim entendendo que ela é resultante do processo de flexibilização e precarização do trabalho, demonstrando que segue o mesmo padrão de estruturação do mercado de trabalho baseado na exploração de classe e segmentação das trabalhadoras e trabalhadores e racismo. Havendo, portanto, forças internas agindo consubstancialmente (KERGOAT, 2010) nas relações sociais de sexo e também nas lógicas de produção econômica, daí a necessidade de articular os conceitos que levem em consideração as duas lógicas (produtiva e reprodutiva) como regidas pelos mesmos princípios e que levem em consideração que a emancipação das mulheres em sociedade depende de compreender as relações patriarcal-racista e capitalistas implícitas na divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. M. C. Gênero nos Estudos de Gênero, In: MORAES, M. L. Q., **Gênero nas Fronteiras do Sul**, Coleção Encontros, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero-UNICAMP, p. 85-96, 2005.

ÁVILA, M. B. de M. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência.** Recife, Editora Universitária UFPE, 2010.

_____. **A vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

_____. FERREIRA, V. (orgs). **Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras.** Recife: SOS Corpo, 2014.

BANDEIRA, L. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, vol 12. nº 1, p. 47-63, 2010.

BARCELOS, M. S. **A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BORN, T. Cuidar melhor e evitar a violência. **Manual do Cuidador da Pessoa Idosa.** Brasília, p.20- 27, 2008.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, v. 23, n.1, p.331-353, 2006.

CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C.; TORNS, T. **El trabajo de cuidado:** historia, teoría y políticas. Madrid: Catarata, 2011.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGEL, C; PEREIRA, B. C. J. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. **Revista Punto Género**, nº 5, p. 4-24, 2015.

GONZÁLEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOC, 1983.

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H. S; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H. S; GUIMARÃES, N. A. **Cuidados e cuidadoras**: as várias faces do care. São Paulo: Atlas, p.79-102, 2012.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37. n. 132, p. 595-609, set/dez 2007.

_____; GUIMARÃES, N. A. (org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho de care. São Paulo: Atlas, 2012.

KERGOAT, D. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, p. 236-247, 2002.

_____. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Novos Estudos*, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. LOBO, E. de S. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACKINTOSH, M. Gender and economics: The sexual division of labour and the subordination of women. In: YOUNG, K.; WOLKOWITZ, C. and McCULLAGH, R. **Of marriage and the market**: Women's subordination internationally and its lessons. London, England: Routledge, p. 3-17, 1984.

MOSER, L.; DAL PRÁ, K. R. Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados: evidências do familismo nas políticas sociais brasileiras. **Textos e Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 382 - 392, ago./dez. 2016.

OIT - **ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**. Mulheres no Trabalho: tendências 2016. Sumário. Genebra, 2016. p.3-12.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e realidade. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SORJ, B. **Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, vol. 43, n.149, p.478-491, 2013.

TORNS, T. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, M. C. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: Publicacions y Ediciones UB, p. 133-147, 2002.

Mãe Trabalhadora: Os Efeitos das Tarefas Domésticas na Vida Profissional⁶⁹

Alyane Almeida de Araújo⁷⁰

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

O papel estereotipado da mulher como principal responsável pelas tarefas domésticas tem impactado diretamente os índices no mercado de trabalho remunerado. A mulher passou a ocupar espaços públicos, mas o homem não tem dividido as responsabilidades no espaço privado. Esse estudo objetiva problematizar os dados de uma pesquisa qualitativa em trabalhadoras que passaram recentemente pela experiência da maternidade e relacioná-los com as estatísticas do mercado de trabalho em âmbito global, expostos no Relatório da Organização Internacional do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; tarefas domésticas; igualdade de gênero.

69 Trabalho apresentado no GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do / *Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

70 Mestre em Direito (UFRN, 2017), especialista em Direito Internacional (UFRN, 2014) e em Direito e Processo do Trabalho (UNIDERP, 2007), graduada em Direito (UFRN, 2006) e servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

Introdução

O papel estereotipado da mulher como principal cuidadora e responsável pelas tarefas domésticas, inclusive com “aptidões naturais” para trabalhos dessa natureza tem impactado diretamente os índices no mercado de trabalho remunerado.

A divisão sexual inserta na divisão social do trabalho, resultando nas ditas funções “masculinas” e “femininas”, conforme ressaltado por estudiosos do tema, adveio com a instituição do matrimônio, da propriedade privada e do Estado (ENGELS, 2002, p. 68). O autor prossegue afirmando que a primeira divisão do trabalho é que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, acrescentando, ainda, que o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história foi com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Essa divisão ditou políticas e leis, reforçou estruturas e mecanismos sociais e foi determinante para criar o fosso atualmente existente nas estatísticas sociais, econômicas e políticas quando se procede ao recorte de gênero.

Superados os períodos históricos no Brasil onde à mulher foi proibido o direito à educação formal básica (o que só veio a ser instituído com o art. 11 do Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827); o direito à educação superior (cujo acesso foi permitido apenas com o Decreto nº 7.247/1879)⁷¹; o direito ao voto (com o Código Eleitoral de 1932 e Constituição Federal de 1934); o direito à capacidade civil plena (pois, de acordo com o art. 6º do Código Civil de 1916 a mulher casada era relativamente incapaz, ao lado dos menores de idade, pródigos e silvícolas, o que só veio a ser modificado com o Estatuto da Mulher Casada, Lei nº

71 É importante fazer o destaque de que embora a lei se referisse à “mulher” genericamente, sabe-se que por conta do regime de escravidão da mulher negra, ambos os Decretos Imperiais relacionados à educação (de 1827 e de 1879) estavam se referindo à mulher branca. No regime da escravidão, a mulher negra era considerada um objeto e não um sujeito de direitos. A escravidão só veio a ser abolida no Brasil com a Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888.

4.121/1962, a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002) e o direito pleno ao trabalho (pois, de acordo com o artigo 242, inciso VII do Código Civil de 1916 “*A mulher não pode, sem autorização do marido: Exercer profissão*”, o que também foi modificado com a Lei nº 4.121/62, Estatuto da Mulher Casada), chegamos a uma fase recente onde todos esses direitos foram permitidos.

O Decreto-lei nº 2.548/40 institucionalizou o pagamento de salário inferior pelo só fato de ser mulher, ao dispor sobre a possibilidade de as mulheres perceberem salários 10% menores do que os pagos aos homens (art. 2º). Cabe advertir que se está tratando de um período de apenas cinco décadas atrás, ou seja, o tempo de apenas uma geração.

Conhecer o processo histórico da conquista de direitos é importante na medida em que, como resultado de um construído, não é imediato nem perene. Vale destacar, nesse ponto, a consabida lição de Hannah Arendt: “*os direitos humanos não são um dado, mas um construído*” e de Norberto Bobbio “*os direitos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas*”, especialmente porque, para defender uma conquista, é preciso conhecer mais do que o conteúdo literal da norma jurídica que eventualmente a consagre (LOPES, 2006, p. 407).

Com efeito, a falta de consciência sobre como era a situação social da mulher em um passado recente põe em risco os atuais e futuros avanços sociais e jurídicos. Nesse sentido, o desconhecimento histórico de como o Estado atuou no passado para restringir e limitar os direitos das mulheres pode levar a uma ideia equivocada de que o Estado atual não poderia atuar para promover os direitos das mulheres, sob o pretenso fundamento de que a mulher deve ser formalmente tratada igual ao homem perante a lei.

Mas para além dos avanços que já foram conquistados para ocupação dos espaços de poder que antes eram exclusivamente destinados aos homens, onde a mulher gradativamente tem passado a ocupar (educação, trabalho e política), há um vácuo de um espaço que deveria ter sido ocupado pelo homem: o espaço doméstico. A mulher saiu de casa para o trabalho, escola e política, para a vida pública enfim. Mas o homem ainda não entrou em casa para assumir as suas responsabilida-

des domésticas, que antes eram indevidamente exercidas com exclusividade pela mulher.

Esse estudo objetiva problematizar os efeitos dessa ausência com base no resultado de uma pesquisa quali-quantitativa em trabalhadoras que passaram recentemente pela experiência da maternidade e relacionar as questões trazidas pelas pessoas entrevistadas com os atuais dados a respeito da mulher no mercado de trabalho em âmbito global, expostos no Relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre Mulheres no Trabalho (2016).

O que as mulheres têm a dizer sobre a ausência de divisão nas tarefas domésticas

Adverte-se, inicialmente, que a exposição do resultado da pesquisa quali-quantitativa que passa a ser feita não pode ser considerada como uma generalização da figura da “mulher abstrata” representativa da população feminina brasileira, mas apenas em relação à pesquisa realizada no específico grupo investigado.

Em primeiro lugar, porque inexistente essa figura abstrata universal do “ser mulher”. O atravessamento de todas as questões interseccionais ao gênero, onde cada mulher vive a sua específica experiência limitada pelo seu contexto étnico-racial, social e econômico é relevante e deve permear todo o debate sobre a questão de gênero.

A relação classe/gênero/trabalho compõe uma complexa rede de interferências para a estrutura do mercado de emprego (CAPPELLIN, 1996, p. 17), sendo, por isso, inegável que as mulheres de grupos sociais diversos se adaptam de maneira diferente à organização produtiva e ao mercado de trabalho.

Em outras palavras, são elementos cumulativos ao risco de discriminação, amplificando situações de vulnerabilidade da mulher. A mulher (gênero), negra (raça) e pobre (classe econômica) é a que mais sofre os efeitos da sociedade machista e patriarcal. Por outro lado, o homem (gênero) branco (raça) e rico (classe econômica) é o que dela mais se bene-

ficia. É consabido que os direitos de liberdade e igualdade são formalmente reconhecidos a todos os indivíduos da sociedade, mas apenas parte dessa sociedade efetivamente usufruem deles.

A mulher sofre mais discriminação do que o homem no acesso ao emprego (gênero); o negro sofre mais discriminação no acesso ao emprego do que o branco (raça); e o pobre sofre mais discriminação no acesso a todos os direitos sociais que dependem da atuação positiva do Estado, tais como saúde, educação, moradia; que dependem da capacidade financeira, como alimentação, transporte, lazer; e que depende da atuação das sociedades empresariais, como o trabalho (classe econômica).

Vê-se, isso posto, que a soma das questões interseccionais ao gênero torna a pessoa vítima de um ambiente social mais vulnerável e menos propício ao direito de acesso aos direitos sociais em igualdade de oportunidades e de tratamento. A reflexão sobre a intersecção multifatorial à questão de gênero é atual e não pode ser ignorada por qualquer tipo de pesquisa sobre a situação da mulher na sociedade.

Após o surgimento de várias vozes até então suprimidas sobre a questão racial, como a de Angela Davis, quando escreveu *Woman, race and class*, o debate sobre o gênero tornou-se mais aprofundado e decisivo para que a compreensão do fenômeno não ficasse limitada às questões levantadas por mulheres inseridas em um determinado contexto social e econômico. Talvez até mesmo por conta do privilégio racial e econômico, as primeiras lutas feministas não enxergavam a situação das mulheres em contextos sociais mais desfavoráveis. A crítica feita à obra de Simone de Beauvoir, por exemplo, é justamente a de ser resultado da análise da injusta situação sofrida pela mulher branca, escolarizada e de classe média. Não se pode invalidar, contudo, a sua obra, pois espelhou o que, de fato, aquele grupo de mulheres se deparava nas desigualdades de oportunidades frente ao gênero oposto.

A própria subdivisão dos feminismos (JARAMILLO, 2000, p. 37-45) espelha a cronológica e sucessiva abrangência da compreensão da situação feminina, em seus variados contextos raciais e econômicos, partindo do feminismo liberal clássico até chegar ao feminismo pós-moderno

ou interseccional, com destaque para a diversidade racial, econômica, social, religiosa, étnica e cultural de cada mulher.

Na presente pesquisa, o grupo social investigado são mulheres trabalhadoras, na fase adulta, escolarizadas e que passaram recentemente pela maternidade. Esse recorte foi necessário porque se pretendeu investigar mulheres que já tivessem quebrado o “teto de vidro” de todas as outras questões relacionadas ao (não) acesso aos direitos à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, ao transporte, à segurança, dentre outros, para que, atingindo alto nível de escolaridade e margem de planejamento familiar, descortinassem a validação da hipótese de que a questão de gênero subsiste ainda quando eliminadas as questões econômicas, sociais e étnico-raciais.

Trata-se, portanto, da representação social da mulher escolarizada no mercado de trabalho após a maternidade. Por isso, e em suma, com o intuito de eliminar variáveis que não guardavam correlação direta com o núcleo da pesquisa – como os problemas de saúde pública a respeito de falhas nas políticas de planejamento familiar, que poderiam ser evidenciados com mulheres que passaram pela experiência da maternidade muito jovens ou os relacionados à deficiência no acesso ao direito à educação, com mulheres que não tiveram acesso à educação adequada – procurou-se fazer um recorte das características do grupo, a fim de encontrar mulheres em fase adulta madura e com capacitação profissional que tivessem passado pela experiência da maternidade há menos de cinco anos. Dessa forma, o resultado estaria predeterminado a focar problemas relacionados ao direito do trabalho propriamente dito, que é o tema norteador de toda a pesquisa.

A estratégia utilizada na investigação consistiu em enviar o questionário ao correio eletrônico de mulheres que o informaram previamente ao concordar com a participação na pesquisa. A escolha em utilizar questionários enviados por correspondência eletrônica decorreu da importância que se buscava conferir à impessoalidade no momento do fornecimento das informações, evitando interferências psicológicas da presença do pesquisador em uma entrevista pessoal, com vistas a garantir uma maior garantia da privacidade do entrevistado e, em conse-

quência, a obtenção de respostas mais fidedignas à experiência vivida individualmente pelo sujeito investigado.

Foram coletadas amostras de um total de 30 questionários respondidos, com 35 questões abertas e fechadas. No presente artigo serão destacadas apenas três perguntas, duas fechadas e uma aberta. As mulheres têm idade entre 29 a 42 anos, com uma maior concentração entre 32 e 38 anos (79%) e todas as entrevistadas possuem idade superior à idade média da mulher brasileira para ter filhos (26,8 anos; fonte: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>, acesso: 15/nov/2016).

Todas as entrevistadas possuem grau de escolaridade de nível superior, sendo 70% as que também possuem pós-graduação. Quanto ao estado civil, corresponde a 70% o índice de mulheres casadas, 13% de mulheres em união estável, 14% de mulheres solteiras e 3% de mulheres divorciadas.

Passada caracterização do grupo social investigado, explana-se a seguir os resultados da pesquisa:

A primeira pergunta fechada dizia respeito à participação do homem nas tarefas domésticas: **“Você considera que há divisão de tarefas domésticas? ()sim ()não.** Se sim, qual é a proporção? ()menor que 50% ()igual a 50% ()maior que 50%”. O grupo respondeu da seguinte forma: 46% das mulheres responderam que o parceiro contribui com menos da metade na divisão das tarefas domésticas; 37% afirmam que o parceiro tem uma participação igual à metade; 12% afirmam que o parceiro não contribui com as tarefas domésticas e 5% afirmam que essa contribuição do parceiro é mais do que a metade.

Considerando, portanto, a soma das famílias onde o homem não contribui ou contribui com menos da metade nas tarefas domésticas, o percentual chega a 58%. Esse dado evidencia que até mesmo nas famílias com alto grau de escolaridade não há igualdade de divisão de responsabilidades nas tarefas domésticas.

A segunda pergunta fechada foi: **“O que mais contribuiu para a conciliação entre o trabalho e as tarefas domésticas? () ajuda do parceiro () ajuda de outras pessoas () serviço de creches para crianças**

() **outros**”. 38% das mulheres responderam que a ajuda do parceiro foi o que mais contribuiu para a conciliação entre a vida profissional e familiar; o mesmo percentual, 38% das mulheres responderam que o que mais contribuiu foi a ajuda de outras pessoas; 22% responderam que o serviço de creche foi o que mais contribuiu e 2% respondeu “outros”, como organização própria.

Mais uma vez se observa a marcante insuficiência de divisão igualitária das responsabilidades domésticas com o homem, para que a mulher trabalhadora possa lograr êxito no cumprimento das responsabilidades profissionais fora do lar.

Na pergunta aberta “**Quais são as maiores dificuldades encontradas na conciliação entre a vida privada e profissional após a maternidade?**”, as maiores dificuldades encontradas na densidade discursiva estavam relacionadas à falta de tempo e à falta de descanso (47,06%). Houve igual densidade para a falta de confiança a respeito do cuidador (17,65%) e falta de apoio/divisão desigual nas tarefas domésticas (17,65%). Em índices menores estão a elevada carga de trabalho (14,71%) e o curto período de licença (2,94%). Embora as expressões-chaves tenham originado essa categorização, uma interpretação do investigador permite relacionar as categorias das ideias centrais, que na verdade estão tão interligadas a ponto de originar um círculo vicioso. A falta de tempo e de descanso está diretamente relacionada à elevada carga de trabalho, à falta de divisão de tarefas e à falta de apoio. O curto período de licença obrigada a mulher a deixar os filhos sob os cuidados de alguém que não confia plenamente, e, diante da ausência de divisão igualitária de tarefas e de apoio, eleva a carga de trabalho e ocasiona a falta de tempo e de descanso.

Com vistas ao aproveitamento qualitativo das respostas abertas, foi aplicado o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre, que resultou em um **software** denominado “Qualiquantsoft”, patrimoniado pela Universidade de São Paulo – USP. Também foi criado o Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo – IPDSC, que, dentre outras funções, cataloga e unifica as pesquisas que utilizam o *software*.

O objetivo do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é resgatar a Representação Social (RS) de uma coletividade, ao mesmo tempo em que preserva a dimensão individual do sujeito representado, tendo em vista que é aplicado a partir de discursos individuais.

Os conteúdos que tiverem o mesmo sentido ficam reunidos em um único discurso e são redigidos na primeira pessoa do singular, o que produz no leitor um efeito de “coletividade falando”; além disso, dão lugar a um acréscimo de densidade semântica nas representações sociais, fazendo com que uma ideia ou posicionamento dos depoentes apareça de modo “encorpado”, desenvolvido, enriquecido e desdobrado (LEFÈVRE; LEFÈVRE; MARQUES, 2009, p. 1.194).

O seu mérito consiste, pois, em unificar em um só discurso a soma do discurso aberto de indivíduos classificados em grupos identificáveis. Para tanto, é utilizada uma forma de tabulação eletrônica dos dados qualitativos de natureza verbal escrita, obtidos de questionários aplicáveis ao grupo social, enquanto sujeitos construtores da Representação Social coletiva (RS).

O *modus operandi* do método permite identificar em cada resposta individual a “expressão-chave”, trecho mais substancial e significativo da resposta que, somadas em seu conjunto, resultam na Ideia Central ou Ancoragem do conteúdo discursivo. Cada Ideia Central origina a classificação de uma Categoria específica, a partir de onde surge o discurso-síntese representativo dos sujeitos individuais em forma coletivizada.

Oportuniza uma forma metodológica de resgatar e apresentar as Representações Sociais obtidas de pesquisas empíricas ao permitir que as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes, a partir de questões abertas, sejam agrupadas em categorias semânticas gerais.

Destaca-se que o agrupamento em cada categoria está associado ao conteúdo das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo. No fim, o resulta-

do é um discurso em primeira pessoa, sintetizador e representativo do discurso de cada grupo da coletividade entrevistada, tendo como produto o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014, p. 503).

Com o resultado exposto no Discurso do Sujeito Coletivo, podemos observar a corporificação da Representação Social como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001, p. 22).

Como partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade (JODELET, 2001, p. 34), foi possível verificar que, de fato, as mulheres entrevistadas partilharam uma linguagem comum a respeito do mundo que vivenciaram, o que implica haver uma espécie de vínculo social compartilhado entre elas.

Transcreve-se, a seguir, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de cada categoria.

DSC da “Categoria A”:

Quais são as maiores dificuldades encontradas na conciliação entre a vida privada e profissional após a maternidade? Falta de confiança a respeito do cuidador. 17,65%

“Todas as possíveis! Quando se está trabalhando o sentimento de culpa por não estar com o filho nos corrói. Quando não estamos trabalhando, sentimo-nos inativas e injustiçadas por sermos obrigadas a abrir mão de “cair de cabeça” no mercado de trabalho. Conseguir pessoas de confiança para cuidar do bebê e a ruptura da rotina do dia a dia com o bebê que ainda precisa tanto dos cuidados com a mãe justamente na fase que começa a interagir e reconhecer os pais. Um bebê precisa da mãe e não de creche ou babá. Isso é um ponto muito complicado. Não fico tranquila saindo para trabalhar e deixando meus filhos”.

DSC da “Categoria B”:

Quais são as maiores dificuldades encontradas na conciliação entre a vida privada e profissional após a maternidade? Falta de apoio/divisão desigual nas tarefas domésticas. 17,65%

“Falta de apoio social, falta de creche pública e necessidade de ajuda constante. No meu caso, toda a responsabilidade e cuidados com os filhos ficou comigo. Há ausência de divisão dos trabalhos domésticos de modo igualitário entre os responsáveis pela família, ocasionando falta de tempo suficiente. São diversas as atividades que assumimos e que em alguns momentos ficamos sufocadas com tantas atribuições. Hoje, acho negativa a questão de achar que só a mãe cuida com louvor e entende a criança cem por cento”.

DSC da “Categoria C”:

Quais são as maiores dificuldades encontradas na conciliação entre a vida privada e profissional após a maternidade? Falta de descanso/tempo. 47,06%

“Dividir atenção e energia entre duas partes da vida tão importantes. Acredito que uma das duas sempre fica desfavorecida. Seja os filhos ou a profissão. Adequar o tempo para os cuidados com a criança e o cumprimento das responsabilidades da vida profissional (principalmente, quando a criança adoecer), por isso minha sugestão de adequação dos horários de trabalho para poder conciliar o trabalho com o cuidado diário das crianças, eles precisam de muita atenção, carinho e cuidado. É difícil querer dormir e não poder para cuidar do filho, quando a criança não quer dormir e eu preciso acordar muito cedo para trabalhar. Como o amamentava, dormia muito com o bebê, por isso estive privada de sono por pelo menos 2 anos. Acontecia de passar a noite em claro com o bebê e ter que ir ao trabalho de manhã cedo como se tivesse descansado. Esta é minha maior dificuldade: conciliar o cansaço de algumas noites mal dormidas com o trabalho no dia seguinte. Além do sono acumulado, há falta de tempo livre para dedicar aos cuidados comigo mesma, como atividade física. Aumentou o cansaço diário e indisposição para sair ou investir em cursos. O tempo para nós mesmas fica reduzidíssimo, e, por tabela, pro marido também. Mas creio que aí entra a questão de se ter uma cabeça boa, um relacionamento sólido e entender que é uma fase da vida tam-

bém, porque filhos crescem e a vida continua. Então, passeios de fins de semana muitas vezes não podem acontecer devido a essa correria”.

DSC da “Categoria D”:

Quais são as maiores dificuldades encontradas na conciliação entre a vida privada e profissional após a maternidade? Elevada carga de trabalho. 14,71%

“Elevada carga de trabalho. Conciliar o trabalho com as atividades domésticas e o cuidado com o bebê. Assumir uma maternidade e uma casa é trabalhar, cuidar do filho e cuidar da casa. Com a chegada de um filho o trabalho só aumenta e ao retornar ao trabalho quando chegamos em casa tem roupa para lavar, mamadeira para esterilizar, roupa para engomar, quarto para limpar e etc. e ainda um bebê querendo a sua atenção, é muito cansativo e estressante a rotina da mulher, por esse motivo muitas optam por ter apenas um filho. Deixava meu bebê de 7 meses na creche em tempo integral e chegava em casa ainda preocupada com trabalho. Passei muito tempo sofrendo com a divisão mental de me dedicar ao trabalho intelectual e em seguida, quando estava no auge do dia, ter que me desconectar para ir pegá-lo na escola. Sentia muita culpa por desejar trabalhar, e tentava compensar como podia com meu bebê. E em todas as seleções que passei, pressões e prazos nem comentava sobre essas dificuldades para não gerar reações negativas. Comecei a notar que apesar de todo esforço que fazia meus colegas tinham muita dificuldade de me dar crédito pelo meu trabalho, como se fosse impossível uma mulher, mãe, profissional de saúde aprender o que estava aprendendo (como fazer análises com maior rigor matemático). Isso na verdade foi o que mais me doeu. Até o momento em que descobri uma comunidade internacional de mulheres na ciência e vi que não estava só no meu desafio, e que muitas mulheres bem sucedidas e eficientes eram também mães dedicadas que cuidavam diretamente de sua família, da maneira como estava tentando fazer. Quando passei a acreditar que era possível ser ambos, mãe e pesquisadora, meus trabalhos começaram a fluir bem mais fácil. Comecei a pedir mais ajuda ao meu marido, cobrando sem mágoas. A relação do meu filho com o pai melhorou muito

também. A maior dificuldade é ser mulher e ter liberdade, em todos os aspectos, emocional, financeiro”.

DSC da “Categoria E”:

Quais são as maiores dificuldades encontradas na conciliação entre a vida privada e profissional após a maternidade? Curto período de licença. 2,94%

“Pra mim, a maior dificuldade encontrada foi causada pela minha curta licença maternidade. Seguia com amamentação em livre demanda, e meu filho ficava o tempo todo mamando. Quando voltei a trabalhar ele teve que mamar em intervalos regulares de duas em duas horas, ele emagreceu e eu passei por um estresse imenso, com medo dele desmamar. Ficava saindo do trabalho correndo pra ele mamar, as vezes meu marido trazia até mim, quando não podia me ausentar. Além disso, outra grande dificuldade foi a falta de tempo para dar conta de todas as demandas, visto que trabalho até as 15 hrs e estudava das 18:30 até as 22 horas”.

Constata-se, pelos resultados obtidos, que há uma marcante indisponibilidade de tempo da mulher trabalhadora após a maternidade e isso se deve, principalmente, à ausência da justa e equitativa divisão de responsabilidades domésticas com o homem.

Dados do relatório da Organização Internacional do Trabalho sobre mulheres no trabalho

A Organização Internacional do Trabalho – OIT lançou em 2016 o relatório “Mulheres no Trabalho: Tendências 2016” (tradução livre de “Women at Work: Trends 2016”).⁷² Segundo o Relatório, os avanços das últimas duas décadas não foram capazes de nivelar a igualdade entre o homem e a mulher em âmbito mundial.

72 Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf> Acesso: 20/01/2017.

O Relatório aponta, de início, que os avanços foram ínfimos desde a Conferência Mundial da Mulher de Beijing de 1995, persistindo a desigualdade de gênero no mercado de trabalho do mundo inteiro, em relação às oportunidades, ao tratamento e aos resultados. Dentre os avanços dos últimos tempos citados no Relatório, estão os níveis de educação, por exemplo, onde as mulheres já são maioria, mas que não se reflete em salários e posições iguais aos dos homens.

Assim, embora as mulheres tenham obtido um notável avanço nos índices de educação nas últimas décadas, isso não representou em melhoria da sua posição no trabalho em comparação com o homem. Atualmente, verifica-se que o nível de escolaridade média das mulheres é semelhante à dos homens na maioria dos países. Em 2009, 73% dos 184 países alcançaram a paridade de gênero no ensino primário ou secundário. A paridade de gênero no ensino primário foi alcançada em 128 países e, no nível secundário, em 72 países. Além disso, a taxa de inscrição das meninas está crescendo a uma velocidade maior do que a dos meninos (UNESCO, 2012; Apud ILO, 2016, p. 83). Muitos países, especialmente na América Latina, Caribe e Ásia Oriental, reverteram a quantidade de meninas e meninos nas escolas secundárias, onde as primeiras são maioria em 45 países. Há também mais mulheres do que homens em universidades de pelo menos 60 países. Globalmente, as mulheres já constituem a maioria dos graduados universitários (BANCO MUNDIAL, 2011; Apud ILO, 2016, p. 83).

A chance da mulher de participar do mercado de trabalho é 26% menor do que a do homem. A taxa de participação feminina na força de trabalho no mundo é de 50%, em contraste com a taxa masculina de 76%. Mas as mulheres não estão apenas em minoria no mercado de trabalho. A qualidade do trabalho é substancialmente inferior à masculina, pois as mulheres são maioria em trabalhos precários, informais, temporários, parciais e menos remunerados (ILO, 2016, p. 1)

A taxa mundial da razão população-emprego masculino é de 72% e a feminina é de 46%. Em 2015, havia 1,3 bilhões de mulheres empregadas em comparação com 2 bilhões de homens empregados no mundo. E a taxa global de desemprego em 2015 é estimada em 5,5% para o homem

e 6,2% para a mulher (ILO, 2016, p. 11-12). Na América Latina e Caribe, essa taxa é melhor para o homem e pior para a mulher, uma vez que é estimada em 5,4% para o primeiro e 8,1% para a última (ILO, 2016, p. 12).

Foi verificado que há uma sobrerrepresentação da mulher em duas ocupações mais mal pagas, como “pessoal de secretariado, serviços e de vendas” e em “profissões não qualificadas” (ILO, 2016, p. XIV). Apenas 5% dos chefes executivos de grandes empresas são mulheres. Há uma grande concentração das mulheres em ocupações de baixa remuneração (ILO, 2016, p. 25).

Trabalhos que demandam relações interpessoais ou envolvem trabalhos de cuidados são classificados como tipicamente femininos, sob a justificativa de que a mulher tem um atributo inato aos cuidados, tal como a tarefa que a mesma desempenha dentro do lar (BETTIO; VERAS-CHCAGINA, 2009, p. 12). Por outro lado, trabalhos que demandam força física ou cargos de decisão são considerados tipicamente masculinos (ANKER, 1998, p. 22). De forma similar, a racionalidade, em contraposição à emoção, é considerada uma característica masculina, o que torna as áreas tecnológicas e exatas predominantemente dos homens.

Um fenômeno interessante verificado nessa área da segregação é que os homens possuem vantagem salarial sobre as mulheres inclusive em setores ou ocupações altamente feminizadas, sendo esse fenômeno chamado de “escada rolante de vidro”. O Relatório citou o exemplo da Austrália e Reino Unido, onde os homens que entram na profissão de enfermagem são mais propensos do que as mulheres a ocupar cargos superiores (ILO, 2016, p.52).

O trabalho doméstico na América Latina e Caribe executado por mulheres representa absurdos 92%, em comparação com 63% no Oriente Médio (ILO, 2016, p. 56). A taxa global adverte que 57% de todos os trabalhadores domésticos não têm limitações em suas horas de trabalho (ILO, 2016, p. 56).

As disparidades salariais entre o homem e a mulher ainda são grandes: as mulheres ganham 77% do salário que os homens ganham. O percentual bem menor encontrado em tempo anterior foi sendo suplanta-

do graças aos avanços decorrentes das políticas de gênero. E parece que quando estão em alto nível de escolaridade, mas em posições predominantemente masculinas, como nas ciências exatas (física e astronomia), a disparidade é ainda maior. Foi verificado que, na União Europeia, as mulheres cientistas ganhavam, em média, entre 25% e 40% menos que os homens cientistas (SHEN, 2013, p. 24).

O Relatório da OIT aponta, ainda, que existe uma disparidade salarial da maternidade (*motherhood wage gap*), caminhando ao lado da disparidade salarial de gênero (*gender wage gap*), onde se observa que a mulher ganha menos que o homem e, dentre as mulheres, aquelas que têm filhos ganham menos do que as que não têm filhos.

Essa penalização salarial para as trabalhadoras que têm filhos é exatamente o oposto quando é o homem trabalhador que possui filhos. Pais trabalhadores, em contraste, costumam ganhar um salário maior do que os trabalhadores sem filhos (GRIMSHAW; RUBBERY, 2015, p. 28). A diferença de tratamento é referida como salário bônus da paternidade (*fatherhood wage premium*), para fazer um paralelo com a penalidade sofrida pelas trabalhadoras mães (*motherhood wage gap*).

Por fim, torna-se necessário registrar o alerta de que, embora 45% dos países membros da OIT forneçam pelo menos 14 semanas de licença-maternidade remunerada com no mínimo 2/3 do salário integral, milhões de mulheres desses mesmos países deixam de se beneficiar dessa licença por estarem fora do sistema, seja em empregos informais ou formais que não têm acesso ao sistema protetivo (ILO, 2016, p. 1).

Considerações finais

O impacto do papel estereotipado da mulher como principal cuidadora e responsável pelas tarefas domésticas, inclusive com “aptidões naturais” para trabalhos dessa natureza, é refletido em três principais implicações: as mulheres são consideradas como as principais responsáveis pelo trabalho não remunerado de tarefas domésticas e de cuidados de crianças e idosos, ocupando-se disso na sua própria casa, o que já representa redução de tempo disponível para capacitação, entrada, crescimento ou

ascensão na carreira profissional; as mulheres representam ampla maioria em ocupações em trabalhos domésticos e de tarefas de cuidados, as quais possuem baixa remuneração e maior informalidade e precarização; as mulheres que estão no mercado formal em outras ocupações são alvo de discriminação direta e indireta em razão da visão estereotipada de gênero, tendo, por vezes, que produzir o dobro ou mais que o gênero masculino para obterem o mesmo reconhecimento, postos hierárquicos ou igualdade salarial.

Constatou-se, pelos resultados obtidos na presente pesquisa qualitativa dos questionários aplicados em mulheres trabalhadoras que passaram recentemente pela maternidade, que há uma marcante indisponibilidade de tempo para investir na carreira profissional e isso se deve, principalmente, à ausência da justa e equitativa divisão de responsabilidades domésticas com o homem. Cabe destacar que o grupo social investigado diz respeito a mulheres escolarizadas, todas com nível de graduação completo e 70% delas com nível de pós-graduação, o que significa que a ultrapassagem das barreiras existentes ao pleno acesso ao direito à educação não implicou em abertura do caminho à igualdade do direito ao trabalho, em seu sentido mais amplo (acesso, manutenção e ascensão hierárquica).

Em nível global, os resultados apresentados pelo Relatório da OIT *Women at Work: Trends 2016* validam os resultados da presente pesquisa, na medida em que evidenciam que os altos níveis de educação atingido pelas mulheres (onde elas já representam maioria na maior parte dos países membros da OIT) não se refletem em salários e posições iguais aos dos homens.

Num momento de crise, precarização, flexibilização e desregulamentação do direito do trabalho, já foi observado em diversos países do mundo que a classe trabalhadora não é atingida da mesma forma; a mulher é a mais atingida com maiores taxas de desemprego, informalidade e baixos salários na chamada “discriminação estatística” existente no Relatório multicitado. E quando essa mulher trabalhadora é mãe, então, as estatísticas só pioram, conforme ficou observado nos fenômenos conhecidos por *motherhood wage gap* (ônus salarial da maternidade) e o

seu contraponto em sentido contrário com o *fatherhood wage premium* (bônus salarial da paternidade, cujos dados demonstram que o homem tende a possuir salário mais elevado quando tem filhos), além da maior chance do desemprego e da maior dificuldade no acesso ao emprego.

Essa é uma questão fundamental de reflexão sobre o papel e o impacto das políticas de trabalho e família no reconhecimento, redução e redistribuição do trabalho não remunerado doméstico e de cuidados, permitindo às mulheres entrar, permanecer e progredir na força de trabalho em igualdade de condições com os homens.

Para encorajar os homens a dividir as tarefas domésticas em igualdade de condições com as mulheres, é essencial que normas jurídicas instituem políticas de trabalho flexíveis; caso contrário, provavelmente não haverá uma efetiva mudança de papéis no seio da família, perpetuando as desigualdades de gênero no trabalho. Somente após a mudança de regras possibilitando e encorajando os homens com responsabilidades familiares a se submeter a jornadas flexíveis de trabalho e à licença parental, será possível observar alguma mudança social.

Após um passado histórico de imposição de desigualdades jurídicas limitadoras de liberdade e autonomia, torna-se imprescindível criar um momento em que haja a igualdade jurídica promocional de liberdade e autonomia. Isso decorre do simples motivo de que as leis que restringiram a autonomia corporal e as oportunidades de vida das mulheres, no âmbito da vida pública, não foram aplicadas ao homem da mesma maneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKER, R. **Gender and jobs**: Sex segregation of occupations in the world. Geneva: ILO, 1998.

BETTIO, F.; VERASHCHAGINA, A. **Gender segregation in the labour market**: Root causes, implications and policy responses in the EU. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2009.

BUDIG, M.J. **The fatherhood bonus and the motherhood penalty:** Parenthood and the gender gap in pay. Washington DC: Third Way, 2014.

CAPPELLIN, Paola. Ações Afirmativas: Uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: LIGOCKI, Malô S. L; LIBARDONI, Marlene. (coord.). **Discriminação Positiva:** Ações afirmativas, em busca da igualdade. São Paulo: CRFBEMEA/ELAS, 1996. p. 13-34.

CORRÊA, Sonia. Cruzando a Linha Vermelha: Questões não Resolvidas no Debate sobre Direitos Sexuais. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flavia (coord.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos.** 2a Tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 323-342.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe.** Tradução Livre. Lisboa, Plataforma Gueto, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

GRIMSHAW; RUBERY, J. **Motherhood pay gap:** A review of the issues, theory and international evidence. Geneva: ILO, 2015.

ILO – International Labour Organization. **Women at Work:** Trends 2016. International Labour Office. Geneva: ILO, 2016.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho, estudio preliminar. In: WEST, Robin (org.). **Género y teoría del derecho.** Bogotá: Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000. p. 27-66.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais.** Tradução de Lilian Ulup. Editora da UFRJ, 2001.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. In: **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro: ABRASCO, v.14, n.4, 2009.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do Trabalho da mulher: da proteção à promoção. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n.26, p.405-430, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

SHEN, Helen. Mind the Gender Gap. In: **Nature**: Women. March/2013, vol. 495, nº 7471, pp. 22-24.

Think Olga: *Feminismo Interseccional em Rede no Combate ao Assédio Sexual*⁷³

Mariana Lemos de Morais Bezerra⁷⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os conteúdos presentes na *fanpage* do *Think Olga* sobre a temática do assédio sexual. A abordagem utilizada será a interseccional com viés construcionista de Avtar Brah (2006), já que permite ampliar e tornar mais complexo o olhar sobre a produção de desigualdades e diferenças em seus contextos específicos, contribuindo para uma análise mais condizente com a realidade. Para a compreensão das publicações se empregará à Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). Como resultado, observa-se que as relações de gênero se articulam com outros marcadores sociais, como, classe e raça.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Mídia; Feminismo Interseccional; *Facebook*.

73 Trabalho apresentado no GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do *Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

74 Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia. E-mail: lmbmariana@gmail.com

Feminismo Interseccional e a ONG Think Olga

A diversidade manifestada pelo movimento feminista estabelece a complexidade do sujeito que faz parte dele, a mulher, interrogando-se, assim, teorizações sobre um sujeito abstrato e original apartado daquilo que o diferencia na contingência. Admitir essa complexidade acarreta analisar o feminismo considerando-o como multifacetado, inviabilizando definições de movimento feminista que sejam excessivamente estagnadas.

Pretendo, dessa maneira, apontar algumas ponderações sobre a interseccionalidade. Ainda que com atenção crescente, a pesquisa histórica de seu curso teórico, assim como suas diferentes vertentes, aparenta ainda ser pouco explorada em termos de análise e teorizações sociais. Consequentemente, pode-se afirmar que as “últimas décadas têm marcado as análises interseccionais a partir, principalmente (mas não apenas), de teóricas feministas e dos estudos de gênero baseadas nos Estados Unidos e em alguns países europeus” (HENNING, 2015, p.101). Portanto, é primordial salientar que esse desenvolvimento não pressupõe coesão teórica, já que existem inúmeras visões contemporâneas acerca da noção, a qual tende a ser vista, por exemplo, como teoria, método, abordagem, paradigma e etc (HENNING, 2015).

A extensa literatura presente na língua inglesa, e ultimamente também na francesa, indica que a palavra interseccionalidade tenha sido cunhada pela primeira vez para denominar a correlação das relações de poder de raça, gênero e classe, por Kimberlé Crenshaw apenas em 1989 (CRENSHAW, 1991). Porém, a inquietação de entrelaçar diversas maneiras de diferenciações sociais é bem anterior.

Sojourner Truth, mulher afro-americana que foi escravizada, ficou conhecida pelo seu discurso em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio (BRAH; PHOENIX, 2004). Refletiu sobre a complexidade entre as bandeiras antiescravidão dos negros do Sul dos Estados Unidos e das demandas surgidas das mulheres brancas do Norte. Período histórico-cultural de importantes lutas sociais como o voto das mulheres, liberdades individuais e a luta pelo fim da escravidão estavam em pauta (HENNING, 2105). Truth reflete todos os elementos de desigualdades que a atingiam, assim como outras mulheres negras.

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens e levantada sobre as valas e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem [...] e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (BRAH; PHOENIX, 2004, p. 77, tradução nossa).

Tal pergunta, recordada por Brah e Phoenix (2004), já previa as dificuldades que passaria o movimento feminista. A indagação fala sobre a diferença corporificada vivida e percebida por Soujourner Truth ao comparar-se com a mulher branca e não escrava, em termos que dizem respeito à esfera cultural, política e econômica (SILVA, 2016). Suas tarefas, apesar de efetuadas por um corpo de mulher, não eram as mesmas praticadas por aquelas a quem se contrapunha. “Ela assinalava, portanto, para a condição não universal da categoria ‘mulher’ e assim para a insuficiência da categoria ‘gênero’ na análise das condições sociais em que vivem as mulheres” (SILVA, 2016, p.110-11).

O retorno do debate da problemática da interseccionalidade ganha maior repercussão nos países anglo-saxônicos a partir do legado do “*Black Feminism*” nos anos 1990, sempre inserido em um quadro interdisciplinar por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (HIRATA, 2014). Segundo Brewer (2005), o *Combahee River Collective* abriu a discussão dos feminismos radicais negros do momento e motivou as feministas acadêmicas a partir de um contexto extra-acadêmico.

Hooks (2015) ressalta a diversidade do sujeito mulher ao criticar a elaboração da teoria feminista por feministas brancas que desconsideraram questões raciais que diferenciam mulheres brancas e negras. Analisando essa diferença, a autora sugere a construção de uma teoria femi-

nista que admita as mulheres negras como sujeito. A aceitação de outras dimensões estruturantes da posição social das mulheres cria um novo problema, como articular essas dimensões com a dimensão de gênero na produção teórica e prática feminista?

Brah e Phoenix (2004) sugerem, para isso, a utilização do conceito interseccionalidade, significando os complexos irreduzíveis, distintos e variáveis efeitos que provêm de múltiplos eixos de diferenciação - econômico, político, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial - cruzam-se em contextos historicamente específicos, tornando as mulheres seres sociais numa dimensão subjetiva (a significação sobre o que é ser mulher a partir de sua experiência).

A internet, principalmente as redes sociais⁷⁵, possibilitou uma maneira mais rápida e dinâmica de intercâmbio de ideias e, especialmente, se consolidou como um veículo de diálogo com amplos setores da sociedade sobre diversas pautas dos feminismos contemporâneos, gerando novos processos experienciais.

No panorama atual, em sociedades com certo nível de adoção de tecnologias digitais, os movimentos sociais não podem ser dissociados dos mundos *online* e *offline* (CASTELLS, 2015). As mídias sociais têm sido um espaço para o qual confluem muitas mobilizações, inclusive de vários coletivos feministas e campanhas relacionadas à pauta, no contexto brasileiro contemporâneo. Como é o caso do *Think Olga*, criada em abril de 2013, a partir da criação de um *site*, pela jornalista Juliana de Faria, que constatou a falta de espaço na mídia tradicional e se arriscou em um projeto, que olhasse para as mulheres de uma maneira distinta, na qual pudesse transformar a realidade da agressão e do assédio sexual que, historicamente, assombra a sociedade e que permanece até os dias de hoje. A Olga, como também é chamada, ainda conta com a colaboração de outras profissionais.

75 Essa afirmação pode ser comprovada empiricamente através de algumas reportagens. <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html> <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/redes-sociais-potencializam-o-movimento-feminista/>

Em novembro de 2015, o *Think Olga* se transformou em uma ONG com a finalidade de criar um conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e garantir que elas façam suas escolhas de maneira informada e consentida.

A Olga desenvolve diferentes tipos de projetos, campanhas, ferramentas, artigos e conteúdos específicos sobre a pauta feminista em diferentes ambientes virtuais – *site, YouTube, Twitter, Facebook e Instagram*. Com campanhas como #PrimeiroAssédio⁷⁶ e “Chega de Fiu Fiu”⁷⁷, a ONG vem contribuindo para repensar e aprofundar o debate sobre a ressignificação do retrato da mulher na sociedade, nos meios de comunicação e nas relações interpessoais. Além das atividades *online*, a Olga se dispõe a levar todo o conteúdo de maneira prática para o mundo *offline*. Através de palestras, debates, parcerias, campanhas e consultorias.

Como a organização possui múltiplas frentes de trabalho, foi necessário escolher um caminho. As abordagens iniciais resultaram num conjunto de questionamentos e reflexões que, por sua vez, permitiram realizar uma escolha. A página do **Facebook** da Olga se coloca num lugar de articulação entre sujeitos sociais e onde é possível enxergar as suas relações.

Uma abordagem interseccional construcionista na rede

De acordo com Piscitelli (2008), existem duas linhas principais entre as teóricas que trabalham com interseccionalidade a partir de distintas compreensões de poder, agência e estrutura/sistema. Essas vertentes seriam marcadas, de um lado, por uma abordagem sistêmica/estrutural encontrada fundamentalmente nos Estados Unidos e que daria mais

76 A *hashtag* #PrimeiroAssédio foi criada pela Juliana de Faria, em outubro de 2015, após uma menina de 12 anos participante no *MasterChef Júnior* sofrer assédio em rede.

77 A primeira campanha desenvolvida pela organização, em abril de 2013, foi a “Chega de Fiu Fiu”. O seu objetivo é informar o quão nocivo é o assédio sexual em espaços públicos, tornando-se um problema de segurança e mobilidade urbana. A campanha online cresceu, rendendo reconhecimento e batendo recordes de financiamento coletivo no Cartase. Atualmente, está tornando-se um documentário que possui a finalidade de educar contra o assédio.

atenção aos impactos do sistema ou estrutura sobre a formação de identidades. Essa abordagem seria representada pelos trabalhos das autoras como Kimberlé Crenshaw (1991) e Patricia Hill Collins (2000). Por outro lado, uma abordagem construcionista, adotada sobretudo por acadêmicas do Reino Unido, como Avtar Brah (2006) e Anne McClintock (1995), que possuem uma tendência a desenvolver uma percepção de poder mais dinâmica e relacional, levando em consideração aspectos de agência e identidade social.

A abordagem interseccional utilizada será a construcionista, já que destaca especialmente os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. Esta vertente está marcada por uma visão de poder vinculada a perspectiva de Gramsci, com embates constantes em torno da hegemonia e trabalha com a noção de articulação entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua identidade se modifica como resultado da prática articulatória (PISCITELLI, 2008). Nesta abordagem existem “distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Para realizar a análise, optou-se por trabalhar com a ideia de diferença a partir de quatro eixos que se entrecruzam e se inter-relacionam: a diferença teorizada como relação social em sentido sociológico; explorada em termos de experiências humanas; entendida como subjetividade; e analisada em termos de identidade social (BRAH, 2006). Visto que esses eixos permitem trabalhar de maneira bastante interessante o contexto de identidade pós-estruturalista, como descentrada, fragmentada e em processo, porém em termos de diferença entendida como subjetividade, isso não se aplicaria quanto à ideia de diferença como identidade social e política em termos de ação política consciente, mesmo considerando que a ação consciente é sempre marcada por investimentos emocionais interiores, rupturas e contradições.

É importante ressaltar que para fazer um estudo interseccional não é necessário desenvolver uma análise de infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social, mas observar o entrelaçamento daque-

les que são significativos contextualmente em termos específicos, históricos, localizados e políticos (HENNING, 2015).

Como o Brasil se construiu a partir de uma realidade multirracial, multicultural, multirreligiosa e pluriétnica, os marcadores de análise utilizados foram: raça, gênero e classe. A heterogeneidade brasileira constitui-se num item bastante positivo, entretanto, devido às marcas históricas de discriminação e de exclusão, as diferenças sociais, culturais e racial são frequentemente transformadas em desigualdades, ligadas à má distribuição de riquezas (RIBEIRO, 2013). Por esse motivo, é primordial analisar que a invisibilidade atribuída às mulheres é construída historicamente, a partir de distintos padrões de hierarquização no campo das relações de gênero e raça que, medidas pela classe social, causam intensas exclusões.

A partir deste ponto, enfatiza-se as técnicas de coleta de pesquisa amparadas na observação direta. Os conteúdos foram coletados de 03 a 30 de abril de 2017, mês de aniversário da Olga. Os dados colhidos foram organizados, categorizados e tabulados, com o intuito de encontrar concentrações, frequências e tendências (LOPES, 2001); efetuar relações e cruzamentos com os marcadores de interseccionalidades definidos e encontrar campos de sentido.

Para a análise das publicações se empregará a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, que consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p.38). Para a autora, a finalidade da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, que recorre a indicadores, podendo ser quantitativos ou não. A descrição é a primeira etapa necessária e a interpretação é a última fase; a inferência, a qual a autora refere-se, é o procedimento intermediário, que “vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra” (BARDIN, 1977, p.39).

O procedimento usado será o monográfico (estudo de caso) com abordagem interseccional construcionista, sobretudo com viés qualitativo, mas também recorrerá a aspectos quantitativos que formarão uma relação de complementaridade (LOPES, 2001).

A fanpage do Think Olga no combate ao assédio sexual

Com 173.287 mil curtidas no *Facebook*⁷⁸, a *fanpage*⁷⁹ da ONG *Think Olga* se coloca num lugar de articulação entre sujeitos sociais, onde é possível enxergar as suas conversações. Na mídia social, apesar de contar com a participação das outras integrantes, a luta é protagonizada pela publicitária Luíse Bello, gerente de conteúdo, planejamento das ações ciberativistas e a mais antiga colaboradora da organização.

Na página, pode ser encontrada uma diversidade de temas que relacionam, por exemplo: assédio sexual em locais públicos, no trabalho ou direcionados à crianças e adolescentes, racismo, violência virtual, aborto, representatividade, estereótipos de gênero, entre outros.

A dinâmica deste ambiente digital é bem simples: geralmente é 1 a 2 publicações de segunda a sexta-feira, que são compostas por texto e alguma linguagem visual. Em regra, grande parte do conteúdo⁸⁰ da página se dá através das publicações que possuem uma imagem ou vídeo como elemento enunciador do conteúdo. Observa-se que os textos postados na *fanpage* sempre são acompanhados por vários *links* para redirecionamentos em outras plataformas digitais tanto do *Think Olga* quanto para outros coletivos feministas.

A ONG apenas permite “reações”⁸¹, “comentários” e “compartilhamentos” nas publicações inseridas na sua linha do tempo. Novas publicações de conteúdo são elaboradas exclusivamente pela Olga. Algumas campanhas são criadas de maneira que as seguidoras e os seguidores possam narrar suas próprias histórias através do uso de *hashtags*. Pode-

78 Último acesso realizado em 23 de agosto de 2017.

79 Criada em abril de 2013, concomitantemente com o site.

80 Designo de conteúdo apenas as postagens colocadas na linha do tempo da fanpage da ONG *Think Olga* e não os posts dos comentários.

81 Curtir, amei, haha, uau, triste, grr.

se afirmar que o *Think Olga* é um enunciador, que dispõe aos sujeitos tanto uma forma de receber o conteúdo quanto uma maneira de criação das suas narratividades. Propiciando visibilidades de si e do outro, construindo e reconstruindo suas subjetividades.

Silva (2015, p.3) afirma que “independente dos meios de comunicação serem massivos ou não, o receptor é sempre ativo e sempre constrói narrativas a respeito dos outros recepcionados”. A narrativa composta pelo receptor da telenovela, por exemplo, se distingue daquela formada pelos sujeitos das comunidades do *Facebook*, já que existe um modo de interagir com a narrativa, repartindo o espaço com o emissor do conteúdo, o que não acontece com a telenovela. Deste modo, corrobora-se com as autoras que acreditam que essa interatividade que ocorre na *Olga* permite formas de narratividades, e não de narrativas. Visto que a narratividade consiste em um processo pelo qual o receptor constrói ativamente a história a partir da postagem fornecida (SILVA, 2015).

No mês das observações foram coletadas 24 postagens. Ao todo foram 1.457 compartilhamentos, 6.414 reações e 280 comentários. Para atingir a finalidade proposta deste artigo, recorre-se ao banco de dados, organizado de forma sistemática e objetiva da descrição dos *posts* conforme indicada por Bardin (1977). Usufruem-se também das imagens coletadas a fim de compreender as temáticas, os indicadores, os marcadores de interseccionalidades, através de uma lógica de importância. No entanto, percebe-se que não têm temas mais e menos significativos, todos foram importantes, já que foram selecionados, publicados, reagidos, compartilhados e comentados por sujeitos que pretendem ser vistos e ouvidos de alguma maneira. É importante ressaltar que os ambientes digitais possuem suas próprias experiências, sendo um lugar de conflitos, fluidez e hibridismo que se comunicam por meio de uma linguagem que lhe são próprias (SILVA, 2015).

Saliento que aqui me deterei a analisar apenas os conteúdos postados referentes à temática do assédio sexual, que representa 38% (maior percentual) dos assuntos debatidos durante o período de observação. Ressalta-se que a temática do assédio não foi apenas recorrente no período de análise, permeia toda a história da criação da *Olga* e sua prin-

principal campanha “Chega de Fiu Fiu” que iniciou inteiramente *online*, mas que teve vários desdobramentos na vida *offline*. Assim, verifica-se que o ambiente virtual é essencial não apenas pela tecnologia, mas também pelas possibilidades de expressões, que permeiam tanto atitudes políticas quanto as pautas morais e práticas culturais (MARTÍN-BARBERO, 2013).

Ao analisar as cenas do trailer do documentário “Chega de Fiu Fiu” presente em 78% das postagens sobre assédio, tanto através de *links* de redirecionamento quanto por meio de elemento enunciador do conteúdo, percebe-se o entrelaçamento entre os três marcadores: raça, classe e gênero. Uma vez que o vídeo mostra a realidade de várias mulheres, através de suas próprias narrativas: negras, transexuais, brancas, de periferia, de classe média, etc. O vídeo ainda conta com Djamila Ribeiro, feminista interseccional, negra, pesquisadora e conhecida por seu ciberativismo, reforçando a representatividade da mulher brasileira e da abordagem interseccional.

Com o intuito de divulgar o documentário em finalização e trazer discursos de mulheres que inspiram, a ONG divulgou em 17 de abril de 2017 a *live*⁸² que iria ser realizada no dia seguinte com a MC Bárbara Sweet. A música “Moça”, que fala sobre o enfrentamento de ser mulher no dia a dia, é a trilha sonora do primeiro trailer do documentário “Chega de Fiu Fiu”. No vídeo, transmitido no dia 18 de abril de 2017⁸³, a entrevistada fala sobre a participação feminina no *hip hop*, sobre o machismo enfrentado pelas *rappers* e MCs, além do reconhecimento positivo que recebe ao se declarar feminista.

Dessa maneira, é notório que os *posts* publicados no período de análise que remetem a “Chega de Fiu Fiu” trazem uma pluralidade de vozes femininas, mostrando a multiplicidade, a complexidade das identida-

82 É uma função do Facebook que permite criar vídeos em formato streaming.

83 A live teve 5 mil visualizações. Dados coletados em 24 de abril de 2017.

des, as diferenças e as desigualdades sociais por intermédio de um enfoque articulado, conforme defendido por Brah (2006).

É evidente que os eixos de classe, gênero e raça também configuram a vulnerabilidade do assédio sexual. Embora no imaginário das pessoas a violência só ocorra quando a agressão é física. Uma mulher pode ser agredida física, sexual, moral e psicologicamente. Atenta a essa questão, a Olga abordou o tema através de depoimentos de duas mulheres negras. O primeiro foi realizado no dia 05 de abril de 2017, com 23 compartilhamentos, 180 reações e 05 comentários, que traz a fala da jornalista da ONG, Karolina Gomes, na qual relata sobre o seu primeiro assédio racista e alerta para a urgência de se falar sobre este problema cultural do ponto de vista de mulheres negras, passivas de agressões ainda mais perigosas em espaços públicos. O segundo foi publicado no dia 06 de abril de 2017, com 23 compartilhamentos, 230 reações e 08 comentários, trazendo a história de Dona Rosa, moradora de Salvador, Bahia, em que conta as ameaças e perseguições que seguiram ao terminar seu casamento de dois anos, até a tentativa feminicídio, quando estava caminho da Delegacia da Mulher para prestar queixa, foi atacada pelo ex-marido com seis facadas no rosto, tórax e pescoço.

Rago (1991) ressalta que após a abolição, as ex-escravas, lavadeiras, empregadas domésticas e outras trabalhadoras enfrentavam o “estigma de prostituta”, pelo simples fato de circularem fora do âmbito privado das casas. Assim, enquanto a sexualidade da senhora branca estava limitada aos ambientes familiares para fins de procriação, a mulher negra carregava a imagem da escrava submetida ao uso sexual dos senhores fora da vida familiar. Esse olhar sobre as mulheres negras persiste até os dias de hoje. Fato que pode ser comprovado através das diferenças significativas das mortes de mulheres negras e não negras, por exemplo. Os dados do Atlas da Violência (2017) indicam que 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras, na proeminência de que a articulação entre desigualdade de gênero e racismo é intensamente perversa e configura variável essencial para entendermos a violência letal contra a mulher no país.

A Olga Esporte Clube surgiu com o objetivo de reaproximar as mulheres da prática do esporte. O projeto possui a missão de resgatar o prazer pelo esporte reforçando os significados essenciais da prática como a socialização, crescimento pessoal, relação harmônica entre o corpo e a natureza. Nessa jornada de empoderamento feminino por meio dos esportes, foi detectada a violência de gênero como uma barreira para a prática de atividade física. O assédio se faz presente para a mulher que usa a rua para correr, caminhar, movimentar seu corpo, que acaba sendo invadido com olhares e frases desrespeitosas. Com isso, no dia 06 de abril de 2017, foi realizada uma publicação referente a esse recorte, com 04 comentários e 69 reações, que traz uma lista de mulheres que lutam contra o assédio no meio esportivo diariamente.

Outra campanha de assédio abordada pela Olga foi “Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio”. Atrizes, profissionais envolvidas em peças teatrais e audiovisuais encabeçaram um movimento após a denúncia da figurinista da Rede Globo, Suslem Tonani, no blog #AgoraÉ-QueSãoElas, do Jornal Folha de S. Paulo, em 31 de março de 2017 - na qual afirmou ter sido assediada, em seu local de trabalho, pelo ator José Mayer, ao longo de oito meses.

No dia 04 de abril de 2017, Mayer assumiu o acontecido publicamente, em uma carta pública lida no Jornal Hoje⁸⁴, embora minimize o problema chamando-o de “erro”. No comunicado, o ator, que se encontra afastado de suas atividades na emissora, diz que desculpa não é o suficiente e utiliza a diferença geracional como uma das justificativas para a não interpretação de seus atos como assédio.

As organizadoras da campanha decidiram vender a camiseta e continuar espalhando a mensagem de combate ao assédio sexual, em parceria com a loja DiMona⁸⁵, que já conhecia o trabalho da ONG *Think Olga* com a “Chega de Fiu Fiu”. Esse foi o elo necessário para firmar a parceria

84 <https://extra.globo.com/famosos/acusado-de-assedio-jose-mayer-admite-em-carta-que-errou-pede-desculpas-21158359.html>

85 <https://camisadimona.com.br/lojas>

em que parte do lucro da venda das camisetas foi direcionada para que a ONG possa dar continuidade a esse trabalho. *Opост* sobre a campanha em questão foi publicado em 05 de abril de 2017, tendo 740 reações, 105 compartilhamentos e 20 comentários⁸⁶.

Apesar não haver a tríade: gênero, classe e raça, os números, os conteúdos das mensagens deixadas nos *posts* sobre a campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas #chegadeassédio” e sobre o assédio nas práticas esportivas, expressam o engajamento que diversas pessoas tiveram ao tomar conhecimento dos assuntos e de como refletem na utilização da mídia na expressão do ativismo.

Considerações finais

O ponto de partida empírico foi a *fanpage* da ONG *Think Olga*, devido a sua forte atuação inicialmente nas redes e também fora delas, gerando um amplo diálogo com vários setores da sociedade e representando um suporte ao movimento.

No que concerne à abordagem utilizada, optou-se pelo feminismo interseccional construcionista de Avtar Brah (2006), uma vez que analisa o poder assegurando que raça, gênero e classe não são experiências isoladas, e sim, categorias articuladas que existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias.

Em termos teóricos, do ponto de vista dos estudos feministas, ficou explícito que embora a teoria feminista e a militância tenham avançado, chegando prestes a parecer “ultrapassada”, já que a causa conquistou um avanço que beneficiou significativamente a posição das mulheres, sobretudo em sociedades mais desenvolvidas, os indícios da permanência da dominação masculina continuam abundantes (CASTILHO; ROMANCINI, 2017).

Os resultados preliminares da pesquisa, explorados a partir dos marcadores de interseccionalidade, raça, gênero e classe, mas também

86 Dados coletados em 10 de abril de 2017.

através indicadores qualitativos e quantitativos, formam uma relação de complementaridade que evidenciam a relevância da abordagem interseccional enquanto articuladora de categorias de “diferenças”. Isto significa que tais situações são vivenciadas de formas diferenciadas se consideradas mulheres negras, brancas, pardas e amarelas. A menção a desigualdades de gênero, considerando-se apenas homens e mulheres, torna-se, a partir desta perspectiva, bastante simplificadas, e não reflete inteiramente o que de fato acontece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRAH, A.. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p. 329- 376, jan./jun. 2006.

_____. PHOENIX, A. Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Massachusetts, v.5, n.3, p.75-86, 2004.

BREWER, R. M. Response to Michael Burroway's Commentary: "The Critical Turn To Public Sociology". **Critical Sociology**, Leiden, v.3, n.3, p.353-359, 2005.

CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2015.

CASTILHO, F.; ROMANCINI, R. Minas de Luta: Cultura do quarto virtual nas ocupações das escolhas públicas em São Paulo. In XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, California, v.43, n.6, p.1241- 99, 1991.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v.20, n.2, p.97-128, jul/dez.2015.

HILL COLLINS, P. **Black Feminist Thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova Iorque: Routledge, 2000.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v.26, n.1, p. 61-73, jun.2014.

HOOKS, B. **Ain't I a Woman**: Black women and feminism. Cambridge, MA: South End, 1981.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2017**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 04.dez.2017.

LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013

MCCLINTOCK, A. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p. 263-274, jul/dez. 2008.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, M. A condição negra no mundo contemporâneo e a condição negra e feminina no Brasil. In: GARCIA, A. S.; JÚNIOR GARCIA, A. R. (Orgs.).

Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SILVA, J. T. Sou Santa, Sou Puta, Sou filha da luta: Narratividades Juvenis em “Moça, você é machista”. In: COMUNICON, 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos.** São Paulo: ESPM, 2015.

SILVA, V. C. A.. Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social. **Encuentro Latinoamericano**, v.3, n.2, p.108-123, 2016.

Idosas e Assentamentos Rurais: Vivências de um Grupo Terapêutico⁸⁷

Alessandra Dantas⁸⁸

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB

Edilane Bezerra⁸⁹

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB

RESUMO

Este estudo analisou o funcionamento de um grupo terapêutico com mulheres idosas e suas experiências em assentamentos rurais. Utilizou-se como ferramenta de pesquisa entrevistas abertas, observações e técnicas de teatro. As questões relativas ao envelhecimento atingiram considerável visibilidade, verificou-se que os discursos das participantes estavam associados à vida ativa, a qualidade dos anos vividos e vivências em comunidades. A discussão sobre as experiências de mulheres idosas em assentamentos rurais revelou que a velhice é significada de forma diferente, são aspectos influentes as determinações culturais, junto às histórias de vida das idosas e da relação que estas estabelecem com o mundo e com os outros, bem como a preocupação com as gerações futuras frente aos anos de luta pela moradia e a terra.

87 Trabalho apresentado no **GT 1 – Teorias Feministas: diferentes perspectivas e debates do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento**, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

88 Psicóloga, Especialista em Direitos Humanos, e-mail: aless_dantas@hotmail.com

89 Docente, Pesquisadora, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB, e-mail: edilane_regis@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Idosas; Grupos Terapêuticos; Direitos Humanos; Assentamentos Rurais.

Introdução

O século XX marcou grandes avanços nos estudos sobre o envelhecimento devido às mudanças ocorridas no perfil demográfico da população em todo o mundo e aos conhecimentos adquiridos de pesquisas que se desenvolveram sobre esse tema (ALBUQUERQUE, 2005). Entretanto, a velhice contemporânea continua dividida entre dois polos distintos: o primeiro, representado pela figura do aposentado ativo, que sabe envelhecer, capaz de aproveitar a vida e ainda ser útil à sociedade. No outro polo, a velhice é apresentada pela decrepitude, dependência, estado de solidão e isolamento - estes últimos apontamentos seriam as marcas que a melhor representam e mais citadas entre autores (BASSIT, 2002; MINAYO; COIMBRA JR., 2012; NERI; DEBERT, 2011).

A definição da velhice é algo bastante complexo. Do ponto de vista biológico, a velhice é um processo que afeta todos os indivíduos, mas do ponto de vista social, sofre variações de acordo com a sociedade e o contexto em que ocorre. Isso significa que é fundamental pensar nas representações da velhice, como elas são produzidas e determinadas pela sociedade nos seus respectivos contextos sociopolíticos e culturais. Conforme Goldman (2009), as diversas faixas etárias, além das características típicas de suas condições biológicas, correspondem a um status e um papel social determinado, variáveis de acordo com os modelos de sociedade e seus graus de complexidade; concluindo que se a velhice ocorre em local, tempo e cultura diferentes, o status do idoso é diversamente concebido em cada cultura, em cada sociedade e em cada época.

A discussão com relação à pessoa idosa é fixada em parâmetros que não incluem a perspectiva cultural. Por consequência, Heck e Langdon (2012) afirmam que é limitada quando se quer compreender, em um contexto, o envelhecimento. Para as autoras, o aspecto da cultura é importante para compreender o ciclo da vida, ciclo de variações, que

envolve relações de grupos sociais e compõem cenários onde a pessoa idosa é participante e assume diferenciados papéis ao longo de sua vida.

De acordo com o exposto acima, compartilha-se do entendimento de Geertz (1989), na qual a cultura significa ação humana, o vivido no cotidiano pelas pessoas, a produção de significados de vida, de um território, e suas interfaces convenientes para orientar as intervenções necessárias à promoção da saúde e de forma a associar a qualidade aos anos vividos.

Uma tendência predominante nos estudos sobre envelhecimento, vulnerabilidades em idosos e saúde da pessoa idosa coloca em estreita relação tais temas ao processo de doença e a morte (BASSIT, 2012). Para a autora, essa tendência teórica e metodológica, por ter predominância em relação às outras, dificulta a análise do envelhecimento de maneira diferenciada, não atinge sua associação com a saúde e a qualidade de vida.

Há um reconhecimento da população idosa como protagonista, como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contrapor aos estereótipos ligados à velhice. Atualmente, no Brasil, na medida em que existe uma nova sensibilidade social para a velhice, quer considerada como um problema, quer como um desafio para os indivíduos e para a sociedade. O aumento da consciência de que está em curso um processo de envelhecimento populacional é fator que contribui para tal reconhecimento. Ocasionado em parte por conta do aumento da visibilidade dos idosos, bem como por causa do investimento de algumas instituições sociais na divulgação de informações sobre o envelhecimento e na criação de oportunidades sociais para os idosos, vistos como um novo mercado. Em segundo lugar, as mudanças sociais provocaram mudanças na forma de as pessoas viverem a velhice: os novos idosos brasileiros são mais saudáveis, vivem mais e são mais produtivos do que os do passado ou do que os refletidos pelos estereótipos (NERI, 2011, p.13).

Com as contribuições de Debert (2017; 1999; 1997) nas diferentes perspectivas sobre a velhice e suas relações com categorias como gê-

nero, etnicidade e grupos sociais são elucidados o potencial criativo do processo de envelhecimento no discurso de mulheres, idosas, e algumas com protagonismo local. De outro modo, as apreciações de especialistas e a perspectiva, como citado pela autora - a gerontologia, devem ser observadas e criticadas, de modo a não gerar impasses no entendimento de uma pluralidade de sentidos em ser idoso ou idosa, idosos urbanos ou de vivências no espaço rural, idosos e suas relações de gênero.

Neste estudo, a identificação com as relações de gênero é uma ferramenta de análise para a compreensão do lugar ocupado pela idosa no espaço social que é o assentamento e suas relações no território, gênero enquanto categoria social. Pensar o posicionamento da idosa no seu território, entendendo o valor socialmente dado a cada um dos grupos e, a partir daí, a sua desconstrução e desnaturalização como um direito humano.

Os primeiros estudos sobre gênero, segundo Bento (2006), estavam pautados basicamente em termos de explicar a subordinação feminina, gerando uma espécie de essencialização e vitimização da condição feminina e um desaparecimento do masculino. É somente a partir de uma reflexão que torna o gênero uma categoria relacional e analítica que masculino e feminino serão compreendidos como realidades construídas conjuntamente. Assim, podemos compreender o conceito de gênero a partir de Scott (1995, p. 86), ao afirmar que: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Existe uma concepção em nossa cultura que naturaliza definições binárias dos modelos masculino e feminino situados em corpos, desejos e identidades. Medrado e Lyra (2008) recordam que esse aspecto relacional na constituição dos gêneros possibilita identificar jogos assimétricos e de poder no modo de configuração e subjetivação desses modelos, bem como permite repensar argumentações socialmente estabelecidas de culpabilização e vitimização de homens e mulheres. Punir os homens e vitimizar as mulheres.

Um modo metodológico de conhecer as experiências

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada em assentamentos rurais da zona da mata norte do estado da Paraíba, compreendendo áreas entre três municípios (Sobrado, Cruz do Espírito Santo e Sapé), a aproximados 50 quilômetros da capital João Pessoa. A escolha dos assentamentos foi reconhecida por serem espaços de atuação profissional de alguns profissionais e pesquisadores. Os assentamentos estão em território da União, cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e possuem mais de 10 anos, com mais de oitenta famílias vinculadas às associações locais e sindicatos no território.

Neste território, foi reconhecida a existência de grupos de convivência de idosas como possibilidade de espaço de pesquisa e entendimento da dinâmica dos atores sociais envolvidos, também como espaço de expressão do fenômeno social do envelhecimento de mulheres (MINAYO; COIMBRA JR., 2012).

No presente estudo, foram utilizadas diferentes técnicas e ferramentas metodológicas, como entrevistas abertas, levantamento de dados e relações com informantes na perspectiva de Minayo (2010), bem como o diálogo para além da linguagem oral e o uso de técnicas de teatro (ZIMMERMAN; OSÓRIO, 1997; PICHON-RIVIÈRE, 2009).

Fundamentados nas experiências de Pichon-Rivière, utilizou-se as técnicas do teatro, como exercícios respiratórios, livre expressão corporal, construção de personagens e construção de cenas. O objetivo, além do exercício, foi de promover a reflexão sobre posturas corporais, a conduta das participantes no coletivo e os papéis que seriam, possivelmente, reconhecidos com maior ou menor afinidade. Todas as informações, narrativas em uso das participantes foram reconhecidas como material discursivo, unidades de significados produzidas sobre o cotidiano e formaram os dados de pesquisa, culminando em três eixos temáticos de análise, sendo estes: mulheres idosas em assentamentos rurais; reconhecendo as condições gerais das idosas em assentamentos rurais e encontros de convivência grupal: a qualidade dos anos vividos.

Mulheres idosas em assentamentos rurais

Foram realizados encontros com as usuárias idosas dos assentamentos, em especial, com idade superior a 65 anos. Foram então, apresentados os interesses de pesquisa, as ferramentas metodológicas e, então, solicitada a participação na pesquisa. A aprovação do grupo de convivência e de nove usuárias reconhecidas como lideranças nos assentamentos.

Desenvolveu-se o estudo em três etapas. Na primeira buscou-se conhecer as condições gerais de vida e perfil socioeconômico por meio de nove idosas participantes do estudo como informantes-chaves e escolhidas aleatoriamente. Nas entrevistas abertas, o que diz respeito ao tema mulheres idosas em assentamentos rurais, foram identificadas as suas relações na configuração do assentamento, suas relações familiares e suas demandas. Assim como o que as idosas reconhecem como problemas para si, seu papel frente à comunidade de tempos atrás, em dias atuais e suas perspectivas quanto ao futuro. Além das estratégias reconhecidas pelas informantes para enfrentamento de suas demandas, encaradas como problemas ou não, de modo individual ou em grupos.

Na segunda etapa, reunidas em grupo de convivência, foram realizados encontros de convivência grupal com o objetivo de experienciar o grupo de idosas e cinco encontros com registro de informações e observações sobre os diálogos e interação. Nos cinco encontros foram realizadas oficinas, utilizando tarjetas para livre expressão e práticas de teatro, expressão corporal e vocal, as técnicas foram utilizadas como exercício para posterior relação entre a vivência das idosas e o reconhecimento de necessidades emergentes de si e da comunidade.

Na terceira etapa, as participantes foram convidadas a expressar suas reflexões para a comunidade, por meio de apresentações artísticas no território, com temas relevantes segundo suas necessidades individuais, coletivas e na comunidade. Fez-se uso de todas as produções discursivas impetradas nos encontros para uma melhor compreensão e aprofundamento do ser mulher idosa em assentamentos rurais.

Reconhecendo as condições gerais das idosas em assentamentos rurais

Sobre as condições gerais de vida das participantes foi observado que residem em assentamentos rurais, onde constituíram família, que também residem nas proximidades, como ocupações em parcelas definidas ou em regime de coabitação junto às idosas. Percebeu-se que existe a convivência com seus filhos e netos, participando diretamente do processo de desenvolvimento e contribuindo afetiva e economicamente com sua formação escolar e cidadã. Suas habitações são reconhecidas como populares, possuindo entre três e cinco cômodos, de alvenaria e telhado, com banheiro em residência, há abastecimento de água e distribuição de energia de modo regular, a coleta de lixo não é regular o que leva aos descartes no modo de queima e coleta seletiva.

Quando se perguntou o estado civil no grupo de convivência, elas responderam “*viúvas*”, na grande maioria, outras casadas. Mas, quando mencionada a sua condição afetiva e relações conjugais, a grande maioria de viúvas possui “*companheiros*” que não compartilham o mesmo domicílio. Nessa relação, mencionaram a importância do cuidado, da atenção junto ao homem e de ter um companheiro para partilhar pensamentos. Aposentadas, elas esclarecem que a renda é empenhada na compra de tudo que é “*necessário*” e, citando o que reconhecem como “*necessário*”, referiram-se a: medicação, alimentos para si e outros, vestuário, atenção aos familiares e o transporte para deslocamento. As relações foram saturadas com a maior relação ao provimento de complementação da renda familiar. Todas as idosas ainda trabalham no plantio de culturas, como: vegetais, hortaliças e tubérculos, na pesca, no cuidado com animais e participam direta e indiretamente da venda de seus produtos em feiras de orgânicos, em coletivos de feirantes de assentamentos, organizadas localmente e nas cidades vizinhas.

Entre os problemas relacionados à saúde, queixam-se de problemas osteomusculares, pressão alta, doenças cardiorrespiratórias e diabetes. A falta de equipamentos públicos de saúde nos assentamentos dificultam a atenção em saúde, o cuidado com paliativos para pequenos ferimentos. Como lazer, as idosas expressaram a convivência comunitária

em igrejas, reuniões familiares e de grupos de mulheres e o grupo de convivência de idosas, bem como passeios com esses grupos, com frequência semanal de encontros e frequência mensal para passeios externos aos assentamentos como praias, cidades com elevado turismo religioso, pontos turísticos.

Encontros de Convivência Grupal: a qualidade dos anos vividos

As mulheres que frequentam o grupo de terceira idade valorizam-no como espaço para encontro de novas pessoas e de novas amizades, também como espaço para mediação de conflitos e de diálogos para estarem cientes de novas notícias. Muitas também incluem as práticas religiosas como importantes nas suas vivências, estas são trazidas para o grupo com o tema de “*mística*”, para dar conta de pedidos e orações, meditação e orações sem discriminar religião ou segmento.

Quando mencionada a relação da mulher no assentamento rural, o sentido da luta pela terra foi incidente e partilhada em vários discursos. O papel da mulher e a relação com a terra “é um princípio da história de vida” delas e, como assentada, “*a mulher, que hoje está velha*” tem de garantir o direito da terra às famílias envolvidas. Esse discurso é repetido de modo diferenciado, mas constante, referindo-se aos seus filhos e filhas e netos e netas.

Sobre as influências, os interesses particulares e o território de assentamento, as idosas reconhecem que é muito difícil conscientizar os assentados da importância da terra para o bem deles e para os vizinhos. Pois “é comum a tentativa de venda da posse de um lote para forasteiros” diante de um problema de família ou financeiro. As idosas colocam que nesse momento todos se ajudam para garantir que tudo esteja bem para todos, referindo-se a não correr o risco de pessoas que não tem história nos assentamentos passarem a ser vizinhos ou adquirir um bem material que foi fruto da luta dos assentados.

Sobre o tema da importância da idosa no território e a convivência em assentamentos, foi mencionado que “*não há solidão, nem segredo*

aqui” em mais de um encontro e com a concordância de metade das idosas do grupo. A frase foi simbólica para expressar que existe uma responsabilidade partilhada umas com as outras, não se referindo apenas às pessoas, mas aos familiares e diferentes membros que a compõem.

Sobre a indagação das pesquisadoras referindo-se a quem seriam as pessoas responsáveis por reconhecer as necessidades da comunidade ao ponto de promover apoio e solidariedade, as idosas responderam que as mulheres sempre devem intervir – *“nós que temos de falar”*, com o objetivo de melhorar. *“Nessa hora somos o homem e a mulher”* referindo-se a uma possível necessidade de falar com veemência *“falar sério, com autoridade”*, com o objetivo que entendam a importância de um problema.

Quando mencionado que relações poderiam ser feitas com a palavra envelhecimento, as idosas no grupo apresentaram, em tarjetas de papel, palavras e frases curtas, expressando em duas ordens a relação de ser mulher vivendo o envelhecimento.

Foram citadas: *“envelhecer é adoecer”*, *“... o corpo não acompanha a mente”*, *“é sentir que nossa capacidade vai diminuindo e que outros vão ter de trabalhar por nós”*, *“é morrer aos poucos”*, *“é sorrir, mesmo na tristeza e na dificuldade”*, *“é não poder fazer certas coisas”*, *“é servir menos”*. De outras relações: *“é viver e não ter a vergonha de ser feliz”*, *“é fazer o que pode e o que dá vontade”*, *“é ter autoridade para dizer como as coisas devem ser feitas”*, *“é beleza e vida de adoração”*, *“é a melhor fase, ... tirando as dores”*, *“é buscar saúde de outro jeito”*. Outras palavras citadas sem acréscimos que favorecessem outras relações, e não menos importantes, ressaltaram: *“é bom”*, *“é ruim”*, *“é triste”*, *“é difícil”*.

A expressão da “Arte-Viva” e o reconhecimento de necessidades emergentes

Em meio a proposta de desenvolver a pesquisa com o grupo e as participantes informantes foi proposto um acordo e uma posterior avaliação onde foram apresentados os relatos e uma possível reinvenção dos discursos im- petrados no encontro e sobre relações propostas pelo grupo de pesquisa-

doras. Essa apreciação por todos os envolvidos, que reconhecidamente se configurou numa validação consensual, favoreceu o conhecimento de discursos relativos ao desejo, uma análise discursiva e a produção de sentidos por parte do grupo projetando necessidades pessoais e coletivas.

A proposta, então, foi a possibilidade de criar coletivamente, por meio dos recursos já utilizados das técnicas teatrais, expressões artísticas a serem apresentadas à comunidade. De modo a afirmar seus desejos para si e para a comunidade, enquanto mulheres, idosas, lideranças e atípicas da dinâmica social dos assentamentos.

Mulheres Idosas e Lutas por Reconhecimento

Efetivamente, os objetivos deste estudo foram alcançados pela participação ativa das idosas e a mais autêntica expressão de seus afetos, aqui, nas descrições de seu território. As vozes sociais são as mais poderosas das ferramentas de um grupo de pesquisadoras. Assim podemos considerar alguns pontos sobre este estudo: a participação em grupos de convivência contribuiu para o aumento da qualidade de vida; para a produção da história e cultura sobre o território e para a considerável visibilidade sobre as experiências das participantes.

Além disso, os grupos apresentam possibilidades de troca e de interação com pessoas da mesma geração (BULSING; OLIVEIRA; ROSA; FONSECA; AREOSA, 2007). O engajamento em atividades grupais, além de ampliar os vínculos sociais, favorece ainda a vivência de um estado de plenitude e bem-estar, que possibilita um reforço no sentido existencial do idoso, ajudando-o a perceber seu futuro como uma história ainda em construção (VICTOR; ARAÚJO; XIMENES; ARAÚJO, 2007).

Foi possível verificar que as práticas sociais desenvolvidas em grupo com idosas contribuíram para o papel de cidadania ativa e o despertar de potencialidades (BUTTO, 2014). O teatro se configura num dispositivo de interação social, como fortalecimento das relações de afetividade. Verificou-se uma grande integração entre as idosas do grupo, através das trocas de ideias, pensamentos e sentimentos compartilhados. Pode-se afirmar que o grupo é eficiente e duradouro, visto que seus membros

possuem um nível de integração desejável e estabeleceram de modo decisivo, relações interpessoais com base na aceitação, interdependência e complementaridade.

O teatro e todos os seus componentes envolvidos apresentam-se como uma opção colaborativa no processo de autodescoberta e também de inclusão social, podendo contribuir na relação com o outro, na integração entre as pessoas, pois não há teatro sem haver a “troca”. Com a colaboração de outros estudos como Dantas e Bezerra (2016); Butto (2014) reconheceu-se que as idosas não se apresentam como mulheres frágeis, nas práticas grupais, também, a velhice não se expressa efetivamente como sinônimo de doença e, mesmo com algumas limitações, dificuldades, há a possibilidade de viver com sabedoria, autonomia e dignidade.

A trajetória descrita, de modo coletivo e partilhado levou a maior coesão grupal, elevando a consciência coletiva de que a velhice pode ser considerada como um período oportuno para se dedicarem a si mesmas e a possíveis intervenções na comunidade, que a expressão por meio do coletivo amplia sua autonomia e voz na condição de mulheres idosas em assentamentos rurais.

O grupo é um efetivo espaço de reflexão e produção de sentidos, que fortalece os vínculos entre as participantes e como protagonistas em seu território (BASSIT, 2012). Contribui para essa efetivação a definição de dias e horários de encontro, o levantamento de interesses do grupo e numa perspectiva de direitos humanos, trazendo as necessidades emergentes e a discussão sobre os conflitos em comunidade. Assim, as oficinas alcançam a produtividade de expressão material, social e subjetiva que empoderam as usuárias ao ponto das expressões do “*teatro vivo*”, ampliando discussões e valorizando a condição de mulheres idosas.

As idosas deste estudo são reconhecidamente ativas, como uma aproximação descrita por Debert (1999) sobre o ser idoso ativo como sendo capaz de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contrapor aos estereótipos ligados à velhice. Portanto, reconhecidamente, as formações grupais, o valor de espaços de produção de sentido e a busca por ferramentas de mediação, como as técnicas teatrais, favorecem o diálogo

go na comunidade, desnaturalizam violações de direitos no cotidiano e se apresentam como ações eficazes para uma possível qualidade de vida, acessibilidade de idosos e a boa convivência intergeracional.

Considerações finais

O presente estudo reflete o aumento do interesse pela pesquisa na área do envelhecimento no Brasil. Atualmente, no debate sobre políticas públicas, na ciência, em pesquisas científicas, a pessoa idosa é um ator que não mais está ausente do conjunto de discursos produzidos. É preciso conhecer um pouco mais sobre a maneira como a pessoa idosa percebe seus problemas de saúde e quais são as dificuldades que encontra nesse percurso. O envelhecer também é uma construção social. Frente às contribuições de autores e a produção discursiva de mulheres idosas deste estudo, não cabe mais aceitar a visão depreciativa da sociedade sobre a velhice, faz-se necessário pensar, refletir sobre o envelhecer no contexto social contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, S. M. R. L. **Envelhecimento Ativo: desafios dos serviços de saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.** São Paulo, 246f. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2005.

BASSIT, A.Z. História de mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice. In: MINAYO, M.C. S.; COIMBRA JR., C.E.A (orgs.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 175-189, 2012.

BENTO, B. Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In: BENTO, B. (Org.), **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond p. 69-108, 2006.

BUTTO, A. **Mulheres rurais e autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

BULSING, F.L.; OLIVEIRA, K.F.; ROSA, L.M.K.; FONSECA, L.; AREOSA, S.V.C. (2007). A influência dos grupos de convivência sobre a autoestima das mulheres idosas do município de Santa-Cruz do Sul (RS). **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 4, n. 1, p. 11-17. Disponível em <http://www.upf.tche.br/seer/index.php/rbceh/article/viewFile/112/87>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

DEBERT, G. G. A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.

DEBERT, G. G. Gênero e Envelhecimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 33-51, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16288/14829>>. Acesso em: 19 novembro de 2017.

_____. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999. p. 11-69, 193-253.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HECK, Rita Maria, LANGDON, E. J. M. Envelhecimento, Relações de Gênero e o Papel das Mulheres na Organização da Vida em uma comunidade Rural. In: MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JR., C.E.A (orgs.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2012, p. 128-151.

MEDRADO, B.; LIRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev. Estud. Fem.**, v. 16, n. 3, 2008, ISSN 0104-026X *On line version* ISSN 1806-9584. p. 809-840. Dis-

ponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300005> Acesso em 10 de novembro de 2017.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C.E.A. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Reimpressão: 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª edição, São Paulo: HUCITEC, 2010.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e Sociedade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009. (Coleção Vivacidade).

NERI, A.L. **Qualidade de vida na velhice**. Enfoque multidisciplinar. Campinas: São Paulo. Editora Alínea, 2ª edição, 2011.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Marco Aurélio Fernandes Velloso e Maria Stela Gonçalves (trad.). 8ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. – (Coleção Textos de Psicologia).

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

VICTOR, J.F.; VASCONCELOS, F.F.; ARAÚJO, A.R.; XIMENES, L.B.; ARAÚJO, T.L. Grupo Feliz Idade: cuidado de enfermagem para a promoção da saúde na terceira idade. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 41, n. 4. p. 724-730, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n4/25.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

ZIMERMAN, D.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos?** Porto Alegre: Artmed, 1997.

GRUPO DE TRABALHO 2

MÍDIA E DIREITOS HUMANOS

O subcapítulo do Grupo de Trabalho 2 reúne dois trabalhos completos, apresentados no I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento e posteriormente selecionados pelas coordenadoras do GT2 – Mídia e Direitos Humanos.

Afros e Afins: Feminismo Interseccional e Identidade Negra⁹⁰

Géssica de Castro Silva Viana⁹¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

A pesquisa se propõe analisar como a temática do feminismo negro vem contribuindo para a discussão acerca da aceitação da identidade negra, tendo como objeto de estudo o canal Afros e afins da *youtuber* Nátaly Neri. A pesquisa tem caráter qualitativo e utiliza-se também da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) como procedimento metodológico, a partir da análise de três vídeos que discutem a temática em questão. Compreende-se que a apropriação do *Youtube* como um canal de difusão e discussão do feminismo negro é pertinente e está estimulando e fortalecendo uma rede de mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo negro; Identidade; Youtube.

90 Trabalho apresentado no GT 1 – Mídia e Direitos Humanos *do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

91 Mestre do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia - UFRN, email: gessicaadecastro@gmail.com

Introdução

As redes sociais estão sendo utilizadas como uma ferramenta potente no que diz respeito a mobilizações sociais, pois unem no mesmo espaço pessoas de locais diferentes que podem interagir e se relacionar a partir de interesses em comum, além de disponibilizar um espaço aberto à criação e compartilhamento de conteúdo e permitir também rápidas trocas de mensagens e informações. As novas tecnologias e novas mídias estão convergindo cada vez mais e transformando o tempo, o espaço social e cultural dos atores sociais (SILVERSTONE, 2002).

Uma rede social na Internet tem um potencial imenso para colaborar, para mobilizar e para transformar a sociedade. São pessoas que estão utilizando a Internet para ampliar suas conexões e construir um espaço mais democrático, mais amplo, mais plural e com isso, gerando valores como reputação, suporte social, acesso às informações e etc. (RECUERO, 2009, p.25)

A discussão que Manuel Castells traz em sua obra *Redes de indignação e esperança* acerca dos movimentos sociais é bastante semelhante à discussão de Raquel Recuero, onde ele aponta que “as redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir”. Para Castells, os movimentos sociais surgem a partir de conflitos específicos na sociedade, resultantes de revoltas de determinadas experiências e vivências. Para o autor, a utilização das redes sociais nesse processo de mobilização acaba inspirando outros movimentos, mesmo sendo em contexto social diferente. Para ele, “ver e ouvir protestos em outro lugar” (CASTELLS, 2013, p. 131) pode instigar e inspirar o surgimento de novas mobilizações em detrimento de insatisfações que até então não haviam sido problematizadas.

Partindo desse ponto de redes sociais como um meio de interação e aproximação de pessoas movidas por interesses em comum, diversos assuntos são discutidos em rede, as temáticas negras são alguns deles. Questões como racismo e suas vertentes são expostas e discutidas, pessoas negras que passam por determinadas situações de preconceitos relatam nas redes suas experiências, enquanto grupos e coletivos, a partir

do desconforto e indignação, pelos motivos citados por Castells, criam um local de interação em fóruns, grupos ou páginas - algumas vezes para promover a deliberação de medidas de combate ao racismo.

Historicamente compreende-se que as mulheres negras sofrem com a desigualdade de gênero, raça e classe em vários aspectos da sociedade, e muitas vezes não se reconhecem ou não aceitam a sua raça/etnia.

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social. (SILVA, 2013, p. 109)

Ser negra e mulher levanta vários questionamentos que por muitos anos permaneceram invisíveis na mídia tradicional. Atualmente algumas mulheres negras estão usufruindo das redes sociais para debater a respeito do seu lugar na sociedade, trazendo suas reflexões e histórias de vida para empoderar outras mulheres através de seus perfis pessoais, *blogs*, páginas no *Facebook* ou canais no *Youtube*. Dessa maneira, a presente pesquisa se propõe analisar de que modo a temática do feminismo negro abordada em alguns canais no *Youtube*, vem contribuindo para a discussão acerca da aceitação da identidade negra de algumas mulheres. O canal escolhido para análise foi o Afros e afins, que discute em seus vídeos, através de *vlogs*, a importância do debate acerca do feminismo interseccional, autoestima e a aceitação da identidade negra.

2. Feminismo Interseccional

A estudiosa bell hooks (2015)⁹² fala que as mulheres privilegiadas que participam do feminismo “não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério

92 Esta autora quer que seu nome seja escrito em letra minúscula.

essa inter-relação” e por isso não podem falar por todos os grupos de mulheres. É preciso compreender que existem diferenças decisivas na vida de muitas mulheres negras, que acabam sofrendo discriminação por sua cor, gênero e classe.

No Brasil, a distinção de gênero não pode ser compreendida de modo adequado sem considerar-se a questão racial. Na hierarquia da renda, o primeiro fator determinante é a raça, depois o gênero. As mulheres brancas mantêm uma posição nitidamente privilegiada em relação aos homens negros, e as afro-brasileiras estão no mais baixo degrau da escala de renda e emprego. Os homens brancos recebem mais de três vezes o que ganham as mulheres afro-brasileiras, que por sua vez ganham menos da metade do valor da renda mediana da mulher branca (NASCIMENTO. 2003, P. 117).

Dessa forma, “(...) em face dessa dupla desvalorização, as mulheres negras são a fatia mais marginalizada da sociedade” (CHRISTOFOLETTI, WATZKO, 2009, p. 99), pois possuem questões específicas que não são atendidas apenas nas discussões de gênero, (CARNEIRO, 2003), excluindo outros marcadores de diferenças que influenciam diretamente nas suas relações sociais.

A discussão acerca do feminismo interseccional surge a partir de ativistas negras não conformadas com as pautas do feminismo branco (BORGES, 2017). A primeira autora a falar sobre esse tema foi Kimberlé Crenshaw (1989), que levantou o questionamento a respeito do olhar singular que não identificava que existiam outros marcadores, como por exemplo a raça, que estavam diretamente ligados na discussão do feminismo.

[...] a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições. (CRENSHAW, 2004, p.2)

Anos depois Patrícia Collins (2016) traz essa discussão novamente e discute o conceito de interseccionalidade,

a interseccionalidade é uma forma de compreender e analisar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Os eventos e condições da vida social e política, e do eu, raramente podem ser entendidos como moldados por um só fator. Eles geralmente são moldados por muitos fatores de maneiras diversas e mutuamente influenciadas. Quando se trata de desigualdade social, a vida das pessoas e a organização do poder em uma dada sociedade são mais bem entendidas como sendo moldadas não por um único eixo de divisão social, seja raça ou gênero ou classe, mas muitos eixos que trabalham juntos e influenciam um ao outro. A interseccionalidade como ferramenta analítica permite às pessoas um melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas. (COLLINS; BILGE, 2016, p.2)

Dessa maneira, surge o feminismo interseccional, que compreende que as questões de gênero, raça e classe estão diretamente ligadas, e que a diferença entre determinados fatores pode contribuir para uma discussão e análise mais justa no contexto do feminismo. As temáticas a respeito das mulheres negras são diversas, desde aceitação e cuidados do cabelo afro, combate a hipersexualização do corpo, inserção no mercado de trabalho, entre outras, são fatores que além de possuir o marcador da raça, também possui o de gênero.

3. Mulheres negras em pauta

Nas redes sociais muito tem se falado sobre identidade negra e sobre como a discussão da estética vem contribuindo para essa aceitação. Dentro de alguns canais no *Youtube*, por exemplo, a temática da transição capilar⁹³ recebeu bastantes adeptas e mais vídeos foram produzidos, mais meninas e mulheres se interessaram pelo tema, o que acabou

93 Processo no qual interrompe-se o uso de produtos químicos no cabelo, com a finalidade de chegar a sua textura natural.

desencadeando um grande número de informações a respeito. A temática do feminismo negro também vem passando pelo mesmo processo, pois quanto mais vídeos são produzidos fazendo reflexão sobre o tema, mais informações e referências vão surgindo.

Como já foi exposto, o feminismo negro originou-se de uma problemática do feminismo branco, que não observava e conseqüentemente não debatia sobre a questão da raça. Em alguns canais de *youtubers*⁹⁴ negras o assunto do feminismo negro é uma pauta extremamente relevante e de certa forma prioritária, pois as questões de autoestima, estereótipos, hipersexualização do corpo, solidão afetiva, aceitação do cabelo natural afro, entre outras, estão dentro da discussão do feminismo negro, que compreende e discute as subjetividades da mulher negra priorizando e atentando-se para a discussão da interseccionalidade.

Aparecida Carneiro, em sua dissertação, fala que a “identidade é vista como uma construção a partir da diferença e da afirmação da diferença”. Dessa maneira, as discussões que podem ser vistas nos vídeos dessas *youtubers* negras se caracterizam pela forma como essas diferenças são expostas e abordadas.

As diferenças – sexo, cor, sexualidade, regionalidade, condição física, etc – estão relacionadas com os sistemas de significados identitários nas quais elas ganham sentidos, sendo construções sociais, políticas e culturais. Mas as diferenças também estruturam relações de poder, justificando hierarquias e subalternidades, determinando quem está dentro e quem está fora, demarcando fronteiras, que são subvertidas a partir da constituição da identidade.

Compreende-se que as pessoas que possuem os fenótipos da identidade negra acabam dentro de um jogo de poder na sociedade, em lugares inferiores e marginalizados.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e insti-

94 Personalidades com canais no *Youtube*.

tucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2000, p.109)

Stuart Hall fala que “embora haja mecanismos gerais comum no mundo inteiro que se associam as práticas de racismo, em cada sociedade o racismo se aplica de formas específicas” (1996, p. 4). Dessa forma, compreende-se que muitas mulheres negras passam por determinados processos de negação de suas características com a finalidade de fugir das violências simbólicas ocasionadas pelo racismo.

4. Metodologia e Análise dos dados

O artigo utiliza da pesquisa bibliográfica para planejar e sistematizar os conceitos que norteiam a pesquisa. Segundo Gil (2002), através do levantamento bibliográfico é possível identificar marcadores históricos e outros olhares sobre o problema. Aliada à pesquisa bibliográfica, o artigo utiliza da análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise da comunicação que utiliza métodos descritivos para decodificar detalhadamente as mensagens que chegam até os leitores. Para Bardin, a análise de conteúdo passa por três fases importantes: a) estabelecimento da unidade de análise; b) determinação de categorias de análise; e, c) definição da amostra de material que será analisada.

Dessa forma, dando início ao método da análise de conteúdo, a unidade de análise selecionada foi a de canais no *Youtube* de mulheres negras que tinham como temática central a discussão acerca das mulheres negras e que possuíssem atualizações frequentes e um número relevante de inscritos e visualizações em seus vídeos, sendo assim o canal selecionado foi o Afros e afins. Os vídeos selecionados do canal foram esco-

lhidos através de recorte temporal entre 2015 e 2017 e também de uma pré-categoria, onde foram observados dados como relevância no número de visualizações, *likes* e interação dos inscritos com o tema abordado.

Após essa etapa, buscando refletir a respeito de como o canal aborda as subjetividades da mulher negra os vídeos selecionados foram analisados a partir de duas categorias pré-estabelecidas:

Quadro 01 – Definição de categorias

Nº	Nome
1	Discussão acerca de identidade da mulher negra
2	Discussão acerca da autoestima da mulher negra

Fonte: autoria própria, 2017.

4.1. *Afros e afins*

O canal Afros e Afins pertence a paulista e cientista social em formação Nátaly Neri que em quase dois anos produziu mais de 100 vídeos e possui mais de duzentos e setenta mil inscritos. Nátaly, que já acumula algumas conquistas em seu canal, diz que a maior delas foi “conseguir chegar aos espaços em que minha fala geralmente não chega (...) e ver que de alguma forma, o meu trabalho está influenciando positivamente”.

Em entrevista à revista Elle, a *youtuber* fala sobre o que a motivou a criar um canal:

Eu pensava que alguém deveria falar disso, fazer um vídeo sobre aquilo (...) fiquei com medo de acabar me ludibriando, falar sobre muita beleza, por ser mais confortável. Afinal, é desconfortável falar sobre alguns temas. Preciso garantir que eu fique na minha espinha dorsal, que é falar sobre mulheres negras, empoderamento e feminismo. A minha maior motivação para criar um canal foi fazer com que pessoas ouçam o que eu não ouvi.

A partir dessas informações e dentro da temática discutida aqui em questão, foram selecionados 03 vídeos que discutem o feminismo negro, autoestima da mulher negra, identidade e aceitação.

Quadro 2 – Vídeos selecionados

Nº	Vídeo	Data	Visualizações	Likes	Deslikes	Comentários
01	Autoestima, identidade e feminismo negro	07/08/15	45mil	4mil	127	291
02	Mulheres negras e autoestima	16/11/16	50 mil	6mil	49	269
03	Como eu aprendi a me amar	20/01/17	47 mil	6mil	38	295

Fonte: autoria própria, 2017.

Dentro do contexto dos vídeos selecionados e das categorias estabelecidas, relacionou-se da seguinte forma:

Quadro 3 – Relação entre vídeos e categorias

Categorias	Vídeo 01	Vídeo 02	Vídeo 03
1	X		X
2	X	X	X

Fonte: autoria própria, 2017.

4.2. Análise dos vídeos

O primeiro vídeo analisado foi “autoestima, identidade e feminismo negro”, postado em agosto de 2015 bem no início do canal. No conteúdo do vídeo, a *youtuber* explica o porquê da importância de conversar a respeito da sua identidade como mulher negra, pois ela entende que todas as questões que vêm após esse acontecimento estão completamente ligadas ao seu processo de aceitação e identificação como uma mulher negra. Logo no início, ela relata sobre a infância de crianças negras no Brasil nos anos 1990 e em seguida dá alguns exemplos da falta de representatividade na mídia e como esse fato pode afetar nas vidas dessas crianças. Um dos relatos mais marcantes é quando ela diz que remete

até hoje o cheiro do formol⁹⁵ a uma lembrança boa, o que demonstra que em sua infância e adolescência, alisar o cabelo era algo positivo, pois ela estaria cedendo aos moldes do padrão de beleza imposto pela mídia, pela sociedade, mas em consonância a isso, estaria também negando seus traços e sua identidade.

No vídeo, Nátaly diz que aos 14 anos parou de alisar o seu cabelo, pois seu pai não tinha dinheiro para pagar o alisamento químico. Ela então começou a trabalhar em uma empresa e ganhou desconto em um curso de tranças, e foi através desse curso que acabou entendendo outra visão sobre sua estética. Alguns anos mais tarde, ao entrar na faculdade, teve contato com o feminismo negro e a partir daí começou a ter autoestima e ter orgulho de ser negra. Em todo o vídeo Nátaly fala como esse processo foi doloroso e também como a valorização da estética negra tem um papel importante nessa aceitação da identidade. Porque é preciso compreender que a sociedade a todo o momento faz com que as mulheres negras neguem sua identidade, e por isso é tão importante quando alguma mulher se aceite, assume seu cabelo natural, porque além de empoderar a si mesma, ela empodera a outras mulheres negras também.

No mês de novembro de 2016, a convite do *Youtube*, a Nátaly produziu uma série de vídeos com outros *youtubers* negros para celebrar o mês da consciência negra. No vídeo “Mulheres negras e autoestima”, as convidadas foram a Joyce Gervaes e a Tati Sacramento - duas *youtubers* negras que também discutem em seus canais temáticas semelhantes às de Nátaly. O vídeo é regado a conversa e relatos sobre a autoestima, onde as convidadas mencionam exemplos pessoais, mas que também podem ser exemplos de muitas outras mulheres negras. As questões dos estereótipos é algo muito discutido no vídeo, os aspectos da gordofobia e da hipersexualização são exemplos que as convidadas entendem na pele. A discussão também traz o papel da mídia nesse processo doloroso da autoestima da mulher negra, porque ela pode passar por esse processo de aceitação sozinha, mas ao ligar a TV e não se ver represen-

95 Produto químico utilizado no processo de alisamento do cabelo.

tada, não se ver encaixada nos padrões estéticos impostos, afeta esse processo.

O terceiro vídeo analisado foi o “Como eu aprendi a me amar”, nele Nátaly traz novamente a questão da aceitação da sua identidade, entende que geralmente esse é um processo tardio e repete o quanto essas histórias são dolorosas. A questão do racismo como sendo uma força da sociedade é deixada de forma bem clara no vídeo, ela fala para seus inscritos que no momento onde se entende que a culpa não é sua e sim da sociedade e de como as relações afetivas se dão, isso pode ser um processo libertador. Nesse vídeo, a *youtuber* traz novamente a questão da coletividade, de como se conectar a outras mulheres negras faz com que muitas delas se sintam fortalecidas. Ela compreende que precisa repassar esse conhecimento, sobre quanto o racismo é cruel e penoso, como a sociedade pode destruir a autoestima dessas mulheres, mas também como olhar para o lado e enxergar essas mulheres negras, entender que elas passam exatamente por esse mesmo processo e que é preciso se unir a elas para se libertarem é de extrema importância. No final do vídeo, ela fala que o momento no qual aprendeu a se amar foi quando enxergou que não estava sozinha e que se amar foi um processo coletivo.

Considerações finais

A *youtuber* Nátaly Neri utiliza do seu canal para conversar com seus inscritos sobre as subjetividades da mulher negra. Com teor crítico e autobiográfico, Nátaly expõe alguns aspectos dessas questões de gênero e raça que tanto atingem essas mulheres. A *youtuber* discute temas que dificilmente são exibidos na mídia tradicional, buscando sempre conversar com seus inscritos sobre a importância da aceitação de sua identidade negra. Utilizando um discurso em alguns momentos de denúncia social, a *youtuber* Nátaly Neri aproveita de seu espaço midiático dentro das redes sociais também para enaltecer características de sua raça, afirmando em alguns momentos que é preciso buscar conhecimento de sua identidade negra para aprender a lidar com o racismo estrutural.

Para Castells (2013), é preciso utilizar dessas novas ferramentas como método transformador, dando um poder além de representatividade. A conexão entre ciberespaço e espaço urbano é fundamental nesse processo de mudança, é preciso não só levar a discussão para o campo midiático, mas também propor mudanças e participação na agenda pública das políticas afirmativas.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras em obter visibilidade midiática, o canal Afros e Afins vem cumprindo o objetivo da criação do canal, sendo executado de forma coerente utilizando-se de um diálogo simples e direto, estimulando e fortalecendo uma rede de debates para as mulheres negras e suas subjetividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>> Acesso em: 15 de setembro de 2017.

BORGES, Thais Regina Santos. **Por um sentir crítico: um olhar feminista interseccional sobre a socioconstrução** de identidades sociais de gênero, raça/etnia e classe de professoras de línguas. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. **Mulheres e educação: gênero, raça e identidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora Takano Cidadania, 2003, v. 49, p. 49-58.

_____. Estrelas com luz própria. In: **História Viva Temas Brasileiros**, nº 3 Presença Negra. São Paulo: Ediouro e Segmento-Duetto, 2006, pp. 46-51.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. vol.17 n.49, São Paulo, setembro/dezembro, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COLLINS, P.; BILGE, S.; **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v.140, pp139-167, Chicago, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Raça, Cultura e Comunicações**: olhando para trás e para frente dos Estudos Culturais. Helen Hugues (Trad.), Yara Khoury (Revisão Técnica). Revista Projeto História. n. 31, 2005, p. 6.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: Moldando a teoria feminista. In: **Feminist Theory: from margin to center**. 2000. Traduzido por: Roberto Cataldo Costa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16, ano 2015, p. 193 – 210.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e Diferença**: perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVERSTONE, Roger. **Por Que Estudar A Mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Ecoss, Vácuos e Vozes: Uma Análise sobre o Insulto Racial⁹⁶

Diego Leonardo P. Barreto⁹⁷

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Patrícia R. Gomes da Silva⁹⁸

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

Essa pesquisa foi instigada pela inquietude diante das questões concernente às dinâmicas sobre a construção da autoimagem, sobre preconceito e discriminação, estigma, corporalidades e também sobre as lutas por reconhecimento em prol de uma sociedade que acolhe e respeita as diferenças. Nesse sentido, temos por finalidade nos debruçarmos acerca do insulto racial, compreender as suas implicações, seus agentes, seus afetados e o posicionamento do Estado ou ausência dele diante dos casos de violência racial, mais precisamente no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Gênero; Comunicação.

96 Trabalho apresentado no GT 2 – Mídias e direitos humanos *do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

97 Mestre do PGCS-UFRN, e-mail: diegoleonardo054@gmail.com

98 Mestre do PGCS-UFRN, e-mail: patriciarilrn@hotmail.com

Introdução

Essa pesquisa foi instigada pela inquietude diante das questões concernente às dinâmicas sobre a construção da autoimagem, sobre preconceito e discriminação, estigma, corporalidades e também sobre as lutas por reconhecimento em prol de uma sociedade que acolhe e respeita as diferenças.

Nesse sentido, temos por finalidade nos debruçarmos acerca do insulto racial, compreender as suas implicações, seus agentes, seus afetados e o posicionamento do Estado ou ausência dele diante dos casos de violência racial, mais precisamente no ciberespaço.

Para tanto, estabelecemos uma análise bibliográfica sobre o tema proposto, buscando criar diálogos entre os autores e também despertar reflexões que seriam exteriores aos mesmos. Também foi realizada pesquisa documental a partir de notícias publicadas em portais online, onde extraímos informações que fazem menção aos crimes de injúria racial e os desdobramentos no âmbito judiciário.

A partir de reportagens coletadas em portais de notícias na internet, analisamos alguns posicionamentos judiciais e institucionais diante dos casos de violência e agressões verbais, também, brevemente, sobre a criminalização da resistência à violência racial.

No tocante ao insulto racial, encontramos alguns obstáculos no que se refere à pequena produção de trabalhos referentes à temática. É inegável que existe uma vasta produção acadêmica no tocante ao racismo (em suas mais diversas esferas), também no que diz respeito às lutas por reconhecimento e emancipação da condição negra na sociedade.

Porém, o insulto racial como objeto de estudo é um caminho pouco explorado, talvez por ser um assunto delicado de ser discutido, envolvendo sentimentos, sentidos e o impacto que não conseguimos abarcar, mesmo com um exercício de alteridade. Mesmo assim, acreditamos que a problematização dessa temática continua sendo necessária em vista aos diversos casos que diariamente são noticiados pelas mídias do Brasil e do Mundo.

Entendemos a internet como um campo de veiculação dos insultos raciais e também das ações de afirmação e resistência das pessoas negras. A partir de casos noticiados em redes sociais, internet e mídia televisiva, também refletimos o posicionamento da justiça diante dos crimes de ordem racial. Sem deixar de acrescentar o fenômeno da criminalização da resistência negra pelo Estado.

Mesmo com suas limitações e a certeza de que não abarquemos todas as possibilidades no tocante a discussão do insulto racial, esse trabalho representa uma viagem que nos permitiu desbravar lugares espinhosos e esperamos provocar gatilhos de reflexões sobre a temática.

1. Corpo, cabelo, cordialidade e suas implicações

Desde o período da escravidão, o corpo negro tem sido atingido pela estigmatização. Na dinâmica escravista, as construções dos sentidos depreciativos a respeito do corpo negro foram se cristalizando na mentalidade da população brasileira desde período oitocentista, tendo a origem cativa o principal fator de desprestígio.

Caminhar por entre as vielas do passado brasileiro no tocante ao regime assimétrico vivenciado pelas pessoas negras é pensar os silêncios, o não-dito, os regimes de depreciação da condição social ao qual as pessoas negras foram inseridas, como nos falou Florestan Fernandes de maneira brilhante em seus ensaios.

Tratando-se de silêncios, no que concerne a convivência entre brancos e negros, a ferramenta de dominação empregada seria a “cordialidade”, visto que se converte em estabilidade da desigualdade racial, pois só se dá em uma relação assimétrica, caso contrário a violência é justificada (SALES JUNIOR, 2006).

Desde a segunda metade do século XX, o corpo vem sendo grande fonte de debate nas ciências sociais, decorrente de fortes tensões de grupos sociais de modo a enfrentar um modelo hegemônico de ser instituído enquanto dominação. Para as concepções atribuídas ao corpo, pode-se utilizar a ideia de “técnicas do corpo” (MAUSS, 2003), segundo

a qual cada sociedade teria técnicas e formas para lidar com os corpos de seus concidadãos como, por exemplo: aprender a nadar, andar e, de maneira geral, criar experiências a partir do uso do corpo. Seguindo o caminho de pensamento do autor, podemos também pensar o corpo enquanto campo de disputas, onde o poder se articula (FOUCAULT, 1975).

O corpo é o *lócus* de identidade que se agrega a partir da apropriação do reconhecimento da pele negra, do cabelo e das manifestações de uma “negritude” (agenciamento) que se manifestam enquanto forma de disputas e proteção da dignidade, conforme se apresenta no trabalho de Nilma Lino Gomes (2003), no qual buscou compreender, em salões étnicos, os significados sociais e culturais do cabelo, assim como do corpo dentro do contexto das questões raciais e suas representações negativas e positivas, mas também como as pessoas pesquisadas construam sentidas sobre si mesmas e dos outros.

Obviamente, não podemos naturalizar a noção de beleza, tendo em vista que ela possui historicidade assim como tudo que é abordado pelo ser humano (possui elementos socioculturais). Acreditamos ser importante pensar também num modelo hegemônico de beleza, mas não único. Existem outras lutas por representação no que concerne à beleza que não se adequam aos moldes eurocêntricos.

Em espaços especializados no cuidado com a estética, o corpo e o cabelo ganham novos sentidos, como por exemplo, ambiente de produção de símbolos de cunho político. Esses símbolos não se limitam apenas aos salões, ambos fazem parte de uma construção histórico-cultural e social da pessoa negra no contexto apresentado, sobre a beleza desses atores sociais e a representação social no Brasil (GOMES, 2003).

No processo de construção identitária existe uma via de mão dupla – como o negro se vê e como ele é visto. Durante a pesquisa, Gomes (2003) observou que algumas pessoas não lidavam bem com o fato de terem cabelo crespo, pois teria uma conotação desagradável ou desconfortante. Todavia, em outros casos, o cabelo crespo ganhou um sentido de revalorização. Nesse aspecto, existem tensões no processo identitário, constantes conflitos simbólicos por representações que perpassam o

campo social e a vida desses atores sociais. A identidade negra se torna indivisível do corpo e do cabelo.

Dessa forma, no Brasil, ser negro seria tornar-se negro. Isso ocorre devido a um construto social do que é ser negro. Para compreender esse “tornar-se negro”, seria importante perceber o contexto que os mesmos estariam inseridos, no plano simbólico através dos rituais, mitos e etc. Seria a partir de uma relação “com”, ou seja, com o olhar do próprio negro sobre si mesmo e como o outro o vê a partir de diálogos e da própria convivência com esse outro do seu próprio grupo ou fora dele (GOMES, 2003).

Quando o cabelo crespo é visto como ruim, há uma evidência de racismo que afeta diretamente o negro, mesmo que de maneira irrefletida, “para o negro, a intervenção do corpo e cabelo é mais do que um tratamento estético. É identitário.” (GOMES, 2003, p. 03).

Em contrapartida, numa busca agonística pelo enquadramento no modelo hegemônico de beleza, algumas pessoas realizam mudanças estéticas que vão da simples mudança da tonalidade da cor do cabelo, às drásticas intervenções cirúrgicas e bioquímicas. Isso perpassa a dimensão da imagem ao quais as pessoas possuem de si, fazendo com que os sujeitos passem a buscar a alteração do corpo, ou seja, buscando se encaixar dentro do ideário.

1.2 - Raça – Por que trabalhar com tal conceito?

Há um caminho analítico nas ciências humanas que versa a desconstrução da ideia de raça, buscando perceber o conceito de maneira histórica e ideológica (SCHWARTZ, 2010). Esses trabalhos deram suas importantes contribuições para o estudo do tema. Todavia, faço minhas, as palavras de Antônio Sérgio Guimarães.

“Repito aqui a posição que tenho adotado: ‘raça’ é não apenas uma categoria política necessária para organizar resistência ao racismo no Brasil, mas também categoria analítica indispensável: a única que revela as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor”

enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’” (GUIMARÃES, 1999 *apud* GUIMARÃES, 2012)

Em outras palavras, a categoria de cor e raça se sobressai, uma pessoa não deixa de sofrer preconceitos ou insultos raciais porque se encontra no alto da “pirâmide” econômica. Portanto, os debates sobre raça, cor e etnicidade devem sim fazer parte da pauta, sobretudo devido ao fato de o mito da “democracia racial” continuar imperando sobre as relações intersubjetivas (GUIMARÃES, 2006).

O conflito racial encontra uma série de ofensas que estão assentadas em supostas características morais e físicas que fazem distinção entre os membros negros (também pessoas mestiças, pardas, indígenas, caboclos, morenos e entre outros). Em sua pesquisa, Grossi (2013) aponta que vários alunos de uma instituição de nível superior usavam o termo “tenho o cabelo ruim”.

No livro “Classes, Raças e Democracia”, Guimarães (2012) reflete sobre as condições e condutas que compõe a interface do insulto racial no Brasil. Para ele, o insulto racial tem por finalidade “institucionalizar um inferior racial. Isso significa que o insulto deve ser capaz de, simbolicamente: a) fazer o insultado retornar a um lugar inferior já historicamente construído e b) restituir esse lugar” (pág. 204).

Agressões que não seriam apenas de ordem física, mas também de ordem simbólica: quando se agride o corpo, são acarretados traumas psicológicos e diversos problemas no tocante à autoimagem dos sujeitos que vivenciam essas experiências.

2. Insulto racial, estigma e seus desdobramentos

As palavras, sozinhas, não possuem concepções discriminatórias, mas sim a intencionalidade de quem as profere, assentadas em conceitos que as pessoas atribuem ao mundo e como classificam e hierarquizam esse mundo social.

As palavras também possuem historicidade, elas carregam significados, sentimentos e têm poder de ação no mundo, que repercutem moral, social e psicologicamente na vida das pessoas de maneira geral. As palavras possuem seus sentidos socialmente negociados. Como é o caso das palavras que agem de maneira negativa, atingindo a autoimagem individual e social dos sujeitos.

Desonra, encarnação, chacota, ofensa ou insulto possuem a mesma função de atingir a integridade física e moral da pessoa ao qual eles se referem e se relacionam. Existe uma relação de poder que se constrói em torno desses discursos. Ao tratar das trocas de honra, podemos compreender como o insulto possui a função de demarcar socialmente o lugar onde cada pessoa deve estar inserida – produção de status dentro da realidade social (BOURDIEU, 1988).

2.1 - O Insulto Racial: suas funções, seus agentes e seus atingidos

Buscando reparar uma lacuna na Constituição de 1988, e a partir de muitas reivindicações de advogados negros e ativistas, a lei 7.716/89 (BRASIL, 1989) surgiu, tentando responder ao anseio de um grupo social e historicamente invisibilizado (GUIMARÃES, 2012). Todavia, o que se percebe na lei apresentada seria a ação de instituir direitos sociais como o de “ir e vir”, de emprego, de liberdade a consumo cultural e de serviços e entre outros que já estariam garantidos na própria constituição, mas que pela recorrência das violações de direitos às pessoas negras e indígenas sentem a necessidade de se frisar e punir com mais rigor. A lei posteriormente foi alterada para a 9.459/97 (BRASIL, 1997), apresentando a dimensão da injúria racial outrora não deixada em evidência e percebendo os propagadores desses insultos.

Aprendemos a insultar assim como aprendemos a comer, beber, caminhar e falar, tendo em vista que tais insultos fazem parte do contexto social no qual estamos imersos. Parfraseando Simone de Beauvoir (1949) quando se referia à condição social das mulheres, pode-se também afirmar que ninguém nasce racista, torna-se racista ou alguém que

verbaliza insultos raciais. Assim, o insulto racial não estaria de maneira inata, sendo passível de desconstrução dos sentidos atribuídos aos mesmos.

Os insultos raciais também podem se estabelecer de modo ritualizado, dependendo do contexto, por um determinado grupo com símbolos, códigos e significados que geram uma uniformidade e uma coesão social do grupo, produzindo um sentimento de pertencimento e de estranhamento para quem estaria fora do grupo. No tocante a isso, podemos destacar o trabalho de Ribeiro (2013) com estudantes de Belém do Pará, trazendo as palavras “encarnação” e “tirar sarro” como prática que teria função ritualística para os sujeitos que estariam envolvidos direta ou indiretamente nessa dinâmica de insulto com cunho racista, misógeno e homofóbico.

2.2 - Reflexos, efeitos e dinâmicas do Insulto Racial no contexto brasileiro

De acordo com Guimarães (2012), o primeiro efeito que o insulto tem seria a intenção de produzir a evocação da diminuição do prestígio social dos sujeitos insultados, remetendo principalmente a uma inferioridade de ordem natural. No tocante a isso, os termos “negro burro”, “negro pobre”, “negro desajeitado”, “negro sem futuro”, seriam exemplos de manifestações que visam vincular os negros ao lugar de miséria econômica, social e cognitiva.

Também existem insultos que carregam sentidos ligados à delinquência, marginalidade, criminalidade, fragmentação familiar, que estão ligadas às questões morais e éticas. Por vezes, encontramos insultos como: “negro bandido”, “negro favelado”, implicitamente ligados ao termo “bandido bom é bandido morto”.

Na cultura ocidental, a sujeira é tida como uma manifestação de desprestígio ou de não respeito ao seu corpo e à boa convivência em sociedade. Nesse sentido, também é importante apontar outros artifícios semânticos que são agregados a pessoa negra, como a falta de higiene. Guimarães nos diz que: “o estigma da sujeira é reforçado por

termos como: ‘fedida’, ‘merda’, ‘podre’, ‘fedorenta’, ‘porqueira’, ‘nojentto’ e ‘suja’”. O efeito que tais termos se propõem é a fragmentação da autoimagem e a anulação da dignidade. No tocante à sujeira, Mary Douglas (1966), no livro “Pureza e Perigo”, diz que tal conceito estaria vinculado à alteração de uma ordem social, que se evidencia quando pessoas negras causam estranhamento por estarem ocupando um lugar socialmente prestigiado.

Para se compreender a dinâmica que se estabelece entre as pessoas “normais” e as pessoas “estigmatizadas”, é preciso perceber a busca pela manutenção de relações sociais com bases desiguais (GOFFMAN, 1988).

Vale pontuar que, para Goffman, o estigma está relacionado a um termo ou característica depreciativa, ou seja, constitui “[...] uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 1988, p. 13) que se sobrepõe às qualidades que alguma pessoa possa ter, sendo assim estabelecida uma correlação entre atributo e estereótipo. Logo, criou-se uma linguagem pejorativa em torno do ser negro, feita a partir de construções históricas e culturais que se manifestam a partir da forma como nos relacionamos com a percepção da cor da pele.

O não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo (TAYLOR, 2000) constitui uma forma de opressão e pode produzir uma imagem depreciada sobre “si mesmos” e pouca autoestima, uma consequência emocional, qual seja, a internalização de uma autoimagem negativa sobre si. Não estamos afirmando que as pessoas negras são psicologicamente comprometidas, meu intuito não é de produzir ou fortalecer qualquer ato discriminatório. Pensar impactos no que concerne à autoimagem das pessoas negras é também uma forma de denúncia, de crítica, uma vez que a sociedade brasileira, no percurso histórico, projetou por gerações uma imagem depreciativa e que favorece a construção de uma identidade distorcida das pessoas negras, falsas compreensões sobre “si mesmas”.

3 Internet, Racismo e Justiça

3.1 Internet como campo de veiculação de insultos raciais e resistência

Frequentemente apresentado em mídias (na internet, rádio e televisão), vemos a ascensão do ambiente virtual como um *lócus* de disputas por representação e afirmação das mais diversas visões e significados. No tocante aos casos de intolerância pesquisados via web, encontram-se ataques às pessoas mascarados por “opiniões” que versam sobre as mais complexas tônicas racistas.

Não existe uma sociedade virtual descolada da real. O racismo é instituído em nosso cotidiano social e essa conduta tem sido levada ao metaespaço, ou seja, nos ciberespaços as manifestações racistas carregam significados simbolicamente construídos dentro da vivência fora da internet. Para Lévy

O virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como um complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama a um processo de resolução: a atualização. Esse complexo problemático pertence à entidade considerada e constitui inclusive uma de suas dimensões maiores. O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore (LÉVY, 1996, p. 16).

Temos pouco domínio dos efeitos que nossas publicações veiculadas na internet podem promover, não sabendo os desdobramentos que podem gerar, a partir de comentários e quaisquer outras formas de comunicação, dependendo do público que consome tais informações. Como afirma Levy (1996), de maneira metafórica, seriam sementes que poderiam germinar das mais diversas formas, dependendo do “solo” e “clima”.

Os ambientes virtuais são locais não-geográficos em que a socialização ocorre por meio do compartilhamento de pensamentos e ideias, onde as pessoas comungam de experiências e conceitos construídos.

Existe a criação de pertença entre pessoas dentro do ciberespaço, fruto de fluxo de sociabilidade, que promovem ideias racistas e insultos de maneira organizada e sistemática, valendo-se do anonimato. Da mesma forma, existem pessoas que agredem verbalmente de forma individualizada. Entretanto, como dito acima, nem sempre os efeitos de tais agressões veiculados na internet são os esperados pelos agressores, podem oferecer efeito completamente contrário.

É o caso da cantora carioca Ludmila, que foi vítima de insultos por parte de um homem com passagem na polícia por tentativa de homicídio. A cantora informou no portal G1⁹⁹ que o criminoso a perseguia em outras redes sociais, mesmo depois do bloqueio. Ela tratou o caso como uma “questão de honra”. Nesse sentido, o que se percebe é que a autoimagem dela teria sido atingida de modo a produzir sofrimento. Todavia, recebendo apoio de seus fãs dentro da própria rede social, decidiu denunciá-lo de modo a não silenciar o ocorrido e, de maneira política, pôs em xeque a ideia comumente empregada de que “a internet é a terra de ninguém”.

Essas pessoas acreditam estar em ambientes informais e no anonimato, porque criam perfis *fakes*¹⁰⁰ para veicular informação e opiniões sobre suas visões de mundo. No caso ocorrido à repórter Maria Júlia Coutinho (MAJU)¹⁰¹, pode-se exemplificar as ações de maneira coordenada, não-aleatória, de grupos que veicularam insultos na página do *Jornal Nacional* numa rede social. Conforme a notícia apresentada em canal aberto e na internet, o grupo possuía cerca de 20 mil integrantes de acordo com o Ministério Público nas apurações.

99 Notícias disponíveis em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/cantora-ludmilla-ira-registrar-caso-de-racismo-na-policia-diz-empresario.html>> e <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/machuca-de-verdade-diz-ludmilla-sobre-comentarios-racistas-na-web.html>> Acessado em 30/11/2016 às 15:26.

100 Chamadas assim contas nas redes sociais de pessoas que não desejam veicular nenhuma informação pessoal.

101 Notícia veiculada em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/mp-de-sao-paulo-denuncia-quatro-por-crimes-de-racismo-contra-maju.html>. Acessado em: 23-09-2016 às 15:58.

A reação aos crimes virtuais de injúria racial apresentada nesses exemplos foi feita a partir do reconhecimento dos criminosos e de instâncias jurídicas, também com o apoio midiático. No campo simbólico, a resistência se estabelece no cotidiano, dentro dos ciberespaços. No tocante à Maju, criou-se uma *hashtag* “#Somostodosmaju” entre os internautas, ao qual se difundiu de modo a produzir uma percepção de solidariedade e resistência.

Importante pensar o lugar social (CERTEAU, 1982) onde Maria Julia e Ludmila estão inseridas para compreender também a forma como as mesmas reagiram aos insultos nas redes sociais. As duas são mulheres bem-sucedidas profissional e economicamente, figuras públicas e que, direta ou indiretamente, são espelhos para muitas mulheres negras brasileiras.

No que diz respeito à repórter, vale destacar a contribuição da *Rede Globo*¹⁰² para punição dos culpados, haja vista que a mesma faz parte do corpo de funcionários da emissora. Mesmo produzindo um efeito de autopromoção, o papel da instituição deve ser destacado. Um caminho para o combate aos insultos raciais seria a não negligência por parte das empresas e instituições de trabalho, apoiando seus profissionais em casos de insulto, se possível dando suporte jurídico, coisa que nem sempre acontece.

3.2 - As (In)justiças do Sistema Judiciário Brasileiro no tocante ao Racismo

Fagundes e Spolle (2014) constataram que o poder judiciário tem grande dificuldade para dar as sentenças referentes ao insulto racial para as pessoas agredidas. As razões que podemos levantar sobre as bases que estas decisões estão assentadas são, em primeiro lugar, o mito da democracia racial; em segundo, que a justiça, historicamente falando, até recentemente, não era questionada pelos discursos de verdade que

102 Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/mp-denuncia-quatro-por-injuria-e-racismo-contra-maju.html>> acessado em 01/12/2016 às 14:31

eram produzidos em seu campo, promovendo o silenciamento sobre as possíveis falhas de interpretação do poder judiciário; e em terceiro, o racismo institucional que seria o ato de agressão à dignidade e a negação dos direitos que é obrigação do Estado assegurar.

Para Florestan Fernandes (2008), o mito da “democracia racial” estaria permeando as mais diversas esferas da sociedade brasileira, dentre estas estaria o poder judiciário, como dispositivo do Estado para a normalização das pessoas. Para se adequarem às normas vigentes, os negros e negras teriam que se encaixar de modo pacífico e dócil para produzir a conformidade com a não-mudança na estrutura social, permanecendo mascaradamente à ordem anterior à abolição.

O saber jurídico produz verdades que modelam, arrematam os corpos e as condutas das pessoas. Os que fogem das condutas socialmente instituídas por essas verdades são levados aos manicômios e presídios, como afirma Foucault em *O nascimento da clínica* (1977) e *Vigiar e Punir* (1987). O poder judiciário seria quase inquestionável por ser pensado de modo exterior as pessoas, com uma linguagem inacessível a maior parte da população, omitindo o exercício do poder que se estabelece na vivência entre pessoas com suas diversas crenças e valores que são frutos da própria realidade social que estão inseridas.

Seria a ausência de um corpo judiciário com maior número de representantes negros a dificuldade em se tratando da penalização dos crimes de ordem racial no Brasil? As perguntas emergem e as respostas ainda se calam.

Para exemplificar a problemática da justiça brasileira no tocante aos insultos raciais, seria válido apresentar o caso da Luanna Teófilo, divulgado também em redes sociais e noticiado em sites como a Revista Fórum¹⁰³.

Sendo humilhada publicamente pela gerente na empresa na qual trabalhava por possuir tranças, Luanna foi solicitada a “tirar” o seu cabelo. Como já foi dito cabelo é símbolo da identidade negra, serve como

103 Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/12/02/justica-manda-funcionaria-que-denunciou-racismo-tirar-pagina-do-facebook-do-ar2/>> Acesso em 04/12/2016 às 18:32

marcador de resistência e reconhecimento da beleza da pessoa negra. O caso foi levado à justiça, que não apenas negou o fato como da ordem de crime racial, como posteriormente penalizou Luanna a retirar da internet a página criada com a título “Tira isso”, como mostra a decisão apresentada pela Juíza¹⁰⁴ do caso:

Defiro a tutela de urgência, pois a página criada através do correú Facebook, denominada “tira isso”, ostenta teor ofensivo à sua reputação. Vislumbro, em tese, a prática de crime contra a honra. Por outro lado, está delineado o requisito *periculum in mora*, pois a manutenção de tais informações certamente acarretarão prejuízos ao exercício de sua função pública e às relações pessoais, salientando-se que não há perigo de irreversibilidade do provimento (artigo 300, §3º, CPC). Assim, defiro a providência urgente e determino, em 48 horas, a remoção do conteúdo das publicações mantidas no Facebook da página nomeada “tira isso”, bem como, para determinar que ao correú Facebook que proceda à exclusão da citada página e dos posts no twitter e determino à corré Luanna que se abstenha de praticar novos atos similares aos mencionados, nos termos de pedido “i” de fls. 16, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Servirá a presente decisão como ofício para encaminhamento pela autora. (Processo Judicial - 25ª Vara Cível - Foro Central Cível - 22/11/2016)

Considerações finais

Não é recente a criminalização da resistência negra, tão antiga como a noção de raça e as relações desiguais entre pessoas negras e não-negras. Mesmo com o empoderamento conquistado a partir de duras batalhas, o racismo é legitimado pela sociedade e se desdobra nos novos espaços de sociabilidade decorrentes das tecnologias digitais. Contudo, também é um espaço de denúncia e solidariedade.

104 Decisão: <https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.foro=100&processo.codigo=2S-000NIGN0000> acessado em 04/11/2016 às 22:25.

Os caminhos para o combate ao insulto de ordem racial no Brasil podem ser considerados “clichês”, mas é inevitável não deixar de pontuá-los. Concluímos que para se combater o racismo e o insulto racial faz-se necessário compreender o papel que todos nós desempenhamos dentro de nossa esfera de atuação, para a promoção ou desconstrução. É no campo de disputas simbólicas que construímos agência no sentido de tecer outros bordados para a história nacional e garantir melhor inclusão, representatividade e respeito às diferenças, sejam elas quais forem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.

BOURDIEU, Pierre. 1988 [1965]. O sentimento da honra da sociedade cabília. In: J. G. Peristiany (org.). **Honra e vergonha**. Valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Caloute Gulbenkian.

BRASIL. **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm> Acessado 28/11/2016 às 15:39.

_____. **LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm> Acessado em 11/11/2016 às 14:34.

_____. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acessado em 07/12/2016 às 15:05

DA MATTA, Roberto, **Relativizando:** uma introdução à Antropologia Social, Petrópolis Vozes, 1981.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sónia Pereira da Silva, Purity and Danger, 1966.

FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas; SPOLLE, Marcus Vinicius. **Táticas e estratégias na formação dos discursos jurídicos frente ao crime de racismo**: um estudo de caso no TJRS. Anal do II Seminário Internacional Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da clínica**. Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro. 1977, 231 p.

_____. **Poder-Corpo. Revista Quel Corps?** junho de 1975.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel. Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I - 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Alves, José Augusto Lindgren Alves. São Paulo. Coleção Estudos Dirigidos por J. Guinsburg. Ed. Perspectiva S.s, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: **II Seminário Internacional de Educação Intercultural**; Gênero e Movimentos Sociais, 2003, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade da São Paulo; Ed. 34, 2012.

_____. Depois da democracia racial. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, novembro de 2006, pp. 269-287.

_____. **Preconceito e Discriminação.** São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade da São Paulo; Ed. 34, 2004.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.399-422.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** Usos e Sentidos. Editora Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidade. 3ª edição. 2009, 90 p.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. **Entre ofensas e brincadeiras:** os sentidos da “encarnação” entre estudantes de Belém do Pará. Revista Cocar. Belém, vol. 7, n.13, p.22-32/ jan-jul 2013.

SALES JUNIOR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista, **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, novembro 2006 p. 229-258.

SANTOS, Laura Márcia Rosa dos. **Relações raciais em Campo Grande/MS: os casos de discriminação racial registrados pelo Programa SOS Racismo.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFRGS. 2005.

SILVA, Adelina M. P., **Ciberantropologia:** O estudo das comunidades Virtuais. BOCC, 2008 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-adelina-ciberantropologia.pdf>

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. **Argumentos filosóficos.** São Paulo: Loyola, 2000.

VIEIRA, Miriam Steffen. **Conflitos raciais e relações de gênero:** uma etnografia dos atendimentos e dos registros na Delegacia da Mulher de Porto Alegre/RS. Anais do Simpósio Fazendo Gênero 7. UFSC, 2006.

GRUPO DE TRABALHO 3

QUESTÕES RACIAIS E DIREITOS HUMANOS

Este subcapítulo do Grupo de Trabalho 3 apresenta quatro trabalhos completos, expostos no I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento e posteriormente selecionados pelo coordenador e pelas coordenadoras do GT3 – *Questões Raciais e Direitos Humanos* seguindo o critério de adequação à temática do GT3.

Educação em Direitos Humanos e o Ensino de História Antirracista no Brasil¹⁰⁵

Jefferson Pereira da Silva¹⁰⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como o ensino de História dialoga com os princípios norteadores dos documentos que direcionam as políticas públicas voltadas para a educação em direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais no Brasil, especificamente sobre o ensino de história e cultura da África e dos afro-brasileiros, na busca pela efetivação de uma educação antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Direitos Humanos; Relações Étnico-Raciais.

Introdução

Um dos princípios norteadores da educação em direitos humanos (EDH) na Educação Básica é que a EDH deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a qualidade da educação e, dentre outras coisas, a equidade, seja ela étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, etc. (BRASIL, 2007). O ensino

105 Trabalho apresentado no GT 3 – Questões Raciais e Direitos Humanos do *I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

106 Mestre do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM-UFRN), e-mail: silvajeffersonpereira@yahoo.com.br.

de História na Educação Básica dialoga diretamente com este princípio, principalmente, no que diz respeito à relação que se deve fazer presente entre a sociedade de forma geral e a instituição escolar.

Em sua tese de doutorado, Margarida Dias de Oliveira – utilizando como referência Emília Viotti da Costa ao tratar sobre a relação sociedade/escola –, dá ênfase ao “caráter intrinsecamente educativo da História”. Segundo a autora, é esse caráter que dirige o trabalho do professor de História, uma vez que, essa discussão é definidora, a partir da relação entre a sociedade e a escola, “[...] do que todo cidadão tem o direito e o dever de saber sobre História para entender seu mundo, ler sua realidade e nela atuar” (OLIVEIRA, 2003, p. 188). Além disso, os valores também fazem parte da aprendizagem histórica, uma vez que eles constituem parte de nosso cotidiano, estão postos. Nas palavras de Itamar Freitas, “esse valor é também conteúdo histórico” (FREITAS, 2016, p. 109).

Assim, cabe a disciplina de História um importante papel, o de contribuir de forma direta com a formação cidadã, finalidade maior da educação brasileira e que também se encontra presente na EDH.

No caso brasileiro, a formação cidadã e a EDH comunicam-se com a luta e o combate ao racismo ainda presente em nosso meio. Embora desde 2003, por intermédio da Lei de nº 10.639 (que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), seja obrigatório em todas as instituições de ensino da rede básica, sejam elas privadas ou públicas, o estudo da história e cultura da África e dos afro-brasileiros (BRASIL, 2003), ainda encontramos uma série de questões que dificultam a efetivação da referida lei, tais como a formação de professores, a recusa de muitos docentes em trabalhar com temas que girem em torno das religiões de matrizes africanas, além da própria visão e atuação de muitos gestores envolvidos com a própria efetivação da lei, entre outros aspectos.

Realizada essa contextualização, apontamos que este trabalho tem por objetivo fazer uma análise dos documentos norteadores que direcionam as políticas públicas que dizem respeito tanto à educação em direitos humanos (em especial ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, publicado em 2007, e ao Caderno de Educação em Direitos Humanos – Diretrizes Nacionais, publicado em 2013); quanto à educação das

relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura da África e afro-brasileira (em especial às Diretrizes Curriculares Nacionais, publicadas em 2004, e ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicado em 2013).

Com isso, pretendemos problematizar como o ensino da disciplina de História se encontra conciliado com os princípios que compõem os documentos mencionados e qual sua contribuição para com a educação em direitos humanos e, em especial, antirracista.

Os documentos norteadores para a educação em direitos humanos

O primeiro objeto trabalhado nesse estudo diz respeito ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), publicado no ano de 2007 em uma parceria entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Justiça.

A criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da Portaria nº 98/2003 da SEDH/PR, marca o início do processo de elaboração do PNEDH. O Comitê Nacional foi formado por especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais, em especial com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa informação – que também se assemelha aos documentos que serão trabalhados posteriormente, haja vista que suas respectivas elaborações possuem como característica a participação de variados sujeitos e grupos sociais da sociedade brasileira – é fundamental porque demonstra a preocupação do Estado brasileiro em construir suas diretrizes de maneira democrática e por intermédio do diálogo.

A estrutura do documento estabelece as concepções, os princípios, os objetivos e as linhas de ação quando o assunto é educação em direitos humanos. No presente trabalho, nosso foco será a parte introdutória

e o tópico referente à Educação Básica, uma vez que realizaremos o diálogo com a disciplina de História voltada para tal nível de ensino¹⁰⁷.

Compreendida como “um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos” (BRASIL, 2007, p. 25), a educação em direitos humanos pode ser classificada, através de seu PNEDH, como um ideal de política pública e, além disso, como uma proposta de “projeto de sociedade baseada nos princípios da democracia, cidadania e justiça social” (BRASIL, 2007, p. 13). Ou seja, na busca de responder o questionamento sobre qual cidadão queremos formar, o Estado brasileiro, pensando em um cidadão que respeite os direitos humanos, através de seus órgãos representantes, aponta que é o sujeito que – acima de tudo – respeite os princípios democráticos e da justiça social.

O segundo documento aqui trabalhado trata-se do Caderno de Educação em Direitos Humanos – Diretrizes Nacionais, publicado em 2013 e elaborado por intermédio da parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos, a Organização dos Estados Ibero-americanos e o Ministério da Educação. O referido documento teve como propósito divulgar e difundir as informações relativas à educação em direitos humanos, tendo como referência central o que aponta o Programa Mundial de Direitos Humanos (2005 – 2014)¹⁰⁸.

Assim como no PNEDH, as Diretrizes Nacionais também são pautadas nos princípios da promoção da cidadania, do desenvolvimento da democracia e da justiça social, eixos centrais na busca pelo estabelecimento dos direitos humanos na sociedade brasileira, definido pelo documento como direitos que “o indivíduo possui simplesmente por ser uma pessoa humana, por sua importância de existir, tais como: o direito à vida, à família, à

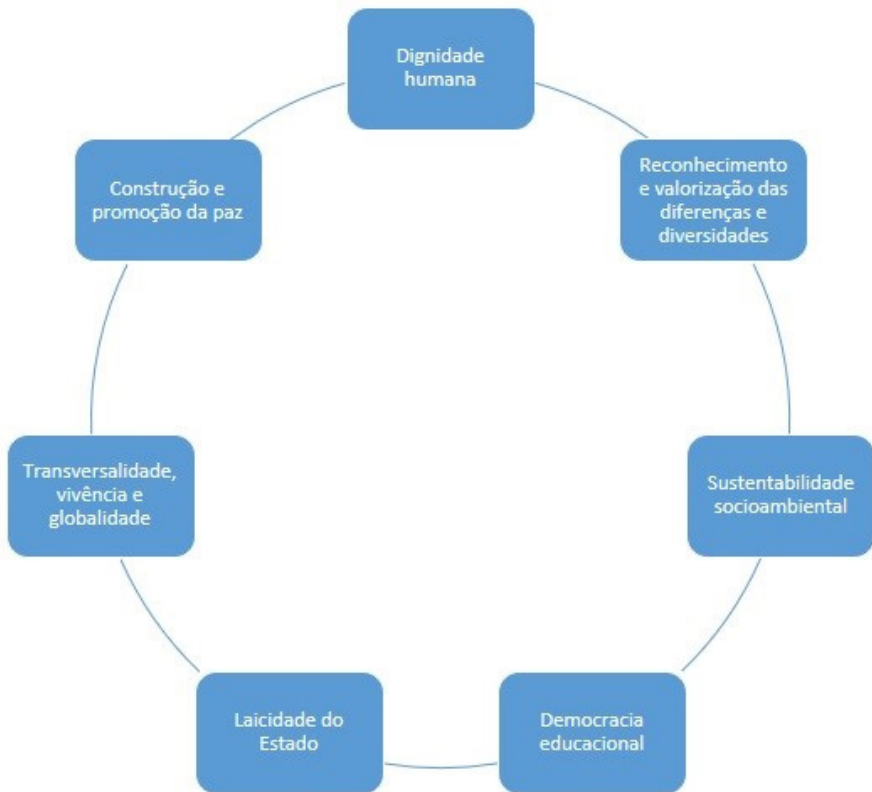
107 Além da introdução e do tópico referente à Educação Básica, o documento contempla ainda outros quatro grandes eixos, a saber, a Educação Superior, a Educação Não-Formal, a Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e, por fim, o eixo que articula Educação e Mídia.

108 Aprovado em julho de 2005 por todos os Estados Membros que compõem a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Programa Mundial de Direitos Humanos apresenta propostas e estratégias que orientam práticas que busquem proporcionar a EDH nas escolas primárias e secundárias.

alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio, entre outros” (BRASIL, 2013, p. 11).

O Esquema 1, posto a seguir, elaborado a partir do PNEDH (2007) e das Diretrizes Nacionais (2013), apresenta, de forma sucinta, os princípios norteadores que devem ser levados em consideração nas ações que envolvem a busca por uma educação voltada para os direitos humanos no Brasil.

Esquema 1 – Princípios norteadores para a EDH



(Elaborado pelo autor a partir do *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, publicado em 2007 e do *Caderno de Educação em Direitos Humanos – Diretrizes Nacionais*, publicado em 2013)

Como pode ser visto, todos os princípios que compõem o Esquema 1, de forma direta ou indireta, corroboram com a busca em desen-

volver os fundamentos da democracia e da justiça social, valores fundamentais para a educação em direitos humanos.

Além disso, as linhas de ação e implementação de tais ideais, de acordo com a documentação analisada, pensando na especificidade do campo educacional, envolve praticamente todos os segmentos do processo ensino-aprendizagem. O PNEDH é muito claro quanto a isso, pois, além de apontar que estes princípios norteadores devem compor as pautas da formação e capacitação de profissionais, na produção e divulgação de materiais, na realização de parcerias e intercâmbios internacionais, etc., pensando no espaço escolar, eles devem “permeiar o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político-pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo da gestão e a avaliação” (BRASIL, 2007, p. 32). Ou seja, aquilo que integra a base da educação.

Os documentos norteadores para as relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros

O primeiro documento aqui trabalhado e que busca nortear o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiro foi publicado no ano de 2004, um ano após a promulgação da Lei de nº 10.639. Elaborado a partir da parceria entre o MEC, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI¹⁰⁹), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana destinam-se não só aos professores e gestores da educação e das políticas públicas antirracistas no Brasil, mas também “às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros” (BRASIL, 2004, p. 10).

109 O termo que se refere à inclusão foi adicionado na nomenclatura desta secretaria no ano de 2011, antes disso, as referências eram dirigidas à SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade).

Assim como nos documentos voltados para a educação em direitos humanos, as diretrizes nacionais possuem como valores fundantes a questão da justiça social e da democracia. Sendo que aqui, essa justiça social se encontra voltada fundamentalmente em torno das políticas de reparação, de reconhecimento e da valorização das ações afirmativas que giram em torno da questão do negro no Brasil. O que pode ser visualizado a partir do que é posto no próprio documento:

a demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações (BRASIL, 2004, p. 11).

Consequentemente, devido a essa especificidade, se comparado às múltiplas áreas que a educação em direitos humanos de modo geral deve abarcar, os princípios que compõem os documentos norteadores para o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros são mais diretos quando o assunto é o combate ao racismo.

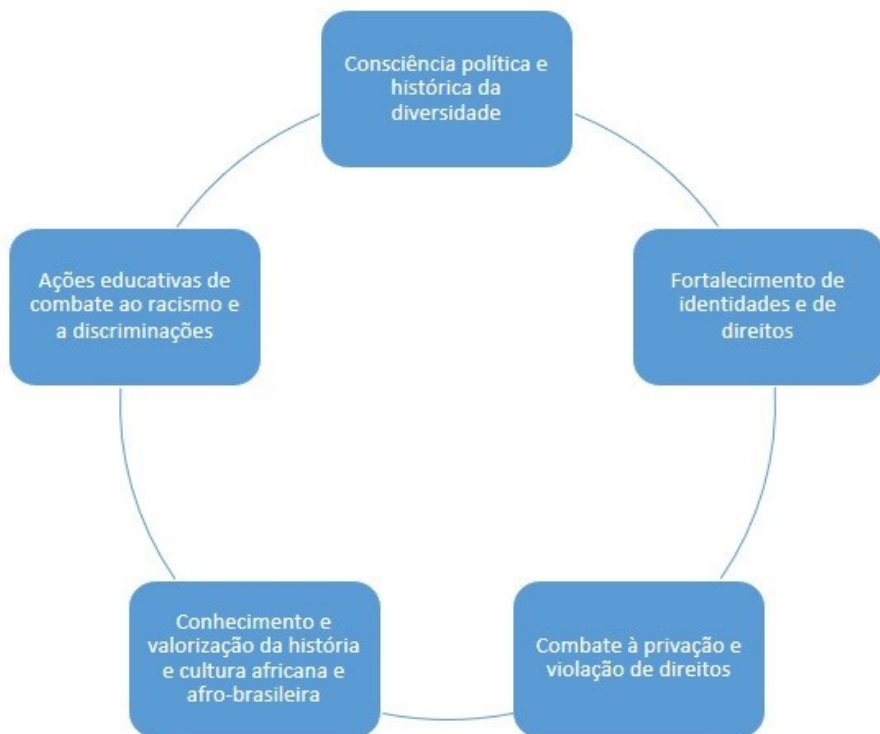
O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, também elaborado a partir da parceria entre MEC, SEPPPIR e SECADI, foi publicado no ano de 2013 e fez parte de um balanço, realizado por secretarias, grupos e pesquisadores da área, a respeito dos 10 anos de implementação (ou não) da Lei de nº 10.639 no Brasil.

Assim, o Plano Nacional estabelece atribuições para os variados órgãos que se relacionam com a educação no país, a saber: sistemas de ensino (nas esferas federal, estadual e municipal); conselhos de educação; instituições de ensino (da rede pública, privada, do ensino superior e das coordenações pedagógicas); colegiados e núcleos de estudo (em especial aos

Núcleos de Estudos Afro-brasileiro – NEAB), grupos correlatos e Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial); a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e não menos importante, a educação escolar quilombola.

O Esquema 2, elaborado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicados respectivamente em 2004 e 2013, apresenta de forma concisa, os princípios que devem nortear a educação antirracista no Brasil.

Esquema 2 – Princípios norteadores para a educação antirracista no Brasil



(Elaborado pelo autor a partir das *Diretrizes Curriculares Nacionais* e do *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, publicados respectivamente em 2004 e 2013)

Os referidos documentos ainda apontam as linhas gerais de ação e implementação de tais princípios. No âmbito da escola, estes princípios, além de incorporarem as diretrizes de todos os níveis de ensino, eles ainda devem permear a gestão escolar, os mecanismos de participação social que a escola desenvolve, as avaliações e monitoramentos, a política de material didático e paradidático, promover o fortalecimento do marco legal (Lei de nº 10.639/03 e Lei de nº 11.645/08), dentre outros aspectos.

O ensino de História em questão

Nessa parte do texto, e em diálogo com os tópicos anteriores, nosso objetivo é responder a seguinte problemática: ensinar História é ensinar para a educação dos direitos humanos e na construção de uma sociedade antirracista no Brasil? Desse modo, para respondê-la, devemos inicialmente ter clareza sobre o porquê é necessário aprender História.

Ainda na introdução, a partir de Margarida Dias de Oliveira, vimos que a História é fundamental para o que o cidadão entenda seu mundo, leia sua realidade e nele atue. A possibilidade de que isso aconteça pensando no ensino da História se dá principalmente pelo fato de que é por intermédio desse campo do conhecimento que “ampliamos nossa experiência de tempo como cultura humana” (OLIVEIRA, 2014, p. 201). Ou seja, a História possui a capacidade de nos dar subsídios para que possamos ter a competência de olhar para o passado, aprender com ele e refletirmos sobre nossa situação atual, para que assim tenhamos a capacidade de pensar no futuro que queremos pela frente.

Essa relação entre História e ampliação da experiência temporal da cultura humana como orientação é pensada também por Jörn Rüsen, para ele, “a partir dos requisitos da orientação histórico-cultural da vida a hermenêutica do pensamento histórico pode e deve ser caracterizada como humanista” (RÜSEN, 2015, p. 272). Nesse caso, a hermenêutica apontada por Rüsen deve tornar inteligível as formas de vida diversas, de forma tanto espacial quanto temporal, e incluir de forma sistemática todas as interpretações históricas.

O que se encontra em discussão aqui, a partir de tudo que temos apresentado é que, todas essas questões que envolvem o ensino de História e a educação para os direitos humanos se relaciona com projetos de sociedade. E no caso do Brasil, esse projeto não pode estar desencilhado com o combate ao racismo que ainda se faz presente em nosso meio.

Então, tratando especificamente da temática das relações étnico-raciais, objeto central de nosso estudo, precisamos ainda esclarecer outro questionamento: por que é necessário que todos os indivíduos no Brasil – sejam eles jovens ou adultos, brancos, negros ou índios, ricos ou pobres, e que se encontram nas escolas – estudem a história e cultura da África e dos afro-brasileiros? Uma das chaves de resposta a esta questão nos é dada por Munanga. Para ele,

o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas (MUNANGA, 2005, p. 16).

Essa memória não pode ser classificada como pertencente somente aos negros. Ela pertence a todos, uma vez que a cultura da qual somos fomentados ao longo de nosso cotidiano é fruto de todos os segmentos étnicos que, juntos, compõem e formam a identidade nacional de forma geral (MUNANGA, 2005).

As próprias diretrizes para a educação das relações étnico-raciais trabalhadas anteriormente são muito claras quando o assunto é a contribuição direta que a História é capaz de promover com o desenvolvimento de uma educação antirracista no Brasil. No item *Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminação*, temos a seguinte determinação:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a

educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas (BRASIL, 2004, p. 20).

Ou seja, a ampliação da experiência temporal da cultura humana apontada anteriormente se trata de uma ferramenta fundamental e privilegiada no desenvolvimento de uma educação em direitos humanos e antirracista no Brasil. Tanto que, ainda tomando como referência os documentos norteadores e a Lei de nº 10.639, a disciplina de História aparece na condição de uma das disciplinas chaves para a efetivação dessas políticas públicas. O parágrafo segundo do Art. 26-A é bem direto quanto à essa questão: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003).

Desse modo, e respondendo ao questionamento – ensinar História é ensinar para a educação dos direitos humanos e na construção de uma sociedade antirracista no Brasil? –, apontamos que a resposta é sim. E mais do que isso, reiteramos que se o ensino de História não for utilizado para promover uma educação que esteja engajada com a construção de uma sociedade justa, igualitária, democrática e antirracista no Brasil, então sua utilização em sala de aula não possui serventia.

É necessário que todas essas demandas e questões que envolvem a EDH, a educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História sejam pensadas e executadas não de forma separada, mas sim, em conjunto e tendo em vista a formação e o desenvolvimento de valores na vida humana. Assim como nos apresenta Dermeval Saviani,

os valores indicam as expectativas, as aspirações que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e à sua situação histórica; como tal, marcam aquilo que *deve ser* em contraposição àquilo que é. A valoração é o próprio esforço do homem em transformar *o que é* naquilo que *deve ser* (SAVIANI, 2009, p. 46).

Por conseguinte, finalizamos o presente texto apontando que, como pudemos ver no projeto educacional de formar o cidadão brasileiro, a luta contra a discriminação racial se encontra vinculada diretamente com a busca pela efetivação de uma educação para os direitos humanos. E da mesma forma, o ensino de História – devido ao seu potencial quanto à problematização e articulação da história do povo negro no Brasil, e ainda, levando em conta a função social que tal disciplina deve possuir – se configura como ferramenta fundamental na busca pelo cumprimento do que determina a legislação e a sociedade civil através dos movimentos sociais (Lei de nº 10.639/03 e Lei de nº 11.645/08).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH, MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC, SECAD, 2004.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL. **Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos, SDH/PR, 2013.

FREITAS, Itamar. Valores como objeto da aprendizagem histórica. In: BUENO, A.; ESTACHESKI, D.; CREMA, E. [orgs.]. **Para um novo amanhã: visões sobre aprendizagem histórica**. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição LAPHIS/Sobre Ontens, 2016. p. 107 – 116.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: _____ (org). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15 – 20.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado: Uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. História e Sociedade: saberes em diálogo. In: PESSOA, Ângelo E. S.; LÔBO, Isamarc Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs). **História e Sociedade: saberes em diálogo**. Campina Grande: EDUFPG; João Pessoa: A União, 2014. p. 191-212.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

Entre a Casa Grande e o Lar: Ensaio sobre Economia Micropolítica e a Tentativa de Regulamentação do Trabalho Doméstico na Corte¹¹⁰

Maria Clara de Carvalho Lima ¹¹¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Matheus Pinheiro da Silva Ramos ¹¹²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Nara Juscely Minervino de Carvalho Marcelino ¹¹³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a partir da documentação da tentativa da regulamentação do trabalho doméstico na Corte em 1888 e a PEC das empregadas domésticas uma economia micropolítica da sociedade atual em relação ao trabalho doméstico. A imagem e a associação entre o trabalho doméstico e as questões raciais e socioeconômicas se

110 Trabalho apresentado no GT 3 - Questões Raciais e Direitos Humanos do *I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017.

111 Mestranda da Pós-Graduação em História da UFRN e participante da base de pesquisa *Cartografias contemporâneas: História, espaços, produção de subjetividades e práticas institucionais*, e-mail: claraminervino@gmail.com.

112 Graduado em História da UFRN e participante da base de pesquisa *Cartografias contemporâneas: História, espaços, produção de subjetividades e práticas institucionais*, e-mail: matheuspsramos@gmail.com.

113 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da UFRN, e-mail: njmcmarcelino@gmail.com.

mostram sobrevivências do sistema escravista, permitindo uma naturalização que interpreta com normalidade as relações de poder pautadas na dominação e exploração de sujeitos, notadamente negros e pobres. Com base nas filosofias da história de Walter Benjamin e Georges Didi-Huberman, a discussão será pautada na dialética, no choque entre fontes do passado e do presente, estabelecendo novas imagens que se pretendam críticas em um universo social perpassado pelas problemáticas da segregação étnico-racial e política.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho doméstico; sobrevivências; subjetividades.

A história como sintoma: as imagens do passado e o anacronismo das imagens

Aqueles que até hoje saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo. (...) uma tradição em que ele (historiador) não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela deve sua existência não só aos grandes gênios que a criaram, mas também à corvéia anônima de seus contemporâneos. Não há um monumento de cultura que não seja também um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (Teses sobre o conceito de história - Walter Benjamin)

(...) Já alguém disse, com toda autoridade e cunho de bom senso, que a verdadeira igualdade consiste em tratar desigualmente a condições desiguais, e tais são as do amo e do criado, que por nenhum esforço humano podem ser niveladas, uma vez que a um assiste ao direito de mandar porque paga, e ao outro o dever de obedecer porque recebe (...) (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f. *apud* SOUZA, 2011, p. 42).

No dia 1 de junho de 2015 foi sancionada a proposta de emenda constitucional através da Lei complementar nº 150/2015, que ficou conhecida pela opinião pública como a PEC das Empregadas Domésticas.

Essa proposta de lei teve por objetivo a regulamentação da atividade de doméstica, ou seja, o reconhecimento e o amparo das mesmas pelo Estado brasileiro mediante as leis trabalhistas através da promulgação da equidade de direitos entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores brasileiros. Nesse sentido, pretendemos pensar o papel do Estado brasileiro imperial e republicano na mediação de conflitos sociais perante os chamados direitos trabalhistas, e como estes conflitos estão associados a um *sentimento aristocrático*, um imaginário social que justifica e viabiliza uma sociedade pautada na dominação e exploração. Para isso, utilizaremos a noção de *anacronismo das imagens* dos filósofos e historiadores Walter Benjamin e Georges Didi-Huberman.

Walter Benjamin nos esclarece em seu livro *As passagens* que a maneira como o presente recebe a impressão de um evento de *Outrora* é dada pela imagem na qual ele está compreendido. É nessa dialética, nessa capacidade de tornar presente as correlações passadas que está a prova da verdade da ação no *Agora*. Isso significa que um acontecimento presente é o estopim daquilo que foi - o passado nos aparece como uma reminiscência. A história se decompõe em imagens podendo formar constelações, rememorando dialeticamente uma historicidade que é revisitada no instante, no *Agora*. Então, emergiria um paradoxo: se fazer história é não fazer anacronismo e se somente é possível voltar ao passado pelo presente de nossos atos de conhecimento, temos de reconhecer, então, que fazer história é produzir um anacronismo.

Essa é a hipótese de Georges Didi-Huberman em sua obra *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*, escrita a partir da chamada filosofia das imagens de Walter Benjamin. Nessa obra, Huberman problematiza a visão do anacronismo como pecado capital dos historiadores e o propõe como uma categoria operatória da história. O anacronismo é evidência de um tempo heterogêneo que compreende o passado sem se fixar ao próprio passado, um tempo múltiplo e em camadas, feito de sobrevivências e durações que se manifestam de forma reminescente. O passado remete, portanto, a memórias e a uma história que são agenciadas coletivamente e que não são cronológicas ou dire-

tas, um encontro entre temporalidades que se torna corpo através das subjetividades¹¹⁴.

A partir disso, pensamos e partimos do princípio na feitura deste artigo que escrever história é formar imagens do passado e tecer, assim, distintas temporalidades. Essa tecelagem não é a criação artificial de uma continuidade temporal a partir de “planos” descontínuos, dispostos em sequências. Ao contrário, é um novo modo de expor visualmente as descontinuidades do tempo que atuam nas sequências da história. Essa exposição aparece como um *sintoma*, isto é, um acontecimento crítico, uma singularidade. Huberman nos esclarece que o sintoma é, portanto, uma semiótica de dupla face: entre o lampejo e a dissimulação, entre o acidente e a soberania, entre o acontecimento e a estrutura. Um objeto dialético, portanto. Uma coisa que sobrevém, um batimento rítmico. “Arriquemos um passo a mais - arriquemos uma palavra para tentar dar corpo à hipótese: só há história de sintomas.” (HUBERMAN, 2015, p. 43) O sintoma é algo que aparece. Nesse sentido, exporemos esse tecido de anacronismos que atuam nas subjetividades em relação ao trabalho doméstico.

Uma economia micropolítica: a abolição e a necessidade de regulamentação do trabalho doméstico

Segundo Ilmar de Mattos em seu texto *O Tempo Saquarema: liberdades e hierarquia*, analisando a Constituição de 1824, percebemos que o Estado brasileiro não dispunha de muitos artefatos jurídicos para a interferência nas relações entre os senhores e os escravos. A ausência estatal como uma forma de manutenção da Ordem. Uma vez que a lei não se

114 O filósofo brasileiro Roberto Machado comenta a teoria foucaultiana: “O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolve), lugar de dissolução do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia (...) está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.” (MACHADO, 1979, p. 22).

posicionava sobre as relações senhor-escravo, não havia abertura para reivindicações legais por parte dos grupos dominados. É claro que o conflito entre ambos os grupos sociais era conhecido, havia sim uma consciência da existência de tensões entre dominantes e dominados. Porém, os escravos não eram vistos como interlocutores, fazendo com que as resistências cotidianas e os levantes fossem artifícios políticos entre esses estratos sociais. Havia um imaginário que sustentava o sistema escravista como advento natural das relações sociais e de trabalho.

É evidente que a formação de classe senhorial durante o Império passa pela garantia de mecanismos de reconhecimento “dos que lhe compõem e dos que são estranhos” (BUENO, José *apud* MATTOS, Ilmar); dois atributos fundamentais são a *liberdade e propriedade*¹¹⁵, pilares da sociedade imperial por serem os atributos que davam base, implicitamente, para se definir quem eram os outros da sociedade civil cidadã: os escravos. É interessante perceber que na Constituição de 1824 não há uma só menção à palavra escravo, esta também não era racializada, ou seja, conduzida a partir da divisão das raças. Havia claramente uma tensão entre os discursos jurídicos e o que era exercido na cotidianidade.

Com o advento do fim da escravidão, o poder público teria de voltar a atenção para o serviço doméstico a fim de redefinir as relações de trabalho que *outrora* eram marcadas pelas relações entre senhor e escravo. Agora, temos a emergência de uma classe livre envolvida no trabalho doméstico. Surge, conseqüentemente, a questão central nas novas relações das dinâmicas de poder: se anteriormente os escravos não eram vistos como interlocutores, agora eles seriam amparados por direitos característicos de cidadãos livres. A partir disso, essas duas classes apresentariam interesses conflitivos e precisariam da intervenção pública para a conciliação e prevenção de possíveis confrontos. Assim, podemos verificar a relação direta entre a Abolição e a necessidade de regulamentação do trabalho doméstico nos anos finais do Império brasileiro.

115 Ambos os conceitos são peça-chave no desenvolver do pensamento liberal, importante na formação do Estado e da classe senhorial.

Há na historiografia brasileira uma dificuldade de estabelecer as discussões em torno do engendramento da classe trabalhadora no que diz respeito às continuidades entre o modo de produção escravista e o modo de produção livre. Com isso, compõe-se uma ruptura no tempo a partir da assinatura da Lei Áurea e cria-se um binarismo, de um lado a classe trabalhadora anterior à abolição e de um outro a classe trabalhadora livre. Por isso, há um movimento nos últimos anos que tenta inserir e entender os escravos nas discussões sobre o trabalho no Brasil. Não se trata de diminuir a importância histórica da Lei Áurea, mas de findar com as supostas aporias das quais os binarismos costumam empreender. Entendemos que o engendramento da classe trabalhadora brasileira não começa em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, mas antes disso. Sendo assim, a abolição da escravatura e a mudança das relações de exploração que esta trouxe são apenas um capítulo da história do trabalho no Brasil.

No ano da Lei Áurea, em 1888, as autoridades da Câmara Municipal da Corte elaboraram um projeto de regulamentação do chamado serviço público doméstico na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o artigo *“Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade”*: o poder municipal da Capital e o projeto de regulamentação do serviço doméstico de 1888 escrito pela historiadora Flavia Fernandes de Souza, os conselheiros do Império viram a necessidade de regulamentar as relações entre as duas classes sociais envolvidas no trabalho doméstico tendo em vista o fim do sistema escravista.

Segundo Flavia Fernandes de Souza, nos idos dos anos de 1880 o serviço doméstico passou a ser um assunto importante nos discursos defendidos pelo poder público. Vereadores, autoridades policiais, negociantes que operavam com aluguel de criados e senhores de escravos foram segmentos da população da cidade diretamente interessados na discussão, estes viam o trabalho doméstico como um problema social - uma vez que era considerado de péssima qualidade, realizado por pessoas de caráter duvidoso. Além disso, a possibilidade de organização e revolta desses trabalhadores domésticos contra as classes dominantes era motivo de desconfiança.

Nesse sentido, todos os seis projetos de regulamentação dos serviços domésticos¹¹⁶ traziam em seu bojo o evidente viés de controle dos empregados traduzidos por rigorosa vigilância e fiscalização públicas que recairiam sobre os trabalhadores de tal função. O cerne desses projetos consistia na criação de um registro geral para os trabalhadores domésticos e o projeto de 1881 de autoria do Chefe da Secretaria de polícia da Corte chegou a ser reprovado pelos conselheiros do imperador. “Segundo eles, o projeto era inadmissível, posto que se apoiava em bases consideradas ilegais e atenta contra os direitos civis (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1882, 2f., *apud* SOUZA, 2011, p. 34). Além disso, “o projeto restringia, sem justificativas claras, a “liberdade de trabalho” dos servidores domésticos com a “imposição prévia do registro policial e da licença da Câmara” (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1882, 2 f., *apud* SOUZA, 2011, p. 34)

Contudo, a proposta de regulamentação que mais se destacou na década de 1880 foi o caso do projeto para o serviço doméstico de 1888. Na época vereador, o Sr. José do Patrocínio proferiu o seguinte discurso enquanto o projeto aguardava o parecer dos conselheiros do Conselho de Estado:

O Sr. J. do Patrocínio (continuando) lembra ao Sr. Presidente que, quando foi discutido esse projeto nesta Câmara, descobriu logo que era uma *nova lei da escravidão dissimulada*, conforme explicou naquela ocasião. Mas assim mesmo ele foi aprovado, (o Sr. Presidente dá um aparte) declara o seguinte: tem sido procurado por crescido número de pessoas que se empregam nesse serviço, e que lhe pediram para reclamar contra o regulamento, que os vai colocar em péssimas condições (...). Vem, portanto, prevenir que esta lei é popularíssima, que se vai dar uma revolta por parte dos homens livres. Assim, pede para que

116 O primeiro projeto de regulamentação do serviço doméstico no Município Neutro foi proposto em janeiro de 1881 pelo chefe da Secretaria de Polícia da Corte, Dr. Corrêa de Menezes. Nos anos seguintes, foram propostos mais cinco projetos para a criação de posturas regulamentares: em 1884, pelo vereador Silva Pinto; o de 1885, de autoria do vereador João Pereira Lopes; em 1887, pelo vereador Antônio Dias Ferreira e pelo vereador Souto Carvalho também em 1887; e o projeto de regulamentação do serviço doméstico em 1888 (AGCRJ. Boletins da Câmara Municipal de 1884, 1885, 1887 e 1888; Códices 48-4-56, 50-1-41, 50-1-43, 50-1-44, 50-1-45, 50-1-46 e 50-1-47).

desde já se tomem providências enquanto é tempo, porquanto este regulamento dá mais garantias aos patrões do que aos criados (não apoiado). Estabelece certas desigualdades.” (AGCRJ. Boletim da Câmara Municipal de 1889: p. 111 *apud* SOUZA, 2011, p. 37, *grifo nosso*).

É interessante verificar o comentário do vereador Sr. José do Patrocínio, que evoca a ideia de uma escravidão dissimulada para pensar o projeto. O que aconteceu com o parecer do projeto pelo relator do Conselho de Estado foi que, ainda que em linhas gerais os conselheiros tivessem concordado com a proposta, o texto apresentava críticas para possíveis modificações do projeto. A opinião dos Conselheiros de Estado sobre o projeto de 1888 era de que a fiscalização do trabalho doméstico deveria ficar a cargo da administração de polícia¹¹⁷, ao contrário do projeto, que previa que a fiscalização deveria ficar a cargo da Municipalidade. A regulamentação do serviço doméstico implicaria também, segundo o Conselho, no julgamento do agente policial, que deveria levar em conta os hábitos cristalizados na sociedade carioca.

Podemos verificar na análise dos conselheiros críticas ao conteúdo de artigos relativos às obrigatoriedades dos patrões. Orientava-se, por exemplo, no sentido de resistir a regulamentação quanto à demissão dos empregados domésticos, cujos patrões deveriam apresentar na caderneta do empregado um justo motivo para a efetivação da demissão. Caso contrário, o patrão deveria pagar o salário correspondente ao tempo que faltava na previsão do contrato de prestação de serviços. O Conselho via nessa situação um absurdo, já que os criados se achariam no direito de queixa por calúnia ou injúria¹¹⁸ se não concordassem com a justificativa do patrão. De certo, é interessante ressaltar que no parecer do Conselho de Estado colocavam-se, de maneira geral, as resistências que certamente seriam comuns por parte dos empregadores a partir das mudanças que seriam geradas, com a regulamentação, nos costumes enraizados na sociedade do fim do século XIX. Além do mais, podemos

117 AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.

118 AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.

verificar um imaginário de criminalização dos empregados domésticos, que deveriam ser fiscalizados pela polícia - como potenciais criminosos. Se antes um escravo não possuía direitos civis e era tutelado pelo seu senhor; agora trabalhador livre, seria tutelado e controlado pelo Estado brasileiro, teria escassos direitos e seria explorado nos moldes capitalistas liberais.

Esses costumes e hábitos da sociedade carioca imperial podem traduzir o que Ilmar de Mattos denominava de um *sentimento aristocrático*, este não só servia para discriminar entre os diversos elementos constitutivos da sociedade imperial; servia sobretudo para determinar a posição e o papel de cada um deles. Quer dizer, uns teriam direitos e outros apenas deveres¹¹⁹:

Recordando a sociedade imperial em meados do século passado Francisco de Paula Ferreira de Resende dizia ser “inteiramente aristocrático o sentimento que então dominava”, enfatizando que “não só as diversas raças nunca se confundiam mas que muito pelo em vez disso, cada raça e cada uma das classes nunca deixavam de mais ou menos manter e de conhecer o seu lugar.” Ora, sem dúvida era este sentimento aristocrático que referenciava os diferentes critérios que permitiam não só estabelecer distinções - entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”, no dizer do Timandro, por exemplo -, mas também e antes de mais nada hierarquizar os elementos constitutivos da sociedade - cada qual e todos “nunca deixavam de mais ou menos manter e conhecer o seu lugar” (MATTOS, 2004, p. 125).

Queremos pensar e problematizar esse *sentimento aristocrático* a partir da noção de corpo vibrátil da antropóloga brasileira Suely Rolnik. Entendemos que pensar esses corpos com essa subjetividade aristocrática diz respeito a pensar um corpo que é afetado com as imagens de um passado escravista, esse território do qual foram investidos quase 400 anos de subjetividade e que, de repente, já não era mais realidade. O

119 Pensar a assertiva a partir do documento (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.), presente na epígrafe.

corpo vibrátil retine e flerta com essa série de agenciamentos e matérias de expressão que formam uma espécie de cristalização existencial, uma configuração mais ou menos estável de gestos, jeitos e procedimentos. Uma elite com desejo recessivo que constituiu sua subjetividade na lógica da escravidão e produziu assim um território existencial, um *plano de consistência*, com maneiras de agir e sentir no social - uma gramática servilista que sobrevive até os dias de hoje.

Esse território existencial vem se constituindo desde o mundo colonial e sobrevive e fortifica-se no Império, veiculando uma determinada forma de enxergar o mundo que, apesar de individual, era sempre perpassada pela ideia comum de uma sociedade necessariamente excludente. É interessante perceber como tal mentalidade impedia que a maioria da população pudesse sequer enxergar uma sociedade sem tais prerrogativas servilistas. O imaginário de dominação que perpassa toda história brasileira alcança indubitavelmente a forma como a sociedade em finais do século XIX enxergava o trabalho doméstico e de que maneira esta mesma sociedade lidava com este trabalho juridicamente. Havia uma conotação pejorativa do trabalho doméstico livre, mesmo este não estando associado diretamente com a escravidão, de maneira que o próprio trabalho em si, como valor burguês, era negativizado por uma elite senhorial de tradições escravocratas que projetava sobre o trabalho doméstico livre olhares de uma elite derrotada que já possuía, anteriormente, um escravo doméstico. Discutia-se a regulamentação para as condições de trabalho entre os empregados e os empregadores tendo em vista as transformações ocorridas no mundo do trabalho naquele momento, entretanto, “[...] não se questionava o princípio da hierarquia e da desigualdade social, bem como do caráter privativo das relações entre patrões e empregados.” (SOUZA, 2011, p.42)

Com o início da República, a regulamentação do projeto ficou esquecida pelas dificuldades iniciais do funcionamento do aparato estatal. O projeto de regulamentação do serviço doméstico somente voltou ao debate no ano de 1890 e rapidamente entraria em vigor no dia 1º de março de 1890. Contudo, o que ocorreu foi que a regulamentação não teve validade, pois o Ministério do Interior negou à Intendência Municipal com-

petência para regulamentar o serviço doméstico na cidade, levando a revogação do regulamento para o setor.

Os historiadores que se dedicaram ao estudo das tentativas de regulamentação do serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro apontam para o motivo do fracasso da regulamentação de 1890 movimentos de contestação dos positivistas e críticos da recém inaugurada República, mas principalmente dos próprios empregados domésticos. O cientista político e historiador José Murilo de Carvalho define o conceito de *Estadania* como a relação clientelista do Estado para com a população. A sequência de conquista dos direitos no país teria sido invertida, pois não seria o resultado da efetiva participação política dos diversos segmentos sociais como ocorrera em outros países como a Inglaterra, mas da concessão do Estado como um instrumento de cooptação e dominação. Essa constatação, para o autor, está na raiz da dependência da sociedade em relação ao Estado. A *estadania* distoaria da *cidadania* por ser essa cultura orientada mais para o Estado do que para representação. Ou seja, os direitos adquiridos pela população brasileira não teriam sido conquistados pelo povo através de lutas sociais, mas sim tutelados pelo Estado nacional.

Porém, ao que parece, grupos de servidores realizaram manifestação contra a imposição do regulamento, fizeram propaganda em repesália à realização do registro geral dos trabalhadores. De maneira geral foram poucos os criados que se apresentaram para fazer a matrícula exigida. Assim como aponta a fala do vereador José do Patrocínio antes mesmo da efetiva execução do projeto, a problemática da regulamentação do serviço doméstico parece ter mobilizado não só as autoridades públicas competentes, mas os próprios trabalhadores domésticos e parte da população. Não fosse dessa maneira, não haveria motivos para que Patrocínio afirmasse com tanta veemência que foi procurado por empregados domésticos que reclamavam contra a proposta de regulamento. Dessa maneira, parece que os trabalhadores envolvidos diretamente na questão não foram omissos em relação aos seus direitos quanto nos faz pensar José Murilo de Carvalho.

Além do mais, não se trata aqui da criação de uma binaridade entre o Estado e a Sociedade, isto é, dizer se a cidadania foi constituída como concessão estatal ou reivindicada por grupamentos sociais. Mas entender um conceito de cidadania engendrado em uma economia micropolítica e moral da sociedade brasileira pautada no acoplamento entre a máquina estatal e a máquina desejanste saudosista dessas antigas relações de poder da sociedade escravista. Nesse sentido, essa máquina desejanste se agênciia em um senhor de escravos através de uma hierarquização da dignidade conferindo e produzindo Estados distintos aos trabalhadores. E como o trabalho faz parte do rosto humano, como ele faz parte da identidade da sociedade burguesa cristã ele torna menos humano esses trabalhadores domésticos pela ausência de um Estado que lhes confira uma substância de dignidade. Sendo assim, a cidadania no que diz respeito à relação do Estado brasileiro com os trabalhadores domésticos se mostrou um processo de construção marcado pelas relações escravistas.

O que acontece é a complacência e a cumplicidade do Estado brasileiro não somente com a exploração dos trabalhadores domésticos, mas com o controle e a criminalização dos mesmos. Somente 125 anos depois da tentativa de regulamentação de 1890, em 2015, haveria de fato uma regulamentação específica para os empregados domésticos que os enxergaria como trabalhadores cidadãos, sujeitos que possuem direitos reconhecidos e estabelecidos de forma nacional e impessoal. A construção da cidadania no Brasil, então, obedece a essas imagens de um *Outrora* escravista e de subjetividades engendradas nesse corpo vibrátil que retine com esse sentimento aristocrático servilista.

Todos vivemos o momento em que a PEC das domésticas estava sendo discutida no congresso e ouvimos e vimos nas redes sociais, ou até mesmo em nossas famílias, comentários que compactuam com esse sentimento aristocrático, com esse corpo vibrátil que se agencia com a imagem do senhor de escravos que ainda sobrevive na sociedade brasileira. O início das discussões em torno da PEC das empregadas domésticas marcou a aparição de um *Agora*, mas de um *Agora* que veio povoado de experiências do *Outrora*. Esse acontecimento trouxe à superfície do real uma série de sobrevivências de outros tempos, uma série de desejos

e imagens que envolvem esses corpos vibráteis históricos. Isto se configura como um processo que Deleuze e Guattari (1997, p. 100) chamaram de *ritornelo*. Ou seja, a história não se repete, ela volta diferente, ela é ressignificada com base nas condições existenciais do presente. O que queremos dizer com esse ritornelo é a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização. O trabalho escravo volta, mas volta diferente, volta como essa desqualificação do trabalho doméstico enquanto detentor de direitos e proteção do Estado, notadamente na subjetividade da classe média brasileira.

Essas classes se agenciam com uma série de códigos de mentalidade e comportamento que se mostram como continuidades desse passado escravista; tal processo configura a noção de *sobrevivência* elaborada por Georges Didi-Huberman a partir do termo *Nachleben* em Aby Warburg, um caráter de vestígio ou rastro que é próprio das imagens, que permanecem como marca e aparecem como *sintoma*, e que se expressam em outras imagens e em tempos distintos. Isto nos permite pensar nesse território, nesse conjunto de imagens que sobrevivem nas relações sociais brasileiras e que, com base nas condições existenciais do presente, reaparecem intensamente, como se voltassem - como um vagalume cuja luz relampeja. A reação que boa parte da população brasileira esboçou em relação a PEC das empregadas domésticas é evidência dessas sobrevivências, foi essa condição existencial do *Agora*, o *sintoma* que fez iluminar essas relações de desejo casa grande e senzala¹²⁰. Esse *sintoma* foi o responsável por fazer aflorar memórias, relações, semelhanças e tensões com as múltiplas temporalidades que se manifestam nas imagens desse *Outro* servilista.

Pensamos essa identidade aristocrática não como um plano solidificado, mas como um território que comporta a ressignificação e a fluidez dos tempos. É possível, portanto, estabelecer entre ambos os tempos

120 Referência à obra monumental de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*. Neste livro, o autor toma a escravidão doméstica como modelo do que teria sido a escravidão brasileira.

tratados aqui o que Walter Benjamin nomeou de *imagens dialéticas*¹²¹, à medida que há o choque entre essas duas temporalidades. Nesse encontro entre um tempo de senhores de escravos e um tempo dos patrões em que o presente ilumina seus vagalumes do passado, o historiador assume o papel de perceber essas iluminações dialéticas e a partir delas questionar a si mesmo e o seu próprio tempo, formando novas imagens que se pretendam críticas, novas constelações, simulando novos territórios, novos planos de imanência¹²².

O que acontece a cada vez que uma empregada doméstica é vista como uma potencial criminosa por sua patroa, ou olhada de cima para baixo, olhar altivo, olhar soberbo, é que essa imagem do passado sobrevive no presente. É como se a própria distância entre o passado e presente fosse abolida e o próprio passado se presentificasse no acontecimento. A cada vez que uma patroa da classe média brasileira é afetada por se sentar à mesa com sua trabalhadora doméstica ela tem uma espécie de *devoir-sinhá*.

O Estado-capataz e as subjetividades

O Estado brasileiro não iniciou o processo de regulamentação dos empregados domésticos entre o final do Império e o início da República para pensar os direitos desses cidadãos livres, mas para gerenciar os possíveis confrontos que poderiam acontecer nessa nova realidade pós

121 Imagem dialética pode ser pensada como o encontro entre o *Outro* e o *Agora*, entre imagens do passado e do presente, que se chocam e formam novas imagens que se pretendem críticas. A imagem dialética é apresentada por Walter Benjamin como o fenômeno originário da história. Para mais, ver: BENJAMIN, Walter. *As passagens*. 1. ed. Minas Gerais: Editora da UFMG, 2007.

122 Procedimento em grande medida baseado nos conceitos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que desenvolvem a ideia de um plano de imanência como um território que comporte a diferença, a fluidez e a capacidade de autodestruir-se, desterritorializar-se de si mesmo. Nesse sentido, ver: DELEUZE, Gilles; FÉLIX, Guattari. *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

abolição a fim de salvaguardar os interesses dos ex-senhores de escravos e, agora, empregadores.

Toda essa documentação do Estado não é somente monumento de cultura, mas também monumento de barbárie. A barbárie está no interior da civilização, nas subjetividades coletivas engendradas socialmente. Trata-se de como a sociedade brasileira, e por consequência o Estado, ainda corporificam o senhor de escravos, o capataz. Como historiadores, sabemos que todas as vezes que se conta a história dos vencedores, se derrota novamente os vencidos, se esconde mais uma vez os despojos da história pela iluminação dos cortejos dos grandes heróis da história oficial. Gilberto Gil já nos alertava:

“[...]depois de abolida a escravidão
Negra é a mão de quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão.
Negra é a mão
Nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e sabão
Negra é a mão
De imaculada nobreza [...]” (GIL, 1984)

Nesse caso, a figura do Estado como mediador dos conflitos sociais exerce um papel fundamental na manutenção de ordens sociais excludentes, uma vez que como instituição, o Estado territorializa as relações de exploração, sendo formado por um corpo de administradores que retinem com essa subjetividade servilista e exercem uma determinada posição de poder frente à sociedade civil - outrora interferindo o menos possível na relação entre senhores e escravos, agora interferindo nos direitos de grupamentos sociais desfavorecidos socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. Teses sobre o conceito de história. In: _____. **O anjo da história**. São Paulo: Editora Autêntica, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Eleições e partidos: o erro de sintaxe política. In:_____. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**, vol 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34 Ltda, 1997.

DELEUZE, Gilles; FÉLIX, Guattari. **O anti-Édipo:** Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante da imagem:** questão colocada aos fins de uma história da arte. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. **Diante do tempo:** história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GIL, Gilberto. A mão da limpeza. Por Gilberto Gil. **Raça Humana.** Warner Music Brasil, 1984. LP.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Um império e três mundos. In:_____. **O tempo saquarema:** a formação do Estado imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Entre nós nunca se cogitou de uma tal necessidade: o poder municipal da Capital e o projeto de regulamentação do serviço doméstico de 1888. **Revista do AGCRJ**, n. 5, p.29-48, 2011.

O Conservadorismo, A Guerra às Drogas e o Genocídio da População Negra: uma Relação Necessária¹²³

Samya Katiane Martins Pinheiro¹²⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

Este estudo objetiva analisar as políticas públicas sobre “drogas” no Brasil, trazendo a crítica à perspectiva proibicionista e suas refrações no cenário brasileiro, a partir do entendimento de que se trata de uma expressão do conservadorismo que atinge, sobretudo, a população negra e pobre das periferias brasileira. A metodologia utilizada para sistematização desta abordagem foi a revisão bibliográfica, e análises documentais, numa perspectiva de apreensão da totalidade das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo; Guerra às Drogas; População Negra.

123 Trabalho apresentado no GT 3 – Questões Raciais e Direitos Humanos *do I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas Por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017 na cidade de Natal/RN, Brasil.

124 Assistente Social, mestra em Serviço Social, membro do GEPTED (Grupo de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Introdução

Este artigo objetiva analisar as políticas públicas sobre “drogas”¹²⁵ no Brasil, a partir da crítica à perspectiva proibicionista capitaneada pelo modelo estadunidense de “Guerra às Drogas”, trazendo para o cerne deste debate suas refrações no cenário brasileiro, a partir do entendimento de que se trata de uma expressão do conservadorismo e do racismo por atingir, sobretudo, a população negra e pobre das periferias brasileira.

Ressalta-se que este ensaio é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “A FUNÇÃO SOCIAL DAS ‘DROGAS’ NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: Uma análise do Serviço Social nos CAPS AD de Natal/RN” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A metodologia utilizada para sistematização desta abordagem foi a revisão bibliográfica, assim como análises documentais das políticas públicas sobre drogas no Brasil, numa perspectiva de apreensão da totalidade das relações sociais.

A política proibicionista sobre “drogas” como expressão do conservadorismo

Com o intuito de debater acerca da influência do pensamento conservador nas políticas sobre “drogas”, evidenciamos aqui que, a lógica proibicionista e o conservadorismo, no atual contexto de crise do sistema capitalista, se retroalimentam e tem sido uma das estratégias ideológicas da classe dominante para manutenção do status quo.

Ora, na realidade brasileira, presenciamos um reacionarismo, fortemente embasado por um discurso conservador, religioso, racista, segre-

125 É de demasiada relevância destacar aqui, a substituição gradativa nesse estudo do termo “droga” para “substâncias psicoativas ou psicoativos”, que se faz devido o uso da palavra de maneira inadvertida, que vem contribuindo com os estigmas que norteiam o uso e os usuários/as de psicoativos (CFESS, 2016). Salientamos que, por se tratar de um debate recente algumas designações ainda serão utilizadas aqui com a nomenclatura “droga”, sobretudo, para identificação das políticas, programas e nas citações dos autores.

gacionista, homofóbico, e, sem sombras de dúvidas “antidrogas”. Sobre o pensamento conservador, é de fundamental relevância situar o contexto em que se inserem as demandas relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas, pois o conservadorismo enquanto pensamento e ação política se molda na história, e traz implicações significativas na constituição da individualidade e subjetividade.

Barroco (2015) refletindo acerca do conservadorismo no contexto da crise mundial do capital de 1970 nos aponta que, dentre as estratégias para enfrentamento ideológico das tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, o pensamento conservador, naquele contexto se reatualizou, aderindo os princípios econômicos do neoliberalismo, “sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade” (BARROCO, 2015, p.624-625). Destarte,

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. (BARROCO, 2015, p. 624-625)

A reprodução ideológica do conservadorismo em tempos de crise estrutural do capital é movida por um conjunto de determinações estruturais e conjunturais. Sob esta perspectiva, reproduz um modo de ser que, segundo Barroco (2015), se fundamenta “em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes” (BARROCO, 2015, p.624).

Nessa perspectiva, se indagarmos acerca da origem do proibicionismo a determinados tipos substâncias psicoativas, nos deparamos com motivações históricas, sociais e políticas, bem como, com uma história de luta entre culturas que no Brasil se inicia sob a égide do escravismo (CINCO, 2013)¹²⁶. Sobretudo, se analisarmos as motivações que levam a proibição de algumas substâncias e outras não.

126 De acordo com este autor “as primeiras sementes de cannabis e o hábito de fumar maconha foram trazidos ao Brasil pelos africanos escravizados e era a cultura negra que se pretendia cri-

Sobre esta realidade Carneiro (2005) nos mostra que desde o século XVI a Europa cristã se dedicou a extirpação “dos usos indígenas de drogas sagradas em prol de uma cosmovisão onde o vinho ocupava espaço privilegiado”. Não obstante, na era do capitalismo mercantilista, foi dado lugar ao grande comércio de álcool destilado, enquanto ao uso de alguns psicoativos nativos a repressão assolava naquele contexto, sobretudo, quando se trata de substâncias alucinógenas, devido ao seu uso sagrado (CARNEIRO, 2005, p.16-17).

No capitalismo contemporâneo, o tratamento que é dado à questão das substâncias psicoativas e seu uso são reflexos das armadilhas do conservadorismo impregnado no pensamento cotidiano¹²⁷ que se fundamenta “em juízos provisórios, pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre pensamento e ação” (BARROCO, 2010, p.46). Ou seja, a crítica dos disseminadores do pensamento conservador, sistematicamente, é realizada com base em valores morais.

Deste modo, em consonância com Rodrigues (2005), a proibição das substâncias psicoativas atingiu um ponto de inflexão, sobretudo, quando esta prática foi instrumentalizada enquanto uma estratégia eficaz de controle social. Desde o início do século passado, o uso de determinados psicoativos está associado a seguimentos populacionais da classe trabalhadora, sobretudo a população negra, que são o alvo das práticas moralistas imbricadas na ideologia proibicionista.

Acerca do fenômeno do proibicionismo¹²⁸ sua hegemonia ganha escopo no início do século XX, conduzido pelos Estados Unidos com a Lei Seca – de 1920 a 1933 – que proibiu por completo a produção, comercialização, circulação e o consumo do álcool, instalando portanto, a proi-

minimalizar com a proibição” (CINCO, 2013, p.56)

127 Para melhor aprofundamento ver Barroco (2010).

128 O século XX foi o momento em que esse consumo alcançou a sua maior extensão mercantil, por um lado, e o maior proibicionismo oficial por outro. Embora sempre tenham existido, em todas as sociedades, mecanismos de regulamentação social do consumo das drogas, até o início do século XX não existia o proibicionismo legal e institucional internacional (CARNEIRO, 2002, p.2).

bição (CARNEIRO, 2002; RODRIGUES, 2005). Concomitante a este fato, surgem as facções criminosas e o imenso aparelho de repressão policial que, “unidos na mesma exploração comum dos lucros aumentados de um comércio proibido, que fez nascerem muitas fortunas norte-americanas” (CARNEIRO, 2002, p.3).

Apesar do “afrouxar” da Lei Seca na década de 1930, para o caso do álcool, houve um enrijecimento em relação a outros psicoativos. Segundo Rodrigues (2003), a partir disso, inaugurou-se um impetuoso mercado ilícito que mobilizou uma grande leva de segmentos, desde os empresários clandestinos e os negociadores de psicoativos (lícitos e ilícitos) às agências governamentais da repressão, bancos e parlamentares.

Corroborando com este pensamento, Carneiro (2002) afirma que o estatuto do proibicionismo fez a separação da indústria farmacêutica, do tabaco e do álcool, entre outras, da indústria clandestina das drogas proibidas, num mecanismo que resultou na hipertrofia do lucro no ramo das substâncias interditas. Portanto, há uma relação indispensável entre o regime do proibicionismo e a hipertrofia dos lucros do mercado ilícito de substâncias psicoativas, bem como da violência (CARNEIRO, 2002).

Conforme salienta Rodrigues (2005), o proibicionismo e seu fim maior “a abolição de todo uso ‘ilegítimo’ de psicoativos”, findou-se como o norte das políticas que norteiam a questão. Tendo como contrapartida imediata, a repressão direta aos usuários/as e aos múltiplos sujeitos envolvidos no mercado ilícito de substâncias psicoativas (RODRIGUES, 2005, p. 296), repressão essa que se dirige, sobretudo, à população negra e pobre da periferia.

Nesta análise, afirma o autor:

[...] o proibicionismo acionou dispositivos especiais de repressão, aparelhando polícias e agências especiais nos países que o adotavam como o Federal Bureau of Narcotics (FBN), criado nos Estados Unidos dos anos 1930, depois substituído por outro escritório antidrogas nos anos 1960. A perseguição aos usuários e aos negociantes de drogas ilícitas, apesar da afinidade internacional nos interesses proibicionista, tomou a feição de uma guerra aberta e viru-

lenta na passagem dos anos 1960 para 1970 (RODRIGUES, 2005, p. 296).

O controle dos psicoativos ganhou status de guerra internacional, capitaneado novamente pelos Estados Unidos, a partir do Governo Richard Nixon, em 1972. Nesse contexto, o governo Nixon identificava as substâncias psicoativas como “inimigo número um da sociedade americana”, associando o uso de psicoativos como um perigo social e sanitário, “um atentado internacional aos Estados Unidos” (RODRIGUES, 2005, p.286).

Ora, os primeiros traços da criminalização da pobreza associada ao estigma do uso de substâncias psicoativas enquanto política oficial também começa a emergir na sociedade capitalista. Segundo Rodrigues (2005), houve também a divisão entre os países produtores e países consumidores de psicoativos, os países desenvolvidos, enquanto “vítimas” das substâncias ilegalmente comercializadas e os países de baixo desenvolvimento econômico como o causador do narcotráfico, os “agressores” diretos ou indiretos. Desse modo,

A lógica de guerra às drogas busca combater a produção da substância, dividindo os países entre produtores, exportadores e consumidores, reprimindo a oferta dos países produtores, a procura dos países consumidores e a exportação nas fronteiras, portos e aeroportos. Tal estratégia se baseia numa lógica geográfica e desloca para os países periféricos a fonte causadora dos problemas gerados pelo tráfico de drogas. Tal estratégia bélica e econômica não inclui como problema a ser enfrentado a produção de subjetividade consumista que movimentava o mercado internacional de drogas e que caminha de mãos dadas ao processo de transnacionalização da economia de mercado (PASSOS e SOUZA, p. 155).

O lançamento da “Guerra às Drogas” atingiu graus extremos também nas décadas de 1980 e 1990, e nos primeiros decênios do século XXI parece tornar-se ainda mais grave (CARNEIRO,2002). Múltiplas características da agudização das expressões da questão social e do aumento da barbárie relacionam-se direta ou indiretamente ao estatuto do comércio de substâncias psicoativas ilícitas na sociedade contemporânea, como o

aumento da violência urbana, do número de encarcerados e da corrupção das forças militares envolvidas com o narcotráfico.

A militarização da vida social no Brasil ainda ganha forças com a legitimação da mídia, que ressalta, sobretudo, com os programas sensacionalistas da rede de televisão brasileira, de fácil acesso à classe trabalhadora legitimando a violência policial e reforçando a cultura do medo no âmbito da sociedade brasileira.

Segundo Barroco (2015), a mídia é um dos meios que mais vem incentivando medidas de força em nome da ordem, expondo diariamente, os crimes e delitos, dando ênfase aqueles praticados por negros/as e adolescentes, “numa campanha escancarada de defesa da militarização da vida social, do armamento, do rebaixamento da maioridade penal e da pena de morte no Brasil” (BARROCO, 2015, p. 626).

Sob esta influência, a própria classe trabalhadora desorganizada acaba por aderir o discurso em nome da “segurança interna” com ações contra cidadãos, em sua maioria, negros/as, pobre e jovem, pelo fato de comercializarem tais substâncias nos mercados ilícitos, criados justamente pela proibição, que não reduziu o consumo tampouco a oferta de psicoativos ilícitos no Brasil, culpabilizando os/as usuários/as e responsabilizando os indivíduos, deixando à mercê as questões econômicas e interesses políticos que estão por trás do proibicionismo.

O Conservadorismo, a Guerra às Drogas e o Genocídio da População Negra: por que é uma relação necessária?

A criminalização do uso de substâncias psicoativas, enquanto “caso de polícia” é anti-humanista e racista, porque essa criminalização atinge principalmente a população negra no Brasil. Na verdade, os negros/as e pobres das periferias brasileiras, são os indivíduos aos quais mais se dirigem as políticas de repressão. Não obstante, de acordo com o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência,

morte e desaparecimento de jovens no Brasil, foi constatado que morre um jovem negro a cada vinte e três minutos, dentre as inúmeras causas de mortes, às vítimas de violência relacionada ao narcotráfico. Ou seja, a guerra às drogas é uma falácia, pois tal guerra se dá na juventude negra e pobre da periferia.

Com base no Relatório da CPI, as mortes por assassinato envolvendo os/as jovens negros/as estão diretamente relacionadas à ação ou omissão do Estado. Ora, “em um ambiente onde a omissão do Poder Público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo”. Além disso, o crescimento da violência policial, com situações envolvendo a morte desses jovens, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados “autos de resistência”¹²⁹, aparece como uma forma recorrente para justificar a morte dos mesmos. (CPI, 2016, p.31).

Diante desse cenário de genocídio¹³⁰ à população negra, uma realidade concreta e perversa, as recomendações aos Poderes Executivos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito preveem:

A revisão do paradigma da guerra às drogas e a adoção de medidas de atenção à saúde dos usuários de psicoativos. Considerar que uma grande parte das pessoas presas por tráfico de drogas são apenas transportadores que não auferem o lucro advindo da atividade ilegal. As prisões brasileiras estão cada vez mais repletas de pessoas com esse perfil e aqueles que lucram com a desgraça alheia estão bem longe dessas prisões. (BRASIL, 2015)

129 De acordo com o Relatório da CPI, são chamados de autos de resistência, quando o homicídio doloso resultava de ação policial contra suspeitos de cometimento de crime (CPI, 2016, p. 37-38).

130 O Relatório da CPI, em consonância com o Movimento Negro e estudiosos da temática se utiliza da expressão “genocídio da população negra” entendendo esta como a melhor adequação à para revelar a realidade brasileira com relação ao assassinato dos jovens negros.

Apesar da regulamentação da produção, comercialização e do consumo de substâncias psicoativas não ser a solução definitiva para o problema da violência, que aterroriza a população, sobretudo, com “as disputas territoriais entre grupos de traficantes e dos confrontos entre a polícia e as quadrilhas”, mas gradativamente “a principal fonte de financiamento do crime de rua e uma das principais fontes de corrupção das autoridades” desaparecerá (CINCO, 2013, p.55).

“[...] Na sociedade de classes, a moral cumpre uma função ideológica precisa: contribui para uma integração social viabilizadora de necessidades privadas, alheias, estranhas às capacidades emancipadoras do homem” (BARROCO, 2010, p. 45). Portanto, é fundamental afirmar que tais posicionamentos de cunho moralista e conservador, são direcionados por múltiplos determinantes ideológicos coercitivos, estes, voltados à dominação de classe.

Considerações finais

A massificação ideológica acerca do uso de substâncias psicoativas dissemina o estigma do uso. Nessa perspectiva, corriqueiramente ouvimos: “morador de rua é drogado”, “usuário de crack é ‘noiado””, “direitos humanos é direito para bandido”, “diga não às drogas” fazendo valer a “Guerra às Drogas”, dentre tantas outras falácias e práticas alienadas, que são diariamente incorporadas no cotidiano da vida social.

Sendo este um pequeno trecho das múltiplas facetas do contexto de barbárie, regressão dos direitos e de crise política e econômica do cenário capitalista brasileiro. E que reflete também na perspectiva que aponta o Estado. Ora, o avanço das forças políticas conservadoras se expressa no proibicionismo que vem se nutrindo de tais tendências para o seu fortalecimento. Não nos resta dúvidas que o proibicionismo é uma expressão do conservadorismo e que ambos se retroalimentam na conjuntura que se apresenta, pois ambos defendem a ordem, a autoridade e hierarquia e disseminam o racismo que se expressa na implementação da guerra às drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 8.ed. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

_____. Direitos humanos ou emancipação humana? In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Rev. Inscrita**. n. 14. Brasília, 2013.

_____. Não Passarão! Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOITEUX, Luciana. A Reforma da Política Internacional de Drogas virá de baixo para cima. In: **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n.1, p. 17-20, jan./jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. In: **Prevenção do uso de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 5.ed. Brasília: SENAD, 2013.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. In: **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 6.ed. Brasília: SENAD, 2014.

BRITES, Cristina Maria. **Ética e Drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos**. Tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP):2006.

_____. Internação Compulsória: um canto de sereias. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Rev. Inscrita**. n. 14. Brasília, 2013.

_____. **A luta antiproibicionista, a política sobre drogas e o compromisso ético-político dos Assistentes Sociais.** Palestra proferida no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do Significado da palavra “droga” : das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: CARNEIRO, H. e VENÂNCIO, R. P. **Álcool e Drogas na História do Brasil.** São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

_____. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Rev. Outubro.** São Paulo, vol. 6, 2002, p.115-128.

Conselho Federal de Serviço Social. **Série o Assistente Social no Combate ao Preconceito:** o estigma do uso de drogas. Caderno 2. Brasília, 2016.

CINCO, Renato. O debate sobre a legalização das drogas: a falência da política proibicionista. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Rev. Inscrita.** n. 14. Brasília, 2013.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico:** Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. LEAL, Fabíola Xavier. ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Rev. Psicologia e Sociedade.** Ed. 20; v. 2. p. 267-276. 2008.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARTINS, Vera Lúcia. A política de descriminalização de drogas em Portugal. **Serv. Soc.,** São Paulo, n. 114, p. 332-346 abr./jun. 2013.

MARSIGLIA, R.M.G. Orientações Básicas para a Pesquisa. In: **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

MÉSZÁROS, Istvan. Das crises cíclicas à crise estrutural. In: MÈSZÁROS, Istvan. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Marxismo e Direitos Humanos**. Texto apresentado na Conferência de Dublin, realizada entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 1978, por ocasião do 30º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Versão resumida foi publicada em A. D. Falchner (ed.) *Understandig human rights* (Dublin, Irish School of Ecumenics, 1980), p. 47-61.

PASSOS, E. H. e SOUZA, T. P. “Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**; n. 23, v. 1. pág. 154-162, 2011.

ROCHA, Andreia Pires. Relações de trabalho no narcotráfico: exploração, riscos e criminalização. **Argumentum**, Vitória (ES), v.7, n.1, p. 55-68, jan/jun, 2015.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: um esboço histórico. In: CARNEIRO, H. e VENÂNCIO, R. P. **Álcool e Drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

SILVA, S.M.M.M. A QUESTÃO DAS DROGAS NO BRASIL: caso de polícia ou de política? **III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Anais**. UFMA: São Luís – MA, 2007.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Coletivo Sabotagem, São Paulo, 2004.

O Mercado Afetivo de um Marombeiro *Pardo* na Cidade de Mossoró - RN¹³¹

Paulo Santos Dantas

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Mossoró/
RN

RESUMO

Utilizando-se de etnografia realizada numa academia de musculação da cidade de Mossoró-RN, o autor analisa as posições pessoais e os discursos de um praticante de musculação, no âmbito de sua separação conjugal. O artigo busca demonstrar como o agente se apresenta no mercado afetivo e, aí inserido, percebe-se apreciado e cortejado. O objetivo do trabalho será analisar como, a partir de uma academia de musculação, aquele agente circula no mercado, à medida que se resigna no cuidado e na educação do seu filho menor.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade; Mercado afetivo; Sistema racial.

Introdução

O presente texto tem o objetivo de analisar o mercado afetivo na cidade de Mossoró – RN, do ponto de vista das experiências de um praticante de musculação. Tal praticante, aqui também descrito a partir da categoria

131 Trabalho apresentado no GT 3 – Questões Raciais e Direitos Humanos do *Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento*, realizado de 08 a 10 de novembro de 2017, paulodantasbr@yahoo.com.br

nativa marombeiro¹³², apresentou-se naquele contexto e para o presente autor como alguém com a vida profissional bem-sucedida e consolidada, como também inserido em redes sociais privilegiadas de amizades e namoros. Neste último aspecto, o referido agente participa de um mercado afetivo dinâmico na medida em que se estende por redes sociais que funcionam como recursos eficientes para mantê-lo conectado às novidades do dia a dia e a propostas afetivas, enquanto utiliza a atividade física para *quebrar* a sua rotina.

A atividade etnográfica foi desenvolvida numa academia de musculação que está situada num território reconhecido como sendo de classe média, recortado por supermercados, hospitais, clínicas e serviços diversos. O espaço da academia está aberto para a sua clientela durante toda a semana, com exceção do domingo. Das segundas às sextas-feiras as atividades começam às 5 horas da manhã e vão até às 22 horas, com uma interrupção no início da manhã e outra no início da tarde. A clientela é diversificada: homens e mulheres, jovens, adultos e idosos desenvolvem suas atividades físicas naquele espaço. Para ser competitiva, preço da mensalidade daquela academia de musculação está um pouco abaixo do nível das academias de ponta da cidade, mas é próximo o bastante para dividir com aquelas o mesmo público. O valor da mensalidade é pensado e regulado tanto como uma ferramenta para conter a demanda de gente interessada naqueles serviços, como para produzir um perfil social específico dos seus praticantes.

O agente que o texto observa é aqui classificado como *pardo* do ponto de vista racial. Essa posição simbólica, que se objetiva no universo de aceitação (ou rejeição) social, é tratada no estudo como o meio a partir do qual se produz um diálogo com a literatura para percebermos como os grupos *pardos* e *pretos* aparecem no mercado afetivo, os primeiros

132 Marombeiro é a categoria utilizada no meio daqueles que praticam a musculação. Conforme tenho observado, a categoria oscila entre a percepção positiva e negativa, se variáveis como geração, região e classe social estão aí colocadas. Neste texto a categoria é por mim utilizada de modo positivo, uma vez que reconheço e presto o meio, bem como os profissionais que aí estão colocados. Alguns desses profissionais e marombeiros me ajudam voluntária e involuntariamente no conhecimento que tenho adquirido. A ele e a elas, portanto, o meu reconhecimento.

mais próximos dos grupos *brancos*, os *pretos* mais isolados em relação àqueles dois. No contexto das escolhas afetivas e das representações ligadas ao desejo, o artigo discute os modos como as mulheres que são apresentadas pelo agente, por meio de fotos, respondem a um padrão racial socialmente hegemônico, embora a diversidade com que aparecem justifique um discurso próximo àquele fundado pela *democracia racial brasileira*. Ou seja, o agente mapeia as suas preferências afetivas aceitando a variação da *cor da pele*, o que implica em considerar de modo exclusivo a variação que vai da *mulher branca* até a *mulher morena*.

O texto conclui que o agente, na posição simbólica de um homem pardo, maneja padrões e desejos cuja variação é controlada. O mapeamento das amizades e da percepção que desse lugar da amizade pode haver uma progressão para uma situação de paquera ou namoro, houve sempre um controle da categoria da *cor*, ao mesmo tempo que um padrão estético e corporal também era acionado. De um lado as mulheres eram majoritariamente brancas de um ponto de vista clássico (pele, olhos claros, cabelos lisos, rostos afilados), e um número visivelmente menor e, por isso, simbólico, era de morenas - duas ou três. Todas elas, entretanto, *mulheres saradas*, joviais.

Segue a discussão acerca do mercado afetivo do marombeiro pardo mossoroense.

2. O mercado afetivo de um marombeiro pardo na academia de musculação¹³³

Conhecidas inicialmente como Ginásio de Esportes, no mundo moderno as Academias de Ginásticas e Musculação surgiram na segunda metade do Século XIX, em Bruxelas - Bélgica. Sua função era o ensino da cultura física com o auxílio de aparelhos. As atividades físicas realizadas em salas fechadas chegaram posteriormente à França, depois aos Esta-

133 Este texto é em homenagem à memória do meu pai, José Francisco Dantas.

dos Unidos da América, onde a modalidade assim chamada *halterofilismo* passou a se desenvolver maciçamente. O *halterofilismo* designa, tradicionalmente, a atividade de levantamento de peso e a cultura da transformação do corpo por meio de exercícios e com base num padrão próprio de beleza. A esta cultura da transformação do corpo foi atribuído o termo culturismo (OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, conforme informações de estudiosos do meio da musculação e do fisiculturismo, tais atividades físicas remontam à Grécia, onde o filósofo Platão (429-347 a.C.) criou uma escola que foi oficialmente vocacionada para o culto das musas. Ao mesmo tempo, o espaço teria intensa atividade filosófica, ensino de práticas desportivas, prendas e lúdicas. Desenvolvida nos jardins consagrados ao herói Ateniese Academus, a escola onde se desenvolveram aquelas atividades chamou-se, em homenagem àquele herói, Akademia (CAPINUSSU, 1985, apud OLIVEIRA, 2012: 8).

No Brasil, as atividades de ginástica e musculação não descrevem uma trajetória linear. A maior parte dos textos atesta que o final da década de 1970 e início dos anos 80 descrevem o surgimento das academias de musculação tal como as conhecemos atualmente, embora haja muitas controvérsias. Um número menor de autores sinaliza para a presença de atividades físicas em ambientes fechados na década de 1940, embora seja possível reconhecer atividades semelhantes no final do século XIX. Conforme José Maurício Capinussú,

“Em 7 de novembro deste ano, um grupo de 23 pessoas reuniu-se no Hotel Albion, na cidade de São Paulo – SP, e fundou o Deutsch Turnerschaft 1890, cujo objetivo original era a manutenção de um Clube de Ginástica. Entretanto, por decisão do presidente, Max Auerbach, a iniciativa desde o início tornou-se empreendedora, cobrando 10 mil réis de inscrição e uma mensalidade de dois mil réis para sócios e não sócios, exclusivamente para fazer ginástica.” (CAPINUSSU, 2006: 1).

A regulamentação da atividade da musculação só aconteceria, entretanto, na década de 1980, como sinaliza Naldo B. Oliveira.

“Através da resolução n.104963, do Ministério do trabalho, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de fevereiro de 1984, à página 2112, seção 1, ACADEMIA pode ser conceituada como empresa que se dedica a ministrar cursos de Ginástica, balé, danças, musculação, lutas, e cultura física de modo geral.” (OLIVEIRA, 2012: 5).

A referida atividade estava cercada de normas, enquanto os profissionais que estariam aptos para acompanhar as atividades teriam que ser diplomados em cursos superiores de Educação Física. No mesmo contexto, médicos igualmente diplomados davam o suporte com orientações adequadas para as atividades (OLIVEIRA, 2012: 5).

A realidade empírica aqui observada remete-se ao contexto das atividades físicas, através de aparelhos, numa academia de musculação situada na região central da cidade de Mossoró – Rio Grande do Norte. O referido espaço de atividades físicas, mas também de artes marciais, está situado onde são reconhecidas fronteiras com os bairros Doze Anos, Boa Vista e Paredões. Nesse sentido, embora os órgãos públicos de fiscalização e vigilância o reconheçam como pertencente ao bairro Doze Anos, entre os praticantes de musculação é comum que as definições não sejam as mesmas. As fronteiras nas academias estariam, portanto, muito bem definidas.

O interesse pela produção deste trabalho apareceu no momento em que o presente autor, que também pratica amadoramente e despreziosamente a musculação, foi abordado de forma inesperada por outro praticante que, segundo ele próprio, viu em mim aquilo que chamou de *perfil parecido* com o dele. A questão que me arrebatou dizia respeito às *respostas* que eu teria produzido, já que nunca tínhamos trocado mais que duas palavras, como uma *boa noite* para lá e uma *boa* para cá. Recordo que eu estava no aparelho de treinamento de coxas (o *leg press*), enquanto o colega amistoso, a quem chamarei de Silas (nome fictício), treinava no *voador* – um dos aparelhos de *peitoral* como chamamos no meio.

Como de costume, após higienizar com uma toalha embebida em álcool cada aparelho que vai utilizar, Silas se apresenta para as suas redes sociais (virtuais) e, obviamente, para as pessoas que o tem como co-

lega, amigo, confidente e também amante. Enquanto a maior parte dos praticantes da academia chega ávida para treinar os grupos musculares daquele dia, e permanece focada nas atividades até a sua finalização¹³⁴, Silas pode ocupar um aparelho por cinco, oito ou dez minutos sem utilizá-lo, senão como assento. Na posição de um homem de meia idade, cujo corpo dá sinais de uma vivência desprovida de outras experiências, quase nunca é questionado sobre a falta de dinâmica e subutilização do aparelho. Os demais praticantes são comumente dinâmicos, já que se revezam em outros aparelhos até que Silas, finalmente, conclui as suas repetições – comumente classificadas como *séries*.

É nesse contexto de uma prática pouco ortodoxa de musculação que Silas deixa o banco do aparelho em que estava e se dirige a mim, com o celular à mão, depois que concluía uma das séries e me recuperava da exaustão. As suas primeiras palavras foram as seguintes: *Você não quer conhecer essa menina aqui, não?* Antes de responder, ainda que o tivesse acolhido amistosamente, eu me perguntava como Silas (um homem cuja idade gira em torno dos 55 anos) teria me *caçado* e me *encontrado* no meio tantos marombeiros. Um caminho utilizado, recortado por subjetividades, dizia respeito à percepção de que talvez eu fizesse parte do *mesmo mundo*, quer dizer, minha posição ou o meu status social era, na sua visão, privilegiada o bastante para que pudesse lhe ajudar a diminuir a demanda de mulheres que o abordavam através das suas redes sociais. Conforme me informaria, todas elas estavam interessadas em *passar e ir à praia*. O marombeiro amigoso se apresentava, portanto, como um *coroa* sedutor, capaz de mobilizar o interesse afetivo de mulheres muito jovens e *cheias de vida*.

134 Essas atividades não devem ultrapassar uma hora e vinte minutos. As teorias sobre as atividades contemporâneas de musculação consideram que o tempo longo pode funcionar como catabolizador, isto é, pode produzir mais perda que ganho de massa muscular magra. Os praticantes no meio, à medida que se apropriam dessas teorias, põem esses conhecimentos em sua rotina de treinos.

A minha resposta¹³⁵ só veio depois que eu soube do que realmente se tratava: tratava-se de mulheres como outras quaisquer, umas muito jovens (*vinte e poucos anos*), outras um pouco mais maduras - *na casa dos trinta anos idade*. Todas elas, porém, dentro do perfil esperado e desejado por Silas, o qual não parecia abrir mão de padrões femininos socialmente esperados. Isto é, do ponto de vista estético, as mulheres no rol de suas amizades e paqueras eram brancas, loiras e por vezes *morenas* - embora, como veremos, a *morena* é um tipo incapaz de se enquadrar como um padrão aceito para todo e qualquer contexto na sociedade brasileira. Ou seja, a *morena* remete-se a um modelo que se modifica e se refaz na cultura brasileira. Todas as mulheres apresentadas por Silas, através de fotos eram, entretanto, *saradas, sedutoras*, na medida em que tal atributo remetia a um perfil inquestionável de jovialidade e de formas físicas entre as quais não caberiam mulheres *acima do peso* ou muito *abaixo*. Tratava-se de corpos delineados, por vezes trabalhados em academia de musculação, como a que nos encontramos quase que diariamente.

Tendo passado por relações afetivas fixas e sendo pai de três filhos (duas mulheres e um homem), Silas se apresenta preciso nos seus destaques. Em um deles sinalizou: *dá pra acreditar que essa mulher foi casada por cinco anos e tem dois filhos?*. A questão que ali se colocava para o jovem senhor dizia respeito a equilibrar a balança, que de um lado pendia para o fato de uma jovem mulher ter sido casada e ser mãe de dois filhos, mas, por outro, a qualificava por sua beleza, jovialidade e por ser dona de um corpo capaz de fazer pensar que mãe ela talvez não fosse. A partir das redes sociais Silas reiterava valores sociais e simbólicos, embora quisesse, por vezes, vê-los afirmados nas vozes de outros marombeiros.

135 A minha resposta não é central no texto, haja vista que o protagonista poderia ter escolhido qualquer outro atleta para dividir suas queixas, como o faria nas próximas em outras situações. De qualquer modo, disse-lhe que tinha/tenho uma companheira (esposa), de modo que não mais me apresento livre para aquelas situações afetivas. Firme, Silas respondeu: “mas você não precisa ser solteiro para conhecer essas mulheres, não. Elas só querem novas amizades e praia”. Por um momento este autor perdeu os sentidos com aquela informação.

Analisando a gênese do conceito de rede, Sônia Vermelho (e outros) retoma Claude Lévi-Strauss (a partir do texto *Mito e Significado*) para dizer que se considerarmos que cada um de nós é, como sugere aquele autor, *uma espécie de encruzilhada onde acontecem coisas* (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 10, apud VERMELHO, 2015: 866), cada encruzilhada representada e projetada no indivíduo ou pelo indivíduo indica, segundo a autora, “que ele passa a ser o entroncamento de vias (possibilidades) por onde circulam coisas (escolhas)” (VERMELHO, 2015: 866). O indivíduo representado pelo ponto, e a linha, a qual representa os caminhos na metáfora da encruzilhada, são aí entendidos como elementos fundamentais da ideia de rede, considerando que sob o prisma da geometria toda rede é composta por pontos e linhas.

“O conceito de rede – pontos unidos por linhas –, portanto, traz na sua essência elementos primitivos da ciência que permitiu construir e consolidar as habilidades de perceber o real e atribuí-lhe significado.” (VERMELHO, 2015: 866).

Deste modo, para Vermelho (et al, 2015: 866).¹³⁶, “o que hoje as áreas do conhecimento reconhecem sob a denominação de rede social é uma construção linguística e cultural, apoiada sobre práticas observacionais que foram se constituindo ao longo da história humana”.

O protagonista deste estudo parece se apresentar metaforicamente como numa encruzilhada por onde circulam *coisas*, quer dizer, possibilidades de relações e prazeres que parecem exceder os limites do seu tempo e espaço afetivo. Assumindo a posição de um ponto de referência para o qual se dirigem algumas mulheres na sua rede de relações virtuais e práticas, Silas não se constrange em operar como um entroncamento que sugere múltiplas possibilidades – tanto para as suas *pretendentes*,

136 Em função disso, diz a autora, o conceito de rede está baseado na crença e no pensamento matemático, enquanto do ponto de vista dos manuais da língua portuguesa brasileira a ideia de rede está vinculada a três fatores, a saber, a) relacionar-se com algo ou alguma coisa cuja função é aprisionar ou imitar a movimentação, b) ligar-se à estrutura de comunicação e de transporte, e c) reconhecer situações em que “há proteção mediante uma delimitação espacial entre o objeto e o meio externo.” (Cf. VERMELHO et al, 2015: 866).

quanto para os colegas marombeiros com quem busca estabelecer relações de cordialidade e respeito.

Do ponto de vista social, Silas é aquilo que seus colegas chamam de *médio empresário bem-sucedido*: trata-se de alguém cujas posses são materialmente expressivas, podendo ser visualizadas em residências urbanas e praianas, prédios, automóveis, bem como pensão alimentícia e toda sorte de direitos conquistados durante a sua vida profissional como crediaria. No imaginário social onde Silas está inscrito e tem a atenção tanto de seus colegas de musculação, como de suas amigas e clientes, se materializam discursos e julgamentos acerca do seu sucesso profissional. E, se por um lado, Silas obtém o respeito e até a curiosidade de parte dos seus colegas, por outro, ele próprio reconhece a atenção que conquistou junto a mulheres que ora classifica como *amigas*, ora como *apenas colegas* e, por vezes, como namoradas.¹³⁷ De fato, no contexto estudado, essas categorias têm mesmo a função de borrar e complicar a sua compreensão, uma vez que de amigas para namoradas há distância muito pequena e a fronteira muito mal delimitada. Estamos falando de um contexto de cordialidade, sedução e prazer no qual os agentes estão a todo tempo manipulando e provocando a alteração desses lugares e de suas categorias.

Em *Gênero, masculinidade e poder*, Miguel Almeida considera que o chamado *papel sexual*, bem como o *papel de gênero*, não têm valor teórico-explicativo, na medida em que comportam implicitamente uma falsa dicotomia entre corpo e indivíduo, sexo e gênero. Nessa direção, a compactação entre *macho, homens e masculinidade* não deve ser tomada como certa, mas analisada. Assim, para aquele autor,

“Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres. Se assim não fosse,

137 As amigas representam a categoria no interior da qual o indivíduo estabelece uma relação de aproximação mútua, aceitando dividir com elas suas alegrias, dores ou angústias, sem, contudo, partilhar a mesma residência de um ponto de vista afetivo. A categoria “colegas” é desprestigiada em relação à primeira, por denominação - à medida em que a rotina diária, as experiências de vida ou mesmo o nome próprio ainda não se firmaram na memória ou não estão ainda qualificadas para ocuparem o lugar de prestígio.

não se poderia falar nem de várias masculinidades, nem de transformações nas relações de gênero. O caráter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homem e poder torna-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e ao conflito entre masculinidades hegemônicas e subordinadas (...)” (ALMEIDA, 1996: 2).

Aceitando a sugestão teórica de Michel Foucault (1972), para quem o discurso não é pensado como um fenômeno metafísico e impalpável, mas a versão retórica da prática, sendo, por isso, a própria prática, a masculinidade teria essa mesma dimensão: deve ser entendida como um fenômeno do nível discursivo e do discurso enquanto prática, capaz de constituir um campo de disputas de valores morais, *em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande*.

No que se refere aos *estudos da mulher*, ou aos *men's studies*, embora seja inegável a sua pertinência política, Almeida considera que aqueles estudos padeceram porque pensaram o gênero como o estudo das relações entre homens e mulheres, esquecendo, negando ou reduzindo a realidade das relações que são de homens entre homens, ou de mulheres com elas próprias (ALMEIDA, op. cit, p. 3). No pensamento de uma autora clássica como Simone de Beauvoir, por exemplo, a sociedade é pensada sob o prisma da estrutura patriarcal na medida em que esta se apresenta como definidora dos papéis sociais (BEAUVOIR, 1980: 15-18). O patriarcado seria aí entendido como definidor de uma ordem de gênero específica capaz de estabelecer a inferioridade do feminino, bem como a subordinação de determinadas masculinidades. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, tal estrutura cultural e histórica passou por revisões profundas.

Chamo a atenção para o fato de que a etnografia aqui desenvolvida não está direcionada para descrever os conflitos que podem surgir em meio à constituição de relações socialmente assimétricas entre homens e mulheres. O que faço aqui é um registro e a análise dos modos como determinados perfis de homens (a partir de Silas, que tomo como central) mapeiam os territórios das paixões, tomando a academia de musculação não como um espaço concreto de socialização e interação com

mulheres, mas como o espaço a partir do qual aquele agente pode, ao contrário, justificar suas ausências. Para homens como Silas, a academia de musculação é o espaço propício para produzir um corpo esteticamente aceitável, desejável, mas também para manejar relações afetivas e de amizades no âmbito das redes virtuais.

Neste sentido, há relações concretas que são observadas do ponto de vista das práticas discursivas de um homem que faz exercícios regulares de musculação, mas se apresenta naquele meio sozinho ou *livre* para as situações que julgar oportunas do ponto de vista da afetividade. Em outras palavras, as relações afetivas existem na medida em que estas são materializadas nos discursos do agente aqui tomado como central. No tópico a seguir procuro apresentar este agente a partir da sua posição e responsabilidade de pai. Trata-se de um contexto que o torna mais complexo e interessante de ser compreendido.

3. O marombeiro, o mercado afetivo e os cuidados com o filho

O objetivo deste tópico é analisar como, do ponto de vista de um homem de meia idade e que pratica musculação de forma despretensiosa, aquele se reconhece na posição de pai, responsável por criar e educar o seu filho (da infância até a idade adulta), de forma que tal responsabilidade assumida represente aquilo que, na sua visão, *um pai pode fazer por um filho*. Como veremos, essa resignação tem como efeito, e no entender daquele agente, *perder anos* de sua vida, uma vez que *os filhos nunca agradecem*. Por *perder anos da vida* entenda-se a maneira segundo a qual o mercado afetivo aceitaria ou rejeitaria determinados perfis dos agentes aí inseridos. Nesse contexto, os agentes também manifestam o seu interesse de participar do mercado, que se dinamiza e aciona recursos capazes de qualificar os seus (as suas) pretendentes. Neste aspecto estamos falando de uma espécie de mercado afetivo que aqui qualificarei como *médio*, entendendo que *médio* também são os lugares e as posições sociais dos agentes que aí transitam. Em outras palavras, trata-se de um mercado onde as trocas são realizadas à medida que os recursos

materiais, simbólicos e mesmo corporais estão qualificados para jogar e aceitar as regras – as quais podem ser compreendidas à medida que um agente é convidado para integrar o meio, ou outro é rejeitado por um ou mais fatores socialmente produzidos.

Neste aspecto, por vezes os agentes se percebem *fora* do mercado afetivo, uma vez que participar do mercado diz respeito a sentirem-se potencialmente cortejados. Desta maneira, reconhecendo-se como participante e sobretudo como sujeito no mercado afetivo, um homem ou uma mulher pode sentir-se qualificado/qualificada para aceitar o cotejamento (o desejo do outro), bem como para rejeitar e até ofender-se por terem sido postos numa situação de possibilidade por ele ou por ela desqualificada. Estar *dentro* do mercado afetivo, nesses termos, diz respeito, por vezes, à maneira como o desejo de pertencimento se reveste de potencialidades socialmente aceitáveis em vista das quais os agentes se sentem qualificados e qualificam quem pode, de fato, reconhecer-se como alguém desejável e qualificado para legitimar-se no mercado. Estar qualificado significa, assim, estar habilitado ou ter conquistado o direito de desejar, isto é, sem provocar constrangimentos.

O mundo da musculação, de onde parte este estudo do ponto de vista etnográfico¹³⁸, não é experimentado em todas as suas possibilidades por praticantes amadores, alguns dos quais só passaram a transitar por esses meios durante a maturidade – quer dizer, na fase da vida comumente considerada como plena, tanto do ponto de vista físico, como social, material, emocional e intelectual. O que a etnografia realizada para este estudo aponta não corresponde exatamente a essas referências, sobretudo porque a sua atenção está voltada para a experiência de um indivíduo, aqui tomado como central para pensar a percepção ou a lei-

138 O perfil da academia de onde partiu este texto se apoia no desejo coletivo de alterar a aparência física, dado que, no referido meio, é traduzido como “melhorar o *shape*”, a aparência. A rede de relações e negócios que está aí montada alcança os atletas (tornando-os clientes), acionando, ao mesmo tempo, professores de educação física, *personal trainer* (treinador pessoal), donos de academias, donos de farmácias, lojas de suplemento, clínicos gerais, fisioterapeutas, cardiologistas, nutricionistas, entre outros.

tura que faz de si mesmo, à medida que constrói o seu discurso e o seu corpo no interior do mercado afetivo.

Este texto procura, portanto, captar os elementos da vida social e da vivência de um praticante comum de musculação (aqui chamado de Silas), sob os olhares do presente autor – também um praticante comum de musculação. E embora o espaço da academia de musculação aqui tomado central para captar tais elementos não seja por mim reconhecido como *exótico*¹³⁹, não estou concluindo, como sugere Clifford Geertz (1997: 85), que a proximidade relativa que tenho com o ambiente da musculação represente para mim um milagre abundante em empatia e tato. Não é disso exatamente que se trata, mas de uma proximidade que, de um ponto de vista epistemológico, pode significar um caminho através do qual seja possível e razoável considerar acerca do que um determinado indivíduo pensa sobre si mesmo e suas relações interpessoais.

A tarefa de capturar a vida social a partir da experiência não é, segundo Clifford Geertz, uma tarefa fácil. Trata-se do que os teóricos chamaram de experiência distante. O conceito de experiência próxima, contudo, diz respeito ao lugar que alguém ocupa e dele se utiliza para definir aquilo que seus semelhantes veem, sentem, pensam e imaginam, enquanto admite que ele próprio os entende. Geertz opera reconhecendo a distinção entre o lugar da experiência do pesquisador em relação à experiência do pesquisado, de modo que a atividade do pesquisador de campo (o etnógrafo) deve ser menos misteriosa e mágica do que o investimento de perceber a si mesmo *embaixo da pele do outro*. Para aquele autor, o que o etnógrafo percebe é o *com quem*, ou *através de quem* aqueles que observa percebem e, por isso, dão significado ao mundo, ao que são ou ao que fazem (GEERTZ, 1997: 85).

Num ambiente de musculação onde alguns praticantes chegam sozinhos e desenvolvem suas atividades igualmente solitárias à medida que se dirigem para os aparelhos, limpando-os e colocando os pesos

139 A musculação é a atividade física que vivenciei em várias fases da vida desde a juventude. Há no meu corpo, portanto, uma certa quantidade de memória muscular e de memória dessas idas e vindas.

conforme as suas capacidades físicas, faz parte de uma etiqueta socialmente aceita a postura de dar atenção à pessoa que cumprimenta outra, ou se aproxima no interesse de construir algum tipo de laço amistoso, mesmo que efêmero. Na academia de musculação situada num território recortado por fronteiras reconhecidas como *de classe média* e na qual não há distinções evidentes de predileção por marcadores sociais como o gênero ou a faixa etária, reconhecer um traço identitário pode não ser (ou não) uma tarefa fácil, a depender dos agentes que fazem da academia de musculação o seu espaço de diversão, relaxamento e/ou socialização.

Entendendo a noção de marcadores sociais como um sistema capaz de localizar os indivíduos no interior de categorias sociais que funcionam como um registro capaz de sinalizar *quem eles são* do ponto de vista do gênero, da sexualidade, da classe social, da *cor/raça* ou outra qualquer que lhes qualifique e os posicione socialmente, associar-se a uma determinada academia de musculação (e não a outra) pode significar a manutenção ou uma negociação com o prestígio social que aquele ambiente se esforça para manter. É nesse contexto de manutenção do prestígio e da identidade social partilhada com outros marombeiros que Silas me abordou, numa segunda oportunidade, para partilhar, desta vez, a dedicação, o cuidado e a resignação para criar e educar o seu filho de 10 anos de idade, após o término do seu matrimônio – embora este último contexto não tenha aparecido como objeto das conversas que o mesmo buscou realizar.

Sendo observado por um ativista negro, provavelmente Silas será classificado como um homem negro, dada a sua *cor* e aparência física: nitidamente um indivíduo *não branco, amorenado*, que tem olhos escuros, e cujo cabelo se mostrou ondulado, mas não exatamente liso. Embora não seja socialmente branco, Silas se apropria de *habitus de classe* que, conforme Pierre Bourdieu (1998 b), designam as maneiras por meio das quais os indivíduos se localizam e reiteram o seu desejo de pertencer àquele e não a outro segmento social. Entendido como efeito de uma violência simbólica, os indivíduos podem ser obrigados a agirem de acordo com tais *habitus*, admitindo que, do mesmo modo, podem agir voluntariamente. (ARAÚJO E OLIVEIRA, 2014: 221). Neste as-

pecto, faz sentido abrir um parêntese para considerar que um indivíduo socialmente branco, porém manejando os símbolos estereotipados das periferias ou do gueto, dialoga e embaralha esses elementos a ponto de confundir os agentes e os espaços por onde circula, produzindo um misto de aceitação e rejeição que, por vezes, não é expresso em palavras.

O novo depoimento de Silas no interior da academia de musculação me fez reconhecer que a sua vida era mais impactante do que os efeitos da primeira abordagem podiam me fazer crer. Ou seja, se no primeiro momento pareceu um homem de *meia idade* (entre 52 e 55 anos) interessado em aproveitar os prazeres mais carnis e *primitivos* da vida, por outro, demonstrou assumir responsabilidades paternas socialmente incomuns na sociedade mossoroense: cuidar e educar um filho sem a presença da mãe do menino, ou de uma madrasta. Durante a sua separação entre os anos 2006 e 2007, o filho de Silas pediu para ficar com o mesmo, enquanto a mãe e as duas irmãs mais velhas migravam para a cidade de Natal - capital do RN.

Naquela nova abordagem, Silas dizia que só depois de dez anos de cuidados e dedicação ao filho menor é que passou a olhar para ele próprio – do ponto de vista de sua individualidade e de sua existência própria, enquanto homem. Encostado na mesa flexora onde são trabalhados os músculos posteriores da coxa, ao mesmo tempo em que lamentava o *tempo que se foi e não pode voltar mais*, Silas reconhecia ter feito a *coisa certa* quando acolheu o pedido do seu filho para continuar com o mesmo, em Mossoró. Tratava-se de um momento sensível da vida do seu filho. Neste momento do texto abro um parêntese para fazer algumas considerações paralelas.

A primeira coisa a dizer é que, de algum modo, estamos também falando da identidade masculina ou de masculinidade quando estamos nos reportando ao filho daquele agente, pois a presença paterna, para os meninos, representa comumente, não apenas um parâmetro para se perceberem, mas também um equalizador a partir do qual podem notar e discorrer sobre sons e tons de comportamentos que avaliam como sendo ou não também seus. Podendo ouvir e observar situações paralelas onde alguns filhos foram deixados por seus genitores, ou a separação

dos seus pais foi inevitável até os dez anos de idade, chamou a minha atenção que, diferente de suas irmãs, que cresceram e naturalizaram a ausência dos seus genitores, os meninos seguiram a suas trajetórias sentindo mais nítida e dolorosa aquela ausência.

Em uma partilha comovente, uma amiga norte-americana negra, a quem chamarei de Verônica, não conteve as lágrimas quando me disse que não suportava perceber a falta que seu filho adolescente sentia do pai (brasileiro, baiano, negro) que ficara no Brasil, precisamente na cidade de Salvador, depois que o casamento chegou ao fim entre 2005 e 2006. E embora esta experiência mereça uma atenção e um cuidado especial, sobretudo para *devolver* àquela amiga e aos seus filhos (um jovem rapaz de 21 anos e uma jovem moça de 17 anos de idade) alguma contribuição, chama a atenção que em meio às particularidades problemáticas reconhecidas por pais e filhos no interior de suas experiências familiares, as mães (algumas das quais observei mais de perto) depõem não apenas sobre as dificuldades de assumir despesas e todas as preocupações diárias e noturnas para acompanhar os filhos que gestaram e os têm sob sua guarda e proteção: por vezes, elas atestaram sobre a dor que tiveram ao notar que sobre a falta (uma saudade profunda) que seus meninos tinham dos seus próprios pais, elas só podiam lamentar e dizer, como fez Verônica: *infelizmente a vida não é como a gente quer e, por isso, precisamos seguir em frente.*

Ao aceitar o pedido do seu filho de 9 anos, agora um jovem entre 19 e 20 anos de idade, que *faz faculdade* e se apresenta para o mundo do jeito que se sente feliz e realizado, Silas (o agente central do texto) aceitou também a proposta de construir com o mesmo a experiência de estar no mundo, reconhecendo que as ausências e as perdas não precisam ser as mais dolorosas. E embora esse processo não seja compreendido na exata medida que um pai espera de um filho (especialmente no que se refere ao que chama de *gratidão*), os anos, ao final das contas, *perdidos* ou traduzidos na atividade de pai, parecem *devolver* àquele a experiência socialmente qualificada para retornar ao mundo dos desejos e dos amores que julga merecer. Entre *perdas* e *ganhos*, as escolhas de Silas parecem otimizadas junto às expectativas externas, sejam em relação ao seu filho, sejam junto às mulheres que o querem como parceiro afetivo.

4. *Considerações finais*

Utilizando uma academia de musculação situada em um território de classe média na cidade de Mossoró-RN como lócus a partir do qual este autor procura montar o quadro discursivo sobre o mercado afetivo de um praticante de musculação (o marombeiro), este texto teve como objetivo analisar como tal agente se reconhece no referido mercado, enquanto, na posição de pai, maneja, de forma resignada, suas habilidades e responsabilidades de cuidar e educar seu filho menor (de 10 anos de idade) num contexto de separação conjugal.

O texto teve o cuidado de não localizar a academia de musculação de uma forma precisa, pois a intenção foi tomar o ambiente como uma situação etnograficamente produtiva para pensar a experiência afetiva de um determinado atleta amador, ao mesmo tempo em que o observou na sua condição social no interior da qual a prática de levantar peso (como também se diz naquele meio) é por ele vista como um recurso capaz de fazê-lo *desligar-se* de problemas do (seu) cotidiano. No mesmo contexto, a atividade de musculação funcionou para o agente como um momento a partir do qual ele pôde conectar-se, virtualmente, com redes de amigos no interior de um mercado afetivo que se apresenta bastante dinâmico, prazeroso e repleto de oportunidades.

Chamou a atenção que as oportunidades de relações estáveis, mas também efêmeras, com mulheres de faixas etárias distintas (todas elas maiores de idade e respondendo a um determinado padrão social de beleza) se mostraram de tal forma justapostas às expectativas daquele agente, que lhe pareceu oportuno e didático dividir, com alguns colegas marombeiros, os louros do seu sucesso num mercado nitidamente em expansão.

O padrão social de beleza observado descreve um perfil que aceita, do ponto de vista das categorias cor e *raça*, a variação culturalmente controlada do sistema racial brasileiro. Isto é, o agente observado aceita que, enquanto pretendentes afetivas, as mulheres sejam brancas ou morenas, mas nunca pretas. Trata-se de categorias sociais que, no contexto histórico do semiárido mossoroense, foram reapropriadas e manejadas de uma maneira muito particular na medida em que, a partir de fotos

voluntariamente apresentadas no seu celular, as mulheres classificadas como *brancas* respondiam a uma aparência que no entender daquele agente não podiam ser confundidas com as *morenas*, e menos ainda com as *pretas*.

Do ponto de vista da *cor*, uma mulher branca no mercado afetivo virtual, materializado pelos recortes culturais de um homem de *cinquenta e poucos anos de idade*, respondeu a um mapeamento simbólico culturalmente aceitável para alguém que possui olhos claros, cabelos lisos e um rosto afilado, juntamente com uma pele clara o bastante para a posição como mulher branca não ser socialmente questionada. De outro lado, a *morena* se apresentou como um tipo questionável ou passível de ser relativizado no ambiente da musculação. Tratava-se de mulheres que tinham cabelos lisos e pretos, porém olhos escuros. De fato, os rostos podiam ser mais arredondados e a pele mais *amorenada* em contraponto ao padrão branco acionado pelo agente. A morena apresentada naquelas representações podia ser confundida, por vezes, com a branca, na medida em que se aproximava deste padrão, enquanto era muito distante da preta.

No conjunto das fotos/imagens apresentadas pelo agente no âmbito da observação de campo, ele mostrou-se abraçado com uma delas, respondendo ao seu interesse de provar que com ela mantinha uma relação afetiva estável. Nesse contexto pude perceber que as mulheres *morenas* também apareciam, porém como representantes de um percentual *politicamente correto* a partir do qual o agente poderia atestar acerca de sua aceitação diversificada, pois diversificada também o seria a sociedade brasileira. As mulheres *pretas*, como fui sinalizado anteriormente, estiveram ausentes daquelas representações e imagéticas, tendo em vista que ausentes elas também estão das posições sociais, culturais e/ou midiáticas de prestígio – dentro ou fora do mercado afetivo.

As preferências de *cor* do agente aqui observado respondem à apropriação social e simbólica de prestígio e *status*, indicando que os indivíduos autotransclassificados como *pardos* terão maiores chances de casar com pessoas brancas do que com pessoas pretas, uma vez que, em termos relativos, os pardos se aproximam mais dos brancos, enquanto os

pretos aparecem mais isolados em relação aos dois grupos (SILVA, 1991). Conforme Nelson do Vale Silva, a indicação de uma clara desvantagem que os pardos enfrentam em relação aos brancos diz respeito ao dado segundo o qual pardos e pretos se aproximam no sistema educacional e no mercado de trabalho (SILVA, 1991, p. 49-60; RIBEIRO e SILVA, 2009, p. 7-8). O mercado de trabalho e a colocação privilegiada do marombreiro pardo que aqui é central demonstra como esta variável *parda* é poderosa o bastante para reforçar os valores perversos acerca das mulheres pretas, já que elas sequer figuraram no rol das imagens apresentadas nas observações realizadas.

Diferente de pesquisas como a de L. Moutinho, para quem o desejo e o sexo aparecem como desejáveis entre os grupos interracialis, e na medida em que o Brasil é o *país que valoriza em diferentes âmbitos a mestiçagem e a 'mistura'*, mas que, segundo a autora, reagiria aos casamentos entre tais grupos, constituindo um tabu (Cf. MOUTINHO (2004b: 1), o presente texto demonstrou, a partir da observação dos discursos e das práticas de um homem pardo na cidade de Mossoró, que, em relação às mulheres pretas, estas sequer aparecem como desejáveis no conjunto das imagens femininas que aquele agente reconhece e aprecia. Ou seja, no *país de Mossoró* continua valendo a valorização de casamentos mestiços, contrapondo à tese de haver sobre esta formação um tabu. Entretanto, na medida em que o casamento entre um homem branco e uma mulher preta é, como um símbolo, impensável nessas terras, nesses termos temos, de fato, um tabu. De qualquer maneira, o tabu ou a aceitação só poderão ser observados com segurança nos contextos onde estão colocados, e não como recurso para generalização.

Finalmente, a *morena* que o imaginário acerca do desejo aprecia remete-se a uma referência passível de ser transformada e mesmo *clareada*, posto que a sua imagem está qualificada para ser situada numa fronteira culturalmente aceita para ir e vir entre a classificação *parda* ou *branca*. Isto demonstra que o país e a mestiçagem não são vistos sob o mesmo prisma cultural, especialmente nesse Brasil profundo e pouco conhecido. Há, de fato, múltiplas formas de olhar para as possibilidades que o desejo sugere, embora chame a atenção, no contexto aqui analisado, uma tendência claramente conservadora de interagir com o siste-

ma e os grupos raciais como se *branco* o agente central fosse. Em outras palavras, o ideário da brancura não parece residir apenas em direção à pessoa desejada: por vezes, o homem pardo, cuja presença social e cultural no grupo dos negros o tornaria também *negro*, deseja para si próprio o lugar, a posição e o *direito* de um homem branco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Gênero, Masculinidade e Poder**: revendo um caso do Sul de Portugal. Comunicação apresentada no Encontro Temático da Associação Brasileira de Antropologia Panorama da Antropologia Portuguesa, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, p. 164, 29-30 de junho de 1995.

ARAÚJO, C. M. & OLIVEIRA, M. C. S. L. Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP - 8(2)**, São João del-Rei, julho/dezembro/2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2a. Edição, 1998 b.

CAPINUSSÚ, (J.M), COSTA, (L.P). **Administração e marketing nas Academias de Ginástica e musculação**. São Paulo, Ibrasa, 1989. 78p.

CAPINUSSÚ, José Maurício. Academias de ginástica e condicionamento físico – origens. In: **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEE, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1987.

OLIVEIRA, Naldo Batista de. **Aspectos históricos da Ginástica de Academia em Porto Velho**. Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para colação de grau em Licenciatura Plena em Educação Física, 2012.

MOUTINHO, L. Discursos normativos e desejos eróticos: A arena das paixões e dos conflitos entre “Negros” e “Branços”. Sexualidade. **Gênero e Sociedade**. Ano XI, n. 20, maio de 2004 b.

RIBEIRO, Carlos A. C.; e SILVA, Nelson do Valle. Cor, Educação e Casamento: Tendências da Seletividade Marital no Brasil, 1960 a 2000. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009.

SILVA, Nelson do Valle. **Estabilidade temporal e diferenças raciais no casamento inter-racial**. Estudos Afro-Asiáticos, 21, 1991.

VERMELHO, SÔNIA et al. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 863-881, out./dez. 2015.

GRUPO DE TRABALHO 4

LUTAS LGBTIQA+ E DIREITOS HUMANOS

O subcapítulo do Grupo de Trabalho 4 reúne dois trabalhos completos, apresentados no I Seminário Internacional Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento e posteriormente selecionados pelas coordenadoras do GT4 – *Lutas LGBTIQA+ e Direitos Humanos*.

Gênero e Sexualidade: Concepções e Práticas no Espaço Escolar

Karla Danielle da Silva Souza¹⁴⁰

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Mario Remi Marques Moreira¹⁴¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de discutir acerca de concepções e práticas no âmbito escolar a partir da temática *gênero e sexualidade* com foco nas questões relacionadas à homofobia no espaço escolar, bem como conflitos na perspectiva curricular em relação à temática. O presente trabalho é resultado das reflexões iniciais de uma proposta de intervenção de estágio curricular obrigatório do curso de licenciatura em Ciências Sociais. O campo de desenvolvimento do estágio é a Escola Estadual Presidente Roosevelt, localizada no município de Parnamirim/RN. Traçamos alguns subtemas para pensar a realidade da escola estabelecen-

140 Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição. Especialista em Literatura e ensino pelo IFRN e em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela UAB/UFRN. Professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino do RN. Editora da seção de Ensino de Ciências Sociais da Revista *Inter-legere* (UFRN). Email: kdannielle21@hotmail.com

141 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientando da Professora Doutora Berenice Bento e do Professor Dr. Paulo Victor, na temática de sexualidade, religião e preconceito, pesquisando sobre *O que leva o Jovem Gay ao suicídio*.

do um diálogo com as teorias sobre o tema. Nesse sentido, procuramos problematizar a ideia de binarismo biológico como norma e controle, a performance de gênero como marcador feminino e masculino. Além disso, indicamos alguns questionamentos com a finalidade de refletir a respeito de como temos reproduzido os padrões de comportamento em relação à identidade e à sexualidade. Como fontes teóricas, utilizamos Judith Butler (2003), Joan Scott (1995), Guacira Lopes Louro (1999; 2004), Rogério Diniz Junqueira (2009), Tatine Penariol Rosato e Ozerina Victor de Oliveira (2011) para fundamentar nossas discussões e nossos questionamentos, como também buscar uma articulação entre o que está no plano das ideias e o que encontramos no espaço escolar. Nossas ideias até o momento do desenvolvimento do trabalho é que a escola ainda é um espaço onde são reproduzidas práticas atreladas à heteronormatividade (em diversos aspectos) e dessa forma, propomos pensar alternativas para estabelecer uma pedagogia que possa oferecer espaço e reconhecimento à diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escola; Gênero, Sexualidade; Concepções; Práticas.

Introdução

Baseados na obra de Tatine Penariol Rosato e Ozerina Victor de Oliveira, *Política de Currículo, Identidades Sexuais e Performances de Gênero* (2011) e, tendo como conceito principal a obra de Rogério Diniz Junqueira, *Diversidade Sexual e Homofobia: a escola tem tudo a ver com isso* (2009), traçamos as diretrizes metodológicas deste trabalho, por considerarmos tratar-se de temática atualíssima em razão do índice de suicídios e mutilações verificados entre jovens adolescentes das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Norte, dentre elas a Escola Estadual Presidente Roosevelt, sediada no Município de Parnamirim, onde está sendo nosso campo de atuação de um projeto de intervenção, voltado para as práticas curriculares. Um dos autores deste texto tem desempenhado estágio curricular obrigatório, enquanto licenciando do curso de Ciências Sociais, orientado pela Professora Douto-

ra Berenice Bento e pelo Professor Doutor Paulo Victor, com a temática: O que leva o jovem gay ao suicídio?

Essa temática é objeto do setembro amarelo, projeto desenvolvido pela Coordenação de Psicologia/PROAE-UFRN. Com o título de “Campanha de Prevenção do Suicídio”, que teve como fonte de inspiração a iniciativa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA): “#nãoébesteira é coisa séria”, de 2016.

O objetivo inicial deste trabalho está focado no corpo docente da escola na qual se realiza o estágio, a partir do qual buscamos discutir e problematizar as questões relacionadas às práticas homofóbicas em sala de aula e seus reforços enquanto elemento excludente dos homoaletivos (não-heterossexuais) e também catalisador de valores heteronormativos, que determinam para gays, lésbicas e trans a ideiação suicida, levando-os muitas das vezes a mutilações físicas e emocionais, que determinam sua tentativa desesperada de chegarem ao ato extremo.

Por tratar-se de um fato social, assim definido por Émile Durkheim (2000), o ato do suicídio, requer atenção sociológica no seu estudo, razão pela qual consideramos conveniente o envolvimento e coparticipação dos professores de sociologia daquele estabelecimento de ensino, bem como, dos membros da coordenação pedagógica.

Nosso trabalho busca discutir as questões de sexualidade na sua transversalidade do gênero. A partir disso, procuramos desmistificar aquilo que foi chamado por Judith Butler de *heteronormatividade abissal*, bem como a *heterossexualidade compulsória*, (BUTLER, 2002, 2008, 2010 *apud* ROSATO, 2011, p.15) que consideramos para fins do projeto e desse texto conceituações basilares daquela teórica.

Não menos importantes, são os questionamentos desenvolvidos na obra de Junqueira (2009) acerca do universo escolar enquanto *espaço estratégico para a formação cidadã*, pois trata-se de um espaço onde se constrói e transmite conhecimentos e, sociologicamente, a criticidade no pensar dos sujeitos. Destacamos no transcurso do referido projeto a questão da segurança jurídica para abordagem de temática polêmica e cujo cuidado tivemos por tratá-la num ambiente cuja maioria dos alu-

nos segue uma orientação protestante, conforme observado no levantamento de dados durante o estágio curricular.

A Escola Estadual Presidente Roosevelt está localizada no centro de Parnamirim/RN, na Rua Edgard Dantas, nº 7, dirigida pelo Prof. Marco Antônio Alfredo e pela vice-Diretora, Maria Suely Batista Aguiar; escola do ensino médio, de grande porte, com 1.066 alunos matriculados, distribuídos em: 10 turmas da 1ª série, 08 turmas da 2ª série e, 10 da 3ª série, nos turnos matutino e vespertino, com predominância religiosa de evangélicos (80% aproximadamente). Iniciamos o estágio em julho de 2017, com tratativas para identificar o interesse em nossa contribuição com temática tão atual e polêmica. Para tal, mantivemos encontros com as pedagogas (Kalina, Cristianny e Milena), primeiramente e, logo a seguir, com os professores de sociologia (Phellipe e Aracely). Dividimos o campo em: corpo docente, corpo discente e familiares. Após diversas reuniões para aprovação do nosso projeto de intervenção, definimos a data de 07 de outubro de 2017, para execução de Mesa de Debates com todo o corpo docente da escola, bem como, foram definidas naquela oportunidade as abordagens que adotamos com o corpo discente e seus familiares, quando realizamos palestras para as turmas de primeiros, segundos e terceiros anos, separadamente, em razão do espaço limitado do auditório da escola. Na oportunidade, o foco principal foi a temática da prevenção e acolhimento dos jovens, com relação ao suicídio, ideação suicida e mutilações.

Binarismo biológico como norma e controle

O significado social atribuído às identidades não-heterossexuais (homossexuais), tem se relacionado com a marginalidade, a doença ou o pecado, na medida em que o significado tende a ser construído e mantido por lógicas hegemônicas, como a presente na heterossexualidade compulsória, conforme conceituado por Judith Butler (2010). Tem-se considerado que o sentido pessoal representa, não uma consciência individual oposta à consciência social (significados), mas sim minha consciência social (LEONTIEV, 1992, *apud* AGUIAR, 2009). Compreendendo que é desta forma que os sentidos se constroem socialmente, assim

como estes podem também reconstruir os significados, pressupondo uma esperança de transformação, de desarticulação da lógica homofóbica a partir da subjetividade das pessoas: “Significado e sentido são momentos do processo de construção do real e do sujeito, na medida em que objetividade e subjetividade são também âmbito de um mesmo processo, o de transformação do mundo e constituição dos humanos” (AGUIAR, 2009, p.60).

A partir da compreensão de que, dentre as instâncias regulatórias, a heteronormatividade exerce um poder relevante para se compreender o atual estado de injustiça social que recai sobre as identidades homoafetivas (não-heterossexuais). Ela (heteronormatividade) constrói e se mantém na medida em que reafirma constantemente o outro binário da sexualidade, ou seja, a homoafetividade. Desse binarismo reducionista que coloca à margem as identidades homoafetivas de gays e lésbicas, também tenciona pela anulação do significado e possibilidade simbólica da existência de identidades bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

A performance de gênero como marcador feminino/masculino

A partir da ideia sobre a performance de gênero como marcador do masculino/feminino (BUTLER, 2010), podemos sinalizar que a noção de performances generificantes nos convida a considerarmos o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um ato, por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, no qual performativo sugere como construção dramática e, ficção sugere impositivamente que o sexo biológico determinaria o gênero a ser performatizado: sexo biológico feminino, seria igual à performance essencialmente feminina. Do mesmo modo, sexo biológico masculino seria igual à performance essencialmente masculina.

A performance/identidade de gênero analisada numa perspectiva *queer* cria a possibilidade de deslocamento deste essencialismo biologicista para um lugar cultural. Neste lugar as performances de gênero não

possuem um sexo a priori, mas um corpo em processo de construção cultural de sua identidade de gênero, conforme apontam os estudos de Judith Butler (2010) e Joan Scott (1995).

Na medida em que não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (BUTLER, 2010). Na medida em que algumas performances são condenadas por confundir ou contrariar o olhar perpetrado pela lógica abissal, se exerce domínio sobre os corpos.

A contribuição da identidade de gênero como performance, colaborando para a desarticulação de significados hegemônicos frente à construção de identidades sexuais no currículo, na medida em que desmistifica a naturalização da identidade heterossexual e cria possibilidades para se imaginar novas formas para se vivenciar a sexualidade. Como forma de se posicionar criticamente frente a esta cultura abissal e de promover a desconstrução de violentas crenças relativas à identidade de gênero, recorre-se à dimensão da criatividade e curiosidade humana. O potencial humano para criar novos sentidos e questionar posicionamentos hegemônicos pode ser compreendido como um exercício de empoderamento, ou seja, da “capacidade de pensar e agir criticamente” (GIROUX, 1999, p.21) questionando naturalizadas estruturas de organização social e escolar.

Escola, currículo e políticas educativas

As marcas curriculares que reiteram invenções disciplinares sobre os corpos e a sexualidade articulam-se a conceitos heteronormativos – heterossexualidade compulsória – que partem da lógica estruturalista e tem motivado posicionamentos regulatórios anti-democráticos, na medida em que inferioriza toda identidade homoafetiva – não heterossexual. A construção de identidades sexuais, nessa lógica curricular, tem sido regulada por mecanismos de aceitação e promoção da violência homofóbica e da heterossexualidade compulsória, relegando tanto a di-

ferença – o outro – quanto os próprios ideais de currículos democráticos à periferia das preocupações educacionais.

É possível considerar o currículo como uma arena de invenções/reiteraões sociais, como lugar de regulação social e de vivência de diferentes posicionamentos frente à heteronormatividade. Nesse sentido, indicamos as seguintes questões: como o currículo pode potencializar o empoderamento e a justiça social no que se refere à construção de identidades de gênero e sexual? Como a sexualidade pode ser vivenciada curricularmente, de forma a potencializar a curiosidade e a criticidade d@s adolescentes? Existe uma relação direta entre a liberdade para explorar novas ideias e uma pedagogia significativa. Existem muitos obstáculos, tanto nas nossas mentes, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade na educação. É possível notar que há uma hierarquia em relação aos conteúdos, conforme apontam Moreira e Candau:

Nessa hierarquia, legitima-se saberes socialmente reconhecidos e estigmatizam-se saberes populares. Nessa hierarquia, silenciam-se as vozes de muitos indivíduos e grupos sociais e classificam-se seus saberes como indignos de entrarem na sala de aula e de serem ensinados e aprendidos. Nessa hierarquia, reforçam-se relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam a estrutura social (2007, p. 25).

É possível trabalhar pedagogicamente a sexualidade, propondo um ponto de partida através de uma conversa e uma produção generosa de uma sociabilidade que se recusa a aceitar as normas da heteronormatividade, ou conforme Butler (2010), heterossexualidade compulsória. Uma integração disciplinar, nesta perspectiva, pode se configurar no encontro com uma proposta curricular pautada na curiosidade d@s alun@s. Devemos projetar possibilidades de integração entre as matérias escolares e criar lugares de transgressão desta forma curricular revelando alternativas para se pensar uma educação sexual questionadora das estruturas identitárias/sociais/escolares. Esses espaços curriculares devem apresentar propósitos críticos dos estudos acerca da sexuali-

dade. Uma organização curricular integrada, que possa transgredir aspectos controladores do currículo e que construa constantemente seus lugares contingentes, pode ser uma alternativa para a criação de uma educação sexual crítica e questionadora de estruturas hegemônicas.

Para buscarmos entender e encontrar algumas respostas para esses questionamentos, vale considerar que cada pessoa tem seu ritmo nas descobertas que faz de si e do mundo. É preciso não esquecer que ninguém pode ser forçado a assumir publicamente sua identidade sexual. As subjetividades são complexas e dinâmicas, e a privacidade é um direito que deve ser assegurado a todas as pessoas.

Temos o desafio de construir e consolidar a escola como um espaço público, republicano, democrático e laico. Para isso, é também fundamental trabalhar para que a escola não se torne uma continuidade das lógicas da esfera privada, do mundo doméstico e que não reproduza ou amplie as situações de desamparo e hostilidade a que muit@s jovens e adolescentes, homens e mulheres (homossexuais ou não) estão submetid@s em seus ambientes familiares, em suas comunidades ou em outros espaços (JUNQUEIRA, 2009, p.23 - PP.111-142).

A escola deve também se preocupar com a homofobia que muitos estudantes enfrentam em seus ambientes familiares. Como devemos agir para que a escola não reproduza ou agrave este quadro de violência? Embora seja indiscutível que, muitas vezes, alguns de nós tenhamos receios por nos sentirmos sem respaldo e orientações suficientes nesta área, é importante lembrar que existe uma gama de instrumentos legais e de diretrizes nas quais podemos, desde já, ampararmos nossas iniciativas de promoção à diversidade sexual e de gênero na escola. Dentre esses instrumentos, destacamos a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, conforme matéria publicada no *Jornal O Globo*, de 19/06/2017, do qual é possível destacar o seguinte trecho:

Não tratar de gênero e de orientação sexual no âmbito do ensino não suprime o gênero e a orientação sexual da experiência humana, apenas contribui para a desinformação das crianças e dos jovens a respeito de tais temas, para a

perpetuação de estigmas e do sofrimento que deles decorre”, aponta Barroso na decisão. Continua: “Por óbvio, tratar de tais temas não implica pretender influenciar os alunos, praticar doutrinação sobre o assunto ou introduzir práticas sexuais. Significa ajudá-los a compreender a sexualidade e protegê-los contra a discriminação e a violência.

Ao considerarmos que “teorias e políticas voltadas à multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos podem contribuir para transformar nossos modos de pensar e aprender, de conhecer e de estar no mundo em processos mais prazerosos, efetivos e intensos” (LOURO, 2004, p.72 *apud* JUNQUEIRA, 2009, p. 27), é possível perceber a importância do debate acerca das concepções e práticas no âmbito escolar. Nesse sentido, fomenta-se o processo de construção da cidadania d@s adolescentes que se encontram sob nossa responsabilidade nesse universo educacional. Assim, trabalhar em favor da cultura de reconhecimento da diversidade sexual, problematizar e desestabilizar a homofobia pressupõe, e ao mesmo tempo traduz, um empenho por uma escola melhor para todos os indivíduos. Uma escola atenta à pluralidade de visões de mundo, corpos, gêneros e sexualidades. Um espaço efetivamente inclusivo e propiciador de uma educação que investe na autonomia dos sujeitos, na equidade da distribuição de recursos e de poderes e não deixa de observar, problematizar e enfrentar toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e violência. Um campo livre, seguro e efetivamente educativo para tod@s. Em outras palavras, somente alcançaremos uma educação de qualidade à medida que promovermos o convívio cidadão, o acolhimento da diferença, o reconhecimento da diversidade e a inclusão de todas as pessoas e grupos. Sobre isso, vejamos:

[...] a educação de qualidade deve propiciar ao (à) estudante ir além dos referentes presentes no seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto. [...] A nosso ver, são indispensáveis conhecimentos escolares que facilitem ao (à) aluno (a) uma compreensão acurada da realidade em que está inserido, que possibilitem uma ação consciente e segura no mundo imediato e que, além disso, promovam a ampliação de seu universo cultural (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 21).

Políticas socioeducacionais que possam enfatizar a promoção dos direitos sexuais, o reconhecimento da diversidade sexual e a igualdade de gênero, possuem um potencial transformador que ultrapassa os limites da escola, lançam as bases para uma nova agenda pública e uma nova modalidade de pactuação social e, enfim, contribuem de maneira marcante para a construção de um novo padrão de cidadania. Também por isso, é preciso pretender ainda mais: trabalhar para conferirmos maior alcance e sustentabilidade aos programas de inclusão social, de valorização da diversidade e da promoção da equidade, levando em consideração as vinculações, as convergências e as retroalimentações entre diversos preconceitos, discriminações e violências. Sexismo, misoginia, homofobia, heterossexismo, racismo, entre outros, estão fortemente associados e, por isso, jamais teremos êxito ao enfrentá-los se não nos dotarmos de instrumentais teórico-metodológicos que deem conta dessas vinculações e não fiquem reféns da *indignação narcísica* (noção freudiana de “narcisismo das pequenas diferenças”), que nos leva a solidarizarmos apenas com a vítima pertencente ao “nosso grupo”.

Pedagogia da diversidade

A pergunta que não pode ser esquecida: Quais as implicações desta arena curricular na construção das identidades de gênero? (BUTLER, 2003 e 2010, *apud* ROSATO e OLIVEIRA, 2011, p. 16) ou ainda: como a noção de performance de gênero pode contribuir para a construção de uma arena curricular desmistificadora da heterossexualidade compulsória? Ao compreendermos que a subjetivação da heteronormatividade e da violência homofóbica vem sendo reiterada em diversas dimensões da vida humana, atuando fortemente sobre crenças e valores individuais. Qual será nossa responsabilidade e como devemos agir para minimizar tais efeitos nocivos? Pensar estratégias que orientem os sistemas de ensino na formulação e na implementação de ações (criação e/ou reelaboração de resoluções) que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero e que colaborem para a prevenção e a eliminação da violência sexista e homofóbica na educação. Estratégias voltadas para o respeito e reconhecimento da diversidade

de sexual visa, nesta perspectiva, modificar o cenário de homofobia por meio de um trabalho pedagógico, deslocando o assunto da tentativa de controle de violências por meio da punição para a construção de uma forma de regulação social democrática. A escola, além de alertar para os cuidados e prevenções necessárias para uma vida sexual saudável, deve estar atenta para a abertura de espaços em que as escolhas e os papéis sexuais sejam tratados sem tabus ou clichês, respeitando a diversidade, de modo a permitir escolhas responsáveis por parte d@s adolescentes.

A responsabilidade da escola no processo de enfrentamento à homofobia em seu espaço e no avanço significativo das relações sociais inseridas nas diversidades sexuais dos seus alun@s. A homofobia é muito mais que apenas um conjunto de atitudes negativas, é um fenômeno diretamente relacionado a preconceitos, discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, que nos fazem pensar que não seriam atingid@s sem o forte envolvimento de setores expressivos da sociedade e de suas instituições, imersos em uma cultura que naturaliza não só a heterossexualidade como também a violência homofóbica, que por isso nem sequer é percebida como tal.

Existem inúmeras perguntas que, há anos, são colocadas por diversos setores que reivindicam mudanças profundas no nosso modelo educacional. A escola deve se constituir num espaço estratégico para a formação cidadã e a transformação social desde que leve em conta de que ela é, antes, um espaço em que, ao se construir e transmitir conhecimento, fabricam-se sujeitos, subjetividades e identidades, reproduzem-se padrões sociais opressivos, perpetuam-se concepções e valores hegemônicos, legitimam-se relações de poder, hierarquias, clivagens e processos de acumulação. Dito isso, devemos discutir se a preocupação de que alguém “seja” ou “se torne” homossexual não acaba sendo fonte de angústia, ansiedade e sofrimento para todas as pessoas. A orientação sexual é um fenômeno complexo, profundo, relacionado à orientação do afeto e do desejo sexual. Costuma-se dividir as orientações sexuais em heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Nenhuma delas é uma “doença” e tampouco é “transmissível”. Será que podemos considerar que todos os rapazes delicados são gays? Todos os gays são delicados? Qual o problema em ser ou parecer feminino? Por acaso ser

feminino é algo inferior? Todas as moças masculinas são lésbicas? Todas as lésbicas são masculinizadas? Ser masculina torna essa jovem inferior? Opor-se à violência e à discriminação homofóbica é sinal de homoafetividade ou de cidadania?

Ninguém adquire uma ou outra orientação sexual em função do fato de viver ou não em um ambiente mais favorável e acolhedor à expressão de alguma delas. Assim, não há como evitar ou impedir que alguém seja homoafetivo. Agora, é possível evitar que alguém se torne homofóbico? Existem condições seguras para que gays e lésbicas possam assumir suas identidades (sair do armário) nessa escola? (JUNQUEIRA, 2009). São questionamentos que os autores colocam e que devemos discutir e refletir a respeito. É justo impor a uma lésbica, um gay ou um/a bissexual a se tornar “invisível”, a adotar atitudes ou a desenvolver habilidades para tentar driblar a intolerância dos outros e das instituições? Essas e muitas outras perguntas devem ser postas para que possamos buscar entender esse universo, dentro da realidade sexual no ambiente escolar, bem como, devemos agir para minimizar os efeitos da heterossexualidade compulsória, enquanto agente de homofobias.

A edificação de uma escola/sociedade democrática e de uma educação de qualidade pressupõe nossa dedicação em: sobrepujar nossas limitações; repensar lógicas de produção e concentração de recursos e de poder; questionar radicalmente nossos preconceitos; promover mudanças profundas na organização da vida social, nas nossas atitudes e – não menos importante – nos nossos processos de ensinar e de aprender. Trata-se de um trabalho permanentemente voltado para desestabilizar processos de normalização, classificações vulneradoras e negação sistemática de direitos que vinculam a construção do saber e de sujeitos ao disciplinamento e ao ajustamento heteronormativo de seus corpos e subjetividades.

É importante assegurar o envolvimento e a constante interlocução do mundo da escola com as universidades e os movimentos sociais de mulheres, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTIAS) de negros, de educadores/as populares etc. porque sabemos que não é possível transformar a sociedade somente a

partir da escola ou eliminar dela todas as relações desiguais de poder. Mas conseguiremos fazer grandes transformações se promovermos um reconhecimento da diversidade sexual que comporte uma maior, mais respeitada e reconhecida presença dos sujeitos dissidentes em relação à heteronormatividade, conferindo uma maior qualidade à ação pedagógica, alterando e subvertendo um significativo conjunto de lógicas que produzem e perpetuam desigualdades, iniquidades, silenciamentos, invisibilidades e sofrimentos.

Reflexões parciais

Sabendo-se que subjetividades, identidades, corpos, sexualidades e padrões culturais não constituem realidades imutáveis, mas são construções, há espaço para o questionamento e a reconsideração permanente do trabalho de indivíduos e sociedade sobre si mesmos. Residindo aí uma das responsabilidades especialmente de quem povoa e anima o universo da educação, forma e informa, produz conhecimento e influencia mentes e corações. Uma pedagogia que valoriza as relações, procura multiplicar intercâmbios, incentiva experimentações e prioriza o conversar com e não se limita ao falar sobre. Uma pedagogia que valoriza olhares que não veem por meio do estereótipo e do preconceito, envolvida com o aprendizado permanente, o reconhecimento e o respeito mútuos, comprometida com o alargamento da democracia e a dissolução de certezas opressivas.

Se quisermos construir um modelo educacional efetivamente inclusivo e de qualidade, no qual a escola é entendida como um lugar de direitos, precisamos trabalhar para subverter valores hegemônicos e relações de poder. Teremos também que debater os critérios de que nos valem para avaliar e classificar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes; construir dialogicamente novas regras, novas formas de convívio, repensar o currículo e conceber novas formas de ensinar, de aprender e de reaprender.

A “educação para a diversidade sexual” que emerge daí é algo a ser pensado e constantemente reinventado segundo uma lógica criativa,

instigante, insurgente e aberta a questionamentos. Uma educação voltada para afinar olhares e escutas, estimular inquietações, promover sensibilidades, ensejar atitudes dialógicas e anticonformistas e desestabilizar doutrinas vigentes. Atenta a possíveis mecanismos de opressão que o próprio enfrentamento pode vir a produzir, empenhar-se na construção de uma cultura de reconhecimento radical, ético e emancipatório da pluralidade e da multiplicidade das manifestações humanas, das quais a diversidade sexual é autêntica expressão.

Portanto, a construção das possibilidades para o reconhecimento da diversidade sexual na educação implica uma visão de conjunto e um quadro de referências alimentado pelo diálogo, por princípios de justiça e equidade, por valores democráticos e pela compreensão do papel da diversidade, do pluralismo e da sexualidade no processo educacional. Trata-se de investir em um processo de reconfiguração simbólica e política que, como tudo o que concerne à democratização das relações e à institucionalização de novas práticas pedagógicas, é contínuo, inacabado, sempre suscetível de ser revisto, ampliado e aperfeiçoado.

Portanto, nesse texto, tratamos de uma reflexão proveniente da elaboração de um projeto de intervenção na escola mencionada inicialmente. A proposta é pensar estratégias que possibilitem o diálogo e a construção de novos hábitos, costumes e, por conseguinte, novas concepções e práticas no ambiente escolar. Os resultados da aplicação do projeto serão incorporados à pesquisa bibliográfica e, posteriormente, compartilhados em eventos ou publicação de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda (*et al.*). Reflexões sobre sentido e significado. In: BOCK, Ana Mercês (*et al.*). **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. São Paulo: Marcos Zero, 1983.

_____. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kültner – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio:** estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Coleção Tópicos).

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional:** novas políticas em educação. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual.** Campo Grande: UFMS, 2009, PP. 111-142.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **Um corpo estranho.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Gênero, sexualidade e educação.** 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROSATO, Tatine Penariol de; OLIVEIRA, O. V. **Política de currículo, identidades sexuais e performances de gênero.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade** 20 (2): 71-99 – jul/dez. 1995.

Reconhecimento Sexual: Movimento LGBTQIA+ e Ativismo *Queer*

Erika Oliveira Maia Batalha¹⁴²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Marlla Suéllen de Melo Dantas¹⁴³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Rayane Dayse da Silva Oliveira¹⁴⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN

RESUMO

Este artigo objetiva problematizar a atuação do movimento social LGBTQIA+ a partir do contexto das pautas de luta e de afirmação identitária do sujeito, para compreender por quais aspectos dá-se a luta para ser reconhecido socialmente. O movimento LGBTQIA+ articulado utiliza-se de categorias identitárias baseadas no *determinismo biológico*, que compreende as manifestações do gênero e da sexualidade como expressões determinadas biologicamente, apoiadas em mecanismos genéticos e substancializados, utilizando-se assim do argumento do es-

142 Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com pesquisa na área de gênero e sexualidade, graduada em Comunicação Social pela UFRN. E-mail: erika_batalha@hotmail.com.

143 Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: marllasuellen@gmail.com.

144 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Mestra em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN. Tem experiência no campo dos estudos críticos de gênero e sexualidade, políticas públicas e direitos humanos. E-mail: rayaneoliveirasocial@yahoo.com.

sencialismo estratégico (Gaytri Spivak) para embasar a máxima do “eu nasci assim” como argumento para aceitação social. Com isso, questionamos, a partir do ativismo *queer* e dos estudos críticos de sexualidade, sobre o debate das lutas por reconhecimento no âmbito da identidade essencializada, e a possível tensão que a temática provoca. Para isso, discutiremos a teoria do reconhecimento em Nancy Fraser, articulando com a perspectiva do reconhecimento *queer* em Judith Butler, além de trabalhar com autores dos estudos críticos de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Lutas por reconhecimento; Movimento LGBTIQIA+; Sexualidade.

Introdução

1. Contextualização histórica do movimento LGBTIQIA+ e pauta de luta

É inegável a importância dos movimentos de luta pela afirmação da “identidade” e defesa dos direitos do homossexual, os quais surgiram no Brasil desde a segunda metade da década de 1970. Essas militâncias buscam, desde então, dar visibilidade ao homossexual a partir de novas representações que sejam contrárias àquelas que associam a homossexualidade à anormalidade, à doença, ao pecado. Além disso, os movimentos lutam pela garantia e efetivação em torno de direitos básicos para estes cidadãos.

O Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, que hoje se faz designar pela sigla LGBT, é um protagonista importante nesse campo de lutas que incidem sobre a sexualidade, como dimensão abrangente e crucial, seja no plano da vida social ou da subjetividade, seja nos modos como nos reconhecemos e somos reconhecidos. Ao mesmo tempo, o movimento LGBT, assim como os sujeitos que pretende representar, carrega as ambivalências, os paradoxos e as tensões que

constituem a sociedade e a cultura em que estão mergulhados (SIMÕES e FACCHINI, p. 12, 2009).

Em se tratando da história dos movimentos, Facchini (2003) destaca três momentos na trajetória do movimento homossexual no Brasil. O primeiro momento, denominado “primeira onda”, corresponde ao surgimento e politização das questões relacionadas aos homossexuais, no final da década de 1970. A formação do grupo *Somos* faz parte dessa fase. Dentre algumas ideias que caracterizavam esse grupo podemos apontar a necessidade de esvaziar o sentido pejorativo dado aos termos “bicha” e “lésbica”, o combate às desigualdades entre homens e mulheres, bem como os estereótipos correspondentes a efeminado/masculinizada.

Em seguida, vem a “segunda onda” do movimento, já na década de 1980. Neste período há uma diminuição significativa dos movimentos de homossexuais, que coincide com a epidemia de HIV. Em contraponto a essa fase, na década de 1990, na chamada “terceira onda” há a multiplicação de grupos ativistas que viabilizam

a diversificação dos vários sujeitos do movimento na atual designação LGBT, a formação das atuais grandes redes regionais e nacionais de organizações, e a consagração das Paradas do Orgulho LGBT, paralelamente ao crescimento do mercado segmentado voltado à homossexualidade. Concluímos com uma visão do cenário atual das lutas e reivindicações promovidas pelo movimento, incluindo algumas reflexões em torno do processo mais amplo de constituição do cidadão LGBT como sujeito de direitos (SIMÕES E FACCHINI, p. 14, 2009).

Para este momento, importa enfatizarmos a década de 1980 e a atuação do Grupo *Triângulo Rosa* em um aspecto bastante significativo de pauta de luta. A necessidade de consolidar, em termos políticos, uma expressão que caracterizasse a homossexualidade de forma positiva fez com que o Grupo *Triângulo Rosa* debatesse, durante dois anos, sobre a definição de tal expressão. O termo escolhido pelo grupo foi “orientação sexual”. À época, o sentido dado para este termo propunha “a valorização e expressão do desejo próprio, que é construído socialmente e não do objeto do desejo” (CÂMARA, 2012, p. 103). A escolha e o significado

desta expressão objetivavam romper com associações pejorativas relacionadas à homossexualidade.

Contudo, com o passar do tempo esta definição modificou-se. Nos debates atuais do movimento LGBTQIA+ a expressão “orientação sexual” adquiriu um sentido que pouco tem a ver com a acepção dada nos anos 1980. Sendo assim, no tocante ao aspecto da identidade, quais perspectivas estão sendo suscitadas hoje para caracterizar a homossexualidade? E qual é a relação dessa perspectiva com a busca por reconhecimento como sujeito de direitos?

2. Tensão entre o movimento LGBTQIA+ e ativismo Queer na luta por reconhecimento

A luta por ser reconhecido no movimento LGBTQIA+ é composta a partir das pautas de criminalização da homofobia, adoção de crianças por pares homossexuais, possibilidade de casamento jurídico, e outras reivindicações, assim, o molde em que se dá essa luta, ocorre de maneira divergente ao chamado ativismo *queer*. Judith Butler, ao discutir sobre o direito ao casamento homossexual, afirma que,

A petição por direito ao casamento procura o reconhecimento do Estado das relações não-heterossexuais e, assim, configura o Estado como detentor de um direito que, na verdade, deveria conceder de maneira não discriminatória, independente de orientação sexual. Essa concessão do Estado intensifica a normalização, que parece passar despercebida por boa parte do movimento lésbico e gay organizado [...] (BUTLER, 2003, p.224).

A autora aponta, nesse sentido, os riscos de normalização e higienização dos relacionamentos não heterossexuais, tendo em vista que está reconhecido perante o Estado a partir dos moldes heteronormativos implica a invisibilização de outras formas e possibilidades de relações dissidentes da norma. É importante ainda destacar que essa forma de reconhecimento compreendido pelo movimento LGBTQIA+ implica uma normalização baseada em um regime heterossexual que pressupõe então a constituição de uma nova moralidade sexual, “[...] na luta pelos

direitos e na própria constituição de sujeitos que têm direito aos direitos (momento fundamental dessa luta), vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição aos ‘cidadãos respeitáveis’ [...]” (CARRARA, 2010, p.143-144).

Assim, o movimento LGBTQIA+ na busca por sair do rol de anormalidade e exclusão social, compreende que a forma de inclusão se dá a partir da aproximação ao parâmetro heterossexual. Com isso, “[...] parte do movimento LGBT organizado, bem como o contexto da heteronormatividade, compreende que a orientação política homossexual tem que estar pautada na heterossexualidade como parâmetro (BATALHA, 2017, p. 54). Nesse sentido,

Cabe ao Movimento LGBT refletir sobre o quanto, na busca por recursos e por reconhecimento, tem sido arrastado para o interior das teias administrativas. De um lado, se o estreitamento dos laços entre organizações da sociedade civil e o Estado pode “empoderar” tais organizações, de outro, pode também limitar seu potencial crítico, criando situações de clientelismo e cooptação (CARRARA, 2010, p. 144).

O chamado ativismo *queer*, movimento social e acadêmico, compreende a luta por reconhecimento a partir do viés de desobediência à norma, subversão e incentivo ao pensamento crítico. Assim, é preciso pensar como esse reconhecimento está estruturado, pois nota-se que tal reconhecimento não é oferecido a todos os indivíduos igualmente. “Os mesmos termos que conferem a qualidade de ‘humano’ a certos indivíduos são aqueles que privam outros da possibilidade de conseguir o mesmo status, produzindo assim um diferencial entre o humano e o menos que humano [...]” (BUTLER, 2006, p.14).

Assim, existem características identitárias que não são consideradas ou identificadas por todas as pessoas, nesse sentido são estruturadas novas exclusões e construídas novas hierarquias. Essas novas exclusões são reservadas às “[...] pessoas subalternizadas, mas que não se identificam exatamente com todas as características atribuídas a quem pode afirmar e desfrutar de determinada identidade coletiva” (COLLING, 2015, p.27). Assim, a homogeneização da identidade e o uso do chamado es-

sencialismo estratégico potencializa os riscos de exclusão e constituição de novas hierarquias sexuais.

O pesquisador Leandro Colling identifica algumas diferenças entre o movimento LGBTQIA+ e o ativismo *queer* em quatro países, no que diz respeito à afirmação das identidades. Nesse aspecto, o movimento LGBTQIA+ ao eleger uma identidade homogênea, acaba por tentar enquadrar as pessoas não heterossexuais em uma de suas siglas. No que diz respeito ao campo do ativismo *queer* há uma compreensão de que as identidades são fluidas, que novas possibilidades identitárias podem ser construídas e subvertidas, sem a constituição de hierarquias. Outro ponto de divergência entre os dois movimentos ocorre quando, o primeiro considera importante adotar uma imagem higienizada e respeitável, uma adesão à heteronorma para a conquista de direitos, e o segundo, ao contrário, tenta problematizar a constituição e como está estruturada essa respeitabilidade COLLING, 2015, p.241).

As hierarquias identitárias no movimento LGBTQIA+ são visíveis, à medida em que muitas vezes ocorre a invisibilização de lésbicas ou lésbicas negras dentro do movimento, em detrimento da identidade do homem gay. Além de que, a higienização e adesão a caracteres da heteronorma ocorre com a necessidade de ser respeitado e ter direitos garantidos.

O chamado *essencialismo estratégico*, termo cunhado por Spivak para compreender a argumentação do movimento LGBTQIA+ que pauta as sexualidades como determinadas biologicamente e assim compor a aceitação de pessoas homossexuais ao contexto normativo heterossexual é um dos principais pontos de divergência entre os citados movimentos LGBTQIA+ e o ativismo *queer*. O movimento LGBTQIA+ se utiliza da máxima “eu nasci assim” para afirmar que a sexualidade homossexual está determinada biologicamente e assim, como não é uma escolha, ela deve ser respeitada e aceita.

3. O essencialismo estratégico e os equívocos do movimento LGBTQIA+

No intento de garantir reconhecimento, o movimento LGBTQIA+ faz uso do *essencialismo estratégico*¹⁴⁵, como base da sua argumentação militante, visando combater preconceitos e conquistar direitos. Nesse discurso a homossexualidade é pautada como algo da ordem natural, ou seja, como biologicamente determinada, e é colocada dessa maneira para ser equiparada à heterossexualidade, uma vez que, se colocada como inata, logo, deveria ser também considerada como uma expressão natural da sexualidade humana.

Esse essencialismo, isto é, tratar a homossexualidade como uma substância inata do ser humano, é chamado de estratégico porque é taticamente planejado e propagado visando uma facilitação da aceitação social da homossexualidade enquanto prática sexual também legítima. Essa postura estratégica é adotada porque o movimento LGBTQIA+ admite como politicamente produtora, uma vez que colocar as sexualidades no campo da natureza torna mais palatável a presença dos indivíduos que dissidem da heteronormatividade na esfera social, facilitando, conseqüentemente, o reconhecimento de seus direitos.

Entretanto esse discurso essencialista não se resume somente ao discurso militante, mas é também reproduzido pelo discurso espontâneo, ou seja, os sujeitos, individualmente, também fazem uso da naturalização da sua sexualidade para justificar que ela seria algo que está além da possibilidade de escolha, mas trata-se de um determinismo biológico, de uma condição e não de algo que é do campo do desejo e da livre

145 Esse termo foi cunhado e aprofundado por Gayatri Spivak, em seu famoso artigo “Pode o subalterno falar?” (2003), onde a autora evidencia justamente a necessidade deste posicionamento conjuntural por parte de novos movimentos sociais, permitindo um tipo de essencialismo identitário momentâneo e solidário, como meio, a partir do qual, algumas conquistas poderiam ser alcançadas. É a partir destas elaborações de Spivak que Hall elabora sua crítica sugerindo que atualmente essa solidariedade temporária para a ação direta não seria mais imediatamente necessária.

escolha. A máxima “eu nasci assim” é, então, amplamente utilizada por sujeitos LGBTQIA+ e funciona quase como uma súplica à aceitação por parte outro, e opera como uma espécie de pedido de desculpas para justificar a escolha de uma sexualidade dissidente da heteronormativa.

É possível compreender, em termos sociológicos, as razões pelas quais o movimento LGBTQIA+ e os próprios sujeitos fazem uso de falas como essa para justificar a sua sexualidade. Considerando que a LGBT-fobia opera a partir da imposição do medo, do sentimento de culpa e de desvio da normalidade, percebemos que, assim, é criado o cenário ideal para a proliferação de discursos de auto defesa, como é o caso da naturalização e biologização das sexualidades. Dessa maneira, muitas vezes, a reprodução do discurso essencialista a respeito da sexualidade se dá para além da perspectiva militante de estratégia e é incorporado e reproduzido pelos indivíduos até de maneira inconsciente, isto é, sem pensá-lo como uma posição política, ele é evocado também como uma maneira de garantir certa segurança ontológica.

Todavia, observando o essencialismo estratégico de maneira crítica, podemos perceber que esse discurso é uma faca de dois gumes e serve muito mais ao conservadorismo do que aos próprios LGBTQIA+s. Isso porque “a ideia essencialista e naturalizadora da orientação sexual é ela própria prisioneira dos discursos heteronormativo e homofóbico. Para estes, não se pode legitimar o que é da ordem do desejo, da escolha, da eleição livre, tratando-se do que foge ao regime da normalidade aceita” (SOUSA FILHO, 2009, p. 68). Assim, apesar de conseguirem emplacar algumas conquistas, a compreensão de que são sujeitos de direito ocorre não pelo entendimento de que todas as pessoas são livres para exercer o seu desejo, mas é colocada, no entanto, sobre um apelo que se ancora na justificativa de que se trata de um determinismo do qual ninguém é culpado, senão apenas a natureza. Como pontua Sousa Filho (2009, p. 63):

Tal especulação é certamente útil ao alívio de conservadores e preconceituosos que não admitem que cada um possa decidir o que fazer com seu próprio corpo e prazeres, por seu desejo e escolha. Determinados pela natureza de seus cérebros, provado que “são” homossexuais não

por desejo, escolha, gays e lésbicas passariam a ser perdoados de seus “vícios”, “pecados”, “anomalias” etc.

O discurso essencialista serve ao conservadorismo à medida que faz com que nos dobremos às normativas hegemônicas para conquistar direitos. Quando, ansiando por aceitação, os sujeitos LGBTQIA+ pautam a sua luta em um discurso que funciona como um apelo à aceitação de uma condição determinada biologicamente sendo, por essa razão, supostamente imutável, ou seja, quando a busca por reconhecimento não se dá a partir da colocação da sexualidade como uma escolha que é da ordem da construção do desejo, eles estão, com isso, admitindo uma falsa condição de desajuste biológico e, assim, agindo em favor da manutenção das hierarquias sexuais. Além disso, a essencialização das orientações sexuais cria uma despolíticação da luta, uma vez que a questão é pautada em “uma espécie de bom-mocismo teórico e político, que o transforma, cada vez mais, em algo bem comportado, que não incomoda a mais ninguém, nem mesmo aos mais conservadores” (SOUSA FILHO, 2009, p. 73). Ademais:

Abandonar as definições sobre o que seja a “orientação sexual” aos discursos substancialistas (do biologismo, psicologismo ou outro) é esvaziá-la do que pode lhe render maior significado político: seu caráter de uma prática construída na pluralidade do desejo e na diversidade das experiências do prazer. Isso é válido para todas as “orientações sexuais”, e definição que serve ainda para a retirada da heterossexualidade do reino do inato, do natural, inserindo-a também no reino das práticas construídas na diversidade do desejo, situando-a na cultura e na história (SOUSA FILHO, 2009, p. 66).

Em vista disso, se nos questionarmos sobre se o essencialismo estratégico funciona como maneira de garantir reconhecimento, podemos observar que ele funciona apenas até certo ponto, uma vez que é politicamente produtor para conquistar certos direitos, mas estes direitos são reconhecidos de maneira limitada e não-empoderadora. Ora, se nos é oferecido reconhecimento apenas porque somos vítimas de um desmantelamento biológico do qual não temos culpa, e não porque,

enquanto sujeitos, deveríamos ter direito ao livre exercício da nossa subjetividade e identidade na sua integridade, esse reconhecimento é limitado e limitante, pois a homossexualidade é mantida como prática sexual marginal e secundária, enquanto a heterossexualidade se mantém no topo da pirâmide hierárquica da normalidade. A garantia de reconhecimento pelas vias do essencialismo representa uma enorme despolitização daqueles que fazem uso desse argumento como pilares das suas lutas, sendo despolitizante também da própria luta. Como pontua Sousa Filho (2009, p. 68):

Aqueles que flertam com as teses de um essencialismo naturalista em matéria de sexualidade não têm consciência da despolitização que a posição representa. O argumento da natureza despolitiza a reflexão sobre gênero e sexualidade e atrela direitos a serem conquistados pela mudança de mentalidade da sociedade ao obscurantismo do apelo ao biológico ou ao psicológico. O que fundamenta a crença essencialista é, no fundo, o temor da ideia de liberdade, o temor do desejo como fator de produção da diversidade, da pluralidade. O temor do próprio desejo como potência criadora.

No fim, a argumentação baseada na biologização das práticas sexuais, apesar de render alguns (limitados) ganhos, não consegue garantir a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade como almeja, isso porque apesar de o discurso biologizante ser socialmente aceito como justificativa para as dissidências sexuais, esse inatismo das sexualidades, no que tange às sexualidades dissidentes, só funciona como uma espécie de compreensão, por parte daqueles que estão na posição de conferir o reconhecimento, de um desajuste biológico que faz com que alguns sujeitos não se sintam contemplados com as normativas heterossexuais. Desse modo, a heterossexualidade continua protagonizando o ponto mais alto das hierarquias sexuais e este é um fato que não é possível ser modificado através da conformação ao discurso hegemônico, como acontece com a colocação da homossexualidade enquanto uma condição natural e biológica sobre a qual não se tem controle. Para operar tal mudança faz-se necessária uma luta que se dê a partir de um enfrentamento político que coloque as

sexualidades na arena do debate crítico e que leve em consideração o seu aspecto estruturante de prática construída na pluralidade e diversidade do desejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Erika Oliveira Maia. **O dispositivo do afeto: uma análise do discurso jurídico brasileiro de reconhecimento do casamento lésbico-gay**. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: **Cadernos Pagu** (21), 2003: pp. 219-260.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e Orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa/Cristina Câmara – Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil Contemporâneo. **Revista Bagoas**: estudos gays, gêneros e sexualidades, Natal, v. 4, n. 5, p.131-147, 2010.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LBGT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis. **Do movimento homossexual ao LGBT** / Júlio Assis Simões, Regina Facchini. - São Paulo : Editora Fundação Pcrscu Abramo, 2009.196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro).

SPIVAK, Gayatri. Puede hablar lo subalterno? **Revista Colombiana de Antropologia**, volumen 39, dezembro- janeiro, 2003.

SOUSA FILHO, Alípio. A política do Conceito: Subversiva ou Conservadora - Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Revista Bagoas**, n. 04, 2009. Pág. 59 - 77.

MINICURRÍCULOS DOS AUTORES

Alessandra Dantas – Psicóloga, Especialista em Direitos Humanos. E-mail: aless_dantas@hotmail.com.

Alyane Almeida de Araújo – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (UFRN), Técnica Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Brasil. E-mail: alyane@gmail.com.

Andressa Lídicy Morais Lima – Doutora em Antropologia Social (UNB). Atualmente é pesquisadora do projeto “O Lugar das Razões Públicas (2019), coordenado pelo Grupo de Pesquisa Social (UFRN). E-mail: andressamoraislima@gmail.com.

Anna Christina Freire Barbosa – Doutora em Ciências Sociais (UFRN), atualmente é Professora da UEBA e da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina/PE. E-mail: acbarbosa@uneb.br.

Carlos E. Freitas – Doutor em Sociologia (UFPB) e atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN). E-mail: calfreitas@hotmail.com.

Dahiana dos Santos Araújo – Jornalista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/(UFRN). E-mail: dahiana.araujo@gmail.com.

Diego Leonardo P. Barreto – Mestre em Ciências Sociais (PGCS-UFRN).
E-mail: diegoleonardo054@gmail.com.

Durval Muniz de Albuquerque Junior – Doutor em História (Universidade de Campinas/SP); Pós-Doutor em Educação (Universidade de Barcelona/ Espanha) e em Teoria e Filosofia da História (Universidade de Coimbra/Portugal); professor aposentado (UFRN). Atualmente é professor (UEPB); professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em História (UFPE e UFRN) e Coordenador do Comitê da Área de História do CNPq. E-mail: durvalaljr@gmail.com.

Edilane Bezerra – Docente, Pesquisadora, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. E-mail: edilane_regis@hotmail.com.

Erika Oliveira Maia Batalha – Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Licenciada em Ciências Sociais pela UFRN). Atualmente dedica-se aos estudos amplos de gênero, sexualidade e identidades. E-mail: erika_batalha@hotmail.com.

Géssica de Castro Silva Viana – Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia - UFRN, graduada em Tecnologia de Produção Cultural (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN). E-mail: gessicaadecastro@gmail.com.

Heloisa Helena de Souza Franco Oliveira – Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN), mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação de Brasília (UnB), na linha Imagem e Som do Programa de Pós-Graduação de Comunicação (UnB), membro do Grupo de Pesquisa

Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. E-mail: heloisadesousa@hotmail.com.

Jefferson Pereira da Silva – Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN) e membro do Grupo de Pesquisa *Espaços, Poder & Práticas Sociais* (GPEPPS-UFRN), atuando na linha de pesquisa *História e Espaços do Ensino*. E-mail: silvajeffersonpereira@yahoo.com.br.

Karla Danielle da Silva Souza – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN). Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição. Especialista em Literatura e ensino pelo IFRN e em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela UAB/UFRN. Atualmente é professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino do RN. E-mail: kdannielle21@hotmail.com.

Lady Dayana Silva de Oliveira – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia PPGEM-UFRN. Mestre em Estudo da Mídia. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFRN. Atualmente é Produtora Cultural na Secretaria de Cultura Artística da UFC. E-mail: dayanaoliveira@ufc.br.

Lore Fortes – Doutora em Sociologia (UnB) e Pós-doutora em Sociologia da saúde na área de gênero (CSIC/Espanha). Atualmente é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN). Coordena o Grupo de Pesquisa Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. E-mail: lorefortes4@gmail.com.

Maria Clara de Carvalho Lima – Graduada em História (UFRN) e participante da base de pesquisa *Cartografias contemporâneas: História, espaços, produção de subjetividades e práticas institucionais*. E-mail: claraminervino@gmail.com.

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – Professora Titular do Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Pós-doutora em Cinema pelo International Institute - University of California at Los Angeles - UCLA, USA (2012-2013); Possui Doutorado (2001) e Mestrado (1993) em Media Studies pela University of Sussex - Inglaterra; Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1986). É Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia e do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, ambos da UFRN. E-mail: mhcosta.ufrn@gmail.com.

Mariana Lemos de Morais Bezerra – Mestra do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM/UFRN) Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia. E-mail: lmbmariana@gmail.com.

Marlla Suellen de Melo Dantas – Mestra em Ciências Sociais (PPGCS -UFRN). E-mail: marllasuellen@gmail.com.

Mario Remi Marques Moreira – Licenciando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Matheus Pinheiro da Silva Ramos – Graduação em História (UFRN) e participante da base de pesquisa *Cartografias contemporâneas: História, espaços, produção de subjetividades e práticas institucionais*. E-mail: matheuspsramos@gmail.com.

Michael Manfred Hanke - Mestrado em Linguística, Psicologia e Comunicação (1984, Universidade de Bonn, Alemanha), Doutorado (1991, Dr. phil., Universidade de Essen, Alemanha, revalidado na modalidade Doutor em Letras: Estudos Literários no Brasil em 2001), dois Pós-doutorados (1991-1992, Universidade de Siegen, Alemanha; 2014-2015, Universidade Livre de Berlim, Alemanha), Livre-Docência em Ciências da Comunicação (1998, Essen, Alemanha). Atualmente é Professor Adjunto da UFRN no Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas, e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. E-mail: dllem@cchla.ufrn.br.

Nara Juscely Minervino de Carvalho Marcelino – Doutora pelo Programa de Pós- Graduação em Letras (PPGEL/ UFRN).
E-mail: njmcmarcelino@gmail.com.

Patricia Lora León – Jornalista e Comunicadora Social, doutora em Ciências Sociais (Unicamp), Docente Investigadora na Universidade Uniminuto (Colombia). E-mail: patoloraleon@gmail.com.

Patricia R. Gomes da Silva – Mestre em Ciências Sociais (PPGCS-UFRN). E-mail: patriciarilrn@hotmail.com.

Rayane Dayse da Silva Oliveira – Doutoranda em Sociologia (PPCS/ UFPB), Mestra em Ciências Sociais (PPGCS-UFRN). Tem experiência no campo dos estudos críticos de gênero e sexualidade, políticas públicas e direitos humano. Atualmente é professora substituta do magistério superior no Departamento de Políticas Públicas (DPP/UFRN). E-mail: rayaneoliveirasocial@yahoo.com.

Patricia Tovar – Doutora em Antropologia (City University of New York). Atualmente é professora investigadora da University John Jay College of Criminal Justice - CUNY/NY – EUA. E-mail: ptovar@jjay.cuny.edu.

Paulo Santos Dantas – Doutor em Antropologia (USP), atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais (UERN). E-mail: paulo-dantasbr@yahoo.com.br.

Samya Katiane Martins Pinheiro – Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, mestra em Serviço Social, membro do GEPTED (Grupo de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRN). E-mail: samyakatiane@hotmail.com.

NO CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO, os direitos humanos e as lutas por seu reconhecimento traduzem um debate relacionado às novas descobertas científicas e às suas aplicações tecnológicas.

Este livro resulta do debate amplo e livre realizado no I Seminário Direitos Humanos e Lutas por Reconhecimento, em novembro de 2017, que partiu do princípio que os direitos humanos são uma constante criação em processo e se manifesta por um espaço simbólico de ações sociais, de lutas por direitos, de resistência e de reconhecimento, dentro de uma perspectiva de emancipação humana. Enfrenta o novo desafio de rever conceitos naturalizados, romper com preconceitos e discriminações, aplicando princípios éticos e com a preocupação da universalização de direitos morais.

Dentre as diversas temáticas envolvidas na evolução dos direitos humanos, destacam-se: gênero, sexualidade e raça, relacionadas à luta pela igualdade entre homens e mulheres, pelo reconhecimento de direitos da diversidade racial e do movimento LGBTQIA+1. Também está presente a importância que tem adquirido a mídia na divulgação, tanto no desenvolvimento social traduzido por leis, normas ou mudanças de comportamentos, como pela divulgação científica digital. O lançamento desta publicação em 2020 soma-se à dinâmica de resistência que vivenciamos no período atual, no qual enfrentamos constantemente a preocupação com o cerceamento de liberdades e colocando em risco o movimento democrático.

Publicado em plena pandemia do novo coronavírus, reafirma a compreensão da interligação de todas as pessoas e faz permanecer mais do que nunca a certeza da proposta de igualdade de gênero, de raça, independentemente de sua orientação sexual.